

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 41, DE 29 DE JUNHO DE 2021 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre o Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins, Exercício 2020.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2021, via *web* conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins, Exercício 2020, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.001534/2021-53.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, EXERCÍCIO 2020.

Anexo da Resolução nº 41/2021 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 29 de junho de 2021.

Palmas/TO
2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

Universidade Federal do Tocantins



2020



RELATÓRIO DE GESTÃO

Universidade Federal do Tocantins



RELATÓRIO DE GESTÃO

Universidade Federal do Tocantins

2020



Sejam bem-vindos!

O Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT) referente ao exercício de 2020 é apresentado à sociedade como forma de promover a transparência na utilização dos recursos públicos e na prestação dos serviços oferecidos.

Apesar de ser um ano atípico devido ao momento de pandemia, a Universidade manteve a prestação dos serviços e o oferecimento das aulas, que passaram a ser on-line, com a finalidade de promover aos estudantes a continuidade dos estudos e garantir a formação acadêmica.

No intuito de garantir a promoção da transparência e demonstrar o comprometimento da Instituição com a sociedade em que está inserida, apresentam-se no Relatório os desafios e as realizações do ano de 2020 e, de maneira mais breve, no quebra-cabeça da gestão.

O Relatório de Gestão da UFT referente ao exercício de 2020 tem a seguinte estrutura:

Capítulo 1 – **Visão geral organizacional e ambiente externo** – apresenta as informações que identificam a Instituição, estrutura organizacional, ambiente externo em que atua e modelo de negócios.

Capítulo 2 – **Riscos, oportunidades e perspectivas** – apresenta a gestão de riscos da Universidade e seus resultados;

Capítulo 3 – **Governança, estratégia e desempenho** – demonstra o modelo de governança adotado na Instituição e as principais estratégias. Está subdividido em 3 subcapítulos: I) **Governança e estratégias**; II) **Resultados estratégicos da gestão** – demonstra os resultados alcançados para o período em relação às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio de indicadores e expectativas para os próximos exercícios. III) **Desempenho das áreas especiais da gestão** – apresenta as informações e avaliação sobre as áreas relevantes da gestão e que contribuem para o alcance dos objetivos institucionais, como gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, licitações e contratos, infraestrutura e gestão patrimonial, tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental;

Capítulo 4 – **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis** – este capítulo demonstra a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial e os demonstrativos contábeis da Instituição.

Capítulo 5 – **Outras Informações** - capítulo que mostra como a UFT determinou os temas a serem incluídos no Relatório Integrado e como estes foram quantificados ou avaliados, bem como o tratamento de determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e órgãos de controle interno.



Mensagem do Reitor da Universidade Federal do Tocantins

O ano de 2020 trouxe grandes desafios impostos pela pandemia e proporcionou a ruptura de velhos paradigmas de gestão, bem como uma rápida evolução em alguns aspectos que foram cruciais para a adaptação da UFT à nova realidade. As reuniões passaram a ser virtuais e ainda mais fundamentais para manter a harmonia entre os gestores e o alinhamento das atividades da Instituição às diretrizes expressas em sua missão e no PDI.

A Universidade se tornou tutora da mais nova Instituição Federal de Ensino Superior do estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que se constituiu pelos Câmpus Universitários de Araguaína e Tocantinópolis, tendo a UFT contribuído com a transição, oferecendo apoio técnico e operacional para a consolidação da novíssima universidade.

Houve também a finalização do ciclo de trabalhos definido no PDI 2016-2020 e o início, com encontros e discussões remotas, da construção de um novo planejamento, considerando as mudanças e inovações pedagógicas que estavam em discussão durante a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional que se iniciou com o Fórum de Inovação Pedagógica em maio de 2019. Nesta nova fase, a UFT busca se consolidar como uma Instituição que oferece ensino de qualidade com inovação e inclusão, fazendo com que a Universidade esteja cada vez mais inserida no contexto da sociedade que representa, utilizando-se de uma educação transformadora e de qualidade, visando à inclusão e ao reconhecimento social por meio da inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo e se baseando nos mecanismos da governança pública para agregar conhecimento e valor aos serviços ofertados à comunidade.

Todo o contexto pandêmico obrigou a Universidade a se adaptar ao novo cenário com a suspensão temporária das atividades presenciais e das aulas sem deixar de lado a qualidade dos serviços ofertados.

Assim, apesar de todos os entraves do ano de 2020, a Universidade Federal do Tocantins se manteve robusta, conseguindo inclusive continuar oferecendo auxílios aos estudantes economicamente vulneráveis, a fim de garantir não só a continuidade do ensino, mas também a qualidade de vida da sua comunidade acadêmica, tendo esses fatores assim demonstrados:



NO ENSINO: a Universidade passou a ofertar as disciplinas de maneira on-line, tanto na graduação como pós-graduação, com o realinhamento dos calendários acadêmicos em função do estado de pandemia e conseguindo manter o número de diplomados da graduação presencial, demonstrando a preocupação com a formação dos seus estudantes.

NA PESQUISA E INOVAÇÃO: a Universidade produziu itens que integraram kits de higiene que foram distribuídos à comunidade acadêmica e às comunidades quilombolas e indígenas do estado, além de manter os pedidos de patentes depositados nos Estados Unidos, China e Japão.

NA EXTENSÃO: com as atividades sendo realizadas de maneira remota, os projetos de extensão não foram comprometidos, tendo atingido um elevado grau de envolvimento com a extensão e de pessoas impactadas pelas atividades desenvolvidas, principalmente pela realização de ações voltadas ao combate e prevenção da Covid-19, como a entrega de kits de higiene pessoal aos servidores e às populações de etnias do estado.

NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: houve a distribuição de chips para que os alunos da graduação pudessem acessar os conteúdos das disciplinas e continuar com seus estudos, além de auxílios para aquisição de *notebooks*, *tablets* e *smartphones* e, mesmo com a suspensão das aulas presenciais, os alunos foram atendidos pela assistência estudantil da Universidade.

NA GESTÃO: elaboração do PDI 2021 – 2025 com a inclusão de programas integradores e desafios estratégicos com indicadores definidos para atingir a missão institucional, na perspectiva de adaptação aos novos desafios impostos pelos diferentes cenários, tanto nacional como internacional.

Luís Eduardo Bovolato
Reitor da Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	07
1.1 Identificação da unidade prestadora de contas	08
1.2 Principais normas e regulamentação de criação alteração e funcionamento da Unidade	09
1.3 Estrutura Organizacional	09
1.4 Principais Instâncias Internas de Governança da UFT.....	11
1.5 Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança	12
1.6 Cadeia de valor.....	13
1.7 Ambiente Externo	13
1.8 Dirigentes da Universidade Federal do Tocantins.....	14
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	16
2.1 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	17
2.2 Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário	22
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	23
3.1 Governança e estratégias.....	24
3.2 Resultados estratégicos da gestão	46
3.3 Desempenho das áreas especiais da gestão.....	115
4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	148
4.1 Demonstrações contábeis	149
4.2 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis	156
4.3 Resumo das Principais Políticas Contábeis.....	157
4.4 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.....	158
4.5 Notas do Balanço Patrimonial	159
4.6 Notas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	164
4.7 Notas do Balanço Orçamentário	168
4.8 Balanço Financeiro	172
5. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	177
5.1 Relato Integrado	178
5.2 Tratamento Recomendações do Tribunal de Justiça.....	179
5.3 Tratamentos e Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	179

1. VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO





1.1 Identificação da unidade prestadora de contas

A Universidade Federal do Tocantins, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em consonância com a legislação vigente.

Durante os anos de 2019 e 2020, houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade no estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que abrangeu os dois Câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades, fazendo com que a UFT ficasse com os Câmpus de Arraias, Gurupi,

Miracema, Palmas e Porto Nacional, além dos 23 polos de Educação a distância (EaD) distribuídos em todas as regiões do estado: Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Cristalândia, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Lagoa da Confusão, Mateiros, Miracema, Nova Olinda, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga, Xambioá, e dos cursos do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor).

A UFT tem como missão “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” e sua visão é “ser reconhecida nacionalmente até 2022 pela excelência no ensino, pesquisa e extensão”, ambas definidas no Planejamento Estratégico 2016-2020.

Entretanto, com a construção de um novo PDI para o período de 2021 a 2025, houve a revisão da identidade da UFT que agora tem como missão “Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade” e como visão “Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal”.



Câmpus Universitários e Polos EaD UFT, com exceção de Araguaína e Tocantinópolis que pertencem à UFNT.

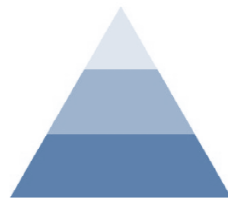
1.2 Principais normas e regulamentação de criação, alteração e funcionamento da Unidade



A regulamentação das atividades da Universidade Federal do Tocantins está baseada na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000; no Estatuto e no Regimento da UFT; e em seu Plano de Desenvolvimento Institucional para os anos de 2016-2020.

A UFT tem como instâncias normativas os Conselhos Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), cujas deliberações convertidas em resoluções estão disponíveis à sociedade nos endereços eletrônicos dos Conselhos.

1.3 Estrutura Organizacional



A Administração Superior da Universidade é responsabilidade dos Conselhos Superiores (Conselho Universitário, Conselho Diretor e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), órgãos de natureza deliberativa, normativa e consultiva; e da Reitoria, como órgão executivo.

São Conselhos Superiores da Instituição: Conselho Universitário; Conselho Diretor e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os Conselhos Superiores são compostos por membros da alta gestão, docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos e têm como competências: estabelecer as diretrizes da Universidade; supervisionar a execução de atividades; exercer funções deliberativas, normativas e consultivas; além de analisar as propostas e realizações de planos e projetos.

A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior da Universidade, composta pelo Gabinete do Reitor, Assessorias, Procuradoria Jurídica,

Auditoria Interna, Ouvidoria, Prefeitura Universitária, Superintendências (Superintendência de Comunicação (Sucom) e Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), Pró-reitorias (Pró-reitoria de Graduação (Prograd), Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Propesq), Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários(Proex), Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), Pró-reitoria de Administração e Finanças (Proad), Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep) e Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap).

SAIBA MAIS

Consuni

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/consuni>

Consepe

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/consepe>

<https://ww2.uft.edu.br/gestao>

1.4 Principais Instâncias Internas de Governança da UFT

A política de governança define como instância máxima de governança da UFT o Comitê de Governança, Riscos e Controles, presidido pelo Reitor e composto pelos titulares das seguintes unidades gestoras: Vice-reitoria; Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento; Pró-reitoria de Administração; Pró-reitoria de Graduação; Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários; Pró-reitoria de Assuntos Estudantis; Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Prefeitura Universitária; Superintendência de Comunicação; Superintendência de Tecnologia da Informação; Assessoria de Relações Institucionais; Chefia de Gabinete; Ouvidoria-Geral; Diretoria de Gestão Documental; Diretoria da Rádio e Audiovisual; Coordenação da Universidade Aberta do Brasil e Coordenação Permanente de Seleção. Define também como suas responsabilidades:

I – promover o desenvolvimento de um processo permanente de monitoramento das ações definidas no planejamento institucional, com ênfase nas ações de mitigação de riscos institucionais;

II – promover as diretrizes e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

III – supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos institucionais que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público;

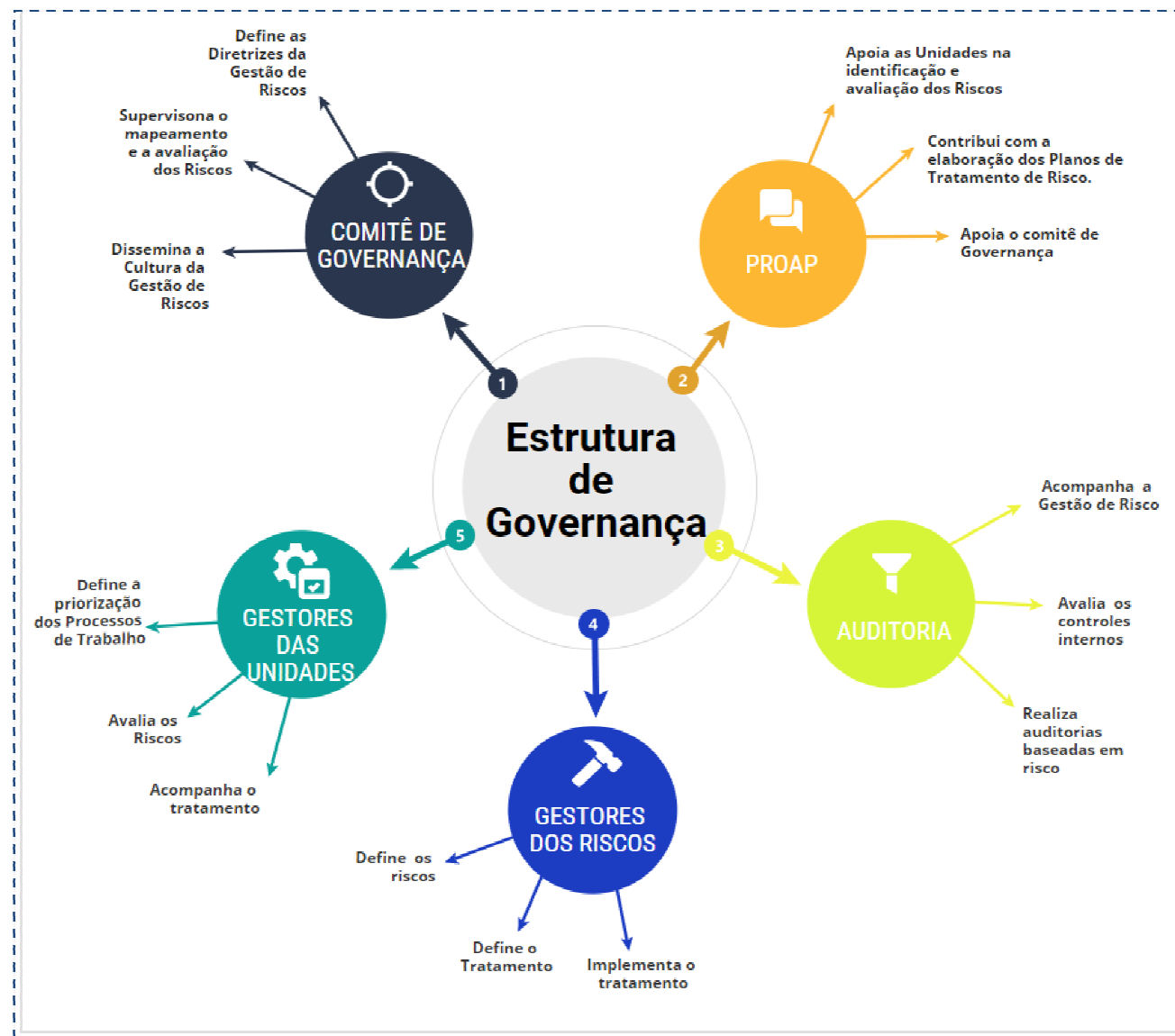
IV – supervisionar a gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no âmbito da Universidade;

V – supervisionar o método de priorização de temas para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

VI – emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;

VII – estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites no nível de unidades ou atividades;

VIII – estabelecer e revisar anualmente as ações de mitigação dos riscos identificados;



IX – promover o desenvolvimento de um processo permanente de monitoramento das ações definidas no planejamento institucional;

X – promover a discussão na Universidade sobre as diretrizes e indicadores de monitoramento do desempenho institucional.

Além disso, a Proap, como integrante do Comitê de Governança, Riscos e Controles, tem as seguintes responsabilidades:

I – elaborar a metodologia a ser utilizada para condução do processo de gestão de riscos;

II – orientar os gestores de riscos na identificação, análise e avaliação dos riscos inerentes às atividades institucionais, levando em consideração a probabilidade de ocorrência e o impacto do evento;

III – orientar os gestores de riscos na elaboração de planos de tratamento e ações de mitigação adotadas, considerando o grau de risco definido;

IV – contribuir com a elaboração e acompanhar a execução dos planos de ação para o tratamento dos riscos;

V – consolidar a avaliação de riscos por meio da elaboração de relatórios periódicos;

VI – apoiar e conscientizar os gestores quanto à importância da gestão de riscos e sobre a responsabilidade inerente a cada servidor nesse gerenciamento.

Já a Auditoria Interna é definida como unidade de assessoramento da gestão e da instância máxima da governança e tem como responsabilidades:

I – realizar trabalhos de auditoria baseados em riscos, conforme metodologia definida pela unidade;

II – avaliar os controles internos das unidades auditadas, recomendando sua adequação.

Os gestores das unidades, reconhecidos como gestores dos riscos, apresentam como responsabilidades:

I – identificar e avaliar os riscos relacionados aos processos de trabalho sob sua responsabilidade;

II – gerenciar os riscos de sua unidade de acordo com a política de gestão de riscos da UFT;

III – monitorar o risco ao longo do tempo e garantir a adoção de respostas tempestivas, proporcionais e necessárias para a redução dos níveis de risco, a fim de mantê-los dentro do apetite definido pela Universidade;

IV – implementar os planos de mitigação definidos para o tratamento dos riscos identificados em sua unidade gestora.

V – disponibilizar as informações sobre os riscos a todos os níveis de sua unidade gestora, envolvendo todos os servidores na definição de controles para o tratamento dos riscos identificados;

VI – comunicar sobre novos riscos identificados nos processos de trabalho que estão sob sua responsabilidade.

1.5. Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança

1.5.1. Procuradoria Jurídica

Unidade que representa a Universidade junto aos órgãos competentes, bem como orienta a Instituição no cumprimento das determinações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União.

1.5.2. Ouvidoria

A Ouvidoria é a unidade que promove a participação popular, a transparência e a eficiência no Serviço Público. Na UFT é o canal pelo qual o cidadão, membro ou não da

comunidade interna da Instituição, pode solicitar informações sobre a Universidade que por ventura não estejam disponíveis, fazer perguntas e se manifestar sobre as ações da Instituição por meio de críticas, denúncias, elogios, reclamações ou sugestões.

1.5.3. Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD)

Unidade que tem como competência prestar assessoramento aos Conselhos Superiores e ao Reitor quanto à formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente da Instituição.

1.5.4. Comissão de Ética

Unidade que tem a competência de realizar os procedimentos para a apuração de fato ou ato que, em princípio, apresente-se contrário à ética, tomando por base o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, constante do Anexo do Decreto nº 1.171/94; a Resolução nº 10/2008-CEP; e demais orientações constantes do Código de Conduta Ética Profissional dos Servidores da Universidade Federal do Tocantins.

SAIBA MAIS

Procuradoria Jurídica

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/gestao/orgaos-complementares/10888-procuradoria-juridica>

Ouvidoria

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/ouvidoria>

Comissão de Ética

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/comissao-de-etica-da-uft/servicos-3>

1.6 Cadeia de valor

A cadeia de valor apresenta os principais macroprocessos de negócio da Instituição (o que se faz); localiza a atuação das unidades administrativas nesses macroprocessos (quem faz o quê); e apresenta os principais valores gerados para a sociedade (quais são os resultados). O quadro abaixo apresenta a identificação, as unidades que atuam e o valor gerado em cada uma das cadeias de valor finalísticas da Universidade Federal do Tocantins.

Cadeia de Valor / UFT

Cadeia de Valor Finalístico	Unidades que atuam na cadeia de valor	Valor Gerado
1. Ensino	Prograd / Propeq / Universidade Aberta do Brasil (UAB) / Câmpus Universitários	Formação de profissionais-cidadãos responsáveis em níveis de graduação e pós-graduação.
2. Pesquisa	Propeq / Câmpus Universitários	Produção e disseminação de conhecimento por meio de teses, artigos, patentes, dissertações, exposição em eventos e entregas específicas.
3. Extensão	Proex/ Câmpus Universitários	Atendimento às necessidades da sociedade nos âmbitos técnico, cultural e social, mediante cursos, consultoria, atendimento à saúde, ações culturais, eventos e outras formas.

Fonte: Proap.

1.7. Ambiente Externo

1.7.1. Cenário Nacional

Durante o ano de 2020, a população mundial foi surpreendida pela pandemia da Covid-19, que teve seus primeiros casos registrados na China, e já contabiliza no Brasil, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa¹, 11.996.442 casos e 294.115 mortes. Como medida de enfrentamento ao vírus, é recomendado, além do uso de máscaras e a higienização constante das mãos, o distanciamento social, fator que foi determinante para

¹Disponível em <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.

que muitos órgãos passassem a trabalhar de maneira remota e para que as aulas fossem temporariamente suspensas tanto nas escolas quanto nas universidades públicas e particulares.

Esse fator fez com que as universidades criassem estratégias para continuar oferecendo ensino de qualidade aos seus alunos com a utilização de metodologias ativas de educação e aulas on-line, enfrentando as desigualdades sociais que se tornaram ainda mais evidentes, principalmente para as Instituições das Regiões Norte e Nordeste, onde a maioria dos estudantes possuem alto índice de vulnerabilidade socioeconômica e, no caso da UFT, são pertencentes a etnias indígenas e quilombolas.

Por tudo isso, a educação a distância ganhou mais destaque no âmbito nacional e transformou o cenário das universidades públicas, tornando-o ainda mais desafiador, já que agora era preciso viabilizar o acesso e a permanência dos alunos em um momento em que as taxas de evasão estão em constante crescimento e que os recursos do governo federal destinados às políticas de assistência estudantil têm sofrido constantes reduções.

1.7.2. Cenário Internacional

Como dito anteriormente, o mundo foi acometido pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020 e todos os setores foram afetados, inclusive a educação que passou a depender ainda mais do fenômeno da globalização. O Processo de Bolonha implicou algumas das maiores mudanças que o ensino superior experimentou nos últimos anos. Iniciado em maio de 1998, quando os quatro Ministros da Educação da Alemanha, da França, da Itália e do Reino Unido assinaram a Declaração de Sorbonne, em que se estabeleceram uma série de objetivos a cumprir que tinham como meta final criar um espaço europeu de ensino superior, no qual os diferentes sistemas nacionais partilhassem intrinsecamente muitos dos mesmos critérios e princípios formais de educação.

Os desafios da implementação deste tratado constituem:

- ✓ Reorganização dos graus e diplomas;
- ✓ Implementação dos instrumentos que facilitem a mobilidade e a empregabilidade, tais como o sistema de créditos ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*);
- ✓ Organização do ensino superior em ciclos de estudo com durações mais curtas e flexíveis;
- ✓ Resistências à implementação das mudanças que dificultam a criação de um verdadeiro espaço europeu de ensino;
- ✓ Sistema de avaliações em que a definição de equivalências claras entre notas de diferentes países continua a ser alvo de confusões e indefinição.

Visualiza-se que ainda há um longo caminho a percorrer até chegar à verdadeira harmonização do ensino prevista nos objetivos da Declaração para que o estudante possa se deslocar a nível acadêmico e profissional para os países que fazem parte desse acordo, e para os demais.

1.8 Dirigentes da Universidade Federal do Tocantins

LUÍS EDUARDO BOLOVATO - Reitor



Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal do Mato Grosso (1988), especialização em Ensino de Geociências pela Universidade Estadual de Campinas, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007).

Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: lençol freático, aquífero, água subterrânea, saúde coletiva e contaminação bacteriológica.

ANA LÚCIA DE MEDEIROS - Vice - Reitora



Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1997), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2001) e doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013). Realizou estágio doutoral no ISCTE/IUL em Lisboa - PT (2012).

Atualmente é Professora Associada do curso de Ciências Econômicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFT. Foi coordenadora do curso de Ciências Econômicas, Pró-reitora de Administração e Finanças da UFT, Pró-reitora de Avaliação e Planejamento e diretora do Câmpus de Palmas, coordenadora da área temática: trabalho, organização e sociedade da

Divisão dos Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (Anpad), parecerista de revistas científicas na área de ciências administrativas, avaliadora da Divisão de Estudos Organizacionais da Anpad. Tem experiência na área de planejamento, avaliação, gestão e finanças em universidade pública. Tem interesse nos seguintes temas de pesquisa: gestão pública - gestão, dignidade e cidadania organizacional - gestão Universitária; financiamento das políticas públicas e desenvolvimento regional.

EDUARDO ANDREA LEMUS ERASMO - Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento



Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988) e doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995).

Atualmente é Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Produção Vegetal (Mestrado e Doutorado). Desenvolve trabalhos de pesquisa nas áreas de ecologia e manejo de plantas daninhas, cultivo de pinhão manso e extrato de plantas para fins alelopáticos. É coordenador do

grupo de pesquisa *Jatropha curcas* - Tocantins. É líder do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Ecofisiologia e manejo de plantas daninhas. Faz parte da Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas. Possui experiência na área de gestão e avaliação universitária, tendo ocupado diversos cargos desde o ano de 1996. Foi Diretor do Câmpus de Gurupi da UFT

nos períodos de 2007 a 2011 e de 2011 a 2015. É Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento desde junho de 2015. Foi bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq Nível 2, de 2014 a 2017.

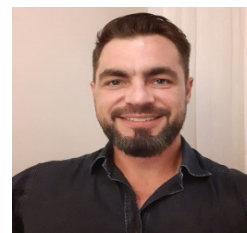
JAASIEL NASCIMENTO LIMA - Pró-Reitor de Administração e Finanças



Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins (2003), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Tocantins (2008), especialização em Gestão Pública, Agente de Inovação Tecnológica (Agintec) e mestrado em Gestão de Políticas Públicas.

Atualmente é Economista da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Economia e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atuando principalmente nos seguintes temas: orçamento público, finanças públicas, administração pública e gestão de políticas públicas.

EDUARDO CEZARI - Pró-Reitor de Graduação



Doutor em Educação em Ciências e Matemática, mestre em Ciências do Ambiente e licenciado em Ciências Biológicas.

Professor do Curso de Pedagogia/Palmas e do Mestrado Profissional em Educação. Desenvolve estudos e pesquisas no campo da formação de professores e na gestão acadêmica dos cursos de graduação.

RAPHAEL SANZIO PIMENTA - Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação



Possui graduação em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestrado e doutorado em Ciências Biológicas (Microbiologia) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado em fitopatologia pelo *United States Department of Agriculture* (USDA).

Atualmente é Professor Associado do curso de Medicina e dos Programas de Pós-graduação em Biodiversidade e Biotecnologia (Bionorte), Ciência e Tecnologia de Alimentos e Ciências da Saúde. Exerce o cargo de Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação desde agosto de 2016.

Tem experiência na área de microbiologia, com ênfase em biotecnologia, ecologia microbiana, atuando principalmente sobre biodiversidade, bioprospecção e controle biológico.

MARIA SANTANA FERREIRA MILHOMEM - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários



Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Luterano Superior de Palmas (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010) e doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (2018).

Atualmente é Professora Adjunta III e Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins. Coordenadora do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (Forproex) da Região Norte. Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território. Tem experiência com comunidades tradicionais, atuando

principalmente nos seguintes temas: saberes, decolonialidade, etnia/raça, educação intercultural e violência.

VÂNIA MARIA DE ARAÚJO PASSOS - Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas



Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras de Araguari, MG (1988), especialização em Avaliação Educacional (UnB - 1998), especialização em Administração Educacional: política, planejamento e gestão (UnB/UNITINS - 1992), mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2011).

Atualmente é Professora Adjunta do curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional em Educação. Atua na área educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: formação, profissionalização e prática docente; avaliação educacional e avaliação institucional.

KHERLLEY CAXIAS BATISTA BARBOSA - Pró-Reitor de Assuntos Estudantis



Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, licenciado, bacharel e mestre em Teologia pela Pontifícia Faculdade San Bonaventura-Roma/Itália. Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS).

Professor Associado do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Desde agosto de 2016, exerce a função de Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UFT. Área de atuação: Ética e Filosofia Política.

JOÃO BATISTA MARTINS TEIXEIRA - Prefeito Universitário

Possui graduação em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2007) e graduação em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2017), especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Estadual de Maringá (2011), MBA em Gerenciamento de obras, tecnologia e qualidade da construção pelo Instituto de Pós-graduação e Graduação (IPOG) (2016) e mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (2018).



Atualmente é Engenheiro da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

KLEBER ABREU SOUSA - Superintendente de Comunicação

Possui graduação em Administração de Empresas, mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas, doutorado na área de Gestão da Inovação pela Universidade Federal do Amazonas, e pós-doutorado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).



Atualmente é Professor Adjunto do curso de Administração e do Programa de Mestrado em Inovação Tecnológica. Tem experiência na área de Administração de Negócios, atuando principalmente nos seguintes temas: marketing organizacional, gestão de novos negócios e inovação.

JULIANO ALVES RIOS - Superintendente de Tecnologia da Informação

Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2002), especialização em Administração Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2011).



Atualmente é Analista de Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Metodologia e Técnicas da Computação.

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



	1	2	3	4
Global Equities	1.5	2.5	3.5	4.5
Global Bond	1.5	2.5	3.5	4.5
MSCI EM	1.5	2.5	3.5	4.5
S&P 500 Index	1.5	2.5	3.5	4.5

	Global Equities	Global Bond	MSCI EM
Value	2.4	4.4	1.8
Volatility	4.8	2.5	3.5

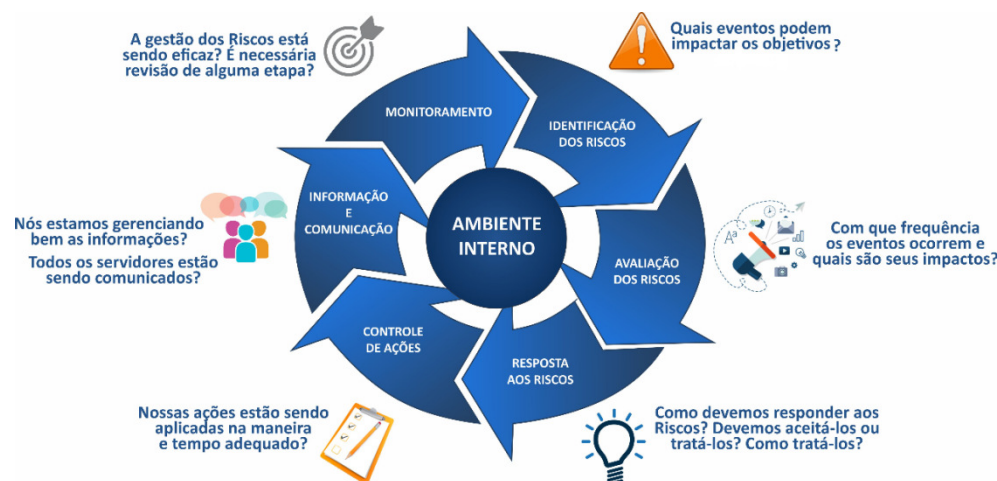
2.1 Gestão de Riscos e Controles Internos

A governança pública é estabelecida com o desenvolvimento de seus três mecanismos, sendo liderança, estratégia e controle. Este último representa os controles desenvolvidos para mitigar os riscos.

Risco é o efeito da incerteza dos objetivos da Instituição e, quando gerenciados, proporcionam uma garantia razoável de atingimento dos objetivos. Dessa forma, todas as atividades, em todos os níveis, apresentam riscos que devem ser mitigados de maneira que seu nível seja o mais baixo possível e dentro do apetite definido pela Instituição.

Em 2016, foi iniciado na UFT o processo de gestão de riscos e a inserção da cultura de monitoramento dos riscos e fornecimento de informações relevantes para a tomada de decisão, sendo aprovada a Resolução Consuni nº 06/2016.

A metodologia definida está organizada em cinco etapas, a saber: estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos; e duas etapas de suporte: comunicação e consulta e monitoramento e análise crítica. As duas etapas de suporte visam a aprimorar o gerenciamento dos riscos, levando as informações ao Comitê de Governança, Riscos e Controles para que seus integrantes tenham conhecimento dos níveis de risco e possam utilizar a informação para tomar as decisões necessárias para seu monitoramento.



Fonte: <http://www.dnit.gov.br/planejamento-estrategico/riscos-corporativos/gestao-de-riscos-corporativos-no-dnit>

O processo de gestão de riscos adota as seguintes categorizações de riscos:

I – Riscos estratégicos: estão associados à tomada de decisão que pode afetar negativamente o alcance dos objetivos da organização;

II – Riscos operacionais: estão associados à ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, estrutura, pessoas, sistemas, tecnologia, assim como de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes).

Já em 2018, tendo como base a relação de riscos estratégicos identificados no PDI, foi novamente realizada a avaliação dos riscos estratégicos com a aplicação de 21 questionários aos integrantes do Comitê de Governança: Reitor e Vice-reitora, Pró-reitores, Superintendentes, Diretores vinculados diretamente ao Reitor, Prefeito Universitário, Diretores de câmpus e Auditoria Interna.

A mensuração dos riscos foi realizada considerando a combinação das variáveis de Probabilidade e Impacto em uma escala de 1 a 5 pontos e o resultado foi demonstrado na matriz de exposição de risco.

A categorização de riscos nos diferentes graus de severidade permite definir as possíveis ações de mitigação a serem implantadas, com o objetivo de mitigar a ocorrência dos riscos e/ou minimizar seu impacto.

Matriz de Exposição ao Risco

Impacto		Probabilidade					
		1	2	3	4	5	
5	Alto	16	17	23	24	25	Indispensável gerenciar e monitorar riscos
		14	15	20	21	22	
3	Médio	6	7	13	18	19	Esforço de gerenciamento necessário
		4	5	10	11	12	
1	Baixo	1	2	3	8	9	Aceitar os riscos

Fonte: Adaptado de *TreasuryBoardof canada Secretariat*.

Buscando a integração do PDI com o gerenciamento de riscos, as ações de mitigação foram definidas de acordo com as que estavam descritas no plano e, assim, com a utilização do sistema Naus², passaram a ter sua execução e monitoramento realizados.

O Quadro seguinte “Identificação dos Riscos e Ações de Mitigação” tem o objetivo de esclarecer as formas de mitigação que foram utilizadas, as Unidades Gestoras responsáveis, o grau de risco envolvido e as ações correlacionadas no planejamento, além de apresentar a evolução da percepção dos riscos da UFT, permitindo o estabelecimento de prioridades para as unidades e auxiliando no gerenciamento dos riscos institucionais.



² Realiza o monitoramento do PDI com o acompanhamento da execução do Plano Anual de Trabalho (PAT).

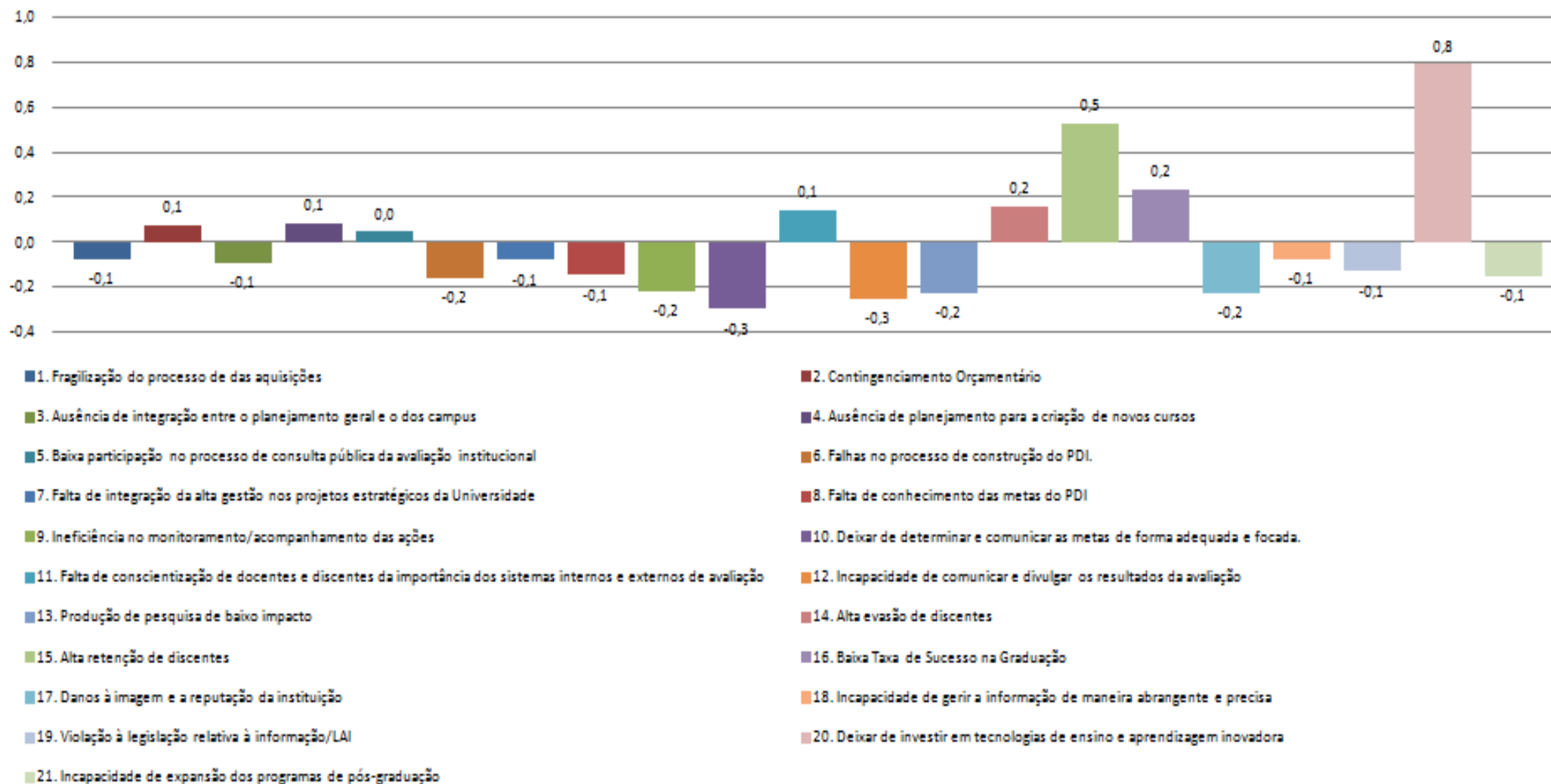
Identificação dos Riscos e Ações de Mitigação

Risco Diretriz do PDI	Grau de Risco 2016	Grau de Risco 2017	Grau de Risco 2018	Grau de Risco 2019	Grau de Risco 2020	Ação de Mitigação
1. Fragilização do processo das aquisições Diretriz 4.3	13,4 Amarelo	12,1 Amarelo	9,9 Amarelo	8,0 Verde	12,4 Amarelo	Buscar novas formas para realizar levantamento de demandas nos câmpus e aprimoramento dos instrumentos e informações referentes às aquisições.
2. Contingenciamento Orçamentário Diretriz 4.5	20,3 Vermelho	18,5 Vermelho	16,6 Amarelo	20,2 Vermelho	21,8 Vermelho	Buscar novas fontes de financiamento: receitas próprias e recursos descentralizados (convênios, parcerias); buscar a redução das despesas de manutenção da Instituição
3. Ausência de integração entre o planejamento geral e o dos câmpus Diretriz 1.1	14,2 Amarelo	12,9 Amarelo	10,6 Amarelo	12,1 Amarelo	12,8 Amarelo	Alinhar Planos de Trabalho Anuais (PATs) das Pró-reitorias com o dos câmpus.
4. Ausência de planejamento para a criação de novos cursos Diretriz 1.1 Diretriz 3.1	13,3 Amarelo	13,3 Amarelo	11,5 Amarelo	8,4 Verde	14,4 Amarelo	Planejar a abertura de novos cursos com base na estrutura física e de pessoal da Universidade; aceitar a criação de novos cursos após estudo de viabilidade econômica e social
5. Baixa participação no processo de consulta pública da avaliação institucional Diretriz 1.3	12,3 Amarelo	12,7 Amarelo	8,9 Verde	7,7 Verde	12,8 Amarelo	Fortalecimento do processo de divulgação da campanha de avaliação institucional
6. Falhas no processo de construção do PDI Diretriz 2.1	8,7 Verde	8,7 Verde	8,8 Verde	8,9 Verde	7,3 Verde	Realização de reuniões de monitoramento e avaliação para revisão
7. Falta de integração da alta gestão nos projetos estratégicos da Universidade Diretriz 1.1	10,2 Amarelo	6,2 Verde	10,5 Amarelo	7,6 Verde	9,4 Amarelo	Integrar a alta gestão nas atividades estratégicas da instituição
8. Falta de conhecimento das metas do PDI Diretriz 1.1	13,8 Amarelo	13,3 Amarelo	8,0 Verde	8,8 Verde	11,8 Amarelo	Divulgação do PDI
9. Ineficiência no monitoramento/acompanhamento das ações Diretriz 2.1	12,6 Amarelo	10,1 Amarelo	7,9 Verde	8,0 Verde	9,8 Amarelo	Realização de monitoramento efetivo das ações
10. Deixar de determinar e comunicar as metas de forma adequada e focada Diretriz 2.1	11,4 Amarelo	8,8 Verde	7,6 Verde	9,7 Amarelo	8,0 Verde	Realizar reuniões de acompanhamento do cumprimento das metas
11. Falta de conscientização de docentes e discentes da importância dos sistemas internos e externos de avaliação Diretriz 1.3	14,7 Amarelo	15,3 Amarelo	8,9 Verde	9,0 Amarelo	16,8 Amarelo	Elaborar material explicativo sobre processos avaliativos, realizar conscientização nos colegiados
12. Incapacidade de comunicar e divulgar os resultados da avaliação Diretriz 1.4	10,5 Amarelo	9,2 Amarelo	7,3 Verde	8,3 Verde	7,8 Verde	Elaboração de material para a divulgação dos resultados da avaliação interna e externa.
13. Produção de pesquisa de baixo impacto Diretriz 3.4 Diretriz 3.6	12,4 Amarelo	11,9 Amarelo	9,4 Amarelo	8,8 Verde	9,6 Amarelo	Criar programas de estímulo à pesquisa, com estabelecimentos de critérios para garantir a qualidade da pesquisa a ser realizada
14. Alta evasão de discentes Diretriz 3.1	15,6 Amarelo	17,7 Amarelo	11,4 Amarelo	17,7 Amarelo	18,1 Vermelho	Apoio psicopedagógico, análise de reintegração de ex-alunos e ingressos especiais, ampliação dos programas de permanência estudantil
15. Alta retenção de discentes Diretriz 3.1	12,1 Amarelo	15,9 Amarelo	10,7 Amarelo	15,5 Amarelo	18,5 Vermelho	Melhorar as políticas de acompanhamento dos discentes; criar mecanismos capazes de qualificar as aulas ministradas pelos docentes
16. Baixa Taxa de Sucesso na Graduação Diretriz 3.1	14,1 Amarelo	16,8 Amarelo	10,7 Amarelo	15,6 Amarelo	17,4 Amarelo	Acompanhar o rendimento acadêmico e monitorar os principais fatores que levam a baixas taxas de graduação
17. Danos à imagem e à reputação da Instituição Diretriz 3.7	14,0 Amarelo	11,2 Amarelo	9,3 Amarelo	9,6 Amarelo	10,8 Amarelo	Divulgar ações que tenham impacto positivo para a sociedade e para a comunidade acadêmica
18. Incapacidade de gerir a informação de maneira abrangente e precisa Diretriz 3.7	11,8 Amarelo	9,8 Amarelo	8,3 Verde	9,2 Amarelo	10,9 Amarelo	Desenvolver estratégias de disseminação da informação dentro da Instituição de forma clara e precisa
19. Violação à legislação relativa à informação/LAI Diretriz 3.7	10,1 Amarelo	7,7 Verde	7,7 Verde	9,0 Amarelo	8,8 Verde	Conscientização dos setores sobre a necessidade de atendimento às solicitações e realizar o acompanhamento das ações
20. Deixar de investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras Diretriz 3.1	7,3 Verde	7,7 Verde	10,8 Amarelo	13,1 Amarelo	13,1 Amarelo	Realizar capacitações sobre tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras
21. Incapacidade de expansão dos programas de pós-graduação Diretriz 3.2 Diretriz 3.4	11,3 Amarelo	13,7 Amarelo	7,8 Verde	9,9 Amarelo	9,6 Amarelo	Incentivar a produção acadêmica
22. Deteriorização dos imóveis Diretriz 5.9	9,9 Amarelo	6,2 Verde	8,9 Verde	10,4 Amarelo	13,8 Amarelo	Alocar recursos para manutenção
23. Baixo desempenho nos serviços de manutenção predial Diretriz 5.9	12,0 Amarelo	12,0 Amarelo	9,8 Amarelo	9,1 Amarelo	12,5 Amarelo	Fortalecer mecanismos de controle e fiscalização

24. Alta rotatividade do corpo técnico Diretriz 4.2	13,5 Amarelo	14,9 Amarelo	9,4 Amarelo	6,0 Verde	10,9 Amarelo	Investir em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e políticas de retenção de pessoal (flexibilização, remuneração, capacitação, etc)
25. Falta de segurança nos edifícios levando a roubos Diretriz 5.9	14,9 Amarelo	9,3 Amarelo	8,0 Amarelo	9,3 Amarelo	11,1 Amarelo	Implementar ações que visem a fortalecer a vigilância universitária nos câmpus da UFT
26. Alocação do corpo técnico de forma a não considerar perfil de trabalho Diretriz 4.2	11,8 Amarelo	12,6 Amarelo	8,8 Verde	6,9 Verde	12,3 Amarelo	Implantar a política de gestão por competências
27. Desmotivação dos servidores Diretriz 4.1 Diretriz 4.2	13,2 Amarelo	14,1 Amarelo	10,3 Amarelo	9,4 Amarelo	15,2 Amarelo	Investir em QVT e políticas de retenção de pessoal (flexibilização, remuneração, capacitação, etc)
28. Sentimento de desvalorização profissional Diretriz 4.1 Diretriz 4.2	16,0 Amarelo	14,5 Amarelo	9,7 Amarelo	7,4 Verde	14,4 Amarelo	Investir em QVT e políticas de retenção de pessoal (flexibilização, remuneração, capacitação, etc)
29. Ausência de formalização de procedimentos administrativos Diretriz 4.3	15,7 Amarelo	14,6 Amarelo	7,5 Verde	8,2 Verde	12,1 Amarelo	Formalizar procedimentos através da instituição de manuais e realizar treinamentos.
30. Ausência de definição de atribuição dos servidores/setores Diretriz 4.3	12,5 Amarelo	12,6 Amarelo	7,7 Verde	9,5 Amarelo	11,7 Amarelo	Realizar mapeamento de atribuições dos setores e servidores
31. Deficiências na fiscalização de contratos de obras e serviços Diretriz 5.9 Diretriz 5.12	11,8 Amarelo	11,1 Amarelo	9,3 Amarelo	8,4 Verde	10,5 Amarelo	Capacitar os fiscais de contrato; distribuir os contratos para que um mesmo fiscal não fique responsável pela fiscalização de vários contratos
32. Deficiência no processo de recebimento de bens e serviços contratados Diretriz 4.3	12,7 Amarelo	12,1 Amarelo	8,4 Verde	8,0 Verde	9,4 Amarelo	Criar comissão de recebimento de bens; capacitar a comissão para que receba somente os bens que estiverem de acordo com o que foi adquirido
33. Deficiência na prestação de contas Diretriz 4.3	13,9 Amarelo	11,6 Amarelo	7,1 Verde	9,3 Amarelo	10,1 Amarelo	Melhorar e ampliar os instrumentos de prestação de contas
34. Incapacidade de identificar obrigações e necessidades futuras Diretriz 4.5	13,0 Amarelo	9,6 Amarelo	8,7 Verde	8,7 Verde	9,8 Amarelo	Promover ações voltadas à sustentabilidade orçamentária
35. Incapacidade de obter potenciais fontes de recursos para a Instituição Diretriz 4.5	14,0 Amarelo	9,2 Amarelo	10,0 Amarelo	12,4 Amarelo	12,8 Amarelo	Desenvolver política de captação de recursos próprios
36. Inadequações dos projetos de infraestrutura com as diretrizes legais Diretriz 5.6	11,3 Amarelo	11,2 Amarelo	6,7 Verde	8,8 Verde	10,1 Amarelo	Desenvolver projetos que estejam em conformidade com as diretrizes legais
37. Falhas na fiscalização a execução da obra Diretriz 5.12	13,3 Amarelo	11,7 Amarelo	7,2 Verde	6,8 Verde	9,7 Amarelo	Capacitar os fiscais das obras
38. Ausência de dimensionamento da capacidade física instalada Diretriz 5.1	12,1 Amarelo	9,5 Amarelo	7,6 Verde	7,8 Verde	8,1 Verde	Planejar os espaços físicos de acordo com as unidades que irão abrigar e as necessidade futuras de cada setor
39. Desastre em TI – perda de informação ou hardware central Diretriz 5.4	12,7 Amarelo	10,9 Amarelo	8,0 Verde	14,0 Amarelo	12,5 Amarelo	Aumentar investimento em segurança dos dados
40. Ausência de controle de acesso e condições de armazenamento de produtos perigosos/produtos químicos controlados Diretriz 5.5	12,5 Amarelo	11,5 Amarelo	8,6 Verde	10,1 Amarelo	10,5 Amarelo	Estabelecer política de segurança de produtos perigosos/químicos
41. Desvio de produtos perigosos/produtos químicos controlados para fins ilícitos. Diretriz 5.5	11,2 Amarelo	11,8 Amarelo	8,2 Verde	9,8 Amarelo	8,2 Verde	Estabelecer política de segurança de produtos perigosos/químicos
42. Não atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle	*	*	6,8 Verde	9,7 Amarelo	9,6 Amarelo	Realizar o acompanhamento do atendimento às recomendações

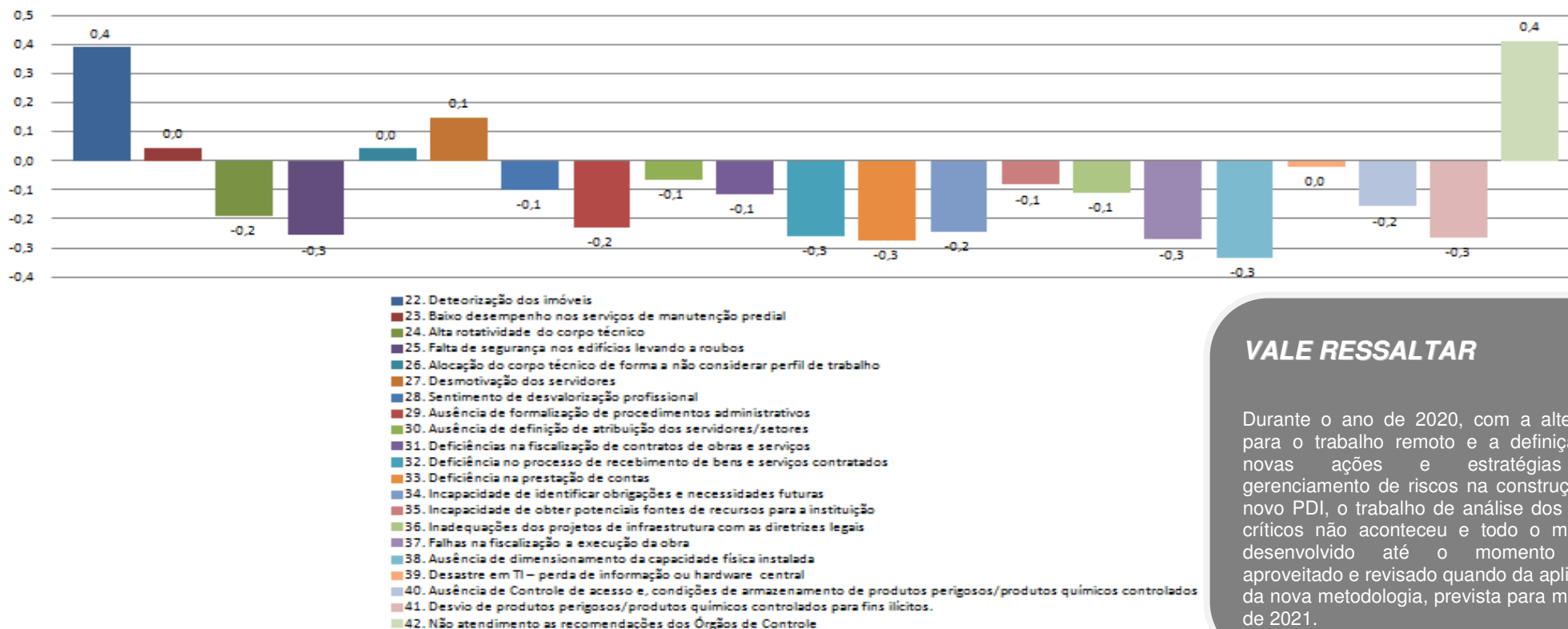
Fonte: Proap / 2021. * risco inserido no ano de 2018.

Evolução da Avaliação de Riscos 2016-2020



Fonte: Proap / 2021.

Evolução da Avaliação de Riscos de 2016-2020



Fonte: Proap / 2021.

Os riscos da Universidade estão sendo monitorados desde 2016 e sua evolução pode ser percebida nos gráficos acima. É importante destacar que o resultado dos níveis de risco é calculado com a média da percepção dos gestores que respondem ao questionário aplicado e para a análise do nível de risco referente ao ano de 2020, das 21 unidades gestoras, apenas 13 se manifestaram.

Quanto à análise, dos 42 riscos avaliados, 29 apresentaram redução e as mais significativas são de 0,3 pontos (deixar de determinar e comunicar as metas de forma adequada e focada; incapacidade de comunicar e divulgar os resultados da avaliação; falta de segurança nos edifícios levando a roubos; deficiência no processo de recebimento de bens e serviços contratados; deficiência na prestação de contas; incapacidade de identificar as obrigações e necessidades futuras; falhas na fiscalização e execução da obra; ausência de dimensionamento da capacidade

física instalada; desvio de produtos perigosos/produtos químicos controlados para fins ilícitos). Dentre os riscos que apresentaram aumento, apenas um foi significativo, chegando a 0,8 pontos (deixar de investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras), demonstrando que a situação de pandemia requer mais investimentos nas tecnologias para que se alcance todos os estudantes e as atividades continuem a ser realizadas.

A variação dos níveis de risco demonstra que a Universidade tem utilizado os resultados, concentrando os esforços necessários às ações de mitigação, fortalecendo assim os mecanismos de governança com a instituição de controles que contribuam para o atingimento da missão institucional. A difusão do gerenciamento de riscos é um desafio na Universidade e o objetivo principal é que seja levado a todas as áreas e níveis a fim de promover a definição dos riscos operacionais.

VALE RESSALTAR

Durante o ano de 2020, com a alteração para o trabalho remoto e a definição de novas ações e estratégias de gerenciamento de riscos na construção do novo PDI, o trabalho de análise dos riscos críticos não aconteceu e todo o material desenvolvido até o momento será aproveitado e revisado quando da aplicação da nova metodologia, prevista para meados de 2021.

No período de 2016 a 2017, a mensuração de riscos estratégicos utilizou um formulário que avaliava os riscos de forma mais genérica e, a partir de 2018, iniciou-se a utilização de um modelo que permite a avaliação dos riscos de forma mais precisa.

No ano de 2018, iniciou-se de forma gradual a avaliação de riscos nos processos críticos. Entende-se que estes riscos impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

No ano de 2019, foi dada continuidade ao mapeamento e mensuração dos riscos nos processos críticos. Dessa forma, foi realizada a avaliação de 41 processos nas Unidades: Prefeitura Universitária (13), Pró-reitoria de Administração e Finanças (8) e Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (20).

SAIBA MAIS

https://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=6506dbde-cf95-40a8-93db-305b34402b77&folder_name=Gest%C3%A3o%20de%20Riscos

2.2 Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

No que tange a devolução ao erário, a Lei 8.112/90 determina:



“[...] Art. 46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001).

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001).

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, à tutela antecipada ou à sentença, que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.”



Dessa forma, sempre que o Setor de Procedimentos Disciplinares (SPAD), por meio do procedimento disciplinar, apura a autoria e a materialidade de fato que possa gerar a necessidade de ressarcimento ao erário, os autos são encaminhados à Progedep, após a publicação da decisão final do processo instaurado, para que os trâmites do ressarcimento sejam efetivados. A Progedep também promove a realização do ressarcimento ao erário de valores devidos em virtude do processamento da folha de pagamento, a exemplo do recebimento indevido de remuneração, auxílios em geral e funções gratificadas.

O procedimento adotado pela Progedep consiste, basicamente, na instauração de processo de ressarcimento ao erário, observados os princípios da ampla defesa e contraditório. Desde o ano de 2019, foram adotadas medidas para melhoria do fluxo do procedimento de reposição, a exemplo da utilização de *WhatsApp* institucional para a notificação dos servidores, o que promoveu maior celeridade ao trâmite processual, além da análise mais aprofundada da legislação pertinente. No ano de 2020, a Progedep atuou em 128 processos de ressarcimento ao erário, resultando na devolução aos cofres públicos da quantia de R\$ 30.175,53, um acréscimo de mais de 40% em relação ao ano anterior.

VALE RESSALTAR

A **reposição** se refere ao fato de um servidor ter que restituir ao erário um valor recebido indevidamente. Esse tipo é o que a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas realiza à medida que se analisa cada processo da folha de pagamento. Quando se constata que houve um valor recebido indevidamente, caso seja do mês anterior, procede-se ao desconto na folha de pagamento do servidor; não sendo do mês anterior, é necessário instruir um processo específico para a reposição ao erário do valor restante.

A **indenização** ocorre quando o servidor tem que ressarcir ao erário por ter gerado dano ou prejuízo ao patrimônio público, referindo-se à reparação por prejuízo causado. Esse tipo só passa a ser do conhecimento da Progedep a partir do momento em que se recebe a decisão de que o servidor tem que ressarcir determinado valor em virtude de dano causado.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



3.1 Governança e estratégias

VALE RESSALTAR

3.1.1

Governança e Estratégia Institucional

No Plano de Desenvolvimento Institucional para os anos de 2016 a 2020 (Resolução Consuni nº 06/2016), foram definidos os elementos da estratégia institucional, demonstrados no mapa estratégico, e que juntos corroboram os critérios adotados para o alcance da missão da Universidade.

MAPA ESTRATÉGICO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO

- 5 Diretrizes
- 10 Metas
- 38 Ações

UTILIZAR O PDI COMO MATRIZ PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES AFIM DE PROMOVER O ATENDIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

- 1 Diretriz
- 2 Metas
- 9 ações

Integração dos Objetivos Estratégicos da UFT

PROPORCIONAR OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS PRÁTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, CONSIDERANDO COMO META O APRENDIZADO

- 13 Diretrizes
- 41 Metas
- 262 Ações

Garantir condições para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

- 12 Diretrizes
- 32 Metas
- 169 Ações

Desenvolver políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável

- 8 Diretrizes
- 34 Metas
- 174 Ações

Tais critérios se fundem em cinco objetivos estratégicos que norteiam o atingimento da razão de ser da Instituição, sendo que, para isso, foram definidas e distribuídas ações entre as diretrizes e metas do PDI e inseridas no Sistema Naus, onde puderam ser compartilhadas entre as unidades e utilizadas para a construção de seus PATs. Os planos são gerenciados por meio de relatórios do Sistema Naus que demonstram o desempenho das unidades, o cronograma do trabalho da equipe e o cumprimento das diretrizes institucionais, deixando o processo mais transparente e favorecendo a disseminação da cultura de planejamento.

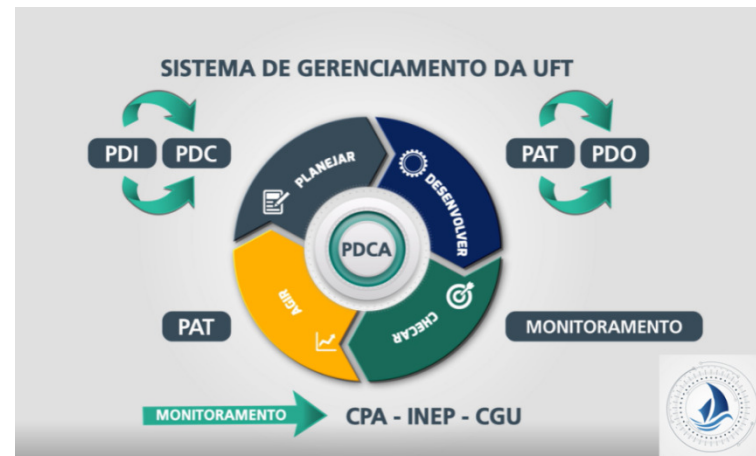
Todo o processo anteriormente relatado é acompanhado pela equipe de governança da Instituição durante as Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), que são realizadas duas vezes por ano, e têm como principal objetivo acompanhar os resultados obtidos, alinhando os pontos incoerentes, de acordo com o planejado, com os riscos institucionais e definindo novas metas, quando necessário.

Os riscos são utilizados como ferramenta de gestão para definir prioridades e tomar decisões estratégicas.

A cultura de planejamento é propagada também com o alinhamento do PAT ao



Plano de Distribuição Orçamentária (PDO), plano que demonstra a estratégia institucional para a definição da distribuição orçamentária na Universidade. Este plano é aprovado pelo Conselho Universitário, gerenciado pela Proap com a utilização do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e sua execução pode ser acompanhada nos painéis da sessão de orçamento do Portal de Transparência da Universidade.



SAIBA MAIS

As informações sobre a execução orçamentária podem ser encontradas no link <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieWVJNTQ2ZTctMDU1Yy00ODdlLk5YzEtY2U1MzIxNWFiYTY3IiwidCI6Ijlk4ZmM5YWY2LWZkOWItNGI5Yi1hZjA2LTNiY2VjYmQwNzNkMlslmMiOjR9>

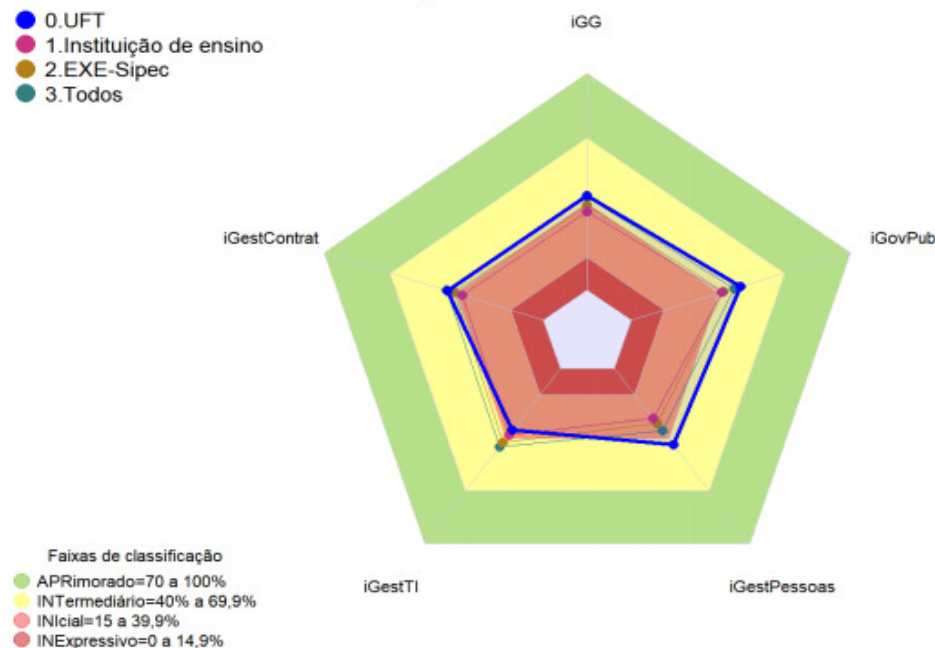
VALE RESSALTAR

Com a finalização do PDI 2016-2020, iniciou-se um novo ciclo de planejamento na Universidade e um novo mapa estratégico está sendo desenhado, alinhando os desafios aos objetivos estratégicos e indicadores, além da inserção de um novo modelo de gestão de riscos institucionais para direcionar os mecanismos de governança a todas as áreas e a todos os níveis da Universidade.

3.1.1.1 Resultados da Avaliação de Governança e Transparência

Desde 2007, o Tribunal de Contas da União tem realizado trabalhos de análise da governança no setor público e, a partir de 2017, unificou os levantamentos realizados em um único índice, surgindo assim o iGG – Índice Geral de Governança e Gestão, indicador mensurado com a aplicação de questionários de autoavaliação nas instituições e visa a avaliar as perspectivas 1 – Governança, Liderança, Estratégia e *Accountability*; 2 – Gestão de Pessoas, Gestão de TI e Gestão de Contratações e 3 – Resultados Finalísticos. Após a análise da autoavaliação pelo Tribunal, o iGG é calculado com a utilização de subíndices IgovPub - Índice de Governança Pública; iGestPessoas - Índice de Capacidade de Gestão de Pessoas; iGestTI - Índice de Capacidade em Gestão de TI; iGestContrat - Índice de Capacidade em Gestão de Contratos.

Perfil de Governança e Gest Públicas 2018
UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins



No primeiro ciclo de avaliação, o iGG da UFT era de 28% e, no segundo ciclo, em 2018, passou para 43%, principalmente devido aos trabalhos realizados para aprimorar a governança das aquisições, na qual foi apresentada a melhora mais significativa, conforme

demonstrado no quadro abaixo, o que fez com que a Universidade figurasse entre as 20 melhores no quesito de governança pública. Um novo ciclo de avaliação está sendo preparado para ser realizado em 2021.

Tipos de Indicadores de governança 2017-2018

Indicador	2017	2018
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	28%	43%
iGovPub (índice de governança pública)	44%	50%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	31%	45%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	21%	43%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	26%	33%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	32%	35%
iGovContrat(índice de governança e gestão de contratações)	19%	49%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	19%	44%

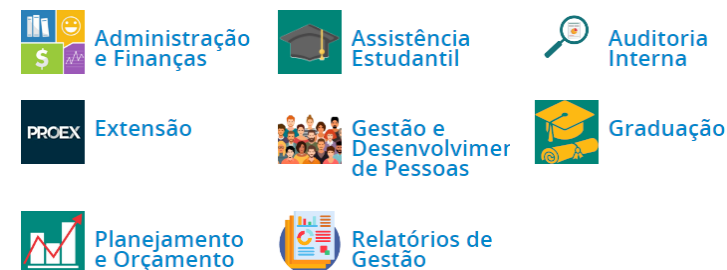
Fonte: TCU, Levantamento de Governança e Gestão Públicas, Relatório individual de autoavaliação Fundação Universidade Federal do Tocantins 2017 e Levantamento de Governança e Gestão Públicas, Relatório individual de autoavaliação Fundação Universidade Federal do Tocantins 2018.

O Relatório completo da UFT referente ao ciclo avaliativo de governança 2018 pode ser encontrado em:

[https://www.tcu.gov.br/igq2018//178-UFT%20\(Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins\).pdf](https://www.tcu.gov.br/igq2018//178-UFT%20(Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins).pdf)

Visando a demonstrar os resultados alcançados pela gestão, a Universidade tem utilizado o Portal da Transparência, local onde são inseridas informações das mais diversas áreas da Instituição e apresentadas à comunidade por meio de painéis responsivos de *business intelligence*, facilitando a compreensão e aprimorando a estratégia de transparência institucional.

Painel da Transparência da UFT



Além disso, também foi disponibilizada no site da UFT a área de acesso à informação, sessão que se utiliza da transparência ativa para publicar mais informações referente à Universidade.

SAIBA MAIS

As informações podem ser consultadas nos links:

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/transparencia>

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/acesso-a-informacao>



3.1.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

3.1.2.1 Apresentação da unidade de Auditoria interna e sua composição.

A unidade de Auditoria Interna (Audin) da Universidade Federal do Tocantins é um órgão técnico de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Superior Universitário, com estrutura definida de acordo com o Regimento Interno: auditor-chefe, auditores internos e equipe de apoio; sendo que, atualmente, é composta por um coordenador e uma auditora interna. Vale ainda informar que não existe a equipe de apoio na estrutura da Audin.

3.1.2.2 Da extensão das informações do presente Relatório.

As informações contidas neste Relatório são relativas aos trabalhos executados no ano de 2020 dentro das temáticas selecionadas por meio da avaliação de riscos, não sendo extensíveis a demais áreas que não as referenciadas neste documento. Diante do quadro funcional da Audin, e por se tratar a auditoria de atividade baseada em amostragem, a asseguarção conferida por esta unidade cinge-se às temáticas dos trabalhos executados em 2020.

3.1.2.3 Da vinculação aos princípios e normas internacionais de auditoria interna.

As atividades desenvolvidas pela unidade de auditoria seguem o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal – Instrução Normativa nº 03/2017, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU). Tal referencial possui alinhamento com as normas internacionais de auditoria, representadas nacionalmente pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

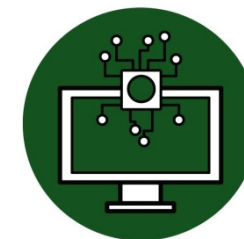
Desde o exercício de 2018, a Audin-UFT se encontra em processo de alinhamento de suas práticas, procedimentos e ações com os parâmetros das normas internacionais de auditoria interna. Teve início com o

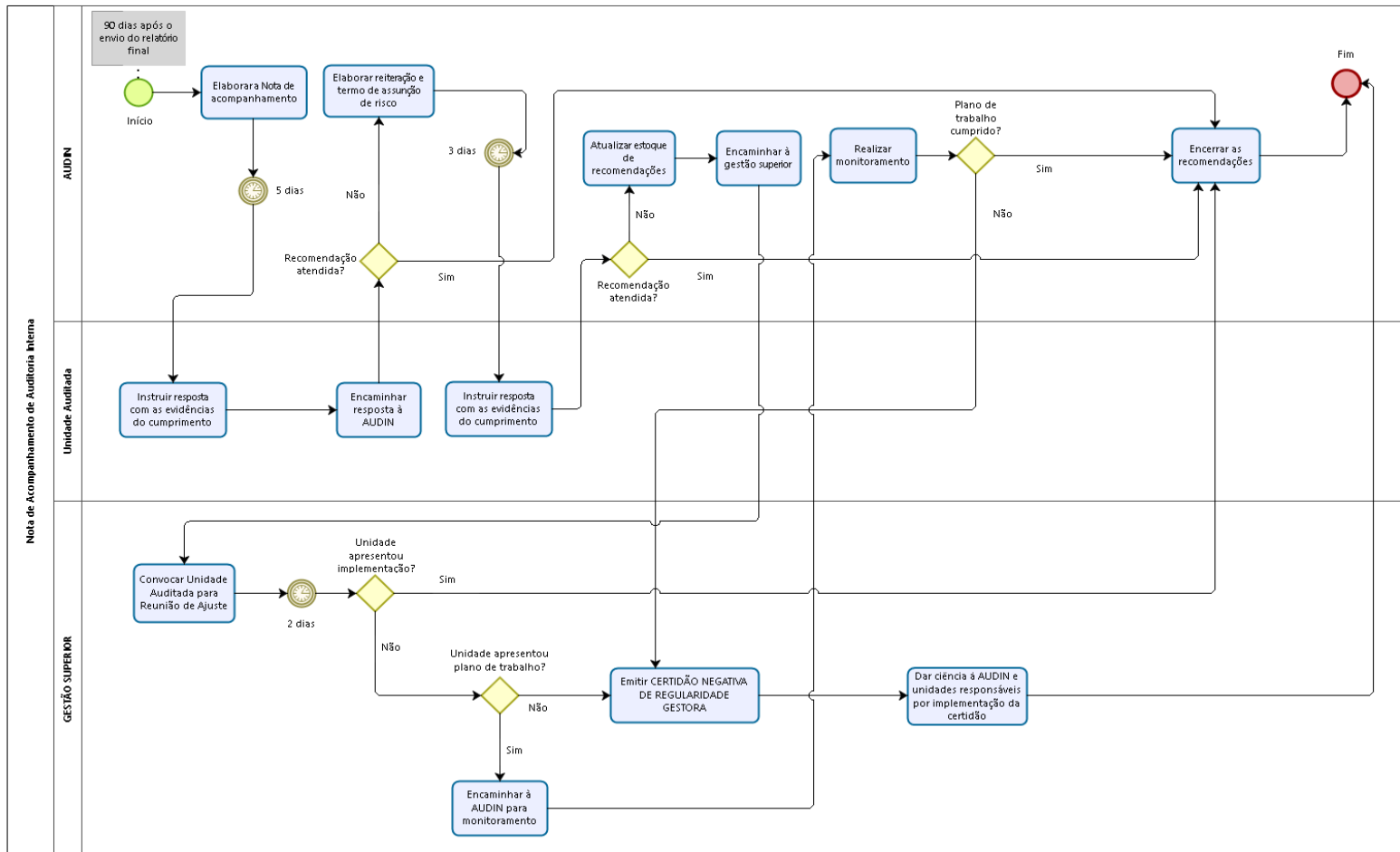
desenvolvimento e implantação da matriz de planejamento de cada ação de auditoria, baseada nos riscos e controles envolvidos no processo, correlacionando-os com os testes, constatações e recomendações emitidas, possibilitando a visualização precisa das situações encontradas e dos controles a serem aperfeiçoados ou implementados para mitigação dos riscos.

Em 2020, o maior avanço decorreu da implantação do Plano de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) Audin-UFT. Tal plano, aprovado pela Resolução nº 12/2019/Consuni/UFT, teve em 2020 a execução das seguintes ações: autoavaliação, validação da autoavaliação pela Controladoria-Geral da União no Estado do Tocantins, avaliação dos trabalhos do ano, avaliação periódica pelo Comitê de Governança, avaliação periódica por análise dos indicadores.

3.1.2.4 Da descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela Unidade Prestadora de Contas (UPC), das recomendações da auditoria interna e informações sobre a existência ou não de sistemática e sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

A atividade se constitui em processo de monitoramento contínuo, desde a emissão até a implementação das medidas indicadas, seguindo o seguinte fluxo, disposto na Resolução nº 02/2019/Consuni/UFT, normativa que dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna da UFT:





Powered by
bizagi
Modeler

Fonte: Elaborado pela Audin.

Segundo a ferramenta desenvolvida pela Audin e aprovada pelo Consuni, as recomendações constantes dos trabalhos de auditoria fazem parte de acompanhamento contínuo, integrando estoque de recomendações que possui classificação por relatório, unidade auditada, assunto, situação de atendimento, prazo de cumprimento, data de atendimento, histórico e unidade responsável pelo atendimento. As informações de tal banco de dados

alimentam os indicadores estatísticos dos trabalhos da Audin, os quais são disponibilizados no Portal da Transparência UFT, bem como na mini-home da unidade no portal da UFT.

Tais indicadores promovem transparência ativa para que tanto as unidades auditadas quanto a sociedade possam acompanhar os índices de recomendações atendidas, em atendimento, não atendidas, com prazo vencido, sua participação por setor, absoluta e percentualmente, bem como os indicadores percentuais de atendimento por ano de emissão e o quantitativo de recomendações atendidas dentro de um ou mais exercícios.

O detalhamento das recomendações também se encontra disponível no mencionado painel, forma de facilitar o acesso à informação pela sociedade, compilando das informações do estoque de maneira que não seja necessário o acesso ao relatório

completo para o acompanhamento. Não obstante, os relatórios completos encontram-se disponíveis para acesso na mini-home da Audin. Dentro de tal detalhamento, encontram-se compilados os resultados dos trabalhos de auditoria de todos os anos, inclusive 2020, por objeto da auditoria, responsável pelo atendimento e demais atributos.

O índice de atendimento às recomendações teve melhoria em seu painel, o qual se encontra preparado para segmentar o atendimento também por

unidade responsável pelo atendimento. Tal funcionalidade foi acrescida às demais já existentes, como segmentação por ano de emissão e quantitativo absoluto.

Também foram atualizados os modelos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), e do Relatório de Auditoria para adotarem o mesmo padrão visual e de conteúdo geral sobre a atividade da Audin. No caso do Relatório de Auditoria, este fora adequado aos requisitos dos referenciais da Controladoria-Geral da União. Tais remodelações farão parte das atualizações previstas para o Manual de Auditoria Interna, Resolução nº 02/2019/Consuni/UFT.

3.1.2.5 Das informações sobre a atuação das áreas de direção e governança da unidade prestadora de contas sobre a estrutura, a atuação e o planejamento da unidade de Auditoria Interna, bem como sobre os resultados da execução das atividades planejadas.

Com a publicação do Manual da Auditoria Interna como Resolução do órgão máximo da Instituição, e este contendo previsão de responsabilização aos gestores, aliado ao monitoramento mais próximo e contínuo feito pela Audin, dentro do fluxo aprovado, esta unidade passou a gozar de maior prestígio e autoridade dentro da Instituição, refletindo diretamente no índice de atendimento às recomendações. Esta foi a mais relevante contribuição da área de gestão e governança para as atividades da Audin.

Em seguida, a aprovação também do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade, com a aplicação de suas primeiras avaliações dentro do ano de 2020, contribuiu para a identificação dos pontos de melhoria mais urgentes para a atividade de Auditoria Interna, e colaborará com o planejamento das ações para os anos seguintes.

3.1.2.6 Das informações quantitativas e qualitativas das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do Relatório de gestão.

A Unidade de Auditoria Interna, no cumprimento das ações consignadas no Paint 2020, bem como nas ações de acompanhamento e assessoramento à alta administração, emitiu os seguintes documentos: Programa de Auditoria, Solicitação de Auditoria, Nota de Acompanhamento e Relatório de Auditoria.

Seguem os quadros listando as atividades e os resultados alcançados:

Quantitativo de trabalhos de Auditoria Interna realizados conforme o Paint.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
Monitoramento das recomendações citadas nos relatórios da CGU, do Sistema Monitor, das demandas do TCU e da Audin.	Verificar as falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no Plano de Providências para sanar as constatações apresentadas por meio de Notas de Auditoria	Manutenção quase estável do índice de atendimento às recomendações da Audin, que sofrera considerável acréscimo no ano anterior. Em 2020, houve pequena redução no índice (2019 finalizou com 52,72% de atendimento e em 2020 o índice encerrou o ano com resultado de 51,80%). No caso das recomendações da CGU, o índice subiu de 25,58% em 2019, para 38,27% em 2020. Em relação às recomendações do TCU, o índice se manteve estável, em 62,75%.	Planilha de consolidação dos indicadores de atendimento às recomendações dos órgãos de Auditoria, a integrar o Relatório de Gestão 2020.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Raint/2019.	Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no Paint/2019 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício abrangido pelo relatório.	Descrição das atividades de auditoria planejadas e realizadas durante o exercício, planejadas e não realizadas e não planejadas e realizadas, bem como a apresentação dos pontos que impactaram positivamente e negativamente na realização das atividades de auditoria.	Raint 2019.
Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint 2021.	Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2021, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da Auditoria Baseada em Riscos (ABR) e sob os critérios da materialidade,	Descrição das atividades de auditoria interna que serão realizadas no exercício de 2021, de acordo com a hierarquização dos riscos, utilizando metodologia adaptada do Referencial de Gestão de Riscos do TCU,	Paint 2021.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
	relevância e criticidade. Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados.	consolidando ferramenta própria de avaliação de riscos e priorização de temáticas e unidades a serem auditadas.	
Transparência no relacionamento com a Fundação de Apoio.	Monitorar o grau de atendimento às recomendações emitidas no trabalho de auditoria realizado em 2019, de acordo com Acórdão nº 1.178/2018/TCU Plenário, que versa sobre os requisitos de transparência na relação Fundação de Apoio e atualizando painel de atendimento aos requisitos e avaliando as ações implementadas.	Fora emitido relatório de auditoria de monitoramento, que realizou adequação em algumas recomendações emitidas no trabalho anterior, bem como avaliou o nível de atendimento do total recomendado para a matéria. Foi verificado o atendimento a algumas recomendações tocantes à transparência e alguns avanços em relação às demais. Os	Relatório final de auditoria nº RA/Audin-UFT/0024942020.94342.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
	Espera-se, com isso, acompanhar o cumprimento das recomendações e a evolução do atendimento aos requisitos de transparência elencados na decisão da corte de contas e incluir os dados no Relatório de gestão no que tange à atuação da Auditoria Interna.	atendimentos estão listados no quadro de benefícios não financeiros. Entretanto, ainda há pendentes aperfeiçoamentos a serem implementados nos controles avaliados.	
Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) – Auxílio-Permanência Temporário, Atenção à Saúde, Participação em Eventos e Monitoria de Inclusão Digital.	Analisar a seleção e concessão dos benefícios aos estudantes por meio de amostras, verificando a regularidade da aplicação dos recursos.	Os trabalhos detectaram a necessidade de reorganização e consolidações dos critérios de concessão e abrangência dos benefícios concedidos. Foram detectadas impropriedades também em relação à acumulação de benefícios e concessão destes a alunos de segunda	Relatório final de auditoria nº RA/Audin-UFT/0014322020.97638.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
		graduação, restando necessário aprimoramento na priorização dos benefícios concedidos aos alunos de primeira graduação.	
Carga horária e transparência das atividades docentes.	Verificar se a Universidade realizou as adequações que foram recomendadas pela CGU quanto à regularização dos normativos referentes à carga horária docente e analisar o cumprimento da carga horária e como se dá a transparência para as atividades docentes.	Os trabalhos identificaram falhas na estrutura atual de controles e ainda incompleto atendimento às ponderações da aplicação da legislação no que tange à jornada de trabalho docente. Dispositivos acerca de comprovação de jornada, carga horária mínima em sala de aula apresentam falhas descritas com detalhes no relatório. Também não foram encontrados indicadores implantados e	Relatório final de auditoria nº RA/Audin-UFT/0022022020.94339.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
		consolidados sobre a temática, para avaliação e tomada de decisão qualificada pela gestão.	
Implantação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).	Aplicar as ferramentas de avaliação para cada trabalho de auditoria, bem como aquelas voltadas para autoavaliação da unidade.	Fora concluída a avaliação dos trabalhos, avaliação do comitê de governança, e estão em fase de compilação os dados e emissão de relatório de avaliação dos trabalhos e indicadores.	Relatório da Autoavaliação 2020 PGMQ
Convênios – projetos Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto).	Avaliar a execução de projetos com relevância e materialidade para verificar a aplicação e efetividade dos controles emprego recursos públicos.	A insuficiência dos controles é evidente na ausência de análise das prestações de conta dos projetos. Verificou-se a contratação de empresa para realizar atividades inerentes ao coordenador de projeto, o acúmulo de carga horária superior	Relatório final de auditoria nº RA/Audin-UFT/0021362020.94342.

ATIVIDADE DE AUDITORIA	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DOCUMENTO PRODUZIDO
		ao que é considerado praticável. Além disso, foi possível verificar também que há acúmulo de recebimento de bolsas e vencimentos.	

Fonte: Arquivo eletrônico Audin-UFT.

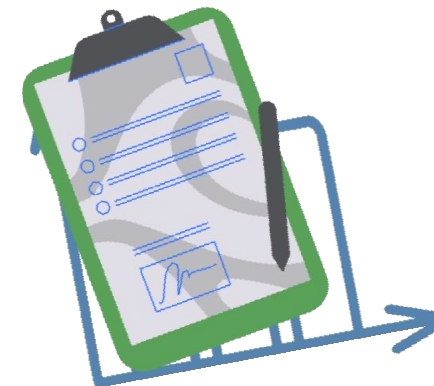
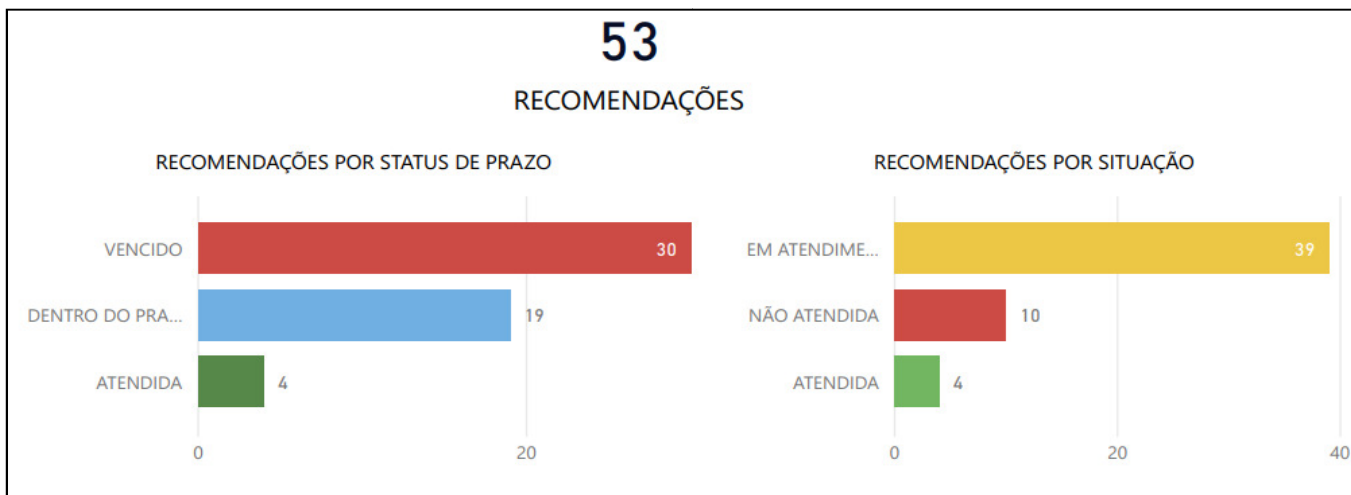
SAIBA MAIS

Durante o exercício de 2020, a Auditoria interna emitiu 53 recomendações, as quais foram inclusas no estoque para monitoramento, e constam do Painel de Monitoramento de Recomendações da Audin (modelo em formato *Business Intelligence* gerado pelo Microsoft Power B.I.®), publicado em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNGU0YzkyMjUtMDJkZS00Njc2LWJlNmMtYjc2NjFjYTdhZWQ3IiwidCI6Ijk4ZmM5YWY2LWZkOWltNGI5Yi1hZjA2LTNiY2VjYmQwNzNkMlslmMiOjR9.>

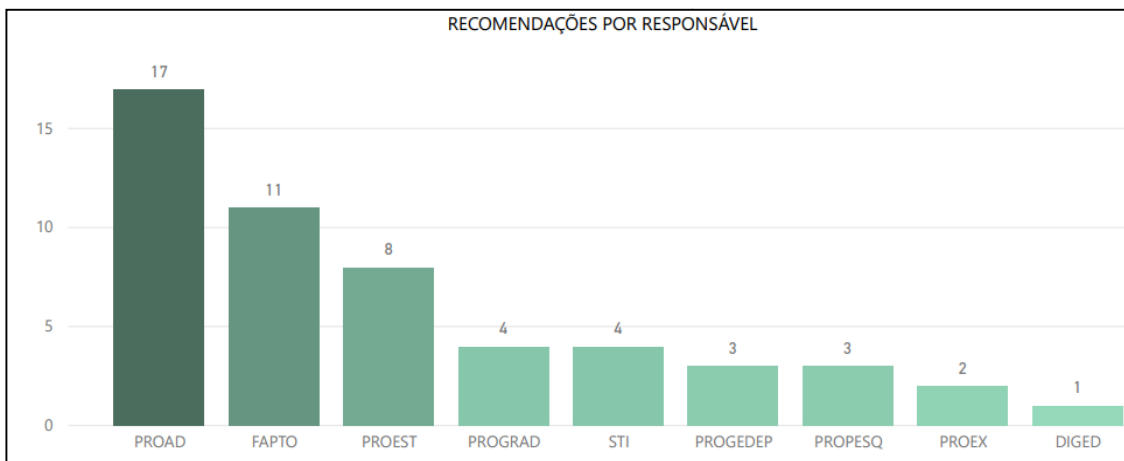
Os gráficos responsivos dos painéis a seguir, quando selecionadas as recomendações emitidas dentro do exercício 2020, trazem a seguinte classificação, conforme situação e prazo de atendimento:

Recomendações emitidas em 2020 por Situação e Status de Prazo



Fonte: Painéis de Transparência e Monitoramento de Recomendações em Auditorias da Audin-UFT.

Recomendações emitidas em 2020 por unidade responsável pelo atendimento



FONTE: Painéis de Transparência e Monitoramento de Recomendações em Auditorias da Audin-UFT.

Percentual de Recomendações atendidas em relação às emitidas em 2020



Fonte: Painéis de Transparência e Monitoramento de Recomendações em Auditorias da Audin-UFT.

Os gráficos anteriores indicam o quantitativo total de recomendações emitidas no exercício, sua situação atual em relação ao atendimento, bem como ao prazo estabelecido para sua conclusão, considerando os Planos de providência, nos termos da Resolução nº 02/2019/Consuni/UFT.

No tocante à situação, tem-se que a maioria das recomendações estão em atendimento (39), ou seja, existe indicativo de ações já iniciadas para sua implementação, número seguido pelo que representa as que não tiveram indícios de cumprimento em andamento (10), e, por último, o número de recomendações atendidas em sua completude (4).

Quanto à classificação em razão do prazo para atendimento, tem-se em primeiro lugar as recomendações com prazo vencido (30), seguidas pelas que se encontram dentro do prazo (19) e logo após pelas atendidas (4).

A distribuição das recomendações por unidade responsável pelo atendimento variaram entre 17 para a que teve mais indicações em sua alçada, até 1 para a unidade que menos teve recomendações a ela direcionadas.

Em relação ao percentual de recomendações atendidas dentre as emitidas em 2020, o índice obtido fora da ordem de 7,55%, valor inferior ao alcançado em 2019, ano quando tal indicador performou 19,05%, segundo dados do Raint 2019.

Compulsando os dados do Paint 2020, recebeu mais recomendações a unidade que teve mais trabalhos planejados para o ano, a Proad, com 2 auditorias realizadas, uma baseada na análise de risco, outra em determinação de Acórdão do Tribunal de Contas da União.

3.1.2.7 Dos critérios e metas adotados no planejamento das atividades e na seleção de áreas, temas ou objetos tratados nas atividades da unidade de auditoria interna, bem como os resultados observados.

A metodologia adotada para a seleção das áreas, temas e objetos tratados nas atividades de 2020 foi a do Planejamento de Auditoria baseado em riscos, conforme orientações técnicas do *The Institute of Internal Auditors (IAA)* e da CGU, no sentido de que a atividade de auditoria deve ser pautada pela avaliação dos riscos institucionais, elencando as unidades e temas de maior relevância para a definição dos trabalhos.

A metodologia foi desenvolvida pela auditoria interna da Universidade Federal do ABC e consiste na hierarquização das ações a serem realizadas de acordo com a visão dos gestores dos níveis estratégico, e tático e operacional e da auditoria interna.

Devido às dificuldades encontradas pela equipe de auditoria em recolher as informações no nível operacional, optou-se então por utilizar a visão dos gestores dos níveis estratégico e tático, até que os conceitos de risco e gestão de riscos estejam completamente

disseminados no ambiente da instituição.

A fim de colaborar com o fomento da gestão de riscos na Universidade, a auditoria interna vem utilizando a metodologia descrita acima antes mesmo de ter sido implementada a Gestão de Riscos por completo na Instituição, no intuito de tornar os gestores cientes dos riscos e buscar mecanismos para tratá-los.

A meta estabelecida para o ano de 2020 fora o cumprimento de 100% das ações previstas no Paint, a serem iniciadas e concluídas dentro de 2020. As ações iniciadas em 2020 foram concluídas dentro do ano. No entanto, o Paint não fora cumprido em sua completude, ficando faltante uma ação prevista. O não cumprimento da ação se deu em virtude da severa diminuição na equipe de trabalho da Audin, a qual iniciara o ano com 4 membros e findara com apenas 2. Após a finalização do ano de 2020, os índices alcançados no sistema Naus foram os seguintes:

Desempenho 2020 da Audin no Naus



Fonte: Sistema Naus-UFT.

Segundo inferem os dados da figura acima, a meta definida para o ano de 2020 fora parcialmente alcançada, e a meta para o ciclo 2016-2020 do PDI se encerrara em 96%.

SAIBA MAIS

A descrição completa da metodologia e do planejamento da Audin em 2020 se encontra consolidada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2020, disponível no link: https://docs.uft.edu.br/share/s/-tXoo5t0Tr2i_xhoGPAxbg.

3.1.2.8 Dos aspectos tratados nas atividades, como, por exemplo, conformidade, desempenho ou resultados, eficiência, adequação de demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, controles internos, gestão de risco, governança.

Inicialmente, pontua-se que os aspectos tratados nos parágrafos que seguem estão relacionados com os trabalhos planejados e desenvolvidos, os quais não contemplaram demonstrações contábeis.

O planejamento das atividades de auditoria realizadas no exercício de 2020 levou em consideração o resultado da metodologia de auditoria baseada em riscos, bem como as áreas e atividades consideradas estratégicas pela equipe da Audin, a partir dos resultados dos dados de materialidade, criticidade, avaliação de riscos e questionários aplicados junto à equipe gestora do órgão.

O item 16 do Ofício nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SESu/SESu-MEC indica a inserção no planejamento das Audin's vinculadas ao Ministério da Educação de avaliação que envolva a execução das ações componentes do Pnaes. Para o ano de 2020, fora desenhada a derradeira ação dessa série, iniciada em 2017. Nesse trabalho, foram estudadas as últimas ações do programa que se encontram vigentes na UFT, a saber: auxílios-permanência temporário, atenção à saúde, participação em eventos e monitoria de inclusão digital.

A atividade desenvolvida sobre tal temática detectou a necessidade de reorganização dos normativos internos atinentes aos benefícios estudados. Fora identificada a falta de consolidação dos critérios de seleção, manutenção e abrangência dos benefícios concedidos, que são lançados periodicamente por meio de edital. Tal conformação deixa as regras mais voláteis e a concessão do benefício menos uniforme. Também foram identificados pontos de aperfeiçoamento no que tange à priorização dos benefícios aos estudantes em primeira graduação.

Em atendimento ao Acórdão nº 1.178/2018 TCU – Plenário, foi dada continuidade a um conjunto de trabalhos sobre a transparência na relação entre Fundação de Apoio e Universidade. Tal série terá 4 ações em anos consecutivos acerca da temática, sendo o primeiro trabalho do tipo avaliação, e os demais de monitoramento e revisão. Em 2020 fora realizado o segundo da série. Dentre os resultados alcançados, fora realizada a revisão e melhoria

nas recomendações emitidas em 2019, bem como a conclusão de que, apesar do avanço em algumas recomendações, os instrumentos de transparência ainda apresentam dados parciais sobre os projetos e convênios firmados pelas duas instituições, com falhas nos critérios elencados no Acórdão. Dentre tais falhas estão, além de informações faltantes, ferramentas de busca ainda inadequadas aos critérios elencados pela corte de contas.

Já em virtude do resultado da avaliação de riscos constante no Paint 2020, fora selecionada a execução de trabalho para avaliar a aplicação dos controles oriundos da Resolução nº 26/2019/Consuni/UFT e demais legislações correlatas, que tratam sobre a carga horária e transparência das atividades docentes. Foram encontradas fragilidades que permitem a ocorrência de discrepâncias quanto à carga horária mínima em sala de aula, a comprovação das demais atividades docentes e sua transparência, bem como a falta de indicadores de produtividade consolidados. Também ocorre dissonância de informações entre unidades auditadas, tornando os controles provisórios, atualmente em vigor, ineficientes. Nesse sentido, o relatório apontou recomendações e direcionamentos para os controles definitivos em desenvolvimento, nos termos da resolução mencionada, visto que os provisórios não se mostraram adequados.

Também em decorrência da avaliação de riscos do Paint 2020, foi realizada avaliação dos controles relativos aos convênios e projetos da UFT com a Fapto. Dentre os projetos avaliados, selecionados em virtude de sua materialidade e relevância, foram identificados controles com falhas que levaram a constatações como desvio de finalidade em alguns atos e cargas horárias excessivas, quando somadas com as demais atividades dos profissionais envolvidos nos projetos.

Registra-se também o elevado tempo entre a expedição do relatório preliminar e o final, tendo em vista a detecção, após resposta dos professores coordenadores envolvidos nos projetos, de que as informações sobre jornada estariam incorretas no Portal da Transparência da UFT. Por tal motivo, a equipe de Auditoria teve de revisar todos os cálculos de jornada, bem como conferir as informações de todos os projetos, demandando tempo elevado para a produção do relatório final, incluindo a resposta aos questionamentos dos coordenadores dos projetos. Por conclusão, os trabalhos constataram que os controles

existentes não são capazes de proteger os projetos das falhas encontradas.

Dentre as áreas avaliadas em 2020, verifica-se a necessidade ainda de estabelecimento de controles nas áreas que foram identificadas inexistência desses. A maioria das 53 recomendações emitidas em 2020 (22 delas) indica a necessidade de criação de controles, um número menor que no ano de 2019, quando dentre as 44 recomendações emitidas, 35 delas foram relativas a controles que não existiam. A razão entre recomendações para instituição de controles e total daquelas emitidas no ano teve índice de 41,50%, enquanto em 2019 essa marca ficou em 79,54%.

A despeito da ainda elevada fragilidade dos controles, os resultados dos trabalhos apontam diminuição das falhas decorrentes da total falta de controle nos processos, que no exercício anterior compuseram a grande maioria dos achados. Os processos analisados demonstraram controles com fragilidades relevantes, porém controles existentes, em sua maioria, indicando algum grau de melhoria nas iniciativas de governança e gerenciamento de riscos.

3.1.2.9 Das informações sobre premissas, restrições e riscos associados à execução do plano da unidade de auditoria interna.

Nos termos da Resolução nº 02/2019/Consuni/UFT, a qual institui o Manual de Auditoria Interna da UFT, as demandas detectadas pontualmente e de caráter não postergável, que ensejem a necessidade de correção de falhas em processos importantes da administração, serão tratadas pelo uso do fluxo da Nota de Auditoria, a qual seguirá os requisitos e procedimentos constantes do aludido manual.

Em atenção a demandas de auditoria extraordinárias, que não ensejem a aplicação do fluxo da Nota de Auditoria, estas terão sua relevância e urgência analisadas, bem como verificada a possibilidade de encaixe junto ao cronograma de auditoria constante no Paint. Caso positivo, a ação será cadastrada seguindo a sequência numérica das ações do Paint, sendo listada como ação não planejada, porém executada no ano, dentro do respectivo Paint.

As premissas nas quais se fundam o presente Paint constam das bases do Plano de Desenvolvimento

Institucional vigente para a Instituição, consubstanciadas em seus eixos de atuação, quais sejam:

- **Eixo nº 01** – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 - Planejamento e Avaliação);
- **Eixo Nº 02** – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);
- **Eixo Nº 03** – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 - Comunicação com a Sociedade e, 9 - Políticas de Atendimento aos Discentes);
- **Eixo Nº 04** – Políticas de Gestão (dimensões Sinaes 5 – Políticas de Pessoal, 6- Organização e Gestão da Instituição e, 10 - Sustentabilidade Financeira); e,
- **Eixo Nº 05** – Infraestrutura Física (dimensão Sinaes 7 – Infraestrutura Física).

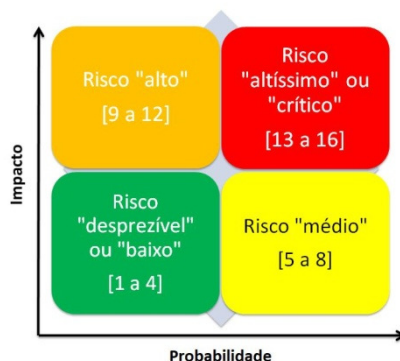
Tais premissas são basilares e norteadoras do planejamento da UFT e a Audin conduz seus trabalhos de maneira alinhada aos eixos, aplicando os pressupostos de auditoria constantes no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Governamental, com base nos princípios fundamentais e demais orientações descritas na Instrução Normativa nº 03/2017/CGU.

As restrições existentes à execução do presente Paint foram levadas em consideração durante o planejamento dos trabalhos, para que estes sejam adequados à capacidade operacional da equipe, que atualmente conta com 2 membros, entre estes o coordenador, frente aos trabalhos necessários para o exercício planejado.

Tendo em vista a restrição orçamentária vigente no Poder Executivo, as atividades foram definidas sob a perspectiva de que possam ser executadas sem o deslocamento de sede dos servidores, que fora previsto apenas em relação às capacitações. Nessa perspectiva, foram planejadas ações contando com os recursos já existentes na Audin, e considerando a previsão de licença-maternidade para uma servidora, com suposto retorno para o segundo semestre. Dessa forma, a unidade, ao lidar com as restrições apresentadas, dimensionara os trabalhos conforme a capacidade operacional prevista.

Foram avaliados os riscos associados à execução do Paint, bem como definidas medidas de mitigação para cada um, aplicada escala de Probabilidade e Impacto com 4 níveis cada, gerando a matriz abaixo, resultado do cruzamento dos fatores:

Matriz de risco execução do Paint



Fonte: Audin/UFT utilizando ABR.

Aplicada a presente matriz e avaliados os riscos para a execução do Paint, a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) consolidou a seguinte tabela de riscos, contendo as respostas definidas para os riscos levantados, bem como as ações a serem implementadas no tratamento, que seguem:



Tabela de riscos execução do Paint

Categoria do Risco	Risco	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco	Resposta ao Risco	Ações
Operacional	Inobservância do Fluxo de Monitoramento das Recomendações do estoque	2	4	8	Mitigar	Destinar horas de trabalho dos auditores da unidade para atualização e providências de monitoramento, e realização dos atos previstos no fluxo.
Tático	Não cumprir em sua integralidade as ações previstas no Paint para o exercício	2	3	6	Mitigar	Buscar metodologias para previsão de tempo de trabalho por atividade, que possam nortear o planejamento de cada ação, para que seu dimensionamento seja adequado ao tempo e pessoal disponíveis no exercício.
Operacional	Não atingir as horas de treinamento previstas	1	2	2	Mitigar	Buscar cursos gratuitos em plataformas de EaD.

Fonte: Audin.

VALE RESSALTAR

Os riscos identificados pela equipe para a execução do Paint 2020 se encontram nas faixas média e baixa da matriz. No entanto, o apetite a risco da unidade fora definido em nível baixo, optando-se por dar resposta de mitigação para todos os riscos, definindo ações que visem a mitigar a possibilidade de sua ocorrência.



3.1.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

O Setor de Procedimentos Disciplinares (SPAD) é responsável pelo cumprimento das atividades de correção no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. O SPAD gerencia as denúncias recebidas, executa o juízo de admissibilidade, bem como acompanha todo o percurso do processo, desde a sua autuação até o seu julgamento. O Setor de Procedimentos Disciplinares acompanha as Comissões de Processos Disciplinares, auxiliando quanto à logística, transporte, contato com Instituições externas, atendimento às partes envolvidas no processo e cumprimento de prazos.

É responsabilidade também do setor emitir e publicar todas as Portarias referentes às Sindicâncias e Processos Disciplinares. Além disso, o SPAD mantém constante comunicação junto à Ouvidoria da UFT e Procuradoria Jurídica no sentido de propiciar maior eficácia nos processos disciplinares da UFT.

As denúncias recebidas pelo SPAD envolvem tanto a apuração de ilícitos de servidores como de discentes. Entre os principais eventos apurados no ano de 2020, destaca-se o descumprimento às normativas e regulamentos por servidores e discentes.

Atualmente, o SPAD é composto por quatro servidores, sendo dois responsáveis pela autuação em Processos Disciplinares e dois responsáveis pelo gerenciamento, controle e apoio às comissões constituídas.

No ano de 2020, conforme dados coletados no controle de processos do Setor de Procedimentos Administrativos Disciplinares da UFT, têm-se os seguintes números:

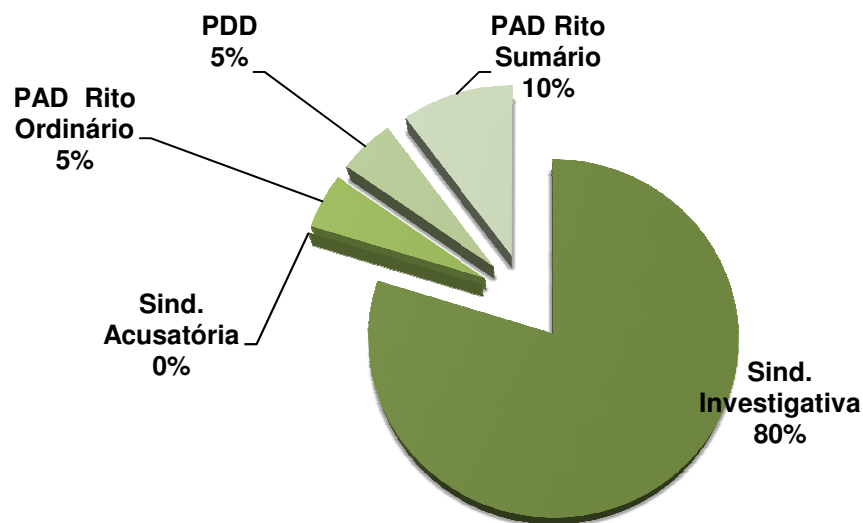
Termo de Ajustamento de Conduta aplicado a servidor em 2020	
TAC	0

Processos instaurados em 2020

Tipo	Quantidade
Sindicâncias Investigativas	15
Sindicâncias Acusatórias	0
Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - Rito Sumário	2
PAD - Rito Ordinário	1
Processo Disciplinar Discente (PDD)	1
Total	19

Fonte: SPAD.

Processos Instaurados em 2020



Fonte: SPAD.

Dos processos instaurados em 2020, que foram finalizados no mesmo ano, tem-se o seguinte resultado:



Processos instaurados e finalizados em 2020

Tipo	Quantidade
Sindicâncias Investigativas	2
Sindicâncias Acusatórias	0
PAD - Rito Sumário	0
PAD - Rito Ordinário	0
Processo Disciplinar Discente (PDD)	0
Total	2

Fonte: SPAD.

Dos processos finalizados em 2020, aplicaram-se as seguintes penalidades aos discentes:

Penalidades/Discentes

Tipo	Quantidade
Advertência Por Escrito	0
Suspensão	1

Fonte: SPAD.

Já para servidores, não houve aplicação de nenhuma das penalidades previstas na legislação, conforme quadro abaixo:

Penalidades/Servidores

Tipo	Quantidade
Advertência por escrito	0
Suspensão	0
Demissão	0

Fonte: SPAD.

Contabilizando todos os processos finalizados no ano de 2020, incluindo os que foram instaurados em anos anteriores, têm-se os seguintes números:

Total de Processos finalizados em 2020

Tipo	Quantidade
Sindicâncias investigativas	10
Sindicâncias acusatórias	0
PAD - Rito Sumário	0
PAD - Rito Ordinário	0
Processo Disciplinar Discente (PDD)	0
TOTAL	10

Fonte: SPAD.

3.1.3.1 Contribuição para a sociedade



O SPAD contribuiu para a sociedade ao instrumentalizar processos administrativos disciplinares que investigam a existência de ilícitos administrativos dentro da competência da UFT e sua consequente aplicação da respectiva pena, pois, ao penalizar agentes que cometeram ilícitos administrativos, contribui para a prevenção no cometimento de novas irregularidades, gerando uma sensação de justiça e demonstrando para a sociedade que a Universidade é uma Instituição confiável.

Além de medidas sancionatórias, o SPAD realiza orientações visando a evitar o cometimento de ilícitos, como a elaboração de cartilha sobre assédio moral e sexual dentro da Universidade Federal do Tocantins.



Desafios

As maiores dificuldades encontradas pelo setor foram: a baixa quantidade de servidores capacitados para compor as Comissões de Processos Disciplinares, o que dificultou a fluidez dos trabalhos; o baixo comprometimento de algumas comissões no cumprimento dos prazos processuais; utilização de processos físicos, que neste momento de pandemia e distanciamento social seria de grande valia se fosse digital, pois ganharia em agilidade e eficiência. Junto a isso, ressalta-se a necessidade da implementação de Comissão Permanente especializada em procedimentos administrativos disciplinares, que zele pelo fiel cumprimento da legislação e corrobore no sentido de agilizar os procedimentos.

VALE RESSALTAR

No ano de 2020, não houve instauração de processos cujo assunto envolvesse apuração de atos de corrupção ou dano ao erário.

3.1.4



CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE



Os principais canais de acesso que os cidadãos dispõem para obter informações de interesse sobre a UFT e também para relacionamento com a Universidade, incluindo encaminhamento de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões são:

3.1.4.1 O Portal UFT

Espaço virtual multimídia que agrega as principais informações institucionais, inclusive por meio do menu específico “Acesso à Informação”, bem como notícias, tópicos e *links* relacionados às atividades da Instituição, seus principais serviços e sistemas digitais, e documentos, tais como editais, relatórios, portarias e resoluções. Não possibilita comentários ou envio direto de mensagens, mas reúne os contatos da Instituição (nomes dos setores e servidores, telefones, endereços e e-mails), e é o ponto de convergência dos conteúdos institucionais da UFT em seus diferentes tipos e formatos de mídia, sendo o canal oficial para a divulgação primária de notícias, comunicados, documentos e informações oficiais relacionadas às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição.

3.1.4.2 Mídias sociais digitais (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, LinkedIn)

A UFT está presente com perfis, páginas ou canais oficiais no Facebook, no Twitter, no Instagram, no YouTube e no LinkedIn. Em todas as redes, a Universidade se identifica como “UFT Oficial”. Os conteúdos publicados são direcionados conforme o público, os recursos e

funcionalidades existentes em cada rede social. Essas plataformas de conteúdo permitem, em tempo real, o envio direto de mensagens à Instituição, as quais são respondidas na maior brevidade possível pela Superintendência de Comunicação, ou encaminhadas ao setor responsável.

3.1.4.3 Newsletters digitais

Por meio de ações promovidas pela Sucom, a UFT intensificou a utilização do *e-mail* institucional para a comunicação interna com servidores e alunos. Foram implantados boletins periódicos para a divulgação de notícias e oportunidades: as *newsletters*.

3.1.4.4 Comunicâmpus

Com periodicidade mensal e edições personalizadas, com notícias selecionadas para cada um dos cinco câmpus. Em números absolutos, como é realizada a produção mensal de um jornal para cada um dos câmpus, tem-se o número total de 84 produções.

3.1.4.5 Rede de Oportunidades

O boletim Rede de Oportunidades traz uma síntese de processos seletivos e outras oportunidades categorizadas por segmento – docente, técnico-administrativo e discente – foi iniciada em outubro de 2017, com periodicidade mensal, já está na sua 140ª edição.

3.1.4.6 Peças gráficas e audiovisuais

A UFT vale-se de recursos gráficos físicos (impressos) ou digitais, e audiovisuais, tais como cartazes, folders, vídeos e outros para a divulgação e o fortalecimento de sua marca, bem como para a difusão de mensagens institucionais de interesse público. A maioria dessas peças é produzida pela equipe de criação da Sucom.

3.1.4.7 Rádio



Rádio UFT FM (96,9 MHz) - Inaugurada em 2016, emissora tem como objetivo se estabelecer como um canal educativo e de relacionamento entre a Universidade e a comunidade em geral, com foco na divulgação científica e cultural. A programação da emissora está pautada no jornalismo com destaque para a inserção de seus 6 boletins de notícias diários - e na música, em que o rock, o pop rock, o jazz, o blues e o samba de raiz, com ausência de locutor, definem uma identidade musical única no Estado.

Desde novembro de 2018, a UFT FM possui um aplicativo desenvolvido por alunos da Fábrica de *Softwares* da UFT - um projeto de extensão do curso de Ciência da Computação - e com a contribuição de servidores da Rádio, sendo uma entre as diversas patentes da Instituição.

Anualmente é lançado Edital de Seleção para inserção de programas especiais na sua grade de programação, abrindo espaço para a comunidade interna e externa participar com programas jornalístico, informativo, musical, educativo e cultural. Além dos programas participantes do edital, existem aqueles que são produzidos em parceria com cursos e servidores da UFT (Radar da Ciência, Tele Trilha, Repórter Calango e Viva Jazz).

Em relação às ações do PDI desenvolvidas pela Rádio, em 2020, estão elencadas as seguintes:

- U 3.7.1.6. Promover melhorias dos sistemas de tecnologia da informação para a comunicação.
- U 3.7.1.7. Implantar e desenvolver a Rádio UFT FM, Rádio Web UFT e banco de áudios.
- U 3.7.1.8. Sistematizar ações permanentes de divulgação da UFT e de suas ações. (Entre as tarefas realizadas em 2020 desta ação, destaque para a produção de 197 vídeos institucionais; Fonte: Relatório Naus). Além da programação normal da emissora, em decorrência da Covid-19, passou-se a informar a população tocantinense dos riscos e prevenção da doença. Para tanto, foram criados vídeos, notas informativas, programas com entrevistas, dentre outros.
- U 3.7.1.9. Promover o relacionamento com a mídia e outros públicos estratégicos.

Dessas ações que estiveram sob a responsabilidade da Diretoria da Rádio em 2020, houve um percentual de alcance em 96,73% de ações aprovadas e finalizadas no Plano Anual

de Trabalho. As ações que não puderam ser concluídas são aquelas que dependem de contratação de terceiros e que, em virtude do distanciamento social, não foram realizadas e, ainda, a manutenção de aparelhos que estavam danificados em virtude de descarga elétrica.

Desafios

- Aumentar a abrangência da Rádio UFT FM nos próximos 4 anos subsequentes com a instalação de mais 4 unidades nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi e Tocantinópolis e implantar a TV UFT.
- Aumentar os indicadores de produção de matéria em 10% e aumentar o número de seguidores das nossas redes sociais.



3.1.4.8 Ouvidoria



Com base nos normativos legais e no Regimento Interno, a Ouvidoria-Geral da Universidade Federal do Tocantins atua como ambiente de comunicação entre o cidadão e a Administração Pública, objetivando a garantia de controle e

participação social ao abranger os preceitos constitucionais da legalidade, transparência, moralidade e autonomia.

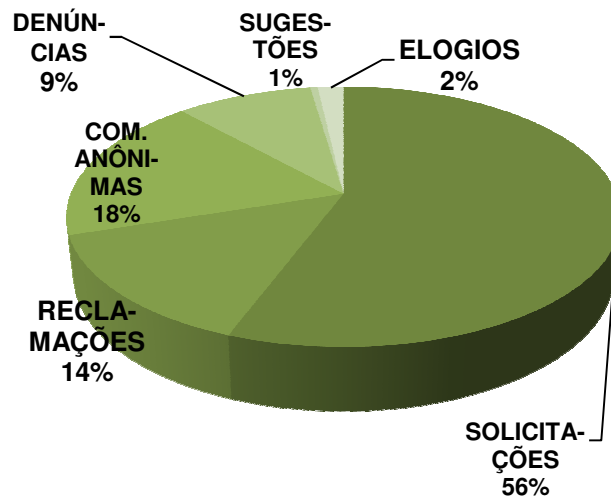
Assim, compete à Ouvidoria receber, analisar e encaminhar as solicitações de providências, reclamações, denúncias, sugestões, elogios, comunicações ou demais manifestações que lhe forem dirigidas por membros da comunidade universitária, referentes a serviços oferecidos pela UFT com a premissa de que o cidadão terá o seu direito respeitado, será ouvido e obterá uma resposta do setor demandado.

3.1.4.8.1 Manifestações

Como forma de garantir o cumprimento de suas competências, a Ouvidoria recebe suas manifestações, analisa, propõe adoção de medidas no sentido de tentar resolver as questões, mediar a conciliação, corrigir possíveis erros.

No ano de 2020, a Ouvidoria recebeu 393 manifestações por meio do e-mail e da Plataforma Fala.BR, sendo: 219 solicitações, 56 reclamações, 72 comunicações anônimas, 37 denúncias, 02 sugestões e 07 elogios.

Tipos de Manifestações



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

Em 2018, foram realizados 520 registros na Ouvidoria-Geral da UFT, sendo que a “solicitação” foi a manifestação que mais se destacou, com aproximadamente 36%. No ano de 2019, o destaque foi para a reclamação com 168 registros, correspondendo a 32%. Já no ano de 2020, o destaque foi para a solicitação com um total de 219 registros.

Canal de entrada das manifestações.



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

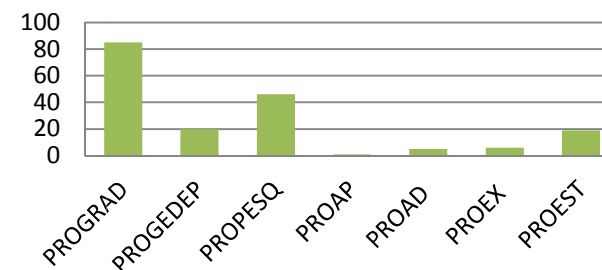
A Ouvidoria se utiliza de algumas formas de registro de manifestação como: atendimento presencial, telefônico, e-mail e o sistema Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação/Controladoria-Geral da União/CGU. No ano de 2020, a Ouvidoria recebeu e tratou de 244 manifestações por e-mails e 149 via sistema/CGU, sempre tentando atender da melhor forma possível, procurando deixar o manifestante satisfeito com o seu atendimento e todas as demandas são cem por cento atendidas. Entretanto, a resposta pode frustrar as expectativas do cidadão e, ainda assim, a Ouvidoria estará à disposição para sempre esclarecer a resposta dentro das suas atribuições regimentais.

3.1.4.8.1.1 Demandas por setores

Após receber o registro das manifestações, a Ouvidoria faz uma análise prévia e, caso necessário, responde logo de imediato e/ou encaminha para as áreas responsáveis pela adoção de providências. Sempre atenta ao cumprimento dos prazos, cobrando agilidade, presteza e imparcialidade por parte dos setores.

Conforme o gráfico abaixo, no ano de 2020, a Prograd foi o setor da Reitoria que mais recebeu manifestações, num total de 85 registros; o que não significa que sejam reclamações ou denúncias. A maioria das manifestações é dirigida à Prograd e está relacionada aos assuntos da graduação, por exemplo, matrículas, aulas, ofertas ou aproveitamento de disciplinas, validação de diplomas e, especialmente, informações acerca do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

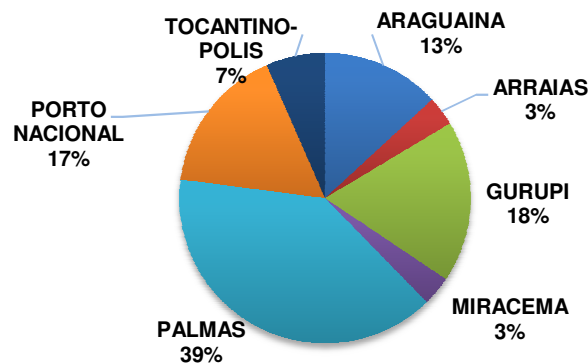
Pró - Reitorias mais demandadas



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

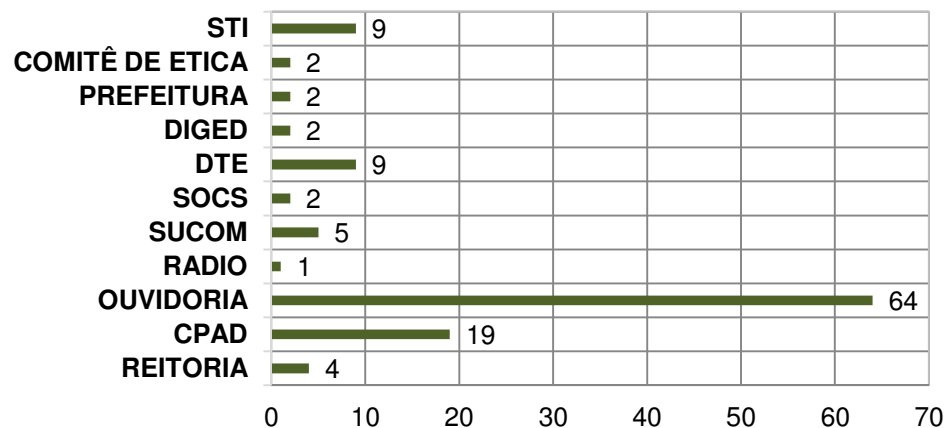
Com relação aos câmpus, o destaque foi para Palmas com 24 manifestações. Já em relação aos demais setores, a Ouvidoria recebeu 64 manifestações que em sua maioria se tratava de informações diversas, que são respondidas imediatamente, uma vez que a informação já se encontra disponível no site ou que já seja de seu conhecimento.

Câmpus mais demandados



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

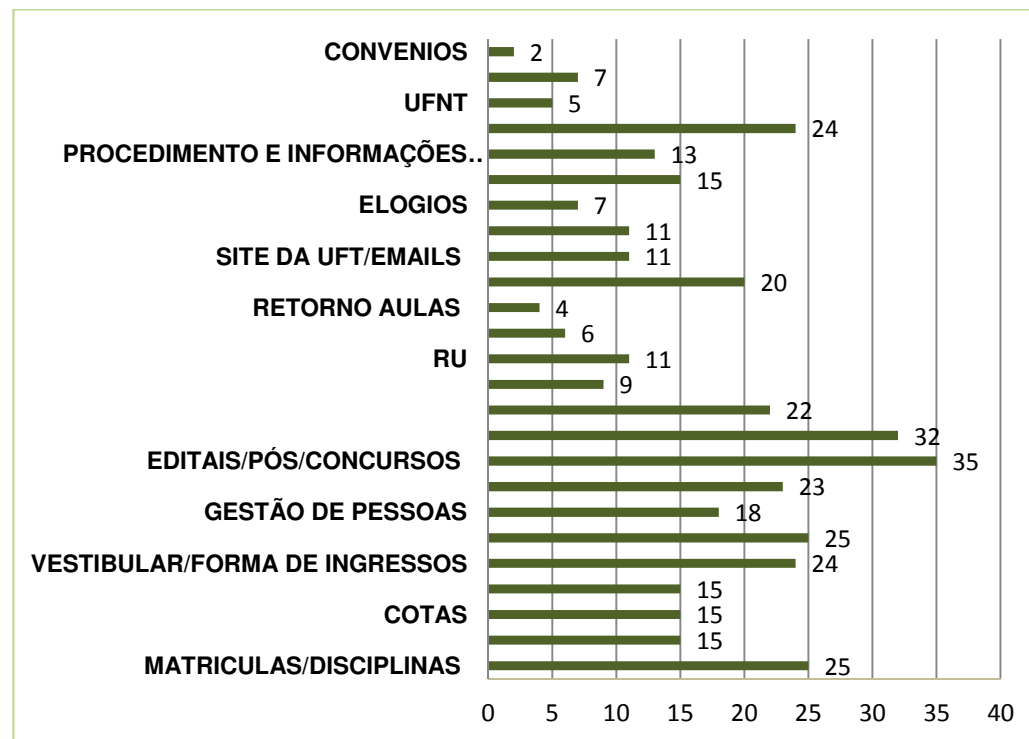
Outros setores mais demandados



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

Dos assuntos recepcionados pela Ouvidoria, no ano de 2020, destacam-se as questões relacionadas aos editais de concurso e pós-graduação com 35 manifestações registradas. O que se recomenda é que o candidato leia mais o edital para observar o que está previsto. Em segundo lugar, com 32 solicitações, ficou o reembolso de inscrições feitas para o vestibular 2020/02, que não aconteceu em virtude da pandemia.

Assuntos mais demandados



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

Outro dado que merece ênfase é o elogio, que raramente é recebido, mas que precisa ser mais praticado, tanto pelo reconhecimento das qualidades quanto do trabalho prestado pelo outro.



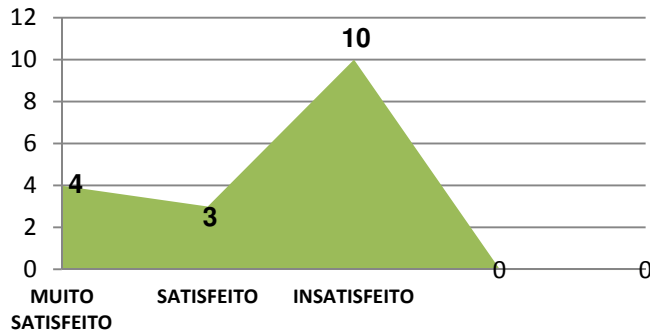
3.1.4.8.2 Pesquisa de satisfação dos (as) usuários (as) dos serviços da Ouvidoria

Em busca de manter a qualidade dos serviços prestados pela UFT, verificar, perceber e propor prováveis melhorias de imprecisões que sejam levantadas no processo de trabalho da própria Ouvidoria e demais setores, foi proposto um e-mail automático com a pesquisa de satisfação.

Das pesquisas realizadas via e-mail, obteve-se um número de 17 avaliações, tendo como perfil 3 professores, 10 alunos e 4 que não se identificaram. Já em relação ao local, 11 são de Palmas, 3 de Araguaína, 1 de Porto Nacional, 1 de Gurupi e 1 de Miracema.

Dos setores avaliados, 4 foram em relação à Ouvidoria e os outros 13 tratavam de outros serviços oferecidos pela Instituição, dos quais ocorreu um grau de insatisfação em relação ao tempo de atendimento. Já em relação ao grau de confiança nos serviços prestados, têm-se 4 cidadãos muito satisfeitos, 3 satisfeitos e 10 insatisfeitos, conforme o gráfico:

Questionários de Satisfação Usuários da Ouvidoria via e-mails



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

Embora essa avaliação não seja satisfatória, porque não corresponde ao número total de atendimentos demandados, ainda assim mostra que é preciso melhorar o atendimento.

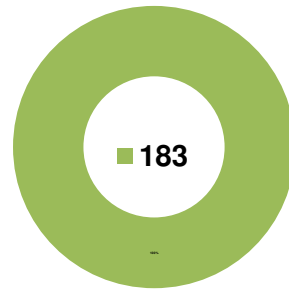
3.1.4.8.3 Manifestações e Recursos Lei de Acesso à Informação

Os sistemas e-SIC e e-Ouv foram desenvolvidos pela CGU para permitir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Com o objetivo de atuar com maior transparência e preservar a identidade, segurança e sigilo do solicitante, desde 2015 a Ouvidoria da UFT recebe suas demandas por meio desses dois canais de comunicação.

Em substituição ao e-OUV, em julho de 2019, a Ouvidoria-Geral da União (OGU) implantou o sistema Fala.BR e, em agosto de 2020, fez a junção do sistema e-SIC ao Fala.BR, o que refletiu diretamente em quem trabalha com os referidos sistemas, prejudicando o setor de Ouvidoria e tornando inviável a emissão de relatórios.

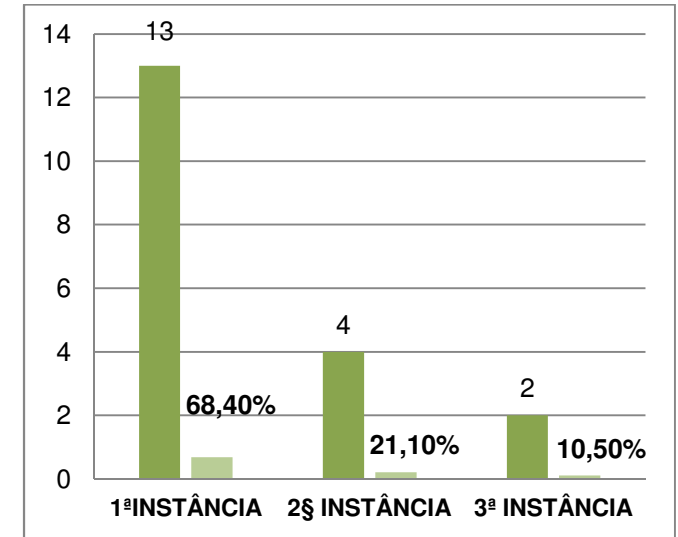
Conforme gráfico abaixo, dos pedidos recebidos em 2020, foram 183, todos respondidos num tempo médio de 12,56 dias. Quanto aos recursos dos pedidos de acesso à informação, teve-se um total de 19 recursos distribuídos em 1ª, 2ª e 3ª instâncias e os motivos estão relacionados com a informação incompleta ou porque a resposta não corresponde à solicitação.

Dos Pedidos de Informação ao Cidadão



Fonte: Ouvidoria/UFT, 2020.

Dos Pedidos de Recurso - Informação ao Cidadão

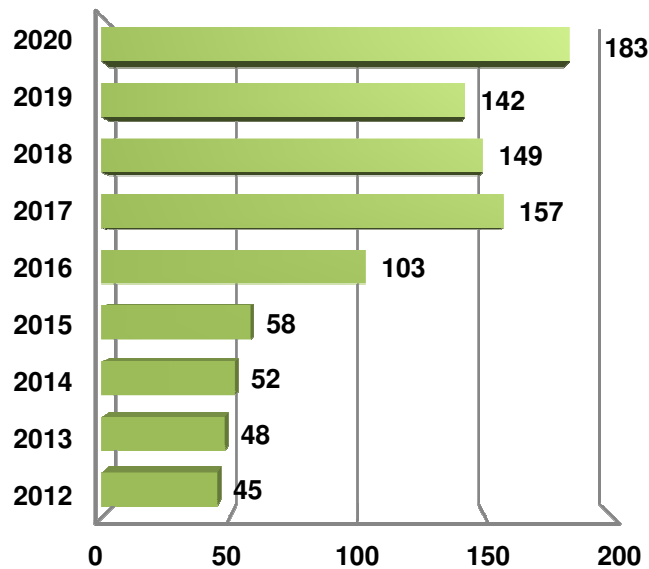


Fonte: Fala.BR, 2020.

Em 2020, foram registrados 183 pedidos de informação, dos quais todos foram devidamente respondidos. O gráfico seguinte apresenta em números os pedidos de informação nos períodos de 2012 a 2020. O crescimento do número de demandas pode ser verificado conforme os anos: em 2012, tivemos um registro de 45 pedidos de informação; em 2013, 48; em 2014, 52; em 2015, 58; 2016, 103; 2017, 157. Em relação a 2017, nos anos de 2018 e 2019, houve uma pequena queda no número de solicitações, registrando assim 149 e 142 consecutivamente.



Pedidos de Informação ao Cidadão em Números



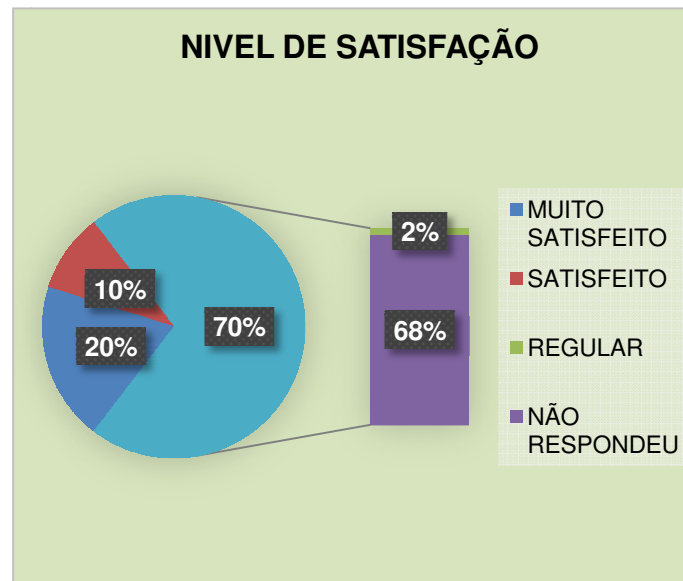
Fonte: Fala.BR, 2020.



VALE RESSALTAR

Em relação às respostas das pesquisas de satisfação dos pedidos de informação/LAI, 41 pessoas disseram que as respostas foram de fácil compreensão, destas, apenas 08 disseram estar muito satisfeitas, 4 satisfeitas, 1 regular e 28 não responderam nada. Dessas respostas, obtiveram-se alguns comentários como: “Excelente trabalho”, “Resposta clara e objetiva”, “A resposta da instituição atendeu minhas expectativas”, “Grato pela satisfação”, “Excelente atendimento”.

Nível de Satisfação - Pedidos de Informação ao Cidadão



Fonte: Fala.BR, 2020.

Quanto ao índice de resolutividade dos pedidos de informação ao cidadão, no ano de 2020, conforme gráfico acima foi de cem por cento, uma vez que os pedidos de informação foram encaminhados para as áreas competentes da Universidade e, mesmo aquelas demandas que recorreram com pedidos de recursos, obtiveram respostas conclusivas.

A Ouvidoria tem procurado apresentar dados cada vez mais confiáveis e incontestáveis em relação ao verdadeiro cenário da UFT e do cidadão, com a finalidade de preservar a qualidade dos serviços oferecidos, constatar e sugerir possíveis melhoras ou correções nos serviços dos setores e, principalmente, da própria Ouvidoria-Geral. Nesse sentido, ressalta-se o quanto é de suma importância a manifestação dos usuários dos serviços da Instituição nos questionários de satisfação.

BASE LEGAL

A Ouvidoria-Geral da UFT foi criada com base na Resolução do Conselho Universitário (Consuni) nº 20/2009 e, em 22 de outubro de 2010, iniciou seus trabalhos.

A Resolução Consuni nº 13, de 23 de outubro de 2019, dispõe sobre o novo regimento interno da Ouvidoria-Geral da Universidade Federal do Tocantins, e é o normativo interno que regulamenta os seus trabalhos.

Vinculada administrativamente ao Gabinete do Reitor, contudo resguarda sua independência, com o dever de dar transparência e credibilidade a esse canal de comunicação entre a comunidade externa e a comunidade universitária.

A Ouvidoria-Geral da UFT também cumpre as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº.05, de 18 de junho 2018 da OGU/CGU, a qual possui a necessidade de: 1) conferir eficácia ao disposto no art. 37, §3º, da Constituição Federal de 1988, que assegura aos cidadãos o direito de participar da gestão da Administração Pública; 2) reforçar, nas atividades de controle da Administração Pública, o exame da legitimidade, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal/1988; 3) promover a atuação integrada e sistêmica das Ouvidorias do Poder Executivo Federal com a finalidade de qualificar a prestação de serviços públicos e o atendimento aos cidadãos.

A Ouvidoria ainda observa o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta os procedimentos para a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da administração pública federal, direta e indireta, de que trata a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, lei que Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, garantindo as formas de participação e de avaliação periódica da qualidade dos serviços públicos.

E, para simplificar o atendimento aos usuários do serviço público, ressalta-se, ainda, o Decreto nº 9.094/2017 que busca desburocratizar a relação com os cidadãos, bem como fornece novos instrumentos para que estes proponham medidas de melhoria e aumento da eficiência.



3.1.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações na Universidade Federal do Tocantins

3.1.5.1 Medidas de Acessibilidade e Inclusão da UFT.

As informações listadas referem-se ao cumprimento da Resolução Consepe nº 03 de 25 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (Paei-UFT) e sua estruturação no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). O Paei-UFT estabelece a necessidade de garantir condições de acesso, permanência, readequação de sua estrutura para ambientes mais inclusivos no ensino superior, a exemplo, salas de aula, bibliotecas, auditórios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos, banheiros, entre outros. Desde a criação do Paei-UFT, a Instituição tem efetuado ações para que o ambiente universitário se torne mais inclusivo, assim, tem buscado por meio de ações políticas e administrativas garantir a promoção da acessibilidade arquitetônica, curricular, comunicacional, informacional e atitudinal aos alunos e servidores com deficiência.

3.1.5.2 Comitê de Acessibilidade da UFT

Para efetivação das ações do Paei, a UFT tem fortalecido o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, que se refere a uma comissão permanente que tem como objetivo apoiar a criação de Grupos de Trabalho (GTs), pesquisas e programas acadêmicos que promovam a inclusão e a acessibilidade dos estudantes e servidores com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. O Comitê de Acessibilidade visa ainda a apoiar a criação dos Subcomitês de Inclusão e Acessibilidade em todos os câmpus Universitários da Universidade Federal do Tocantins. Favorecer o intercâmbio, convênios e troca de informações com outras Instituições de ensino superior; articular-se com entidades da rede municipal e estadual; articular a criação dos Protocolos de Atendimento Educacional Especializado aos alunos e alunas com deficiência.

No quadro ao lado, são observadas algumas ações desenvolvidas no ano de 2020 pelo Comitê de Acessibilidade da UFT.

Ações desenvolvidas pelo Comitê de Acessibilidade da UFT/2020

Ações	Situação/2020
Reuniões sobre a situação da Acessibilidade na UFT	Realizado
Apoio aos Colegiados de Cursos e Direções de câmpus referentes a demandas de inclusão	Realizado
Palestras sobre protocolos de atendimento a estudantes com deficiência	Realizado
Participação na Comissão de Acompanhamento e Pesquisa-UFT/Covid-19 (COAPUFT/Covid-19), eixo sobre questões psicológicas, pedagógicas, inclusão digital e perfil socioeconômico da comunidade acadêmica	Realizado
Edital de aquisição de tecnologias para estudantes com deficiência (parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis)	Realizado
Apoio no acolhimento de estudantes com deficiência (entrevistas, conversas, apoio psicopedagógico e serviço social)	Realizado
Reunião de construção do PDI da UFT	Realizado

Fonte: Comitê de Acessibilidade/UFT.

3.1.5.3 Inclusão de Pessoas com deficiência e Covid-19 na UFT



No ano de 2020, o Comitê de Acessibilidade deu apoio à gestão na organização das atividades universitárias no contexto da PANDEMIA-COVID19, articulando debates sobre a inclusão dos estudantes com deficiência no referido contexto, e, além disso, apoiou os trabalhos das Comissões organizadas sobre a Covid-19 e o retorno do ensino remoto (on-line) e ensino híbrido das atividades acadêmicas.

A UFT instituiu, por meio do Conselho Universitário, a Comissão de Acompanhamento e Pesquisa – UFT/Covid-19, definida como COAPUFT, Resolução nº 26, publicada em 25 de junho de 2020, que teve como objetivo debater e diagnosticar sobre questões de ordem psicológicas, pedagógicas, inclusão digital e perfil socioeconômico da comunidade acadêmica. Com esse trabalho, foram elaborados questionários específicos sobre o atendimento, desafios e perspectivas para inclusão de estudantes e servidores com deficiência na pandemia.

3.1.5.4 Atendimento remoto a estudantes com deficiência durante atividades acadêmicas



Mesmo no contexto de atividades acadêmicas desenvolvidas por meio de ensino remoto (on-line) e ensino híbrido, o Núcleo de Acessibilidade, com o apoio do Comitê de Acessibilidade, desenvolveu ações de acompanhamento, monitoria e orientação dos estudantes com deficiência. Assim, foram utilizadas plataformas digitais como *GoogleMeet*, *WhatsApp messenger*, entre outros, objetivando monitorar o desenvolvimento dos estudantes no atual contexto, mantendo diálogo com as coordenações de curso.

Ainda foram mantidas as entrevistas de acolhimento para identificar as necessidades acadêmicas dos estudantes e os tipos de adaptações necessárias para ensino remoto (on-line) e ensino híbrido. Após levantamento de informações sobre os estudantes, o Núcleo de Acessibilidade encaminhou ofícios às coordenações de curso com as informações sobre os estudantes com deficiência.



3.1.5.5 Edital de inclusão digital para pessoas com deficiência

A UFT, no contexto do retorno às aulas remotas, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Comitê de Acessibilidade e Reitoria, publicou dois editais voltados para a ação de inclusão digital emergencial dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas. O edital objetivou a concessão de auxílio financeiro para a aquisição de Recursos e Equipamentos de Tecnologia Assistiva que permitam a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas desenvolvidas por meio do ensino remoto e ensino híbrido.

O edital teve como público-alvo estudantes de cursos de graduação presencial regularmente matriculados, com vulnerabilidade socioeconômica e com as seguintes deficiências: deficiência visual (cegueira, baixa visão e monocular); deficiência física ou mobilidade reduzida; deficiência intelectual; deficiência auditiva; surdez; deficiência múltipla (surdocegueira); Transtorno do Espectro Autista (TEA); altas habilidades e superdotação; Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), que necessitem de Tecnologias Assistivas.

O edital de inclusão digital para pessoas com deficiência possibilitou a aquisição de: a) Livros relacionados à área do curso em formato acessível digital, fone de ouvido, softwares específicos, gravador de voz, computador *desktop*, *notebook*, lupa eletrônica, tablet, mouse adaptado, software Leitor de Telas, ampliador de tela, *scanner* portátil, *scanner* digital, reconhecidos como Tecnologias Assistivas de acordo com a tipologia de deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento descrita no item 2.2 do edital. b) Equipamentos de auxílios alternativos para acesso a ambientes digitais e tecnologias da comunicação e informação (teclados modificados e alternativos, acionadores, softwares especiais de reconhecimento de voz), reconhecidos como Tecnologias Assistivas de acordo com a tipologia de deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, descrita no item 2.2 do edital.

3.1.5.6 Profor: Programa de Formação Docente Continuada

O Programa de Formação Docente Continuada (Profor), na edição de 2020, teve como tema: “Contemporaneidade, Docência e Comunicação Digital”. Com essa temática, foi possível incluir no curso um eixo específico voltado para a formação de professores da UFT sobre questões relacionadas à diversidade, inclusão e acessibilidade.

No eixo Diversidade, Inclusão e Acessibilidade foi possível dialogar sobre educação inclusiva na Educação Superior, adaptação de materiais didáticos para pessoas com deficiência, sobre distúrbio, deficiência e Transtornos (TGD) - classificação, adaptação e adequação curricular.

3.1.5.7 Curso de Libras: Língua Brasileira de Sinais

A UFT ofertou por meio de ensino remoto (on-line) e ensino híbrido um curso de formação em Língua Brasileira de Sinais (**Libras**), com o objetivo de democratizar conhecimentos na área de Ensino de Libras. O curso foi voltado para professores e técnicos administrativos.

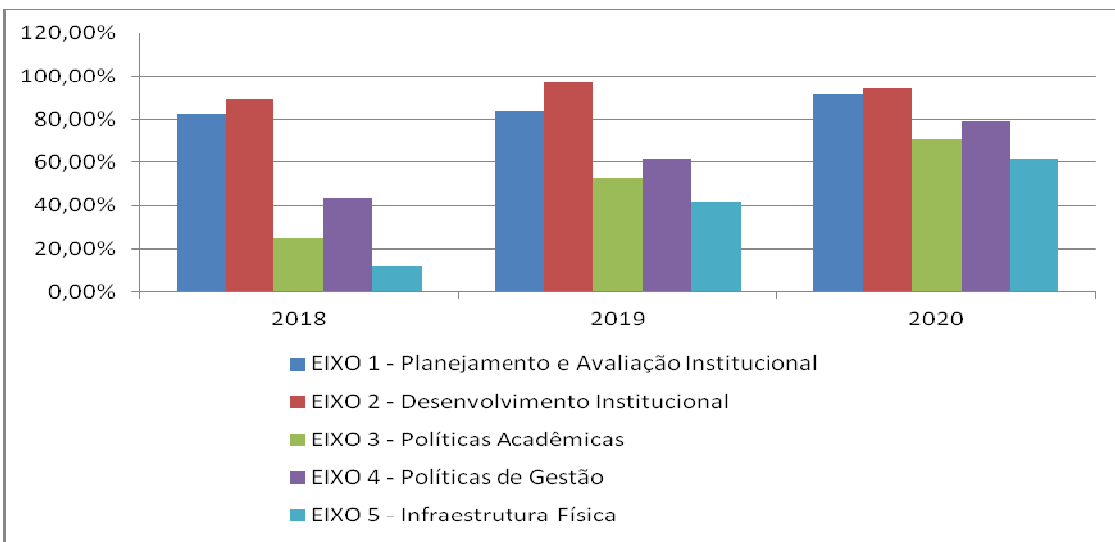


3.1.5.8 Sistema de Bibliotecas da UFT

As ações que estavam planejadas para execução em 2020 foram comprometidas em função da suspensão das atividades presenciais por conta da pandemia da Covid-19. Uma das poucas ações que foi iniciada foi o fechamento do *hall* da Biblioteca do Câmpus de Palmas, que possibilitará a implantação dos equipamentos de acessibilidade e a construção e implementação do Setor de Acessibilidade Informacional (SAI) na Biblioteca. Infelizmente não foi finalizada a obra.

3.2 Resultados estratégicos da gestão

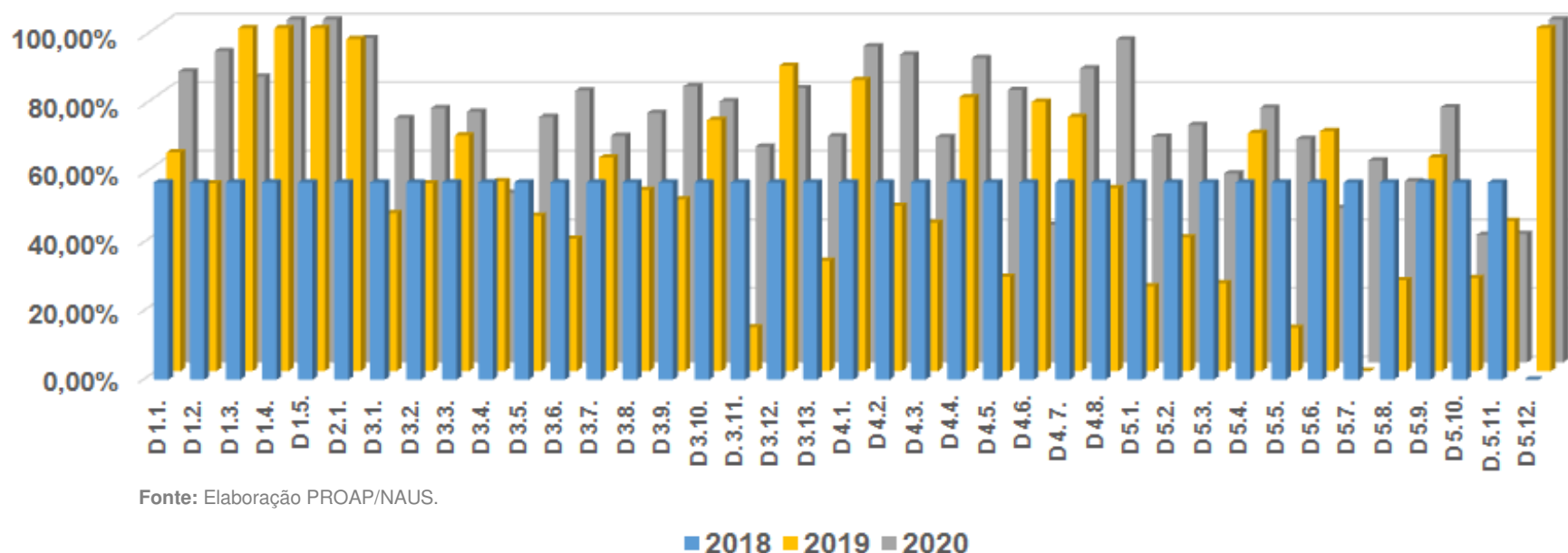
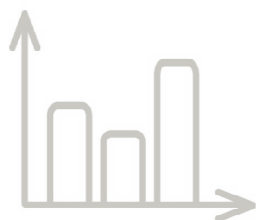
Eixos do PDI



O monitoramento do PDI é realizado com o acompanhamento da execução do Plano Anual de Trabalho por meio do Sistema NAUS, criado em 2018. As informações do PAT tornaram-se mais quantitativas e melhor dimensionadas com o sistema. Isto contribuiu com uma maior confiabilidade nas informações para execução das ações.

Fonte: Elaboração PROAP/NAUS.

Diretrizes do PDI 2018-2020



Fonte: Elaboração PROAP/NAUS.

Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Eduardo Cezari

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Organização da Retomada das atividades acadêmicas de forma remota durante a Pandemia de Covid-19, com lançamento de Monitoria Digital;
- Inovação tecnológica com disponibilização de Certificado Digital de Diploma e implementação de novos sistemas e processos eletrônicos;
- Melhoria na comunicação e integração com Coordenações e Secretarias Acadêmicas.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Continuar o processo de Inovação Tecnológica com implementação e integração dos novos sistemas e serviços e Implementação do Diploma Digital.
- Revisão de PPCs com a curricularização da extensão, nos termos do novo PDI;
- Restrução dos fluxos e processos acadêmicos.

Programas Especiais em fluxos e processos acadêmicos.

Pró Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

RESPONSÁVEL: Profa. Dra. Vânia Maria de Araújo Passos

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

DGP - Efetivação de projetos e ações voltados à qualidade de vida no trabalho em tempos de pandemia:

- O Projeto Transpor "Reconstruindo qualidade de vida e saúde em meio à pandemia", é uma proposta que objetiva ofertar ações de promoção a qualidade de vida e melhoria da saúde do servidor no período de pandemia e pós-pandemia decorrente do Coronavírus. -O Projeto "Reelaborando o desamparo frente à pandemia" objetivou ouvir e acolher a demanda de servidores durante o período de distanciamento social, como forma de acolhimento a possíveis angústias frente ao momento delicado, de pandemia.
- Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR): A partir do mês de agosto de 2020 o Programa de Formação Docente Continuada passou a fazer parte da PROGEDEP. Saiba mais: <https://www2.uft.edu.br/index.php/es/ultimas-noticias/27809-profor2020>

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Institucionalização da política de qualidade de vida: o objetivo é trabalhar com a prevenção à saúde do servidor, que visando priorização e consolidação das ações com a oferta de um ambiente de trabalho saudável para a comunidade de servidores.
- Criação da escola de desenvolvimento de servidores (EDS-UFT); deverá articular e integrar os projetos e programas da UFT que tratam de formação, qualificação e aperfeiçoamento dos servidores.
- Implantação do Sistema de Gestão das Carreiras (SIGIC); encontra-se em fase de testes, com ampliação de seu escopo, integrando-o ao Planejamento Individual de Trabalho e ao Relatório Individual de Trabalho PIT/RIIT.

Superintendência de Comunicação de Comunicação (SUCOM)

RESPONSÁVEL: Prof Dr. Kleber Abreu Sousa

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Criação e Operacionalização do concurso de identidade visual da UFNT;
- Criação do Manual de Redes Sociais e Manual de Identidade Visual da UFT;
- Desenvolvimento de Lives – Tira dúvidas, com o Reitor e Pró-Reitores sobre os assuntos específicos de cada pasta, pela plataforma YOUTUBE.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Elevar em 25% o número total de matérias produzidas;
- Aumentar em 15% o número de seguidores em todas as redes sociais da UFT;
- Aumentar em 20% a produção de artes gráficas pelo Job;
- Aumentar a interação e estabelecer fluxos comunicacionais mais fluidos entre os departamentos.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPESQ)

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Lançamento do primeiro e segundo Edital Universal para seleção de Projeto de Pesquisa dentro da UFT;
- Publicação de e-books bilíngues pela EdUFT; e
- Implantação do Programa de Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação - PAPG.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Manutenção do quantitativo de bolsas ofertadas pelos diversos programas do setor;
- Melhorar os conceitos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;
- Modernizar e aperfeiçoar a plataforma de acesso ao PIBIC UFT.

Pró-reitoria de Avaliação e

Planejamento (PROAP)

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Eduardo Andrea Lemus Erasmo

PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE EM 2020:

- Condução do processo de elaboração do PDI em meio à adaptação do trabalho remoto e das reuniões on-line;
- Aprimoramento da demonstração dos dados de planejamento e orçamento com a utilização de painéis, contribuindo com a transparência dos gastos públicos e com o controle social;
- Apresentação dos dados no relatório de gestão de forma mais integrada e de fácil compreensão para toda a comunidade.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Atribuir sentido gerenciável aos dados do planejamento e orçamento;
- Realizar mapeamento das unidades de custo, iniciando a implementação da gestão de custos na universidade;
- Integrar as áreas de orçamento e planejamento;
- Contribuir para a difusão da governança e da gestão de áreas da universidade.

Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

RESPONSÁVEL: Juliano Alves Rios

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Plataformas de Web Conferência
- Provisionamento de canais de web conferências para toda comunidade da UFT se conectar e prosseguir com suas tarefas - API - Ferramenta de consulta de dados institucionais -SIE WEB - Ferramenta de acesso a SIE pela Internet.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Buscar parcerias para criação de um novo passo na construção de soluções de TI na UFT, um setor que faria imersão nas atividades a serem informatizadas, liberando assim as equipes de desenvolvimento de TI da UFT para as demais etapas da construção das soluções.
- Padronizar tecnologias, processos e dados com demais setores de criação de soluções de TI.
- Buscar capacitar a Equipe de TI da UFT, para que ela possa atender melhor e mais efetivamente toda a comunidade da UFT.
- Uniformizar e Implantar Indicativos do sistema NAUS e seus novos módulos em desenvolvimento. Obtenção de recursos para a atualização do parque tecnológico da Universidade e que está começando a ter equipamentos fora da vida útil.
- Elaborar e propor normativas relacionadas à TI para apreciação e aprovação do CGD, após indicações de possíveis alterações na legislação que rege a composição do CGD, podemos ter reforços para os debates no comitê.
- Retomar a integração das estações de trabalho através de domínio interno.
- Continuar a implantação de Gestor centralizado de Logs de sistemas, para maior segurança dos usuários.

Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos comunitários (PROEX)

RESPONSÁVEL: Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020

- Lançamento de vários editais de extensão, com o foco, principalmente nos desafios para enfrentamento da COVID 19 ;
- Creditação da extensão: resolução aprovada;
- Parcerias forte com outros segmentos da sociedade.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Atuar frente à implementação do novo PDI com os projetos e programa integrador.

Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD)

RESPONSÁVEL: Jaasiel Nascimento Lima

PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Aprimoramento da transparência através da disponibilização no site da UFT, dos documentos referentes a formalização dos Contratos e Convênios celebrados em 2020, por intermédio da CCP e disponibilização de seu acervo digitalizado em integralidade de seus instrumentos legais de Termos de contratos e Termos aditivos formalizados nos últimos 5 (cinco) exercícios (2015-2020) através da coordenação de contratos .

- Criação e disponibilização interna do Manual de Instrução Processual para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da UFT – com intuito de orientar, padronizar e tornar eficiente as aquisições de bens e contratações de serviço
- Em conjunto com setor de Patrimônio, iniciamos a Implantação do SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços para gestão patrimonial.
- Início da transição da UFNT com registro do CNPJ e UG Executora, cadastros no SIAFI e SIASG.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Modernização dos sistemas utilizados para melhor acompanhamento da execução dos Projetos e Implantação do SEI (Processo Eletrônico), do Siconv (Sistema de Convênios Plataforma + Brasil), do Comprasnet Contratos (Gerenciamento de Contratos) e Atualização do SIAFI/SIAFIWEB.
- Análise das Prestações de Contas dos Contratos/Convênios finalizados.
- A transição da UFT/UFNT ao passo em que se apresenta como um ponto positivo também representa um grande desafio para a equipe executora da UFT, pois a mesma equipe será a responsável pelos registros dos atos e fatos contábeis da UFNT.

RÁDIO UFT FM

RESPONSÁVEL: Valdir Duarte Júnior

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Ações de prevenção ao COVID19.
- Concessões dos canais de expansão da Rádio.
- Conexão de canais para expansão da Rádio.
- Adoção de ações conjuntas com a EBC visando a implantação, operação e transmissão, pela Rádio do canal de TV 25 UH.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Aumentar a abrangência da Rádio UFT FM nos próximos 4 anos subsequentes com a instalação de mais 4 unidades nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi e Tocantinópolis e implantar a TV UFT.
- Aumentar os indicadores de produção de matéria em 10% e aumentar o número de seguidores das nossas redes sociais.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST)

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Kherley Caxias Batista Barbosa

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Ampliação do Auxílio Alimentação para estudantes dos câmpus em que o Restaurante Universitário foi fechado em virtude da Pandemia da Covid 19.
- Concessão de Auxílio Inclusão Digital emergencial para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica adquirir equipamento computacional (notebook e tablet) para participar das atividades de ensino remoto.
- Concessão de Auxílio Inclusão Digital emergencial para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica realizar contratação de pacote e dados para acesso à internet.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Dar continuidade aos programas de atendimento aos (às) estudantes, não obstante a redução de recursos orçamentários.
- Implantar Casa do Estudante nos Câmpus de Gurupi, Miracema, e Palmas e Restaurante Universitário nos câmpus de Miracema e Arraias.
- Articular os programas de assistência estudantil com os programas de ensino, pesquisa e extensão para ampliar as condições de permanência dos (as) estudantes.

Prefeitura Universitária

RESPONSÁVEL: João Batista Martins Teixeira

TRÊS PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO DA UNIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020:

- Ampliação do número de usinas fotovoltaicas, instalando em todos os campi e viabilizando a estratégia de adoção de uma matriz energética mais sustentável e com redução nas contas de custeio da Universidade;
- Continuação e conclusão de obras e reformas nos diversos campi da Universidade;
- Realização de processos licitatórios para a retomada de obras paralisadas para retomada em 2021.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

- Ampliação do potencial gerador das usinas fotovoltaicas instaladas em todos os campi, redução nas contas de custeio da Universidade;
- Retomada e conclusão de 06 obras/reformas (Moradia Estudantil de Miracema); Edifício destinado ao Ambiente de Inovação Tecnológica – FABLAB no campus de Palmas; Galpão de Máquinas no Campus de Gurupi; Edifício destinado ao Núcleo de Inovação Tecnológico (NIT) no Câmpus de Palmas; Reformas dos banheiros e vestiários dos blocos 1, 2, 3, A, B e C no campus de Palmas;
- Complexo laboratorial do curso de Teatro no Câmpus de Palmas;
- Garantir a manutenção adequada da estrutura física (predial e equipamentos) instalada para evitar depreciação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Promover o Acompanhamento da Evolução Acadêmica da Instituição

Diretriz 1.1 - Demonstrar a evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação - Proap

Visando ao fortalecimento do processo de avaliação, a Universidade adota o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) como referência para a construção do PDI. Assim, a Proap estimula as unidades gestoras a manter o monitoramento de suas ações e analisar seus resultados, que são demonstrados nas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs), e, quando há necessidade, novas estratégias são definidas para o atingimento das metas propostas.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Conceito Institucional**.

Este indicador é obtido por meio de avaliação *in loco* feita pelos especialistas do Ministério da Educação (MEC). Em visita às suas instalações, a Instituição é analisada em todos os seus aspectos, principalmente o Plano de Desenvolvimento Institucional, as políticas de gestão, de pessoal, para o ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

A última avaliação realizada pelo MEC foi em 2017, quando a UFT atingiu o conceito 4, o que significa que a Universidade é classificada como muito boa e, devido a esse conceito, até a próxima avaliação, que deverá ser realizada após oito anos (em 2025), o conceito institucional mantém-se estável.

Em 2019, foi realizada a avaliação da educação a distância da UFT e também foi atingido o conceito 4, sendo que dos 50 indicadores avaliados, 24 alcançaram a nota máxima, com destaque para os seguintes: Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional, Missão, objetivos, metas e valores institucionais, Alinhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional com as políticas institucionais, Política institucional para internacionalização, Comunicação com a comunidade, Política de atendimento aos discentes, Processos de gestão institucional, Sustentabilidade Orçamentária, e Infraestrutura nos seguintes aspectos: Auditórios, Espaços para atendimento aos discentes, Espaços de convivência e de alimentação, Infraestrutura tecnológica, Infraestrutura de execução e suporte, Recursos de tecnologias de informação e comunicação.

Durante o exercício de 2020, uma única RAE foi realizada no mês de março, dias antes do Decreto oficial do estado mundial de pandemia. Assim, todas as ações referentes ao cumprimento da diretriz foram realizadas e acompanhadas de maneira on-line e apesar das dificuldades enfrentadas pela adaptação do sistema de trabalho, a diretriz apresentou alto índice de cumprimento das ações durante o exercício e um acumulado elevado de cumprimento total do PDI.

O desempenho dessa diretriz foi satisfatório e, em relação ao desafio proposto para o ano de 2020, pode-se afirmar que o novo PDI teve seu processo de construção realizado de março a dezembro, com a inserção de metodologias inovadoras capazes de integrar as ações descritas e aprimorar o processo de planejamento e avaliação da Universidade.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz são: ausência de integração entre o planejamento geral e o dos câmpus; ausência de planejamento para a criação de novos cursos; falta de integração da alta gestão nos projetos estratégicos da Universidade e falta de conhecimento das metas do PDI.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 1.1.1.2. elaborar os planos operacionais alinhados ao PDI; A 1.1.1.3. institucionalizar orientações para subsidiar o processo de planejamento dos setores e cursos; A 1.1.2.2. mapear as fontes de arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias; A 1.1.2.6. buscar junto à Secretaria de Orçamento e Planejamento a ampliação dos limites de arrecadação de recursos próprios e A 1.1.1.7. adotar ações de divulgação da missão, visão e valores da UFT e do câmpus, promovendo a imagem da instituição.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Para o próximo exercício, o desafio é induzir a cultura de planejamento, governança e gestão de riscos a todos os níveis e áreas da Universidade, a fim de garantir a estruturação e consolidação dos mecanismos necessários para que se atinjam níveis de avaliação cada vez mais consistentes e que possam ser utilizados como ferramentas para as tomadas de decisão.

Diretriz 1.2 - Demonstrar a existência de Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional

A Diretriz 1.2 está vinculada à necessidade de cumprir a principal exigência da Lei Federal nº. 10861/2004, que instituiu o Sinaes e preconiza a implementação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) - responsável pela condução do processo de avaliação institucional. Desse modo, a Diretriz refere-se às ações que convergem para a divulgação do processo de avaliação institucional, cujo ápice é a Campanha de Avaliação Institucional.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de reuniões da Comissão Própria de Avaliação (CPA)**.

O indicador mede o quantitativo de reuniões da CPA realizadas durante o ano.

A CPA realizou em 2020 um total de 7 reuniões com seus membros integrantes, 3 a menos que em 2019, quando foram realizadas 10 reuniões, e 4 a menos que em 2018, quando foram realizadas 11 reuniões.

Essa redução no número de reuniões se deve, em particular, ao contexto de pandemia da Covid-19 vivenciado desde março de 2020. Entre outras medidas, a UFT expediu a Instrução Normativa 2/2020, que suspendeu as atividades presenciais não essenciais na Universidade.

Desse modo, a CPA adotou o trabalho remoto desde então. O supracitado contexto reduziu o ritmo das discussões e atividades, conduzindo a presidência a convocar e realizar reuniões somente quando necessário.

Cumprir ressaltar que essa redução não afetou o desenvolvimento das atividades inerentes à CPA em 2020.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram: A 1.2.1.1. Realizar reuniões da Comissão Própria de Avaliação; A 1.2.1.2. Realizar reuniões das Comissões dos câmpus; A 1.2.1.3. Efetivar o acompanhamento do cumprimento do PDI pela CPA.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como satisfatório, considerando o contexto de pandemia da Covid-19 predominante em 2020 (incluindo suas limitações e necessidade de adaptações). Diante de tal cenário, todas as reuniões previstas foram realizadas, bem como o acompanhamento do PDI pela CPA.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz é: a falta de conscientização e comprometimento da comunidade acadêmica em relação à relevância da avaliação institucional para o desenvolvimento da Instituição.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 1.2.2.5 Produzir material explicativo sobre os processos avaliativos institucional e de cursos. O material foi elaborado, disponibilizado na mini-

home da CPA e tem sido divulgado tanto no *Instagram* da CPA como nos eventos que a Comissão organiza e/ou participa.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em relação aos desafios previstos em 2020, foram alcançados: A pandemia da Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, impactou severamente no desenvolvimento das atividades laborais, entre diversos outros impactos. Desde 16 de março de 2020, a UFT suspendeu as atividades presenciais não essenciais, por meio da Instrução Normativa 02/2020, vigente até o presente momento, uma vez que a pandemia persiste. Diante do cenário de incertezas, do temor e da ausência de estímulo e perspectiva associados à pandemia, a CPA não conseguiu alcançar os desafios previstos para a diretriz em tela, quais sejam, o aumento da participação da comunidade acadêmica na Campanha de Avaliação Institucional, bem como o fortalecimento das Comissões Setoriais de Avaliação. Importante lembrar que esses desafios foram previstos em um cenário pré-pandemia, no final de 2019.

Os desafios para o próximo exercício consistem em: Diante da persistência do cenário de pandemia em 2021 (ao menos na maior parte do ano), e conquanto haja uma perspectiva (ainda que incerta e pouco clara) de gradativo avanço nas condições laborais, sobretudo a partir do segundo semestre de 2021, em razão do início (ainda tímido e pleno de equívocos de planejamento) do processo de vacinação da população brasileira, o único desafio que a CPA espera avançar em 2021 diz respeito à conclusão de um sistema próprio de avaliação para docentes, discentes, técnicos administrativos, além da própria autoavaliação institucional.

Diretriz 1.3 - Incentivar a participação da Comunidade Acadêmica na Autoavaliação

A Diretriz 1.3 diz respeito às ações adotadas pela CPA referentes ao estímulo e incremento da participação dos 3 segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos

administrativos) na Campanha de Avaliação Institucional.

A execução das ações dessa Diretriz decorre da necessidade de fortalecer a participação de discentes, docentes e técnicos administrativos no processo de avaliação institucional, uma vez que o percentual de participação ainda é reduzido.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de participação na Avaliação Institucional.**

Tal indicador mede o percentual de participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional.

A seguir, o quadro comparativo entre os percentuais de participação da comunidade acadêmica nos anos de 2018, 2019 e 2020:

Percentuais de participação da comunidade acadêmica

2018	2019	2020
6,45%	6,25%	3,74%

Total de respostas aos questionários da Campanha de Avaliação Institucional: 600 (244 discentes – 2% do total; 223 docentes – 21% do total; 133 técnicos administrativos – 15% do total).

Fonte: CPA/UFT.

A queda acentuada verificada em 2020 se deve à situação de pandemia da Covid-19 vivenciada desde 16 de março de 2020, que gerou um clima de tensão, medo e incerteza entre docentes, discentes e técnicos administrativos. Ademais, o substancial número de questionários submetidos aos servidores e estudantes ao longo do ano, oriundos dos mais diversos órgãos, aliado ao repentino retorno das aulas de forma remota no mês de outubro (fato que sobrecarregou especialmente docentes e discentes, em um contexto de aguda fragilização), desestimulou a participação da comunidade acadêmica nos últimos meses do ano, período de realização da Campanha de Avaliação Institucional.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram: A 1.3.1.1. Produzir material de divulgação da Campanha de avaliação Institucional; A 1.3.1.2. Realizar campanha de avaliação institucional; A 1.3.1.3. Divulgar o trabalho da Comissão Própria de Avaliação.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como parcialmente satisfatório, considerando o contexto de pandemia da Covid-19 predominante em 2020 (incluindo suas limitações e necessidade de adaptações). Diante de tal cenário, a participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional foi reduzida.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica foi: a redução da participação da comunidade acadêmica na Campanha de Avaliação Institucional, particularmente observada no segmento discente.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: desenvolvimento de um sistema próprio de avaliação institucional, que igualmente abrangerá avaliação de disciplinas (por parte de docentes e discentes), avaliação de docentes (por parte de discentes), autoavaliação docente e discente, além da avaliação dos técnicos administrativos – em

parceria com o Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Sistemas da UFT.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em relação aos desafios previstos em 2020, foram alcançados: O desafio colocado para a diretriz em tela se refere à implantação de um sistema próprio de avaliação para docentes, discentes, técnicos administrativos, além da própria autoavaliação institucional. Diante das limitações impostas pelo contexto de pandemia da Covid-19, vigente desde março de 2020, não foi possível finalizar o sistema, em que pese os avanços observados em seu desenvolvimento.

Os desafios para o próximo exercício consistem em: reiterar o desafio de concluir e disponibilizar um sistema próprio de avaliação, pois se acredita que esta iniciativa será fundamental para incentivar a participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação da UFT.

Diretriz 1.4 - Divulgar as análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a Comunidade Acadêmica

Esta diretriz se refere às ações executadas pela CPA, incluindo aquelas em parceria com a Superintendência de Comunicação, concernentes à divulgação dos Relatórios de Avaliação produzidos pela CPA ao longo do ano, especialmente o Relatório de Avaliação Institucional. A execução dessa Diretriz se torna fundamental, considerando a divulgação e transparência necessárias ao resultado do processo de avaliação, notadamente o Relatório de Avaliação Institucional. A avaliação ainda é uma questão que necessita ser aprimorada de forma ampla na UFT, seja no tocante à comunicação interna, seja em relação à comunicação externa.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de eventos de avaliação promovidos, que mede o quantitativo de eventos de avaliação que foram promovidos**

A CPA promoveu 3 eventos de divulgação do Relatório de Avaliação Institucional em 2020, igualando o quantitativo de 2019 e superando o total de eventos realizado em 2018, quando 2 encontros foram realizados.

Em que pese a situação de pandemia da Covid-19, a CPA conseguiu promover encontros virtuais, através de plataformas digitais de videochamadas. Foram duas reuniões remotas nos Câmpus de Tocantinópolis e Miracema, em parceria com as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) locais, além de uma reunião virtual promovida pela Superintendência de Comunicação.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram: A 1.4.1.1. Realização de eventos de avaliação; A 1.4.1.2. Publicar os resultados dos processos avaliativos em diversos meios de comunicação, além do site institucional.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como satisfatório, considerando o contexto de pandemia da Covid-19 predominante em 2020 (incluindo suas

limitações e necessidade de adaptações). Diante de tal cenário, os eventos programados para a divulgação dos resultados da avaliação institucional foram reduzidos, bem como ocorreram de forma remota.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz é o reduzido interesse de expressiva parcela da comunidade acadêmica em ler e conhecer os resultados expressos no Relatório de Avaliação Institucional.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 1.4.1.1 Realização de eventos de avaliação; A 1.4.1.2. Publicar os resultados dos processos avaliativos em diversas mídias sociais, além do site institucional.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em relação aos desafios previstos em 2020, foram alcançados: O desafio de tornar o Relatório de Avaliação Institucional um documento gerador de amplo debate nas Reuniões de Conselhos Superiores e de colegiados de curso foi parcialmente cumprido, uma vez que a CPA detectou um número significativo de menções ao Relatório de Avaliação Institucional 2019 em várias reuniões ao longo de 2020, seja em reuniões do Consepe, seja em reuniões para a construção do novo PDI. A CPA acredita que tal postura adotada pela gestão superior contribui de modo significativo para que o Relatório de Avaliação Institucional fosse, ao menos, consultado por parte da comunidade acadêmica da UFT. Entretanto, o contexto de pandemia não permitiu avançar nessa divulgação, sobretudo entre os Colegiados de Curso.

Os desafios para o próximo exercício consistem em: Considerando as limitações decorrentes da persistência da pandemia da Covid-19 na maior parte de 2021, não se prevê avanço significativo no debate do Relatório de Avaliação Institucional pela comunidade acadêmica, sobretudo diante das dificuldades com o calendário acadêmico, com as ações afirmativas e de permanência dos estudantes em um contexto de ensino remoto, além da complexidade da discussão sobre o adequado momento de retorno das atividades presenciais. Portanto, o desafio consiste na manutenção de um debate ativo nas Reuniões de Conselhos Superiores, bem como em outras reuniões virtuais realizadas pela gestão superior com a comunidade acadêmica.

Diretriz 1.5 - Elaboração de Relatório de Autoavaliação

Esta diretriz encerra o cumprimento do disposto na Lei Federal nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior formado por três “macrocomponentes”, a saber: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Assim, no que tange à avaliação institucional, compete à CPA organizar e promover ações direcionadas ao seu fortalecimento, acompanhar as avaliações dos cursos de graduação realizadas pelo Ministério da Educação, bem como publicar, anualmente, o Relatório de Avaliação Institucional.

A Diretriz 1.5 compreende uma das principais funções da CPA, qual seja a elaboração do Relatório de Avaliação Institucional, de publicação anual, realizada até o dia 31 de março, na plataforma e-MEC.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é:

Relatório de Avaliação Produzido.

Relatório de Avaliação Institucional produzido em 2020: 1.

Anualmente, desde 2006, a CPA publica na plataforma e-Mec, até o dia 30 de março, o Relatório de Avaliação Institucional, que traz os resultados da Campanha de Avaliação Institucional realizada no ano anterior, bem como análises e recomendações da CPA para a gestão superior, de acordo com os cinco Eixos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Em 2020, a CPA publicou regularmente o supracitado Relatório, além de divulgá-lo para a comunidade acadêmica nas mídias sociais (página da UFT, e-mails, mini-home da CPA e *Instagram*).

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram: A 1.5.1.1. Elaborar relatório com apresentação de análise e recomendações da Comissão; A 1.5.1.2. Elaborar orientações para novos membros da CPA.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como plenamente satisfatório, uma vez que o Relatório de Avaliação Institucional foi devidamente elaborado e postado na plataforma e-MEC.

Não há riscos identificados e/ou associados à diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

A aquisição de novos equipamentos (computador/*notebook* e *datashow*) foi um desafio colocado no âmbito da diretriz em questão, uma vez que a CPA trabalha há alguns anos com equipamentos defasados, bem como no limite da vida útil. Cumpre ressaltar que a referida demanda não foi inédita em 2020, uma vez que no ano exercício anterior já havia sido solicitada à Reitoria. Neste sentido, o desafio não foi alcançado.

Os desafios para o próximo exercício consistem em: Fortalecer a perspectiva crítica e reflexiva do Relatório de Avaliação Institucional, especialmente em um contexto de pandemia, que exige (ainda mais) das instituições de ensino superior o compromisso com a responsabilidade e com a defesa da ciência e de uma educação emancipadora.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - Utilizar o PDI como matriz para a execução das ações a fim de promover o atendimento à missão institucional



Diretriz 2.1 - Desenvolver a missão institucional, metas e objetivos do PDI

O processo de planejamento visa ao atingimento da missão institucional, qual seja “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”. Para isso, o PDI é o documento que materializa todas as ações e estratégias da Universidade para garantir que a missão seja cumprida e isso se faz com a distribuição das ações entre as unidades gestoras, que criam seus Planos de Trabalho onde planejam e monitoram o desenvolvimento de suas ações.

Desde o ano de 2018, todo esse monitoramento passou a ser feito pelo sistema Naus, que integrou todo o planejamento da Universidade e permitiu que as ações fossem acompanhadas, intensificando e aprimorando a cultura de planejamento na Universidade.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de cumprimento das diretrizes do PDI.**

O indicador mede a taxa de cumprimento das diretrizes institucionais.

O indicador tem apresentado uma constante evolução positiva, passando de 56,06% em 2018, mantendo-se estável em 2019, com 56,09%, e chegando a 73,02% no ano de 2020, o que demonstra que a Instituição, apesar de não cumprir todo o planejado para o período, teve uma boa execução das ações no fechamento do PDI e também fica evidente o esforço para a busca do atingimento da missão institucional.

Este indicador apresentou diferença nos valores demonstrados nos anos anteriores (anos 2018 e 2019) devido a correções na metodologia de cálculo que foram realizadas em 2020. Nesse sentido, o cálculo do PDI estava sendo realizado conforme a média de cada Plano Anual de Trabalho, sem considerar o acumulado por ano, o que estava afetando o percentual de cumprimento do PDI.

SAIBA MAIS

Mais informações sobre o sistema Naus e o monitoramento das ações podem ser encontradas nos seguintes endereços eletrônicos:

http://ww2.uft.edu.br/index.php/proap/links/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=2290&id=9ddaf99c-4855-4ea7-ad18-ec31c1b3722a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Monitoramento%20do%20

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/es/iii-seminario-riec/programacao/273-institucional/pdi/22773-naus>



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz são: falhas no processo de construção do PDI; ineficiência no monitoramento/acompanhamento das ações e deixar de determinar e comunicar as metas de forma adequada e focada.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 2.1.1.2 Acompanhar a execução das ações realizadas pelas Unidades Gestoras (UGs); A 2.1.1.5. Realizar reuniões de avaliação semestralmente; A 2.1.1.6. Solicitar às UGs relatórios semestrais de execução das ações; A 2.1.1.7 Produzir e publicar relatórios de avaliação dos campi e central.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

O desempenho da diretriz pode ser considerado satisfatório, tendo em vista o grau elevado de cumprimento das ações tanto no PDI total quanto nos PATs, o que demonstra que a Universidade está caminhando para o aprimoramento do processo e da cultura de planejamento.

Quanto aos desafios propostos, foram desenvolvidos os módulos de risco e indicadores que visam a aperfeiçoar o monitoramento das ações definidas, com a utilização das ferramentas da gestão de risco e o acompanhamento dos indicadores da gestão, a fim de garantir dados precisos e necessários para que as instâncias de governança possam direcionar sua estratégia com base em informações seguras e confiáveis.

Para o próximo exercício, o desafio é difundir a cultura de governança, gestão de riscos e controles internos com a utilização das informações dos novos módulos, além de continuar com a ampliação do sistema, tornando-o cada vez mais robusto e capaz de integrar o planejamento de toda a Universidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado.

Diretriz 3.1 - Dimensionar as ações acadêmico-administrativas considerando/relacionando-as às políticas de ensino para os cursos de graduação

Esta diretriz objetiva orientar o desenvolvimento de políticas para o ensino de graduação, fundamentadas no acompanhamento dos Programas Especiais em Educação que envolvam as monitorias e/ou tutorias, tendo em vista o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem; orientar o processo de revisão dos Projetos Pedagógicos de cursos de graduação (PPC) de modo a atender ao processo formativo e às exigências legais; e orientar o registro e controle de informações acadêmicas por meio do apoio à comunidade acadêmica que integra as coordenações de cursos de graduação - técnicos, docentes e discentes.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Número total de matriculados na graduação, Número de matriculados na graduação presencial, Número de matriculados na graduação de cursos a distância e alunos do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) e Índice Geral de Cursos (IGC).**

Número total de matriculados na graduação: O indicador mensura o quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação presencial, a distância, Parfor e Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera), conforme estabelecido no Decreto nº 7.352/201).

Em relação ao desempenho do indicador, no ano de 2018, foram 15.960 alunos matriculados; em 2019, foram 14.232; e, em 2020, foram 16.535 alunos.

Número de matriculados na graduação presencial: O indicador mede o quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação presencial.

Os resultados do indicador foram: 13.736 alunos matriculados em 2018, 12.357 em 2019 e 14.244 alunos matriculados em 2020.

Alunos da Graduação e Residência Médica – ano 2020: Ingressantes, matriculados, diplomados, TSG, IGC.

ANO	VAGAS GRAD ¹	INGRES-SANTES ³	MATRICU-LADOS ³	DIPLOMADOS GRADUAÇÃO ³	INGRES-SANTES X- Anos Atrás ³	TSG % ³	MATRICU-LADOS RES. MÉDICA ³	IGC UFT
2019	3556 ¹ 2110 ²	3707	14.232	1.101	3.173	34,70	96	4
2020	3896*	3701	16.535	1.180	3.346	35,27	102	4

¹ Fonte: Prograd - Sisu, PSC, Vestibular Específico para o curso de Educação do Campo e Licenciatura em Libras, UAB, Parfor, Pronera (2019); e, Vestibular (2019).

² Fonte: Prograd - Extravestibular

³ Fonte: Relatório de Indicadores de Gestão por ano – Diretoria de Planejamento (Diplan)/Proap – Data da coleta 12/02/2021

*Obs¹: Em razão da pandemia da Covid-19, em 2020 não teve processo seletivo extravestibular e vestibulares específicos para os cursos de Educação do Campo e Letras-Libras. Não foram lançados processos seletivos para os cursos especiais. Os dados foram obtidos dos processos seletivos Sisu e PSC (2020).

Ressalta-se que, para análise dos indicadores descritos acima, é importante destacar o vínculo com o processo seletivo para o ingresso na Universidade. Este processo inclui ações internas como o empenho institucional no processo pedagógico institucional, com qualidade da educação socialmente referenciada, mas, também, fatores externos à Universidade que, por sua vez, envolvem questões sociais, culturais e de ordem econômica/financeira.

Assim, a UFT dispõe de diversas formas de ingresso, amplamente divulgadas³, que se apresentam em subdivisões de processos seletivos específicos, em atendimento à legislação vigente, dentre as quais destacamos a seguir as formas de ingresso naturais, uma vez que, em razão da Pandemia da Covid-19, alguns processos seletivos não puderam ser realizados:

- **Sistema de Seleção Unificada (Sisu):** Em 2019, a adesão ao sistema foi de oferta de apenas 50% do total de vagas da UFT em razão do retorno do processo seletivo próprio (Vestibular). Após a matrícula dos candidatos aprovados, e ausência de suplentes classificados no Vestibular, conforme o edital de convocação, é aberto um novo edital de seleção, **Processo Seletivo Complementar (PSC)** próprio da UFT, utilizando-se notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos dois últimos anos para preenchimento das vagas não ocupadas. Este processo seletivo é realizado semestralmente.
- **Vestibular:** A UFT aprovou, em 2019, o retorno do seu processo seletivo vestibular com a oferta dos outros 50% do total de vagas da UFT. São realizados, semestralmente, processos seletivos unificados para todos os cursos e, ainda, processos específicos anuais para os cursos de Educação do Campo e Licenciatura em Libras. As vagas dos processos unificados e vestibular não ocupadas são remanejadas para o processo seletivo Sisu.

Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, a UFT suspendeu a aplicação das provas do vestibular em março de 2020 e, considerando o agravamento da situação, cancelou o certame com 50% das vagas da Instituição, em julho de 2020. Apesar do cancelamento do Vestibular 2020/2 com 761 vagas, a UFT seguiu com inscrições abertas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para as outras 50% das vagas (760 vagas), conforme divulgado no edital disponível em www.uft.edu.br/ingressograduacao

Visando a ocupar os 50% das vagas originalmente destinadas ao Processo Seletivo Vestibular e considerando a impossibilidade de inserção das vagas no Processo Seletivo Sisu em razão de prazos, a UFT ofertou as vagas no Processo Seletivo Complementar, realizado com base nas notas do Enem, que é o processo seletivo para ocupação das vagas remanescentes do Sisu e/ou Vestibular, conforme informações contidas em www.uft.edu.br/ingressograduacao

Foram ofertadas no Processo Seletivo Complementar da Universidade Federal do Tocantins 929 vagas remanescentes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC, acrescidas de todas as vagas destinadas ao Vestibular para ingresso em cursos de graduação da UFT no 2º semestre de 2020.

Ocorre que, apesar de todos os esforços visando à ocupação da totalidade das vagas, e, considerando o histórico de não ocupação de vagas em determinados cursos, aliado à situação da pandemia que impossibilitou a realização de processos de seleção de forma presencial, e esgotadas as chamadas e/ou suplentes aprovados no Processo Seletivo Complementar com base na nota do Enem, restaram, ainda, cerca de 223 vagas não ocupadas.

³ Conforme ações do PDI: A 3.7.5.2 Publicidade Institucional e material gráfico. Outras demandas gráficas para atender aos projetos e ações de toda a Universidade.

Nesse sentido, visando à ocupação das referidas vagas e o ingresso de acadêmicos na Instituição, foi lançado, em dezembro, o projeto piloto do processo seletivo por análise curricular para o preenchimento de vagas remanescentes dos demais processos seletivos para ingresso no semestre 2020.2, cujo início se deu em 20/01/21, considerando a situação de pandemia da Covid-19, que afetou, além de tantas atividades, também os processos seletivos para ingresso.

Cumpra ainda ressaltar que cada um dos processos seletivos apresenta oferta de vagas que variam em conformidade com o período e à modalidade de oferta. Os cursos ofertados pela Diretoria de Tecnologias Educacionais/Universidade Aberta do Brasil (DTE/UAB) não apresentam regularidade de oferta por estarem vinculados aos editais próprios publicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/UAB.

Destaca-se ainda que, após a publicação pela Comissão Permanente de Seleção (Copese) do resultado e primeira chamada dos processos seletivos vestibular e extravestibular, as demais classificações e chamadas são realizadas pela Prograd.

Quanto ao **indicador de ingressantes e matriculados**, necessário reportar-se às vagas ofertadas, que comparadas ao quantitativo de ingressantes por ano (Quadro “Vagas ofertadas, ingressantes e taxa de ocupação por ano”), evidencia a existência de vagas ociosas, observando a taxa de ocupação em relação aos ingressantes por ano.

No ano de 2020, teve-se que suspender as atividades presenciais, causando atraso no Calendário Acadêmico e, ainda, suspender alguns processos seletivos em razão da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, não tivemos processo seletivo extravestibular e as vagas do Processo Seletivo Vestibular foram disponibilizadas no Processo Seletivo Complementar, conforme já relatado anteriormente.

Todavia, mesmo com todo o cenário de pandemia, suspensão das atividades e retorno de forma remota, nota-se uma variação positiva para ocupação no ano de 2020 (94,99%) em relação à 2019 (65,42%), e ao ano de 2018 (57,37%).

Tal indicador permite considerar a credibilidade que a comunidade externa tem depositado, materializando-se na busca em estudar na UFT, somada às estratégias adotadas para o alcance do objetivo de ocupação das vagas como, por exemplo, remanejamento de vagas entre o Processo seletivo Sisu e Vestibular e, ainda, abertura de Processo Seletivo Complementar, bem como do Processo Seletivo por Análise Curricular.

Importante considerar, contudo, que as vagas ofertadas em todos os processos seletivos, no ano de 2018 (5.719) se apresentaram em maior quantitativo que, em 2019 (5.666), e 2020 (3896).

Já o quantitativo de ingressantes no ano de 2020, conforme parâmetros de coleta para o TCU (3.701), é um pouco menor que o número de ingressantes em 2019 (3.707). Todavia, considerando os semestres de 2020/1 e 2020/2, tem-se uma média de ingressantes correspondente a 3.764, potencializando o fator de positividade quanto ao ingresso no ano de 2020, mesmo sem oferta de processo seletivo extravestibular e dos Processos Seletivos Específicos para os cursos de Educação do Campo e Letras-Libras, conforme o quadro seguinte:

Vagas ofertadas, ingressantes e taxa de ocupação por ano

ANO	VAGAS OFERTADAS GRADUAÇÃO ¹	INGRESSANTES	Taxa de Ocupação UFT %
2017	4523	3.877	85
2018	5719	3.281	57,37
2019	5666	3.707	65,42
2020 ²	3896	3.701	94,99

Fonte: Prograd. ¹Até 2019, constam informações sobre vagas ofertadas para Extravestibular, conforme descrito na tabela “Alunos da Graduação e Residência Médica – ano 2020: Ingressantes, matriculados, diplomados, TSG, IGC”.

² 2020 - Vagas ofertadas no Sisu/PSC e UAB em 2020. Considerando o referencial de coleta para os indicadores do TCU, os dados de ingressantes seguiram o referencial do TCU para o exercício de 2020.

Quanto ao **indicador da taxa de evasão** do ano de 2020, houve redução para 8,68% em relação aos 17,47% de 2019, ficando ainda bem abaixo das taxas dos anos anteriores, conforme o quadro abaixo, o que permite inferir que se conseguiu, de certa forma, mesmo com todo o cenário da pandemia da Covid-19, suspensão das atividades presencias e retorno remoto, garantir a permanência dos alunos na Universidade, com estratégias de flexibilização de regramentos internos e garantias de auxílios assistenciais e projetos especiais, tais como Monitoria Digital. O quadro abaixo demonstra tal análise.

Percentual de evasão em relação aos alunos matriculados por ano

ANO	TAXA EVASÃO %
2017	16,21
2018	12,95
2019	17,47
2020 ¹	8,68

Fonte: Prograd. ¹Foram considerados nº de matriculados e evadidos apenas da graduação presencial - Relatório SIE 11.02.04.99.01 em 22/03/2021.

Taxa de evasão – alunos matriculados e evadidos por ano.

ANO	¹ MATRICULADOS	EVADIDOS	TAXA EVASÃO ² %
2017	17.478	2.596	16,21
2018	15.960	2.025	12,95
2019	14.232	2.769	17,47
2020 ²	16.535	1.345	8,68

Fonte: Prograd.

¹**Fonte:** Prograd - Sisu, PSC, Vestibular específico para o curso de Educação do Campo e Licenciatura em Libras, UAB, Parfor, Pronera (2019); Vestibular (2019) e Extravestibular Relatório SIE 11.02.04.99.01 em 05/02/2021.

² **Fonte:** Para o cálculo de evasão, foram considerados nº de matriculados e evadidos apenas da graduação presencial - Relatório SIE 11.02.04.99.01 em 22/03/2021.

Inicialmente, cumpre esclarecer que os dados deste quadro podem apresentar divergências em relação ao quadro Alunos da graduação e Residência Médica – ano 2020: Ingressantes, matriculados, diplomados, TSG, IGC, que segue metodologia de coleta do TCU, com prazos determinados para a coleta em janeiro e o número de evadidos e taxa de evasão extraídos do Relatório do SIE (11.02.04.99.01 alunos por curso nominal) com metodologia e temporalidade diferenciada.

Todavia, como pode ser observado em ambas tabelas, teve-se um aumento no número de matrículas em razão das estratégias adotadas para ocupação das vagas da graduação presencial.

Ressalta-se que, em 2019, ocorreu um alto índice de cancelamento de matrículas em razão do descumprimento das normas previstas no Regimento da Universidade, ao que se publicou a Resolução Consuni n.º 08/2019, que definiu alguns conceitos de registro acadêmico para alinhar a coleta de alguns indicadores.

Cumpre ainda ressaltar que as flexibilizações concedidas aos acadêmicos, como possibilidade de trancamentos emergenciais, podem ter ocasionado um aumento na nossa taxa de retenção. Todavia, estamos realizando análises destes impactos para adotar medidas estratégicas visando à continuidade da redução da taxa de evasão e garantir a permanência do aluno.

Faz-se necessário registrar que a evasão acumulada atualmente está próxima de 40%, e é importante envidar esforços para diminuí-la até o patamar de 4,5% ou menor a cada semestre, como bem observado pelo Prof. Dr. Claudomiro M.G. André, especialista no assunto e responsável pela compilação dos dados de evasão, senão vejamos:

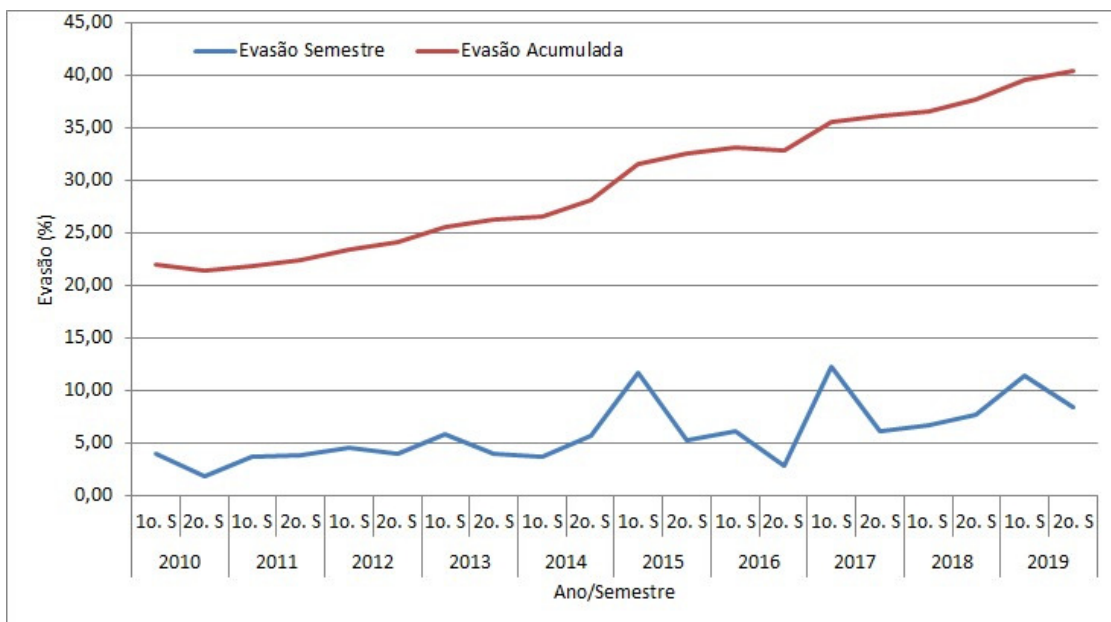
“Em 2019/2 dos 13.585 alunos vinculados aos cursos da UFT e destes, 1149 evadiram (8,46%), sendo o 4º semestre com maior evasão do período em questão (Ver tabela). Neste período, tivemos evasão superior à média da UFT em 21 dos cursos dos 58 cursos listados. O primeiro semestre de 2020 é uma situação

peculiar, neste, a evasão foi apenas 1,44% (menor valor dos últimos 10 anos), muito provavelmente como reflexo do período da pandemia da Covid-19 em que muitos alunos, em face de diminuição das atividades da UFT e outras instituições, podem não ter formalizado sua saída do curso.

Avaliando a evolução da evasão da UFT no período compreendido entre 2010 e 2019 em termos de evasão semestral (linha azul) e a evasão total acumulada (linha vermelha), percebemos que saímos de pouco mais de 20% em 2010 e superamos 40% em 2019. Neste período, e a evasão semestral até 2014 era abaixo de 5% e a evasão acumulada era sempre crescente e chegou ao patamar próximo a 30% (28,11% em 2014/2). A partir de 2014, observamos um aumento da evasão semestral comparado ao período 2010-2014, observamos a partir de 2015, em três oportunidades, valores da evasão semestral superior a 10%.

Em linhas gerais, para que a evasão acumulada, que, como já comentado, atualmente está próxima de 40%, é importante a UFT envidar esforços para diminuir a evasão para o patamar de 4,5% ou menor a cada semestre...”

Evolução do percentual de evasão nos cursos de graduação presencial da UFT



Fonte: Prograd.

Número de matriculados na graduação em cursos a distância e Parfor:

Este indicador mensura o quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação a distância e Parfor. Para o ano de 2020, foram incluídos os alunos do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronea), conforme estabelecido no Decreto nº 7.352/201.

Os resultados do indicador foram: 2.224 alunos matriculados em 2018, 1.875 em 2019 e 2.291 alunos matriculados em 2020.

Em relação ao desempenho do indicador no ano de 2020, ressalta-se que os cursos ofertados pela DTE/UAB e Parfor não apresentam regularidade de oferta por estarem vinculados aos editais próprios publicados pela Capes. No entanto, houve criação de novo curso de Música e oferta de novos polos, o que ocasionou aumento na oferta. Quanto ao Parfor, não houve novo processo seletivo de ingresso.

O indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): mensura a taxa de alunos diplomados em relação aos alunos ingressantes no suposto ano de ingresso de cada curso (ingressantes x anos atrás), respeitada a duração padrão de cada um. O indicador varia no intervalo de 0% a 100% e quanto mais próximo de 100% melhor.

Os resultados do indicador foram: no ano de 2017, a taxa foi de 42,23%; em 2018, foi de 72,86%; em 2019, foi de 34,70%; e, em 2020, cresceu para 35,27%. A variação da taxa se explica, em parte, pelo crescimento do número de diplomados de 2019 para 2020.

Em 2020, a TSG atingiu 35,27% e, desta forma, mesmo com a situação da pandemia da Covid-19 e retorno das atividades de forma remota, houve crescimento da taxa de sucesso na graduação. Esse aumento se deve a várias estratégias adotadas neste período com o intuito de garantir a continuidade das atividades e a qualidade do ensino. As estratégias adotadas estão disponíveis em www.uft.edu.br/retomada.

No que tange ao indicador, faz-se necessário esclarecer que a coleta foi realizada até meados de fevereiro do ano subsequente (aproximadamente dia 20), conforme prazo estabelecido pelo TCU, mediante atualização de dados para que se possa ter melhores taxas no exercício considerado. No entanto, na maioria das vezes, como no ano de 2020, continuam se realizando os procedimentos de integralização curricular dos alunos, conforme encerramento de diários e calendário acadêmico.

Nesse sentido, por exemplo, as colações de grau dos alunos de alguns câmpus estão ainda finalizando em março e abril, após o período da coleta mencionada, e os Diários tiveram seu encerramento prorrogado por diversas vezes em razão de dilações de prazo para finalização de estágios e TCCs, nos termos da Resolução Consuni nº 28/2020, o que impossibilita a integralização curricular no prazo da coleta, em determinados casos, devido ao atraso no Calendário acadêmico.

Eis que em relatório atualizado, até a data de 13/04/2020, o número de diplomados do ano/calendário de 2019, graduação presencial, excluídos EaD e Parfor, foi de 1.378, o que elevaria a TSG para 43,43%.

Contudo, observa-se que a taxa de evasão de 2020 teve um reflexo positivo nos **indicadores referentes ao quantitativo de diplomados**, conforme o Quadro “Alunos da graduação e Residência Médica por ano: Ingressantes, matriculados, diplomados”: O nº de

diplomados, no ano de 2020 (1180) é superior ao ano de diplomados no ano de 2019 (1101), o que ocasionou, conseqüentemente, o aumento da TSG.

Entretanto, em conformidade com os dados apresentados no quadro seguinte “Alunos da graduação e Residência Médica por ano: Ingressantes, matriculados, diplomados”, é importante observar que, com relação ao ano de 2019, o ano de 2020 registra um quantitativo maior de alunos que ingressaram X-anos atrás. São dados que revelam um empenho institucional por minimizar os indicadores de evasão, desenvolvendo as ações dos programas especiais em educação, conforme destaque na matriz de risco e ações do PDI⁴, oportunizando aos alunos a conclusão de seus cursos, evitando a evasão antes da devida integralização curricular.

Alunos da graduação e Residência Médica por ano: Ingressantes, matriculados, diplomados

ANO	VAGAS GRAD ¹	INGRESSANTES ³	MATRICULADOS ⁴	DIPLOMADOS GRADUAÇÃO ³	INGRESSANTES X- Anos atrás ³	TSG %	MATRICULADOS RES. MÉDICA ³
2017	4340	3877	17478	1122	2657	42,23	92,5
	183 ²						
2018	3880	3281	15960	1235	1695	72,86	95
	1839 ²						
2019	3556	3707	14232	1101	3173	34,70	96
	2110 ²						
2020	3896*	3701	16535	1180	3346	35,27	102

¹ Fonte: Prograd - Sisu, PSC, Vestibular específico para o curso de Educação do Campo e Licenciatura em Libras, UAB, Parfor, Pronera (2019); e, Vestibular (2019)

² Fonte: Prograd - Extravestibular

³ Fonte: Relatório de Indicadores de Gestão por ano – Diplan/Proap em 12/02/2021

⁴ Prograd - Sisu, PSC, Vestibular específico para o curso de Educação do Campo e Licenciatura em Libras, UAB, Parfor, Pronera (2019); Vestibular (2019) e Extravestibular

*2020 - Vagas ofertadas no Sisu/PSC e UAB em 2020. Considerando o referencial de coleta para os indicadores do TCU, os dados de ingressantes seguiram o referencial do TCU para o exercício de 2020.

Ressalta-se que a base de dados para o ano de 2018, considerando o cenário das greves e o atraso no Calendário, seguiu orientação para coleta das informações referentes ao 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018, e considerando ainda o quantitativo de calendários

⁴ A 3.1.2.17. Fomentar a atividade de monitoria das disciplinas que tem maior reprovação e aulas extracurriculares sobre conhecimento geral e específico das disciplinas (Programa de Monitoria); A 3.1.2.3. Executar e acompanhar o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi); A 3.1.2.1. Executar e acompanhar o Programa Institucional de Monitoria (PIM); A 3.1.2.2. Executar e acompanhar o Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi); A 3.1.2.14 Monitorar o rendimento acadêmico dos discentes; A 3.1.2.13. Elaborar proposta de ações para sanar deficiências de alto índice de reprovação e evasão.

em atraso, o regime de alternância nas ofertas dos cursos e a coleta de dados, a TSG ficou elevada em 2018, não correspondendo à realidade, uma vez que, para a coleta do indicador de Ingressantes X anos atrás, leva-se em consideração o período de ingresso do provável formando e, em 2018, por exemplo, para o referencial de 2017/2 os ingressantes foram de 2014/1 (para cursos com duração de 8 semestres), de 2013/2 (para cursos com duração de 9 semestres) e assim por diante.

Considerando a regularização dos calendários acadêmicos, a TSG de 2018 corresponderia a cerca de 43,43% com o indicador de diplomados atualizado, demonstrando que a UFT conseguiu melhorar o referido indicador se levarmos em consideração os dados atualizados, mediante encerramento do calendário, de ingressantes X anos atrás para o período de 2018.

Para o ano de 2020, a base de dados utilizada para cálculo da TSG, considerando o cenário da suspensão das atividades em razão da pandemia, seguiu orientação para coleta das informações referentes ao 2º semestre de 2019 e 1º semestre de 2020, em período pré-determinado.

Nesse sentido, com base no exposto e considerando o cenário da pandemia da Covid-19, suspensão das atividades acadêmicas e retorno de forma remota (vide www.uft.edu.br/retomada), conseguiu-se, ainda, aumentar a TSG em relação ao ano de 2019.

SAIBA MAIS

www.uft.edu.br/retomada

Em referência aos indicadores para atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação (PPCs) e oferta de disciplinas ou componentes curriculares, na modalidade semipresencial, ressalta-se que são atividades realizadas continuamente a partir da demanda para a devida atualização, quando da apresentação dos PPCs pelos colegiados de cursos de graduação (Quadro “Conceitos dos cursos de Graduação”).

Ressalta-se que, em razão da necessidade de curricularização da extensão, os PPCs serão revistos e atualizados em 2021, em conformidade com as exigências legais e Resolução de Creditação da Extensão, no âmbito da UFT.

Frisa-se que a demanda de análise, nos anos de 2018 e 2019, foi superior a dos anos anteriores, considerando o atendimento a normativas específicas para todos os cursos de licenciatura da UFT, totalizando 30 PPCs de cursos de Licenciatura e 14 de cursos de bacharelado ou de cursos novos de Licenciatura, na modalidade Educação a Distância-Universidade Aberta do Brasil.

Índice Geral de Cursos de Graduação: O indicador mensura o conceito geral dos cursos ofertados pela UFT através do cálculo da média ponderada dos conceitos de cada curso de graduação.

Os resultados do indicador foram: conceito 3 em 2017 e 2018, e conceito 4 em 2019 e 2020.

Em relação ao desempenho do indicador, este índice propiciou em 2019 o recredenciamento institucional, conforme a homologação do Parecer nº 485/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação⁵, e, em 2019, teve-se melhora no índice de

Educação a distância, obtendo nota 4 na avaliação externa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) referente ao processo 201503207, sendo que antes era 3. O quadro “Conceitos dos cursos de Graduação” demonstra os resultados obtidos pelos cursos, por ciclo avaliativo.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

O CPC, assim como o Conceito Enade, também passou a ser calculado a partir da edição de 2016, por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no Sistema e-MEC, conforme enquadramento realizado pela Instituição de Educação Superior no Sistema Enade.

No Quadro seguinte, são apresentados os conceitos atribuídos após as respectivas avaliações:

Conceitos dos cursos de Graduação por ano

Nome do Curso	Câmpus	Modalidade	CPC	Enade	Ano
Agronomia	Gurupi	Presencial	4	3	2019
Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Presencial	3	4	2019
Enfermagem	Palmas	Presencial	4	4	2019
Engenharia Ambiental	Palmas	Presencial	3	3	2019
Engenharia Civil	Palmas	Presencial	4	4	2019
Engenharia de Alimentos	Palmas	Presencial	3	2	2019
Engenharia Elétrica	Palmas	Presencial	3	3	2019
Engenharia Florestal	Gurupi	Presencial	3	2	2019
Medicina	Palmas	Presencial	4	4	2019
Medicina Veterinária	Araguaína	Presencial	4	3	2019
Nutrição	Palmas	Presencial	4	4	2019
Zootecnia	Araguaína	Presencial	4	3	2019
Administração	Palmas	Presencial	4	4	2018
Ciências Contábeis	Palmas	Presencial	2	2	2018

Continua

Ciências Econômicas	Palmas	Presencial	3	2	2018
Direito	Palmas	Presencial	4	4	2018
Jornalismo	Palmas	Presencial	4	3	2018
Logística	Araguaína	Presencial	4	4	2018
Serviço Social	Miracema do Tocantins	Presencial	3	3	2018
Biologia	Araguaína	Presencial	3	2	2017
Ciência da Computação	Palmas	Presencial	4	3	2017
Ciências Biológicas	Porto Nacional	Presencial	4	4	2017
Ciências Biológicas	Porto Nacional	Presencial	3	2	2017
Ciências Sociais	Tocantinópolis	Presencial	3	2	2017
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Gurupi	Presencial	4	2	2017
Filosofia	Palmas	Presencial	3	2	2017
Física	Araguaína	Presencial	3	2	2017
Geografia	Porto Nacional	Presencial	3	2	2017
Geografia	Araguaína	Presencial	3	2	2017
Geografia	Porto Nacional	Presencial	3	2	2017
História	Araguaína	Presencial	3	1	2017
História	Porto Nacional	Presencial	3	1	2017
História	Araguaína	Presencial	4	2	2017
Letras - Inglês	Porto Nacional	Presencial	2	2	2017
Letras - Inglês	Araguaína	Presencial	3	2	2017
Letras - Língua Portuguesa	Araguaína	Presencial	3	2	2017
Letras - Português	Porto Nacional	Presencial	4	2	2017
Matemática	Araguaína	Presencial	3	2	2017
Matemática	Arraias	Presencial	3	2	2017
Matemática	Palmas	Presencial	3	2	2017
Pedagogia	Araguaína	Presencial	2	1	2017
Pedagogia	Palmas	Presencial	3	2	2017

Continua

Pedagogia	Miracema do Tocantins	Presencial	3	2	2017
Pedagogia	Tocantinópolis	Presencial	3	2	2017
Pedagogia	Arraias	Presencial	3	2	2017
Química	Araguaína	Presencial	3	1	2017
Química Ambiental	Gurupi	Presencial	3	1	2017

Fonte: Prograd/UFT. Dados extraídos do site do Inep/MEC.

Em referência aos Programas Especiais em Educação (PEEs), ressalta-se o empenho institucional por manter as ações para fortalecer a permanência de alunos na Universidade, que manifestam uma vulnerabilidade pedagógica durante o processo formativo, resultando num desempenho acadêmico abaixo da média. Estas ações compõem o plano para mitigar as taxas de evasão e retenção na UFT, que são desenvolvidas na Universidade continuamente. Tendo em vista ratificar a importância dos PEEs para fortalecer o desempenho acadêmico dos alunos da graduação, segue, abaixo, uma breve explicação acerca do foco de atuação de cada um deles.

Em razão da pandemia de Covid-19, que ocasionou a suspensão das atividades presenciais da UFT, alguns programas, tais como PIM, Pimi e Padi não tiveram editais em 2020. No entanto, foi implementado o Programa de Monitoria Digital visando a garantir a permanência dos acadêmicos durante as atividades de ensino de forma remota.

- 1) **Programa Institucional de Monitoria (PIM)** - O PIM contempla atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos da graduação e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante.
- 2) **Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi)** - O Pimi tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso.
- 3) **Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi)** - O Padi foi criado com o objetivo de auxiliar os estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e aqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares.
- 4) **Programa Mais Vida** - O Programa tem como diretrizes gerais desenvolver ações de prevenção e enfrentamento ao suicídio. No ano de 2020, registra-se a atuação do programa em todos os câmpus da Universidade com docentes, discentes e servidores técnicos comprometidos com a causa da Saúde Mental da comunidade universitária. Destaca-se a realização de 18 ações no ano de 2020:
 - Produção de *cards*, enquetes e vídeos com orientações de educação alimentar e nutricional: Estratégia de segurança alimentar e nutricional e promoção da saúde na pandemia covid-19.

- Produção de conteúdo, utilizando a linguagem escrita e a audiovisual para as redes sociais, *Instagram* e *Facebook* para a ação quinta cultural.
- Produção de conteúdo, utilizando a linguagem escrita e a audiovisual para as redes sociais, *Instagram* e *Facebook* para o processo de autorregulação da aprendizagem.
- Produção de conteúdo, utilizando a linguagem escrita e a audiovisual para as redes sociais, *Instagram* e *Facebook* para o processo de autorregulação emocional.
- Execução do Projeto INTERSER para cultivar o autoconhecimento, o autocuidado e a autocompaixão. Ao longo dos encontros, cada participante é convidado a perceber e reconhecer seus pensamentos, sentimentos e sensações corporais e compreender de que forma tudo isso influencia o seu cuidado com a saúde física e mental.
- Acolhimento psicoemocional dos discentes em sofrimento decorrente da pandemia por meio de atendimento on-line.
- Execução do grupo de encontro presencial para oferecer um espaço de escuta partilhado com sigilo e segurança voltada para o bem-estar psicoemocional de si e do outro.
- Execução da ação compartilhe carinho para a manutenção e fortalecimento dos vínculos afetivos da comunidade da UFT por meio da produção de vídeos e mensagens via *Instagram*.
- Pausa para o café buscando minimizar, na comunidade acadêmica, os impactos da ansiedade e aflições durante o período de isolamento domiciliar pela pandemia da Covid-19, com ações via plataforma virtual sobre temas pertinentes ao momento atual.
- Ação E agora, José? Conversando sobre sentimentos, mudanças e forças pessoais para acolher estudantes da UFT, levando-os à reflexão acerca dos sentimentos durante a pandemia e no retorno às aulas remotas realizadas via plataforma virtual.
- Ação valorização da vida e promoção da saúde sob a lógica do cuidado para a sensibilização de estudantes pela apropriação de si através da retomada de suas respectivas biografias e valorização do autocuidado e cuidado do outro por meio de encontros semanais on-line em grupo.
- Ação Saúde mental nas redes sociais através da construção de textos com reflexões sobre a qualidade de vida e formas de enfrentamento do sofrimento por meio de produção de artes gráficas distribuídas nas redes sociais.
- *Lives* e minicursos sobre psicoeducação, sobre temas relativos ao enfrentamento dos impactos emocionais da suspensão das atividades acadêmicas por meio de *lives* e produção de vídeos.
- Ação #tobememcasa para prestar apoio à UFT na análise, acompanhamento e assistência da comunidade no período de isolamento/quarentena, utilizando a plataforma virtual elaborada pela Universidade de Brasília (UnB) e adaptada para a UFT.

- Ação tecendo redes, para o levantamento da rede de atendimento em saúde mental nos municípios em que há câmpus da UFT durante o período da pandemia, realizado por meio de contatos telefônicos e on-line.
- Acolhimento psicoemocional dos discentes em sofrimento psíquico via busca espontânea e atendimento on-line.
- Por fim, a ação conhecendo o treinamento esportivo adotada para possibilitar aos esportistas de Tocantinópolis um maior conhecimento teórico do treinamento praticado nos esportes, realizado por meio de questionário via telefone, desenvolvimento de cartilhas esclarecendo as dúvidas dos atletas e realização de vídeos no *YouTube*.

5) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) - O Pibid é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, de iniciativa do Ministério da Educação, executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As vagas ofertadas estão vinculadas aos editais de Pessoal de Nível Superior. As vagas ofertadas estão vinculadas aos editais para participarem do programa. Assim como para a Capes, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, o Pibid tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

Cumpra-se ressaltar que a UFT, por meio da Prograd, participa do Pibid desde a abertura do edital da Capes no ano de 2007. A proposta do Pibid/UFT é composta por subprojetos e executada em parceria com escolas públicas de educação básica, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins, bem como às Secretarias Municipais de Educação de municípios do Estado do Tocantins. O Pibid, articulado aos demais programas da Capes, tem como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica.

6) Programa Residência Pedagógica - O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores de iniciativa do Ministério da Educação, executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. As vagas ofertadas estão vinculadas aos editais disponibilizados pela Capes. Entretanto, em contrapartida, são incluídos alunos voluntários para participarem do programa. Assim como para a Capes, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, a Residência pedagógica tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo uma imersão planejada e sistemática do aluno de licenciatura no ambiente da escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, a vivência e experimentação de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de aula, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora. Durante e após a imersão, o residente deve ser estimulado a refletir e avaliar sobre sua prática e relação com a profissionalização do docente escolar, para

registro em relatório e contribuir para a avaliação de socialização de sua experiência como residente.

A Residência Pedagógica, articulada aos demais programas da Capes, tem como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica.

7) Programa de Monitoria de Inclusão Acadêmica (Pmiac) - O Pmiac contempla atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos e orientadas pelo setor de Assistência Estudantil de cada câmpus, que contribuam para a formação acadêmica e de inclusão do estudante da Universidade.

8) Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA) - O PMA é um programa que permite aos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) conveniadas cursarem parte das disciplinas do currículo de seu curso em outra Instituição. O objetivo é regular a relação de reciprocidade em cursos de graduação de Ifes brasileiras.

9) Em 2020, considerando o contexto da pandemia da Covid-19, foi lançado o **Programa Institucional de Monitoria Digital (PIMD)**⁵, mediante dos programas especiais em educação internos (PIM, Pimi e Padi). O programa teve por finalidade o desenvolvimento de ações didáticas, sob a coordenação de um docente, que contribuam para a formação acadêmica do discente da UFT, considerando-se o contexto da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19) e suas especificidades quanto ao desenvolvimento das atividades.

SAIBA MAIS

Edital do Programa Institucional de Monitoria Digital (PIMD):

https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/1uWHQwB8SQGZbqlaxy8zXw/content/Edital%20n%C2%BA%2058_2020%20-%20Prograd%20-%20Abertura%20de%20inscri%C3%A7%C3%B5es%20Docentes%20-%20Monitoria%20Digital.pdf

Cumpra-se destacar os objetivos do programa que foram:

a) Proporcionar suporte didático aos discentes por meio de recursos tecnológicos educacionais digitais, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação, nas seguintes áreas de

⁵ O Programa Institucional de Monitoria digital ocorreu em alinhamento com a Resolução Consepe/UFT nº 23, de 30 de março de 2020 e com a Instrução Normativa nº 02/2020 – Prograd-Propeq-Proex-DTE, sendo que tanto o processo seletivo quanto o desenvolvimento das atividades ocorrerão de forma não presencial. Foram disponibilizadas vagas aos discentes monitores em duas modalidades: remuneradas e não remuneradas.

conhecimento: Português Instrumental, Matemática Geral, Estatística, Física Geral, Biologia Geral e Química Geral;

b) Propiciar ao monitor discente a oportunidade de ampliar conhecimentos didáticos e uso de tecnologia educacional digital;

c) Proporcionar condições de êxito, inclusão acadêmica e permanência dos discentes da UFT no processo ensino-aprendizagem, por meio de tecnologia educacional digital

d) Proporcionar uma formação profissional qualificada e a inserção dos discentes na ressignificação do processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias digitais;

e) Contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT.

Destaca-se ainda que, mesmo com a reformulação dos programas especiais em educação internos (PIM, Pimi e Padi), foi possível cumprir todos os objetivos incorporados por tais iniciativas, através dos programas institucionais de monitoria digital e monitoria em tecnologia digital. Esses novos programas acrescentaram o apoio tecnológico para o alcance dos objetivos dos programas inicialmente previstos para o ano, portanto, permitindo o alcance de 100% do programado. Os programas Pibid e Residência Pedagógica reiniciaram suas atividades apenas no mês de novembro de 2020 devido à paralisação decorrente da pandemia da Covid-19, e parte dos recursos destinados à Prograd foram enviados à Proest para abertura de edital para aquisição de equipamentos especiais para alunos enquadrados como Pessoa com Deficiência (PCD), para auxílio ao desenvolvimento de atividades em *home office* dada à situação da pandemia da Covid-19, conforme será demonstrado no quadro “Quantidade de Bolsas pagas por Programas Especiais em Educação”. Nesse sentido, observa-se no quadro “Quantidade de Bolsas pagas por Programas Especiais em Educação por ano”, o decréscimo no quantitativo de bolsas pagas no ano de 2020, considerando-se os valores alocados, conforme o orçamento da UFT e/ou editais da Capes.

Quantidade de Bolsas pagas por Programas Especiais em Educação por ano

Ano	Programas Especiais em Educação								
	PIM	Pimi	Padi	PIMD	PIMTD	Pibid	PET	PMIAC	Residência Pedagógica
2017	824	317	789	-	-	5.088	78	240	-
2018	799	445	818	-	-	2.042	48	120	1.712
2019	805	392	563	-	-	5.160	83	36	5.160
2020	-	-	-	81	1.281	384 ⁶	42 ⁷	** ⁸	249 ⁹

Fonte: Prograd/UFT.

⁶ Fonte: Sistema Integrado Capes (Sicapes) com reinício das atividades apenas em Nov/2020;

⁷ Fonte: Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial (SIGPET/MEC). Ressalta-se que os valores informados correspondem ao nº de beneficiários.

⁸ Os recursos foram enviados para a Proest para abertura de edital para aquisição de equipamentos especiais para alunos PCD para auxílio ao desenvolvimento de atividades remotas dada a situação da pandemia da Covid-19

⁹ Fonte: Sistema Integrado Capes (Sicapes), com reinício das atividades apenas em Nov/2020.

Por fim, faz-se necessário registrar que, quanto ao Programa de Formação Continuada Docente (Profor), até o ano de 2019, os valores e os cursos vinculados ao programa foram descentralizados e a competência de organização e desenvolvimento das ações foi designada às direções de câmpus. No entanto, em 2020, o programa foi novamente reestruturado e desenvolvido pela Prograd e Progedep.

O “Novo Profor” é um projeto que tem a perspectiva de contextualizar, renovar saberes e a possibilidade de construção de novas experiências que sejam significativas ao corpo docente.

Neste ano, a pandemia da Covid-19 mostrou a fragilidade e a distância que a Instituição se encontra da integração e do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDC) aplicadas aos contextos educacionais. Assim, é necessário ampliar os conhecimentos em novas metodologias que potencializem o aprendizado dos acadêmicos. A cultura digital/cibercultura transpôs a Universidade para outra realidade que, embora ainda traga resistências no meio acadêmico, faz-se necessária e fundamental para a compreensão deste momento em que vive a humanidade, tratando-se do conhecimento pertinente, de compreender a Universidade na diversidade, de reconhecer que as pessoas são seres multifacetados, e a condição planetária que se desenvolve.

O projeto contou com uma dinâmica de coordenação compartilhada estabelecendo metas, mas, ao mesmo tempo, proporcionando liberdade administrativa, técnica e pedagógica para que as ações pudessem ser concretizadas. A coordenação do projeto foi dividida em 3 segmentos para melhor gerenciar os processos: coordenação-geral: responsável pelos fluxos institucionais e administrativos, tendo a visão geral do todo o projeto. Coordenação técnica-administrativa que foi responsável pelos encaminhamentos técnicos e financeiros do projeto. E, por fim, a coordenação pedagógica que foi responsável pela interlocução pedagógica e mentoria dos modelos de curso.

Foi proposto o curso intitulado “Contemporaneidade, Docência e Comunicação Digital”, com uma carga horária de 120 horas, cujo objetivo era utilizar tecnologias digitais da informação, comunicação e assistivas de forma crítica, criativa, significativa, reflexiva e ética nas práticas educativas para se comunicar, acessar e disseminar conhecimentos, resolver problemas e exercitar a empatia, o diálogo, a autonomia, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais no exercício da docência. O curso foi dividido em três módulos listados abaixo:

- Metodologias inovadoras educativas (60 horas);
- Educação on-line e hiperídia (30 horas);
- Inclusão digital, acessibilidade e diversidade (30 horas).

Todos os cursistas eram professores dos diferentes cursos e câmpus da UFT, dando ênfase ao fato de que originalmente o curso foi desenvolvido para 120 vagas, no entanto, a procura foi além das expectativas. Por esse motivo, foi criada a turma 2 com mais 120 vagas, seguindo os mesmos critérios da turma 1.

Foram coletadas informações a partir de questionários para levantamento de informações relativo a tecnologias digital. O resultado dos questionários apresentou que 87,8% dos professores que responderam à avaliação nunca haviam participado de um curso *on-line* como alunos. Além disso, 77,7% dos professores estavam cumprindo período probatório

durante o curso.

O quadro a seguir apresenta o número de certificações emitidas aos participantes dos módulos do curso para ambas as turmas.

Número de certificações emitidas aos participantes dos módulos do curso Contemporaneidade, Docência e Comunicação Digital”

Módulo	Turma 1	Turma 2
Eixo Metodologias Inovadoras Educativas	79	63
Educação On-line e Hipermídia	37	34
Inclusão Digital, Acessibilidade e Diversidade	50	32
Total de certificações	166	129

Fonte: Relatório de Ações do Novo Profor 2020 (Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento/Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (CFORMA/DDP/Progedep).

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz 3.1, no ano de 2020, são mostradas no quadro a seguir.

Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 3 – Diretriz 3.1

D 3.1. Dimensionar as ações acadêmico-administrativas considerando/relacionando-as às políticas de ensino para os cursos de graduação.

Meta: M 3.1.1. Sistematizar a organização e atualização curricular dos Cursos de Graduação

Ação	Descrição
A 3.1.1.1. Apoiar elaboração e atualização de PPC de acordo com os parâmetros do MEC, com direcionamento para as demandas sociais, econômicas e culturais do âmbito no qual o curso está inserido.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de atendimento por e-mail e/ou videoconferência para as devidas orientações e esclarecimentos para efetivação de atualizações dos PPCs dos cursos de graduação diante do contexto de pandemia. Modernização do processo, ferramenta e tecnologia para elaboração e atualização do PPC por meio do estabelecimento de um plano de atividades anuais com fluxos processuais de elaboração e atualização de PPCs em um sistema de informação para a gestão de PPCs. Concepção de um manual de elaboração de PPCs levando em consideração as demandas ambientais, culturais, econômicas, educacionais, políticas, sociais e tecnológicas nas quais o curso

D 3.1. Dimensionar as ações acadêmico-administrativas considerando/relacionando-as às políticas de ensino para os cursos de graduação.

Meta: M 3.1.1. Sistematizar a organização e atualização curricular dos Cursos de Graduação

Ação	Descrição
	<p>está inserido.</p> <ul style="list-style-type: none"> Concepção de um plano de atendimento aos núcleos docentes estruturantes com diversos canais de comunicação (telefone presencial, <i>chatbot</i>, videoconferência, e-mail) para prover o suporte técnico para a elaboração e atualização dos PPCs.
A 3.1.1.2. Promover a atualização dos PPCs de acordo com os parâmetros do MEC.	<ul style="list-style-type: none"> Definição de um plano de ação para atualização dos PPCs em sistema de informação de gestão de PPCs a partir dos parâmetros definidos pelo MEC, por meio das Diretrizes Curriculares de cada curso de graduação. Implantação de seções de documentos de elaboração de PPCs com anexos específicos de cada curso de graduação implantados na mini-home da Prograd. Atividades realizadas para a atualização do regimento de elaboração dos PPCs dos cursos de graduação a partir das alterações das resoluções gerais para cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogos especificados em suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Construção de plano de capacitação dos componentes dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) no processo de elaboração e atualização dos PPCs, tanto em termos administrativo e pedagógico quanto tecnológico, com a adoção de sistema de informação de gestão.
A 3.1.1.3. Realizar acompanhamento contínuo dos PPCs dos cursos de graduação da UFT.	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do Sistema de Informação de Gestão para a elaboração, atualização e acompanhamentos dos PPCs dos cursos de graduação com ênfase em métricas e indicadores de desempenho para permitir o monitoramento da execução do PPC.
A 3.1.1.4. Apoiar e normatizar a sistemática de oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial.	<p>Foram produzidas orientações e fluxos para solicitação de ofertas especiais. Em 2020, com o ensino remoto, foram produzidos diversos materiais disponíveis em www.uft.edu.br/retomada</p>
A 3.1.1.5. Acompanhar as	<ul style="list-style-type: none"> Publicação das atualizações das DCNs nas mini-homes da Prograd com divulgação ampla a partir de um plano de

Continua

Continua

D 3.1. Dimensionar as ações acadêmico-administrativas considerando/relacionando-as às políticas de ensino para os cursos de graduação.

Meta: M 3.1.1. Sistematizar a organização e atualização curricular dos Cursos de Graduação

Ação	Descrição
alterações das diretrizes curriculares do MEC, de forma contínua, para atualização dos PPCs dos cursos de graduação.	<p>comunicação estabelecido entre a Prograd e os Núcleos Docentes Estruturantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de formas de notificação via sistema de informação para que o Núcleo Docente Estrutura inicie o processo de atualização do PPC assim que novas DCNs forem publicadas de forma a iniciar as adequações necessárias.
A 3.1.1.6. Apoiar a implantação de Política de Acessibilidade nos PPCs dos Cursos de Graduação.	<ul style="list-style-type: none"> Estudos da política de acessibilidade para definição das diretrizes de elaboração de projetos e programas de acessibilidade nos cursos de graduação. Realização de oficinas e cursos de capacitação para docentes e técnicos administrativos para auxiliar os cursos no processo de implantação da política de acessibilidade. Estudos de métricas e indicadores para acompanhamento do cumprimento da política de acessibilidade nos cursos de graduação.
3.1.1.7. Otimizar a distribuição de disciplinas, evitando a não oferta de disciplinas obrigatórias previstas na estrutura curricular do curso	<ul style="list-style-type: none"> Foram realizadas reuniões <i>web</i> para incentivar a prática da oferta de disciplinas articuladas entre cursos. Foram analisadas cerca de 3.000 ofertas no semestre de 2020/1 e, ainda, foram feitos novos procedimentos de ajustes e conferências em razão do retorno das atividades em formato remoto, tendo sido aberto novo período de planejamento e ajustes para as ofertas de 2020/1. Foi realizada a conferência nas ofertas de 2020/2, cujo semestre teve início em 20/01/21 em razão da suspensão das atividades presenciais, o que causou atraso no Calendário acadêmico. A redução se deu em razão de prática de articulação de disciplinas. (Algumas turmas de Tocantinópolis, em razão do calendário atrasado, não foram computadas em 2020/1).
3.1.1.11. Garantir a expedição de Diplomas	<ul style="list-style-type: none"> Foi disponibilizada a consulta pública dos diplomas em www.uft.edu.br/diplomas. Diplomas registrados em 2020: Graduação: 777 Pós-graduação: 306 e 1123 outras Instituições de Ensino Superior (IES). Ressalta-se que o número de diplomas não corresponde, necessariamente, ao número de Formados, que foi cerca de 1.101 alunos até 27/01/2021. Vale frisar que este número poderá sofrer alteração, uma vez que não foram finalizadas as colações de grau dos acadêmicos de 2020/1 e fora inicializado o semestre de 2020/2 em 20/02/21. A expedição e os registros de diploma foram feitos em trabalho remoto e utilizando os processos eletrônicos. Foi criado o Certificado Digital de Registro de Diploma da UFT para evitar a impressão.

Continua

Meta: M 3.1.2. Fomentar estratégias para ampliação dos conceitos da Graduação

Ação	Descrição
A 3.1.2.1. Executar e acompanhar o programa de Monitoria (PIM).	<ul style="list-style-type: none"> Face à pandemia da Covid-19 e à adaptação para o trabalho remoto, as atividades do PIM foram executadas a partir de dois programas emergenciais: Programa Institucional de Monitoria Digital e Programa Institucional de Monitoria em Tecnologias Digitais, adaptados e mais adequados ao contexto.
A 3.1.2.2. Executar e acompanhar o programa indígena (Pimi).	<ul style="list-style-type: none"> Face à pandemia da Covid-19 e à adaptação para o trabalho remoto, as atividades do Pimi foram executadas a partir de dois programas emergenciais: Programa Institucional de Monitoria Digital e Programa Institucional de Monitoria em Tecnologias Digitais, adaptados e mais adequados ao contexto.
A 3.1.2.3. Executar e acompanhar o programa Padi.	<ul style="list-style-type: none"> Face à pandemia da Covid-19 e à adaptação para o trabalho remoto, as atividades do Padi foram executadas a partir de dois programas emergenciais: Programa Institucional de Monitoria Digital e Programa Institucional de Monitoria em Tecnologias Digitais, adaptados e mais adequados ao contexto.
3.1.2.4. Executar e acompanhar o programa Pibid	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões de gestão entre a coordenação e a Prograd para definição de Plano de Trabalho. Elaboração, divulgação, seleção e publicação dos resultados dos editais vinculados às ações por meio da plataforma computacional de Processos Seletivos (ProSeletivo). Apoio técnico-administrativo para auxílio nas atividades do programa pela Prograd e coordenação do Programa. Realização de acompanhamento juntos aos projetos e núcleos operacionais. Publicação no portal da transparência de programa especial em educação externo no link

Continua

D 3.1. Dimensionar as ações acadêmico-administrativas considerando/relacionando-as às políticas de ensino para os cursos de graduação.	
Meta: M 3.1.1. Sistematizar a organização e atualização curricular dos Cursos de Graduação	
Ação	Descrição
A 3.1.2.5. Executar e acompanhar o programa PMA	<ul style="list-style-type: none"> Face à pandemia da Covid-19 e à adaptação para o trabalho remoto, nas atividades do PMA foram executadas pouquíssimas ações no ano de 2020. Surgiu a possibilidade de prover a mobilidade por meio remoto, em que os acadêmicos cursam componentes curriculares em outras instituições de forma EaD ou remoto síncrono. Devido à pandemia, os calendários das universidades ficaram divergentes, sendo assim, a UFT teve 5 processos de mobilidade em 2020 que foram iniciados antes da pandemia. Foram recebidos 2 alunos da Universidade Federal do Ceará (UFC), e encaminhados 2 alunos para a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e 1 para a Universidade Federal do Amapá (Unifap).
3.1.2.10. Analisar o rendimento obtido pelos cursos no Enade para o reforço dos pontos significativos	<ul style="list-style-type: none"> Em 2020, em razão da pandemia da Covid-19, não teve avaliação do Enade. Ressalta-se que os resultados estão divulgados em www.uft.edu.br/prograd e as informações sobre o Enade estão disponíveis em www.uft.edu.br/enade.
3.1.2.11. Analisar o relatório de alunos ingressantes e que concluem o curso no período ideal	<ul style="list-style-type: none"> Ação não finalizada em razão da não implementação do portal de monitoramento, em parceria com a STI. O portal se encontra ainda em fase de desenvolvimento. No entanto, são disponibilizados, constantemente, relatórios às coordenações de curso para análise.
3.1.2.13. Elaborar proposta de ações para sanar deficiências de alto índice de reprovação e evasão	<ul style="list-style-type: none"> Ação não finalizada em razão da não implementação do portal de monitoramento, em parceria com a STI. O portal se encontra ainda em fase de desenvolvimento. No entanto, são disponibilizados, constantemente, relatórios às coordenações de curso para análise. Frisa-se que ocorreu mudança do Pró-reitor de graduação que está organizando novo plano. Em 2020, em razão da pandemia, as atividades foram suspensas e retomadas de forma remota. Nesse sentido, foram publicadas resoluções específicas com flexibilização de procedimentos e normas, visando a minimizar os impactos. Informações disponíveis em www.uft.edu.br/retomada.

D 3.1. Dimensionar as ações acadêmico-administrativas considerando/relacionando-as às políticas de ensino para os cursos de graduação.	
Meta: M 3.1.1. Sistematizar a organização e atualização curricular dos Cursos de Graduação	
Ação	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> Em 2021, será apresentada a proposta e o portal de monitoramento.
3.1.2.14. Monitorar o rendimento acadêmico dos discentes	<ul style="list-style-type: none"> Considerando a suspensão das atividades em razão da pandemia da Covid-19, bem como o replanejamento do calendário acadêmico com a publicação de regras emergenciais, as análises de rendimento serão promovidas em fevereiro de 2021.
Meta: M 3.1.4. Fortalecimento do Núcleo Docente Estruturante	
Ação	Descrição
A 3.1.4.1. Acompanhamento da composição, por meio da publicação de portarias dos NDEs dos cursos de graduação.	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento de implantação do sistema de gestão da composição dos núcleos docentes estruturantes para a geração automática de portaria, declarações para os docentes, e publicação de mecanismo de visualização dos componentes atuais e histórico de composição por curso. Desenvolvimento de mecanismos de visualização da composição dos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes atuais, assim como o histórico de composição e portarias.
A 3.1.4.2. Acompanhamento dos trabalhos dos NDEs dos cursos de graduação.	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um plano anual de atividades para os Núcleos Docentes Estruturantes com metas e indicadores de desempenho para acompanhamento do cumprimento das atividades pedagógicas para estruturação do curso. Planejamento da implantação do sistema de evidências para fomentar os NDEs com informações necessárias para apresentação das ações dos cursos para diligências de avaliação. Desenvolvimento de uma seção das atividades de armazenamento e disponibilização das atas das reuniões dos NDEs no formato digital na mini-home da Prograd e dos cursos de graduação para amplo acompanhamento da comunidade.

Fonte: Naus; Coleta/Prograd.

Continua

No que tange à avaliação do desempenho do percentual de cumprimento da diretriz, é importante tecer algumas considerações:

- Registra-se o trabalho intenso, responsável e comprometido realizado pela equipe técnica da Prograd no processo de emissão de pareceres e orientações individuais aos coordenadores de curso e professores, referente à atualização de PPCs, planejamento de ofertas, análise de indicadores da graduação, Enade, dentre outras questões, articulando e cumprindo com a diretriz do PDI –3.1.
- A suspensão, em 30/03/2020, das atividades em razão da Pandemia da Covid-19 demandou novas estratégias e adoção de procedimentos e metodologias, tendo sido publicada a Resolução 23/2020 do Consuni, na qual havia permissão/orientação para análises de excepcionalidades, visando a garantir a equidade que representa um dos valores da UFT,
- Em setembro de 2020, houve mudança no gestor da pasta da Pró-reitoria de Graduação e, em outubro de 2020, o Consuni aprovou o Retorno de forma remota por meio da Resolução 28/2020, com aprovação do Calendário. Frisa-se que foi garantida a oferta dos serviços acadêmicos de forma eletrônica;
- Foi lançado o Programa de Monitoria Digital para garantir o suporte necessário ao retorno;
- Com o processo de automação, foi possível ampliar a descentralização dos serviços às secretarias acadêmicas dos câmpus, propiciando, assim, maior agilidade dos serviços acadêmicos à comunidade interna da UFT, conforme proposto no PDI A 4.3.2.3.
- Disponibilizou-se, ainda, o processo eletrônico de diplomas para a consulta pública dos diplomas e o Certificado Digital de Registro de Diplomas, com todas as informações contidas no documento impresso e validação eletrônica nos termos da Portaria Normativa 02/2020.

SAIBA MAIS

www.uft.edu.br/diplomas

- As ações desenvolvidas no acompanhamento de Programas Especiais em Educação e de parceria com a Propesq e Proex integraram o plano para mitigar deficiências de alto índice de reprovação e evasão, conforme ação do PDI: A 3.1.2.13. Foram realizadas reuniões e rodas de conversa para discussão e avaliação, tendo em vista a proposta de novas ações para o ano de 2020.
- O índice de 100% para a ocupação das vagas ofertadas não foi alcançado, o que resultou no não cumprimento da meta estabelecida previamente. No entanto, conseguiu-se atingir uma média de 90% de ocupação.
- Realização do IX Seminário de Programas Especiais em Educação (Siepe) incluído no VII Seminário Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT, de forma eletrônica e integrada ao Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas

(Sigtec). Pela primeira vez na história da UFT, o Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (VII Siepe) ocorreu em formato on-line. Incluído em outro evento também on-line, a Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi (Sicteg On), o VII Siepe reuniu acadêmicos de todos os câmpus da UFT em subeventos ligados às Pró-reitorias de Graduação (Prograd), de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Propesq) e de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex).

- Os conceitos alcançados no ano de 2020 reforçam a qualidade do trabalho da UFT, que prima por fortalecer os seus valores como o comprometimento com a qualidade da educação superior e seus pilares estratégicos, reafirmando o cumprimento das ações da Diretriz nº 1 - do Eixo 3 do PDI.
- O Fórum de Inovação Pedagógica (FIP) proporcionou um envolvimento da comunidade universitária no processo de discussão e apresentação de propostas referentes às questões inerentes às atividades da Universidade como: Metodologia de Ensino, Avaliação de Cursos, Estrutura e conteúdo curricular, Avaliação de Programas de Formação Acadêmica e Assistência Estudantil, Ingresso, Egresso e Internacionalização.
- As ações integradas da Prograd com a Propesq/Proex/Proap/STI/Sucom/Copese, coordenações de curso, bem como os demais setores da UFT fortalecem o comprometimento com o propósito de integrar a gestão nas atividades estratégicas da UFT.
- Implantação do painel da transparência da aplicação dos recursos próprios para a contratação de estagiários não obrigatório para a UFT, a partir do *link seguinte*:

SAIBA MAIS

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/relatorios/58-nao-categorizado/28716-bi-prograd-estagio-nao-obrigatorio2020>

- Construção da política de estágios acompanhada das resoluções necessárias para operacionalização eficiente, efetiva e eficaz das atividades, com a implantação de planos de ação anual para o acompanhamento e gestão dos estágios supervisionados e não supervisionados e modernização dos fluxos de processos e documentos adotados para o acompanhamento e gestão dos estágios supervisionados na UFT, além do desenvolvimento do sistema de informação de acompanhamento e gestão de estágio para a gestão dos estágios obrigatórios e não obrigatórios internos e externos.
- Todas essas ações estão inseridas num contexto mais amplo do plano para mitigar os índices de retenção, evasão e do rendimento acadêmico, mas, também, ampliar o índice dos indicadores gerais da UFT.

Considerando todo o exposto referente ao cenário da pandemia da Covid-19 e o alcance da maioria das ações previstas para 2020 e para o PDI, considera-se como “satisfatório” o desempenho da Prograd e atendidos os objetivos e as metas propostos para esta diretriz,

como 'pequeno' aumento na Taxa de Sucesso da Graduação, redução da Taxa de Evasão e maior investimento em tecnologia de ensino e aprendizagem inovado. Entretanto, reconhece-se que falhas no desenvolvimento das ações foram identificadas devido ao reduzido quantitativo de servidores, realização de atividades de forma remota em razão da suspensão das atividades presenciais, alterações em atos normativos e reestruturação do orçamento.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz são: Ausência de planejamento para a criação de novos cursos. Alta retenção de discentes, Baixa Taxa de Sucesso na Graduação, Deixar de investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadora.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 3.1.3.1 Fomentar a discussão para análise da implantação de novos cursos de graduação, A 3.1.3.3 Realizar estudos de viabilidade econômica e social e de maximização da estrutura para criação de novos cursos, A 3.1.2.9 Implementar o Programa de Acolhimento aos estudantes da UFT, A 3.1.2.13. Elaborar proposta de ações para sanar deficiências de alto índice de reprovação e evasão, A 3.1.2.14 Monitorar o rendimento acadêmico dos discentes, A 3.1.2.15. Promover discussões a cada semestre nos Colegiados dos Cursos para debater os dados referentes à evasão, reprovação, conclusão, desvinculamento, jubramento e quantidade de alunos que já cursaram disciplinas com pré-requisito para auxiliar no planejamento semestral dos cursos, A 3.1.2.17. Fomentar a atividade de monitoria das disciplinas que tem maior reprovação e aulas extracurriculares sobre conhecimento geral e específico das disciplinas, A 3.1.2.9. Instituir o Programa de Acolhimento aos estudantes da UFT, A 3.1.1.7. Otimizar a distribuição de disciplinas, evitando a não oferta de disciplinas obrigatórias previstas na estrutura curricular do curso, A 3.1.1.8 Adequar a organização dos cursos com a implantação do núcleo comum de disciplinas, A 3.1.2.1. Executar e acompanhar o Programa de Monitoria (PIM), A 3.1.2.2. Executar e acompanhar o Programa Indígena.

Em referência às ações concernentes à Matriz de riscos, ressalta-se que, em 2020, em razão da suspensão das atividades presenciais em março de 2020, e conseqüente retorno de forma remota, em outubro de 2020, não foi possível lançar editais de alguns programas e a Prograd, atuando em parceria com as demais Pró-reitorias, lançou o Programa Institucional de Monitoria Digital, que teve por finalidade o desenvolvimento de ações didáticas, que contribuam para a formação acadêmica do discente da UFT, considerando-se o contexto da pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19) e suas especificidades quanto ao desenvolvimento das atividades de forma não presencial.

Como já mencionado anteriormente, o Programa Institucional de Monitoria Digital teve por objetivos: a) Proporcionar suporte didático aos discentes por meio de recursos tecnológicos educacionais digitais, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação; b) Propiciar ao monitor discente a oportunidade de ampliar conhecimentos didáticos e uso de tecnologia educacional digital; c) Proporcionar condições de êxito, inclusão acadêmica e permanência dos discentes da UFT no processo ensino-aprendizagem por meio de tecnologia educacional digital; d) Proporcionar uma formação profissional qualificada e a inserção dos discentes na resignificação do processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias digitais; e) Contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 691.500,00, que foram utilizados nas seguintes ações: A

3.1.2.1 - Executar e Acompanhar o Programa Institucional de Monitoria (R\$ 373.500,00); A 3.1.2.2 - Programa Institucional de Monitoria Indígena – Pimi (R\$ 131.000,00); A 3.1.2.3 - Executar e Acompanhar o Programa de Apoio ao Discente Ingressante – Padi (R\$ 187.000,00). Os recursos de custeio destinados ao Pibid (R\$ 15.458,38) não foram aplicados em 2020, pois, de forma equivalente ao Programa Residência Pedagógica, o retorno das atividades do programa foi realizado apenas no final do ano devido à pandemia da Covid-19. Pelo mesmo motivo, os recursos empenhados para a execução dos programas PIM, Pimi e Padi, mencionados acima, foram destinados aos programas emergenciais PIMD, PIMTD e Mais Vida, adequados ao atendimento discente devido ao contexto da pandemia.

SAIBA MAIS

Edital do programa Institucional de Monitoria em Tecnologias Digitais (PIMTD): <https://docs.uft.edu.br/share/s/XrtPN4nESJaZFGX-qI95kw>

Cumpra ainda ressaltar que foram despendidos na execução da diretriz 3.4, para o Programa de Educação Tutorial (PET), R\$ 8.660,16, mediante realização de algumas adequações junto ao orçamento/Proad.

Em referência aos desafios para o ano de 2020, ressalta-se que estes não foram alcançados em sua totalidade, conforme previsto no ano de 2019, em razão das situações oriundas da pandemia da Covid-19, que culminaram com a mudança de procedimentos e metodologias para o ensino remoto.

Todavia, foi disponibilizado o Processo Eletrônico de Solicitação de diplomas, no Portal do Aluno, para todos os alunos de graduação presencial, Ead, Parfor e alunos de Pós-graduação (Mestrados e Doutorados), além da conclusão dos trabalhos de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional, finalização das discussões iniciais sobre a Curricularização da Extensão com a publicação da Resolução de Creditação da Extensão, pela Proex.

Frisa-se, ainda, que foram disponibilizados novos relatórios para avaliar o rendimento dos acadêmicos, não tendo sido disponibilizado o sistema de monitoramento em razão das demandas da STI.

Quanto ao processo de revalidação de diplomas de cursos estrangeiros, exceto Medicina que segue a revalidação via Exame do Revalida, os editais não foram lançados em razão da suspensão das atividades presenciais. No entanto, as resoluções encontram-se aprovadas e os Editais devem ser lançados no 2º semestre de 2021.

As discussões para integração dos Programas especiais foram finalizadas em 2020, sendo previsto o lançamento de novo programa em 2021.

No entanto, apesar de não ter sido finalizado e apresentado o plano para sanar as deficiências de evasão e retenção com base na análise realizada nos indicadores da Diretriz 3.1, ressalta-se o aumento da taxa de ocupação das vagas de graduação, o aumento da Taxa de Sucesso de Graduação, além da manutenção do IGC, pois "este índice propiciou o credenciamento institucional conforme a homologação do Parecer nº 485/2018, da Câmara

de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação¹⁰, e, em 2019, tivemos melhora no índice de Educação a distância, obtendo nota 4 na avaliação externa realizada pelo Inep referente ao processo 201503207.” (p.9)

Destaca-se ainda a melhora na comunicação com as Coordenações de curso, Secretarias Acadêmicas e atendimento aos demais membros da comunidade acadêmica.

Foram produzidas orientações, materiais de divulgação, instruções normativas e resoluções para garantir a qualidade do ensino e atendimento, no formato remoto, tendo sido, ainda, realizadas inúmeras reuniões para discussão e alinhamento de procedimentos a serem adotados durante o ano letivo.

Ressalta-se, também, que os conceitos alcançados no ano de 2020 reforçam a qualidade do trabalho da UFT, que prima por fortalecer os seus valores como o comprometimento com a qualidade da educação superior e seus pilares estratégicos, reafirmando o cumprimento das ações da Diretriz nº 3.1 - do Eixo 3 do PDI.

Os desafios para o ano de 2021 se constituem em:

- Continuar o processo de Inovação Tecnológica com implementação de novos sistemas, melhorias nos pré-existentes e propor a integração;
- Revisão e/ou atualização de PPCs com a implementação da curricularização da extensão, nos termos do novo PDI;
- Restruturação dos Programas Especiais em Educação e Revisão de fluxos e processos acadêmicos;
- Implementação do Diploma Digital;
- Garantir a transparência dos indicadores de graduação e comunicação eficiente com a comunidade acadêmica;
- Melhorar o conceito dos cursos e diminuir, ainda mais, a evasão e a retenção, conforme percentual a ser definido no plano para sanar deficiências de evasão e retenção;
- Apresentar as diretrizes para o plano de mitigação dos índices de evasão e retenção aos colegiados de curso, de modo que cada colegiado elabore sua proposta de ação a partir das especificidades de cada curso de graduação.
- Lançar em conjunto com a Propesq, no 2º semestre de 2021, Edital de Revalidação de diplomas de cursos de graduação estrangeiros, exceto do curso de medicina, por meio da Plataforma Carolina Bori;
- Continuar a otimização dos relatórios para mensurar o rendimento dos discentes e implementar o sistema/painel específico que dimensione esse monitoramento.
- Desenvolvimento de planos de trabalho anuais para organização das atividades de gestão administrativa e pedagógica dos cursos de graduação implantadas por meio das coordenações de curso e Núcleo Docente Estruturante.

- Criação de planos de comunicação interna entre os cursos, câmpus e gestão da Universidade Federal do Tocantins para tornar os processos administrativos mais eficientes, efetivos e eficazes, inclusive com a implantação de sistema de informação de gestão de processos.
- Implantação do Sistema de Gestão de Projetos de Ensino (GPUEnsino) para planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos especiais em educação.
- Implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios integrado ao Sistema de Informação de Ensino para permitir a automação dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de estágio obrigatório e não obrigatório da UFT.
- Implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão dos Planos Pedagógicos de Curso para gerir todo o fluxo de atividades envolvido no processo de elaboração e atualização dos PPCs;
- Implantação do Sistema de Acompanhamento Discente para a visualização das informações acadêmicas, apoiando as coordenações, Núcleos Docentes Estruturantes e os docentes no acompanhamento pedagógico dos acadêmicos vinculados aos câmpus, cursos e turmas de disciplinas.
- Implantação do Sistema de Gestão de Evidências para gestão do atendimento às diretrizes do instrumento do Sistema de Avaliação do Ensino Superior por meio do registro, recuperação e análise das evidências digitais de comprovação de atendimento ao instrumento de avaliação.
- Implantar o projeto de avaliação de cursos de graduação e de programas especiais em educação que visem a minimizar os impactos da evasão e, ainda, garantir a efetividade do ingresso e reingresso em alguns cursos e processos seletivos.
- Ações contínuas, tais como:
 - Automação dos processos acadêmicos.
 - Discussões acerca da creditação da extensão até a completa atualização dos PPCs.

Diretriz 3.2 - Dimensionar as ações acadêmico-administrativas de ensino para os cursos de Pós-graduação *Stricto sensu*

Essa diretriz dimensiona as ações dos cursos de Pós-graduação *Stricto sensu* dentro da UFT.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Conceito Capes TCU, Conceito Capes UFT, Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG TCU), Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG UFT), Número de cursos de Pós-graduação *Stricto sensu*, Número de titulados em Pós-graduação *Stricto sensu*, Número de matriculados na Pós-graduação *Stricto sensu*.**

¹⁰ Referente ao Processo e-MEC Nº 200903081, publicado por meio da Portaria MEC Nº 1.182, de 9 de novembro de 2018.

Conceito Capes TCU: O indicador Conceito Capes TCU mensura a avaliação feita pelo Comitê da Capes dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* acadêmicos avaliados. Não são considerados os conceitos de Programas profissionais e sua escala de notas varia de 3 a 7, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

O desempenho do indicador em relação aos anos anteriores resultou nas seguintes notas: ano de 2017 (3,26), 2018 (3,32), 2019 (3,32) e 2020 (3,32). Em relação ao desempenho do indicador em 2020, manteve-se a mesma nota desde o ano de 2018.

Conceito Capes UFT: O indicador Conceito Capes UFT mensura a avaliação feita pela Capes por meio da somatória dos conceitos de todos os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* acadêmicos, profissionais e em rede, com uma escala de notas que varia entre 3 e 7, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

Em 2020, o indicador foi de 3,32, em 2019 foi de 3,44, e em 2018 foi de 3,79, apresentando um decréscimo comparado ao ano anterior.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG TCU): O indicador expressa o envolvimento dos discentes em relação às atividades de Pós-graduação *Stricto sensu* acadêmicas na UFT. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, o resultado do índice foi em 2016 (0,04), 2017 (0,06), 2018 (0,05), 2019 (0,06) e 2020 (0,07). Este número representa 7% do quantitativo geral de alunos matriculados na UFT em 2020, considerando cursos de graduação presencial e *stricto sensu* acadêmicos (conforme metodologia do TCU). Houve um aumento do indicador em relação a 2019, com o crescimento do número de alunos matriculados no *Stricto sensu* acadêmicos.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG UFT): O indicador expressa o envolvimento dos discentes em relação às atividades de Pós-graduação *Stricto sensu* na UFT, considerando programas acadêmicos e profissionalizantes. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

Em relação ao desempenho do indicador, houve uma pequena queda se comparado aos anos anteriores, saindo de 0,08 em 2019, para 0,07 em 2020, em consequência da pandemia da Covid-19 que reduziu consideravelmente as atividades dos programas. Também houve queda no número de alunos *stricto sensu*, considerando a totalidade de cursos da Universidade, nesse caso, todos os cursos profissionais, acadêmicos e em rede (conforme metodologia PDI UFT). A evolução do indicador nos anos foi: 2018 (0,06), 2019 (0,08) e 2020 (0,07).

Observa-se que os dois indicadores, GEPG TCU e GEPG UFT, resultaram no mesmo valor para o ano de 2020, apesar de o primeiro ter apresentado uma elevação do resultado e o segundo, uma queda. Isso se deve ao fato de utilizarem metodologias de cálculo diferentes para a base de dados, mesmo tendo a mesma fórmula. No caso do indicador da UFT, os alunos matriculados dos cursos profissionais e em rede são considerados além dos acadêmicos, o que não ocorre na metodologia do TCU.

Número de cursos de Pós-graduação *Stricto sensu*: O indicador Número de Cursos de pós-graduação *Stricto sensu* ofertados pela UFT, cadastrados na Capes, expressa o quantitativo de cursos da Universidade, considerando acadêmicos e profissionais.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, no ano de 2016 foram 31 cursos; em 2017, 31 cursos; e 2018, 38 cursos. No ano de 2019, o total foi de 41 cursos, mantendo-se o mesmo valor para 2020.

Número de titulados em Pós-graduação *Stricto sensu*: O indicador Número de Titulados na Pós-Graduação *Stricto sensu* (cursos acadêmicos e profissionais) apresentou uma queda de 14,33% se comparado a 2019, causada principalmente pela diminuição das atividades dos programas em decorrência da pandemia da Covid-19.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, no ano de 2017 foram 259 alunos titulados; no ano de 2018, 418 alunos; no ano de 2019, foram 356 alunos titulados; e, em 2020, foram 305 alunos titulados.

Número de matriculados na Pós-graduação *Stricto sensu*: O indicador Número de Matriculados na Pós-graduação *Stricto sensu* (cursos acadêmicos e profissionais) apresentou uma queda de aproximadamente 1,6% em relação ao ano anterior, saindo de 1.139 matriculados em 2019 para 1.121 em 2020. A evolução do indicador nos anos foi: 2018 (897), 2019 (1139) e 2020 (1121) alunos matriculados.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram: o II Fórum dos Coordenadores de Pós-graduação (diagnóstico da situação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*), o evento de Autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação e Planejamento dos Programas e também a sistematização das ações e metas pertinentes à Propesq dentro do PDI 2021-2025.

O Programa de Avaliação da Pós-graduação implantado em 2019, que visa a avaliar e propor metas (e ações para alcançá-las) por um consultor experiente em programas de pós-graduação, não teve ações desenvolvidas em 2020 devido à Pandemia da Covid-19, que impossibilitou as visitas *in loco*.

O Programa de Seleção de Estudantes-Tutores da Pós-Graduação *Stricto sensu* da UFT (Nivelamento), em parceria com a Pró-reitoria de Graduação, que visa a contribuir para a aprovação e a permanência de estudantes de graduação, disponibilizou 19 bolsas para os tutores atuarem nos câmpus da UFT, com duração de 5 meses, renovadas por mais 5 meses/ igual período. Já em 2020, devido ao contingenciamento e à pandemia da Covid-19, não foi possível a abertura de um novo edital de seleção.

Desde 2019, em parceria com a Proest, a Propesq disponibiliza subsídio de 50% do valor da refeição nos Restaurantes Universitários (Câmpus de Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional) para estudantes de curso regular de Pós-graduação *Stricto sensu*. A ação ficou bastante comprometida em 2020, pois as atividades presenciais foram suspensas, o que impossibilitou os restaurantes de funcionarem e, consequentemente, os alunos não tinham acesso às refeições.

Com relação ao cumprimento das ações propostas em 2020, o setor avalia o desempenho como bom, principalmente no que diz respeito à adaptação do setor no atendimento às necessidades dos programas no que tange ao desenvolvimento de atividades a distância.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz é a dificuldade de expansão dos Programas de Pós-graduação.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 3.2.2.1. Apoio à

estruturação de novas propostas de mestrados e doutorados; A 3.2.2.2. Acompanhar o cumprimento dos trâmites para a apresentação de propostas de novos programas de acordo com a Resolução nº 019/2013, Consepe.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz, visto que não houve diárias/passagens para consultores ou subsídio de refeições ou bolsas para tutores, pois o andamento desses Programas foi prejudicado pela pandemia.

Os desafios propostos para os anos de 2019 e 2020 foram os mesmos: aumentar o número de Programas de Pós-graduação *Stricto sensu*, bem como aumentar o conceito dos cursos. A análise realizada pela Capes é quadrienal, ou seja, ainda não foi realizada para termos retorno do conceito dos programas e, devido à pandemia, a criação de cursos novos ficou prejudicada.

Os desafios para o próximo exercício consistem em:

- Criar condições de apoio didático-pedagógico, como também de acesso a recursos tecnológicos educacionais a graduandos da UFT em conteúdos básicos das áreas de: Português Instrumental e Português como segunda língua, História Geral, Geografia Geral, Matemática Geral, Física Geral, Biologia Geral e Química Geral a fim de contribuir para a aprovação e a permanência de estudantes de graduação, elevando o conceito institucional da Capes. Dessa forma, o desafio permanece o mesmo por igual período;
- Promover mudanças nos currículos dos cursos de pós-graduação, tendo em vista a aprendizagem, o desenvolvimento, a gestão e a aplicação da Educação 4.0 na resolução de problemas reais dentro e fora do ambiente escolar, estimulando e gerando conhecimento, inovação e empreendedorismo à sociedade; e
- Estimular a criação de projetos, parcerias entre instituições de pesquisa nacionais e internacionais, o desenvolvimento científico, a publicação de artigos e material técnico-científico, além da divulgação das atividades científicas produzidas pelos pesquisadores da UFT, fomentando assim a busca pela excelência em pesquisa da UFT nacional e internacionalmente.

Diretriz 3.3 - Dimensionar ações acadêmico-administrativas relacionando-as com as Políticas de Ensino para os cursos de Pós-graduação *Lato sensu*

Esta diretriz dimensiona as ações para os cursos de Pós-graduação *Lato sensu*.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Número de matriculados na Pós-graduação *Lato sensu* e Número de titulados na Pós-graduação *Lato sensu*.**

Número de matriculados na Pós-graduação *Lato sensu*:

O indicador Número de matriculados na Pós-graduação *Lato sensu* mensura o quantitativo de matriculados nos cursos de Pós-graduação *Lato sensu*.

Em 2019, foram 618 alunos matriculados e, em 2020, 414 alunos, uma redução causada pela suspensão das atividades presenciais em consequência da pandemia da Covid - 19. Em comparação com o ano de 2019, houve uma queda de 33%.

Número de titulados na Pós-graduação *Lato sensu*: O indicador mensura o quantitativo de titulados nos cursos de Pós-graduação *Lato sensu* (Especialização).

Em 2016, foram 835 alunos titulados; em 2017, 738; em 2018, 487; em 2019, 578; e em 2020 foram 248; totalizando 2.886 titulados na vigência do PDI 2016-2020. Houve uma queda de aproximadamente 57% em relação a 2019.

As principais ações desenvolvidas relacionadas a essa Diretriz no ano de 2020 foram: acompanhamento do processo de criação e aprovação de novas turmas de especialização; auxílio à manutenção dos cursos em funcionamento e emissão de certificados.

O desempenho das ações ficou prejudicado devido à pandemia, porém as especializações conseguiram se adaptar rapidamente ao “novo formato” de aulas, conseguindo manter suas atividades.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para essa diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

O desafio de 2020 que consistia na expansão de novos cursos *lato sensu* foi atendido, tendo sido criados/atualizadas 6 especializações.

O principal desafio para 2021 é realizar o acompanhamento dos cursos via SIE e aumentar a oferta de especializações, que ainda apresenta uma demanda reprimida de anos anteriores.

Diretriz 3.4 - Dimensionar as ações acadêmico-administrativas para a pesquisa/ iniciação científica, tecnológica

Esta diretriz dimensiona as ações para a pesquisa/iniciação científica, tecnológica. A iniciação científica é um instrumento que permite introduzir nos estudantes de graduação potencialmente mais promissores na pesquisa científica e representa a possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Taxa de Docentes Envolvidos com Pesquisa, Taxa de Alunos Envolvidos com Pesquisa, Número de eventos de iniciação científica/ pesquisa promovidos.**

Taxa de Docentes Envolvidos com Pesquisa: O indicador Taxa de Docentes Envolvidos com Pesquisa expressa, em percentual, o envolvimento dos docentes (quantitativo de pessoas) em relação à atividade de pesquisa, desenvolvida através de grupos e projetos de pesquisa devidamente cadastrados e registrados na Propesq. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, no ano de 2017, o percentual foi de 49,57%; em 2018, 46,81%; em 2019, 45,07% e, em 2020, foi de 45,91%. Uma variação positiva devido ao aumento do número dos docentes envolvidos com pesquisa.

Taxa de Alunos Envolvidos com Pesquisa: O indicador Taxa de Alunos Envolvidos com Pesquisa expressa, em percentual, o envolvimento dos alunos (quantitativo de pessoas) em relação à atividade de pesquisa, desenvolvida através de grupos e projetos de pesquisa devidamente cadastrados e registrados na Propesq. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, no ano de 2017, foi de 4,97%; em 2018, foi de 4,37%; em 2019, passou para 8,44% (teve um acréscimo do indicador no ano de 2019 de 69,81%, em relação a 2018, devido ao aumento do número de alunos envolvidos com pesquisa e a redução do número de matriculados na graduação presencial considerados no cálculo); e, em 2020, foi de 7,30%. Houve um pequeno decréscimo do indicador em razão da redução do número de alunos envolvidos com pesquisa.

Número de eventos de iniciação científica/pesquisa promovidos: O indicador Número de eventos de iniciação científica/pesquisa promovidos mensura o quantitativo de eventos de iniciação científica/pesquisa que foram promovidos no ano.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, o resultado apresentado foi: em 2016 e 2017, 2 eventos; em 2018, 4 eventos; e 2019, 5 eventos. Em 2020, foi realizado apenas 1 evento online, devido ao cenário da pandemia.

Outros dados relacionados

O indicador **Número de Bolsas de Iniciação Científica/Pesquisa Concedidas** mensura o quantitativo de alunos que recebe bolsa de iniciação científica/pesquisa no ano. Em 2020, foram concedidas 98 bolsas da UFT - 8 bolsas a menos em comparação ao ano de 2019, devido aos cortes e contingenciamentos de recursos que afetaram diretamente as concessões. Porém, as 122 bolsas do CNPq foram mantidas.

O **Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe)**, em sua 16ª edição em 2020, é uma ação conjunta entre as Pró-reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, de Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, e de Assuntos Estudantis e tem por objetivo integrar as diversas formas de construção do conhecimento na UFT e oportunizar a divulgação de projetos e programas, além da troca de experiências no diálogo entre professores, alunos e técnicos da comunidade acadêmica da Instituição. Em 2020, este evento ocorreu de forma on-line, integrado à Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi (Sicteg), no qual todos os 5 câmpus participaram.

Ainda em relação à pesquisa, há o **Centro de Pesquisa Canguçu** que tem como compromisso o exercício de uma administração transparente e democrática, fomentando o ensino, pesquisa e extensão, parcerias nacionais e internacionais e colaborações com entidades afins. No ano de 2020, foram executados os projetos:

Projetos no centro de Pesquisa Canguçu

Pesquisa	Extensão
Alometria Reprodutiva das Fêmeas de <i>Podcnemis expansa</i> no Parque Nacional do Araguaia no Estado do Tocantins (Vailton Alves de Faria, Thiago Portelinha, Adriana Malvácio/Palmas) participação alunos e pesquisadores externos Brasil e exterior.	Canguçu Ciência - Divulgação Científica no Complexo Canguçu: Centro de Pesquisa e Reserva Particular do Patrimônio Natural - Proex
Avaliação da população e movimentação do ganso-corredor <i>Neochen jubata</i> e aves com reprodução colonial nas praias do Parque Nacional do Araguaia e entorno (Renato Torres Pinheiro/Palmas) participação alunos e pesquisadores externos Brasil e exterior.	Professores e técnicos UFT
Aspectos da Biologia e Genética da Conservação de Abelhas em Áreas de Cerrado e Floresta no Estado do Tocantins (Waldesse Piragé/Palmas) participação alunos de graduação e pós-graduação, pesquisadores de outras IES.	Observação de Aves: Tocantins <i>Ecobirding</i> , <i>Ecobirding</i> Brasil, <i>Brazilian Birds Experts</i> (turistas observadores de aves brasileiros e estrangeiros).
Ictiofauna, recursos alimentares e relações com as interferências antrópicas no rio Javaés (Sandro Moron/Araguaína, Vailton Alves de Faria/Palmas), IFTO Palmas.	Outras instituições: ICMBio, Ibama, Naturatins.
Inventário de Invertebrados (Tiago Krolow) participação alunos	Proex/Pedais e Trilhas.
A ontogenia, dieta e estrutura vocal da ariranha em duas importantes bacias hidrográficas do Brasil (Samara Bezerra - UFRN).	
Efeitos das variáveis climáticas nas populações e no ciclo de vida dos répteis nas regiões de Cerrado, Ecotonal e Floresta Amazônica (Thiago Portelinha, Adriana Malvácio/Palmas).	
Título: Toxicidade aguda, crônica e molecular de pesticidas sobre abelhas da espécie <i>Apis Melifera</i> - Doutorado Rede Bionorte - Laina Pires Rosa.	

Fonte: Propesq.

Com relação ao cumprimento das ações propostas para 2020, o setor avalia o desempenho como bom, pois as metas foram desafiadoras diante do cenário de contingenciamento de recursos e também da pandemia da Covid - 19. O Canguçu implantou um protocolo de ações preventivas em função da pandemia, seguindo as normativas institucionais e do Ministério da Saúde. Nesse sentido, as atividades de ensino foram canceladas. Quanto à pesquisa, houve uma redução nas atividades programadas: enquanto alguns pesquisadores mantiveram seu cronograma, outros suspenderam temporariamente as atividades de campo.

Em relação à extensão, o Centro recebeu a visita de turistas, sendo recebido apenas um grupo por vez com restrições quanto ao número de visitantes. As ações de divulgação também foram prejudicadas e os esforços foram canalizados para sinalização e adequação das trilhas, sendo confeccionadas placas informativas e painéis para o centro de visitantes, além de ajustes na infraestrutura visando à segurança e comodidade dos usuários. O Centro também recebeu em torno de R\$ 20.000,00 reais da ação Apoio à Gestão Superior do PDI, que foram investidos na aquisição de equipamentos como máquina de lavar, colchões, camas, coletes salva-vidas.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica é a produção de pesquisa de baixo impacto.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 3.4.2.1 Implementar o Programa de Mobilidade *intercampi* e interinstitucional para pesquisadores, A 3.4.2.2 Ampliar o Programa de incentivo à produtividade em pesquisa, A 3.4.2.3 Ampliar o Programa de bolsa de auxílio a novos pesquisadores, A 3.4.2.4 Ampliar o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) no âmbito da UFT, A 3.4.2.5 Ampliar a publicização dos editais de pesquisa, A 3.4.2.7 Incentivar a criação de Núcleos Tecnológicos de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação aplicadas ao ensino visando à proposição de cursos a distância, preferencialmente, de educação continuada.

Quanto aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ R\$ 953.091,32, utilizados nas seguintes ações: 3.4.4.3 Ampliação e Consolidação de Acordos de Cooperação Nacional e Internacional – Coimbra (R\$ 34.491,32), 3.4.2.2 Programa Institucional de incentivo à Produtividade em Pesquisa da UFT (R\$ 321.800,00), 3.4.1.7 - Promoção de ações do Programa de Iniciação Científica (Pibic) (R\$ 596.800,00).

Os desafios para 2021 são manter ou aumentar quantitativos de bolsas de iniciação científica, conclusão do desenvolvimento do novo Sistema de Avaliação e Seleção de Bolsas de Iniciação Científica (SASBIC). No que tange ao Canguçu, os desafios incluem melhorias na infraestrutura, priorizando a energia elétrica (solar), internet e adequações estruturais. O desafio para o próximo exercício consiste em avançar no que se refere às políticas de internacionalização da Universidade, principalmente através da realização de convênios internacionais, e aumentar a interação entre o ensino da pós-graduação e a extensão por meio do incentivo à pesquisa. Mesmo desafio de 2019 e 2020, visto que o avanço na pesquisa, bem como a interação entre ensino, pesquisa e extensão é algo que requer ações constantes de médio e longo prazo para se consolidar e permanecer.

Diretriz 3.5 - Dimensionar Ações acadêmico-administrativas de extensão, considerando/objetivado, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações

Esta diretriz tem o papel de apresentar a função da extensão universitária na inserção social da comunidade tocaninense através de programas, projetos e ações realizados pelos extensionistas.

A Extensão Universitária é, portanto, uma das funções sociais da Universidade que tem por

objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar projetos e programas de extensão, cursos de formação, capacitação e qualificação para o público, bem como elaborar e apoiar projetos sociais e ambientais articulados para e com a comunidade, levando em conta os saberes e fazeres populares e a garantia de valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social.

Outra função social importante da Universidade, por meio da extensão universitária, é a elaboração e articulação de políticas públicas por meio da participação em fóruns, consultorias e núcleos específicos de atuação. Assim, além da sua importância como geradora de políticas públicas, a Extensão Universitária se apresenta como um instrumento de participação e inserção social na interação entre Universidade e comunidades. Por isso, a principal atribuição da Proex-UFT é gerir a extensão na UFT por meio da avaliação, certificação, cadastro de bolsistas, editais de fomento, divulgação das ações de extensão e, ainda, pela manutenção do Sistema de Gestão dos Projetos (SIGPROJ).

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Grau de Envolvimento com Extensão, Impacto das Ações de Extensão, Índice de Produtividade da Extensão.**

Grau de Envolvimento com Extensão: Mede o percentual médio de envolvimento da comunidade acadêmica com a Extensão.

Com relação ao grau de envolvimento com a extensão, obteve-se os seguintes resultados: no ano de 2016 (30%); 2017 (60%); 2018 (28,10%); 2019 (25,08%); e 2020 (13,59%).

Em virtude da pandemia, as ações de extensão foram acompanhadas e monitoradas através do painel no site da UFT e também por meio de uma plataforma de eventos do câmpus. Houve queda do indicador porque os dados ficaram comprometidos em relação ao perfil de cadastro dos participantes.

Impacto das Ações de Extensão: Mede o impacto das ações de extensão desenvolvidas em número de pessoas.

Quanto ao indicador impacto das ações de extensão, os dados mostram que no ano de 2018 foi de 34.194 pessoas; 2019, 32.996 pessoas; e, em 2020, foi de 68.196 pessoas. Mesmo com a pandemia, o distanciamento social e as ações remotas, o número de docentes, técnicos e estudantes protagonistas de extensão na Universidade não foi comprometido e o indicador teve crescimento.

Índice de Produtividade da Extensão: Mede o índice de produtividade da extensão na UFT de forma ponderada.

No que se refere ao índice de produtividade, têm-se os seguintes dados: 2018, 114,33; 2019, 113,56; e em 2020, 110,33. Houve queda no resultado do indicador em relação a 2019, porém com a falta de um sistema de gestão que integre as ações realizadas e os servidores envolvidos, o indicador ficou comprometido, já que foram realizadas mais ações do que as que foram efetivamente registradas.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram:

a) Institucionalizar e implementar o Programa UFT em Movimento.

Esta ação tem como objetivo realizar e apoiar ações de esporte, lazer, saúde, bem-estar e cultura visando à integração, promoção da cidadania e qualidade de vida da comunidade acadêmica e do público externo à UFT. Por isso, mesmo com a pandemia da Covid-19, ocorreram as seguintes atividades e público de 425 pessoas atendidas, conforme quadro a seguir.

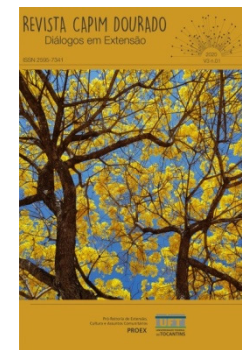
Programa UFT em Movimento

Nº	ATIVIDADE	CÂMPUS	PARTICIPANTES
01	Movimento ancestral: Capoeira Angola	Araguaína	15
02	Suçã Interligando Identidades	Arraias	25
03	Maturidade Cena: Oficina de teatro com idosos	Palmas	35
04	Grupo Escoteiro Tocantins 01/TO	Palmas	45
05	Karatê na UFT	Palmas	30
06	Expressão & Rua – Vivências da dança	Palmas	40
07	Binqui: Grupo de Contadores de História da UFT	Palmas	25
08	UFT Inclusiva: Esporte Eficiente	Palmas	25
09	Dança do Ventre: a arte como auxiliar no resgate da autoestima, autoconfiança e autoconhecimento.	Palmas	25
10	UFT funcional em tempos de dupla pandemia	Palmas	35
11	Arte Suave na UFT	Palmas	30
12	Futebol é coisa de ... Quem quiser	Tocantinópolis	30
13	Jiu-jitsu brasileiro: defesa pessoal, saúde e qualidade de vida da comunidade tocantinopolina	Tocantinópolis	30
14	Projeto infância – Movimento e Saúde: os jogos e brincadeiras como instrumentos de educação para a saúde	Tocantinópolis	35
TOTAL DE PARTICIPANTES			425

Fonte: Proex.

b) Criar uma Revista Eletrônica com periodicidade semestral;

No ano de 2020, foram lançados 02 números. Nesse momento da pandemia, lançou-se uma edição exclusiva a respeito das produções/relatos de experiência dos impactos da Covid-19 no Brasil.



SAIBA MAIS

Para conhecer os artigos, basta acessar o *link*: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/issue/view/382>

c) Institucionalizar e implementar o Programa de Formação Artístico-Cultural

Nesse ano, também em virtude da pandemia, teve-se que redirecionar as ações do Plano de Trabalho da Pró-reitoria. Por isso, foi possível realizar ações como publicações de produtos de extensão, cujo objetivo é apresentar os resultados das ações desenvolvidas no âmbito da extensão universitária, através de livros, cartilhas, manuais, bem como seleção de projetos para melhorias do Portal de Periódicos da UFT. Assim, foram lançados dois editais e foram contemplados 17 extensionistas/pesquisadores.

SAIBA MAIS

Maiores informações: <https://docs.uft.edu.br/share/s/MHjSvqe5Tcuch5QaQkndxQ>

d) Ampliar as frentes de atuação das ações de extensão e cultura, explorando o potencial de replicabilidade das boas práticas

Foram realizadas três tarefas de impacto nessa ação: Lançou-se um edital, cujo objetivo foi o protagonismo dos estudantes com a orientação de docentes na apresentação de propostas para produção de Interprogramas e vídeos para mídias sociais com enfoque no momento que

estamos vivendo de pandemia. Esse edital tinha ainda como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pelas ligas universitárias. Teve-se oito propostas de programas aprovadas e todas foram veiculadas na Rádio UFT FM.

ESTUDANTE PROTAGONISTA

PROGRAMAÇÃO DE INSERÇÃO DOS INTERPROGRAMAS

Bike Drops	→	09/01 às 08h
Sustentabilidade em pauta	→	10/01 às 10h
Aqui_no_debate	→	09/01 às 13h
Por de trás do Pano	→	10/01 às 13h
Toca saúde	→	09/01 às 14h
Curiosidades ciência e saúde	→	10/01 às 17h
Momento curiosidade	→	09/01 às 17h
Queimadas	→	09/01 às 17h
Violência contra crianças	→	09/01 às 21h

cultura@uft.edu.br

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários PROEX

A segunda tarefa foi a realização do Seminário de Extensão integrado com a programação da Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi (Sicteg On), de 28 a 30 de outubro de 2020. O tema do Seminário foi: "UFT sem Muros" com a participação de pessoas de todo o Brasil nas atividades de extensão. Foram 11 palestras, 13 mesas-redondas, 15 minicursos, 78 trabalhos apresentados em comunicações orais, dos quais, 42 estão sendo publicados em Anais.



A terceira tarefa foi o edital de Extensão tecnológica e Tecnologia social, objetivando melhorias de qualidade de vida e o desenvolvimento social das comunidades envolvidas, por meio de métodos, processos ou técnicas criados para solucionar algum tipo de problema social, alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram selecionados 10 projetos que foram realizados de agosto a novembro. Para divulgação científica, foi realizado o evento público chamado *Pit stop* de extensão:

Fonte: canal Youtube UFT.

SAIBA MAIS

Para conhecer o *Pit stop* de extensão acesse:
https://www.youtube.com/watch?V=eozej5r5wrk&feature=emb_logo

e) Fomentar parceria universidade-escola, por meio de projetos de popularização das ciências nas escolas de ensino básico; e; oficinas e cursos de extensão para que os professores da rede pública de ensino dialoguem com as necessidades locais.

Estabeleceu-se diversas redes com os sistemas de educação municipal e estadual do Tocantins. A principal foi o Termo de Cooperação firmado com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins para disponibilização de assistência psicológica a professores e estudantes da rede estadual, com o **Projeto Psicologia e Educação no enfrentamento do sofrimento psicossocial**. Foram capacitadas 500 orientadoras educacionais em todo o estado do Tocantins.

Repetição das principais mensagens do chat

- Maria Josivane Mendonça Ferreira Araujo Boa tarde
- Divina Braz Boa tarde! Orientadora Educacional Escola Est. Cel. Abílio Wolney
- rosely pinto Rosely do Colégio Campos Brasil de Araguaína
- Joice Ribeiro Boa tarde. Escola Aldenora Alves Correia/ Tocantinópolis
- Centro Educacional Fé e Alegria A Boa tarde Centro Educacional Fé e Alegria Frei Antônio - Tocantínia
- Maryellen Dias Brito Fragoso Boa tarde!!! Colégio Estadual Jardim Paulista
- Divina Celi Boa tarde! Orientadora Educacional da Escola Agostinho de Almeida.
- Geralda Ferreira e Silva Boa tarde a todos! Assessora de Orientação Educacional - Diretoria Regional de Educação de Gurupi.
- Janaina Santos Cunha Boa tarde... Coordenadora

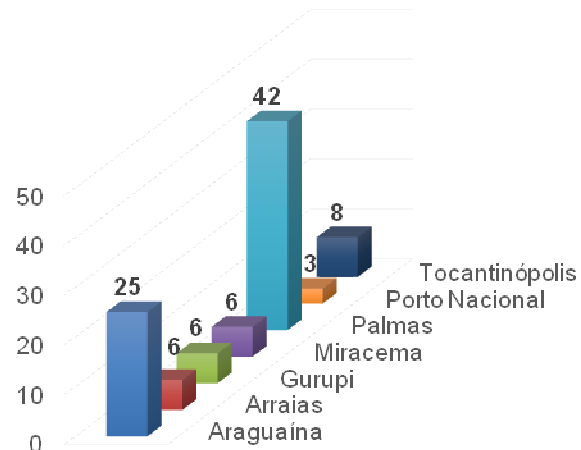
O papel da equipe escolar e as estratégias para o enfrentamento da evasão escolar

Fonte: TV Seduc.

f) Promover editais de bolsas de extensão

Esta ação foi realizada mesmo com a pandemia. Portanto, foi encaminhado aos orientadores de ações que reorientassem o Plano de Trabalho do projeto e do bolsista, caso fosse possível. Ação de extensão a ser realizada remotamente tem várias implicações tanto positivas quanto negativas. Um das positivas é o maior alcance do público com acesso aos meios tecnológicos, quebrando muros interestaduais, municipais e etc. No entanto, um dos pontos negativos é a dificuldade de acesso que a maioria das comunidades vulneráveis tem à internet e equipamentos, bem como ao acesso presencial, sendo este um dos principais indicadores da extensão universitária. Todavia, os orientadores readequaram seu planejamento para que a ação pudesse ser realizada. Por isso, teve-se um aumento no quantitativo de editais e de estudantes contemplados com bolsas de extensão.

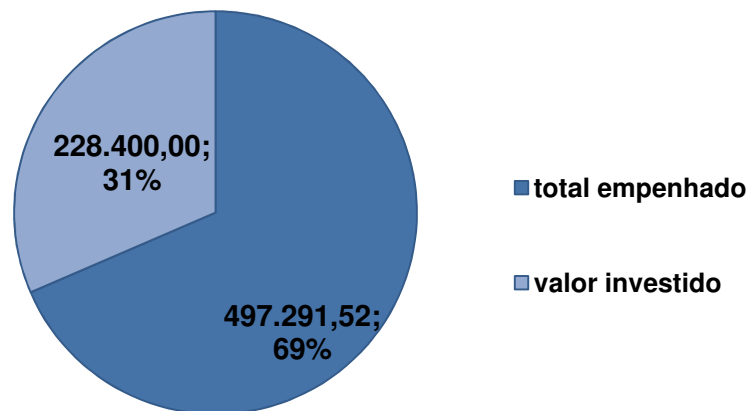
Distribuição das bolsas por câmpus



QUANTIDADE DE BOLSAS - TOTAL 96

Fonte: Dados dos editais Proex.

Recursos investidos em bolsas (Em R\$).

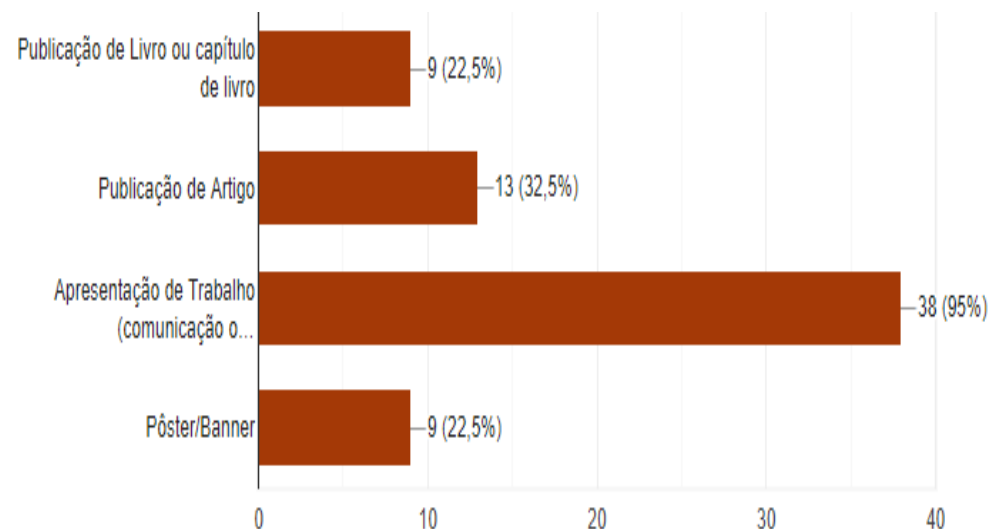


Fonte: Dados dos editais Proex.

Teve-se um crescimento no número de projetos aprovados e de estudantes bolsistas. As avaliações e acompanhamento mostram onde se precisa atacar e onde se está avançando. Por isso, os orientadores e bolsistas participaram do seminário de extensão apresentando os impactos dos projetos e programas e também de um questionário avaliativo sobre a execução da ação. Ou seja, para 80% dos bolsistas, a participação nas ações de extensão melhora o desempenho e aprendizagem acadêmica.

A participação do estudante e o envolvimento da comunidade externa trazem frutos positivos para a inserção social da Universidade, bem como a produção científica, como mostra o gráfico abaixo:

Produção Científica

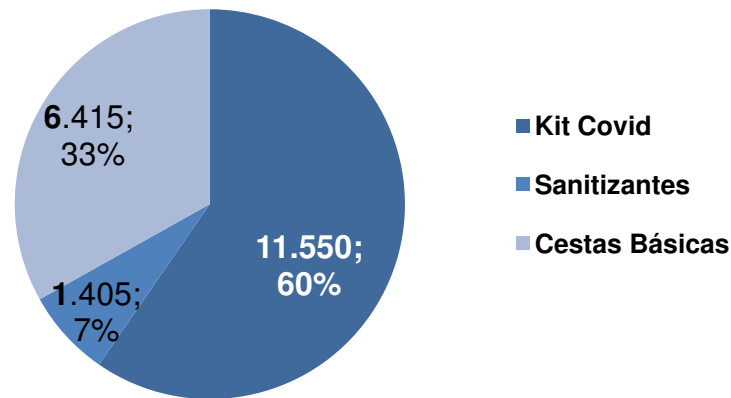


Fonte: Proex.

g) Institucionalizar e implementar o Programa UFT em Ação Social

Em 2020, esta ação teve mais sentido do que os anos anteriores por causa da pandemia. Toda a Universidade se envolveu e atuou com as comunidades vulneráveis e também a população em geral com ações de saúde, sanitização, educação e segurança alimentar. Foram distribuídas conforme o gráfico seguinte:

Distribuição de itens / Programa UFT em Ação Social



Fonte: Painel UFT.

h) Criar e implementar o Projeto Trilhas Tocantinense

Este projeto tem como principal objetivo inserir a UFT no contexto regional através de ações de extensão. Nesse ano, com a reorganização do Plano de Trabalho da Proex, as tarefas foram substituídas por outras que seriam possíveis de serem realizadas **como, por exemplo, bolsas para alunos.**

i) Promover ações efetivas com vistas à ampliação da articulação dos projetos de extensão ao currículo dos cursos de graduação.

A creditação curricular é um tema obrigatório em todos os currículos dos cursos de graduação. Na UFT, foram realizadas reuniões com os colegiados e com a comissão de elaboração da minuta e se aprovou em conselho.

SAIBA MAIS

Maiores informações no *link*:

<https://docs.uft.edu.br/share/s/K1EFXYAwRce1nAd59Tc7g>

Ainda nessa ação, realizou-se um Curso de formação em Extensão Universitária, com carga horária de 120 horas, para servidores e estudantes da UFT. Está sendo desenvolvido no

Moodle, onde os cursistas terão contato com o conteúdo programático, realizando as atividades propostas ao final de cada módulo. Ao finalizar todos os módulos, os cursistas responderão a um questionário de avaliação do curso. Até o presente momento, 252 cursistas se inscreveram no curso. Maiores informações no link: <https://ead.uft.edu.br/course/>

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para essa diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 385.368,00 que foram utilizados nas seguintes ações: A 3.5.1.16 - Criar e implementar o projeto Trilhas Tocantinense (R\$ 125.128); A 3.5.2.7 - Promover editais de Bolsas de Extensão – (R\$ 168.800,00); A 3.5.1.5 - Ampliar as frentes de atuação das ações de extensão e cultura, explorando o potencial de replicabilidade das boas práticas. (R\$ 44.800,00); A 3.5.2.2 - Promover ações efetivas com vista à ampliação da articulação dos projetos de extensão ao currículo dos cursos de graduação (R\$ 14.800); A 3.5.1.9 - Incentivo à difusão do conhecimento produzido, participação em mostras, feiras e Semanas Acadêmicas. (R\$ 31.840).

Em relação aos desafios previstos para 2020 foram alcançados: a implementação da creditação da extensão nos currículos e a institucionalização do prêmio de extensão.

O desafio para o próximo exercício consiste em: implementar as ações do novo PDI 2021-2025 em relação às ações para 2021.

Diretriz 3.6 - Dimensionar Ações de estímulo e difusão interna e externa das produções acadêmicas

Esta diretriz está relacionada à execução das ações de divulgação de editais para estimular a pesquisa e publicações de livros.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Auxílios concedidos a novos pesquisadores, Grupos de pesquisa certificados, Número de publicações realizadas pela Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT), Número de artigos publicados no portal de periódicos da UFT.**

Auxílios concedidos a novos pesquisadores: O indicador Auxílios concedidos a novos pesquisadores mensura o quantitativo de auxílios concedidos a novos pesquisadores.

Em relação ao desempenho, este indicador apresentou a seguinte evolução: no ano de 2016, 20 auxílios; em 2017, 17 auxílios; em 2018, 24 auxílios; em 2019 e em 2020 (0).

Não houve edital para o programa de bolsa para auxílio a novos pesquisadores nos anos de 2019 e de 2020 devido ao contingenciamento dos recursos. Portanto, foram apenas concluídos em 2019 os auxílios iniciados em 2018.

Grupos de Pesquisa Certificados: O indicador mensura o quantitativo de grupos de pesquisa certificados na Propesq.

Em 2020, foram certificados um total de 179 grupos de pesquisa, 205 em 2019, e 167 em

2018, revelando uma queda de aproximadamente 13% em relação a 2019. Percebeu-se, portanto, uma constante busca dos pesquisadores da UFT em criar e certificar seus grupos de pesquisa ao longo dos anos.

Número de publicações realizadas pela EdUFT: O indicador mensura o quantitativo de obras publicadas pela Editora da UFT no ano.

Em 2020, foram publicados 71 livros; em 2019 foram 29 obras; e em 2018 foram 22. O dado demonstra um aumento de aproximadamente 144% no número de publicações em relação ao ano de 2019. O crescimento expressivo é resultado de 3 chamadas públicas e 2 editais, ambos para publicação de livros e participação em feiras literárias para divulgação dos trabalhos da editora.

Número de Artigos Publicados no Portal de Periódicos da UFT: O indicador mensura o quantitativo de artigos publicados no portal de periódicos da Universidade. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

O indicador obteve o número de 919 artigos publicados em 2020, demonstrando um aumento de aproximadamente 21% em relação a 2019, quando foram publicados 764. Em 2018, foram publicados 245 artigos.

Importante mencionar também a quantidade de projetos de pesquisa cadastrados no **Sistema de Gestão de Projetos Universitários (GPU)**, que foi de 454 projetos cadastrados em 2020, sendo 40% deles apenas no Câmpus de Palmas.

As principais ações desenvolvidas relacionadas à Diretriz em 2020 foram: Aquisição e Implementação do *Digital Object Identifier* (DOI) para os periódicos da UFT, manutenção e funcionamento da EdUFT, Edital de Tradução e Publicação de Artigos.

Com relação ao cumprimento das ações propostas em 2020, o setor avalia que houve um excelente desempenho dado um aumento significativo do número de DOIs disponibilizados às revistas e, apesar da Pandemia, a editora esteve sempre funcionando, incluindo a publicação dos editais propostos para auxílio a pesquisadores.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica é a produção de pesquisa de baixo impacto.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 3.6.4.1. Apoiar financeiramente a tradução e submissão de artigos a periódicos internacionais, A 3.6.4.3 Incentivar a publicação de artigos, livros, teses e dissertações em línguas estrangeiras.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 121.336,44, que foram utilizados nas seguintes ações: A 3.6.2.8 - Manutenção do funcionamento da EdUFT R\$24.000,00, sendo utilizados para publicação de livros, incluindo livros em outras línguas no total de 56 livros; Foram lançados 02 editais de auxílio à tradução e publicação de artigos científicos em um total de investimento de R\$ 82.000,00 referentes à ação 3.6.4.1 - Apoiar financiamento à tradução e submissão de artigos a periódicos internacionais. Ambos servem para auxiliar no pagamento do processo de publicação em revistas com *Qualis* Capes superiores, o que permite um incremento nas avaliações dos cursos de Pós-graduação, bem como o auxílio à tradução dos artigos para a língua inglesa, o que permite uma melhor publicação e visibilidade dos

trabalhos desenvolvidos na UFT. Foram também empenhados R\$15.333,44 referentes à A 3.6.2.5 - Aquisição e implementação do *Digital Object Identifier* para os periódicos da UFT.

Foram ainda lançados 2 editais universais com o objetivo de fomentar a pesquisa por meio de auxílio ao pesquisador e cujos projetos atendessem às demandas de cada câmpus de origem dos mesmos, cumprindo assim o papel de reverter pesquisas para a melhoria de nossa instituição.

Os desafios de 2020 que consistiam no aumento da publicação de livros, artigos, periódicos, projetos cadastrados no GPU e grupos certificados vinculados aos Programas de pós-graduação foram todos alcançados com sucesso, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19.

O desafio para o próximo exercício consiste em aumentar a publicação de livros e artigos, aumentar o número de periódicos, bem como projetos cadastrados e grupos certificados vinculados aos programas de Pós-graduação. Visto que é uma crescente a necessidade de aumentar, além da visibilidade de nossos programas e pesquisadores, as notas na avaliação da Capes para que os programas com 3 subam para 4 e seja permitido que estes abram Programas de doutorado.

Diretriz 3.7 - Dimensionar e implantar Ações de comunicação com a Comunidade Externa e Interna

Esta diretriz tem o propósito de apresentar a capilaridade da comunicação e os principais canais de acesso que a comunidade acadêmica e os cidadãos dispõem para obter informações de interesse sobre a UFT e também para o relacionamento com a Universidade.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Alcance das mídias sociais da UFT; Número de matérias produzidas no portal da UFT; Número de Programas Radar da Ciência Veiculados e Capacidade de resposta às demandas da ouvidoria.**

Alcance das mídias sociais da UFT: Mede o quantitativo de seguidores com alcance às mídias sociais da UFT.

Número de seguidores das redes sociais: *Instagram*

Rede Social	2017	2018	2019	2020
<i>Instagram</i>	3.230	12.000	24.895	36.300

Fonte: Elaboração da Sucom, a partir dos dados coletados.

A UFT está presente com perfis, páginas e canais oficiais no *Facebook*, no *Twitter*, no *Instagram*, no *YouTube* e no *LinkedIn*. Em todas as redes, a Universidade identifica-se como "UFT Oficial". Os conteúdos publicados são direcionados conforme o público, os recursos e funcionalidades existentes em cada rede social, sendo possíveis interações como "seguir", "curtir", "compartilhar" e "comentar" conteúdos, bem como o envio direto de mensagens à Instituição, as quais são respondidas na maior brevidade possível pela Superintendência de

Comunicação, ou encaminhadas ao setor responsável.

Conforme demonstra a tabela abaixo, nas principais redes sociais da UFT, que são *Instagram* e *Facebook*, houve um grande crescimento em relação ao número de seguidores:

Número de seguidores das redes sociais: *Instagram* e *Facebook*

Rede Social	2017	2018	2019	2020
<i>Instagram</i>	3.230	12.000	24.895	36.300
<i>Facebook</i>	12.345	21.929	23.253	23.496

Fonte: Elaboração da Sucom, a partir dos dados coletados.

A previsão de crescimento para 2020 em relação ao número de seguidores da principal rede social da UFT, *Instagram*, era do aumento de 10 mil seguidores. Conforme demonstra a tabela acima, conseguiu-se superar esse número, crescendo mais de 10.000 seguidores, de 2019 para 2020.

Número de matérias produzidas no portal da UFT: O indicador mede o quantitativo de matérias produzidas no portal

O Portal UFT – Como mencionado anteriormente, no subcapítulo 3.1.4 “Canais de Comunicação com a Sociedade”, é um espaço virtual multimídia que agrega as principais informações institucionais, inclusive por meio do menu específico “Acesso à Informação”, bem como notícias, tópicos e *links* relacionados às atividades da Instituição, seus principais serviços e sistemas digitais, e documentos, tais como editais, relatórios, portarias e resoluções. Reúne os contatos da Instituição (nomes dos setores e servidores, telefones, endereços e e-mails), e é o ponto de convergência dos conteúdos institucionais da UFT em seus diferentes tipos e formatos de mídia, sendo o canal oficial para a divulgação primária de notícias, comunicados, documentos e informações oficiais relacionadas às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição. Em 2018, o Portal UFT teve 1.103.000 milhões de visualizações de páginas, em 2019 teve um total de acessos no ano de 1.223.658 milhões, e em 2020 apresentou 981.844. Pelo gráfico abaixo, ao relacionar os dados de 2019 e 2020, percebe-se um decréscimo de 24,63% no total de acessos.

Número de acessos ao Portal UFT(intervalo de 2017 a 2020)

Período	2017	2018	2019	2020
Número de acessos	XXXX	1.103.000	1.223.658	981.844

Fonte: Elaboração da Sucom, a partir dos dados coletados

As matérias produzidas no Portal UFT são resultados diretos de demandas internas e externas. A maior parte das solicitações é oriunda do Câmpus de Palmas e da Reitoria, porém tem havido um expressivo crescimento no número de solicitações dos outros câmpus. De acordo com o levantamento realizado de 2017 a 2020, houve um substancial aumento no número de matérias produzidas se comparar 2018 e 2019.

Número de matérias produzidas no portal UFT (intervalo de 2017 a 2019)

Período	2017	2018	2019	2020
Número de matérias produzidas	1.673	1.297	1.435	1.167

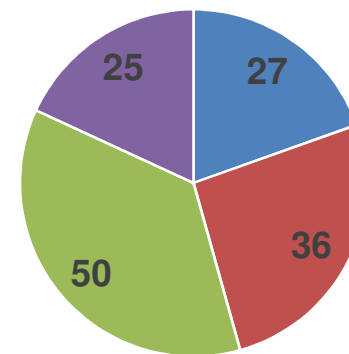
Fonte: Elaboração da Sucom, a partir dos dados coletados

Conforme demonstra a tabela, no ano de 2017 foram produzidas 1.673 matérias; no ano de 2018 foram produzidas 1.297; em 2019 foram produzidas 1.435; e em 2020 foram produzidas ao final do ano 1.167 matérias. O que explica a queda de matérias no último período (2020) foi o advento da pandemia que, de certa forma, paralisou as atividades, ações e eventos presenciais costumeiramente desenvolvidos pela Universidade.

Número de Programas Radar da Ciência Veiculados: Quantifica o número de Programas Radar da Ciência veiculados

O programa Radar da Ciência tem o propósito de aproximar a ciência, tecnologia e inovação que são produzidas dentro da Universidade ao dia a dia da sociedade. O programa, em linhas gerais, entrevista especialistas das mais variadas áreas temáticas e tenta fazer uma aplicação prática da ciência e tecnologia que são produzidas nos laboratórios.

Número de Programas exibidos Radar da Ciência



■ 2017 ■ 2018 ■ 2019 ■ 2020

Fonte: Elaboração da Sucom, a partir dos dados coletados.

Conforme o gráfico anterior, no ano de 2017 o Radar da Ciência apresentou 27 programas, no ano de 2018, 36 programas; 50 programas em 2019; e 25 programas em 2020. A queda no número de exibições foi causada pela impossibilidade de realizar programas presenciais, em função da pandemia da Covid-19.

Capacidade de resposta às demandas da ouvidoria: O Indicador Capacidade de Resposta às demandas da Ouvidoria mensura o percentual de demandas da ouvidoria que são respondidas no ano. O indicador varia no intervalo de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, no ano de 2016 foi 100%; ano 2017, 100%; ano 2018, 100%; ano de 2019, 100%; e no ano de 2020, também 100%.

Com base nos normativos legais e no Regimento Interno, a Ouvidoria-Geral da Universidade Federal do Tocantins atua como ambiente de comunicação entre o cidadão e a Administração Pública, objetivando a garantia de controle e participação social ao abranger os preceitos constitucionais da legalidade, transparência, moralidade e autonomia.

Assim, compete à Ouvidoria receber, analisar e encaminhar as solicitações de providências, reclamações, denúncias, sugestões, elogios, comunicações ou demais manifestações que lhe forem dirigidas por membros da comunidade universitária, referentes a serviços oferecidos pela UFT com a premissa de que o cidadão terá o seu direito respeitado, será ouvido e obterá uma resposta do setor demandado.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram:

- Desenvolvimento e Diagramação do Manual do Estudante da Pós-Graduação e Manual das Aulas Remotas junto à Propeq.

O Manual do Estudante da Pós-graduação foi uma cocriação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propeq) com a Superintendência de Comunicação (Sucom), que teve o propósito de informar de uma forma mais qualificada o público-alvo da referida Pró-reitoria no que se refere às questões internas da pasta.

- Operacionalização do concurso de Identidade Visual da UFNT e construção do Manual de Identidade Visual da nova Universidade

A Sucom, em parceria com o Grupo de Trabalho de Comunicação da Transição UFT / UFNT (GT), elaborou o concurso de identidade visual da nova Universidade que culminou com a escolha da nova marca da UFNT. Foi um trabalho longo que exigiu esforço do setor, e que foi concluído com sucesso.

A Sucom avalia como bom o desempenho desta diretriz visto que a maior parte dos indicadores teve seu percentual aumentado. Porém, alguns indicadores não evoluíram por consequência direta da pandemia da Covid-19.

Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são:

- Falta de *softwares* específicos para a criação de artes específicas;
- Falta de integração das diversas unidades que constituem a UFT;



- Ausência de ferramentas contratadas digitais de monitoramento de acessos às plataformas de conteúdo e *newsletters*.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 3.7.4.1 Campanha Institucional de divulgação da Avaliação Institucional do Planejamento Estratégico e do PDI; A 3.7.1.8 Sistematizar ações permanentes de divulgação da UFT e suas ações; A 3.7.1.1 Instituir política de comunicação da UFT e de suas ações; A 3.7.2.4 Promover a conscientização dos setores sobre a necessidade de atendimento às solicitações; A 3.7.2.5 Promover o acompanhamento das solicitações junto aos setores.

Relativo aos valores investidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos que foi de R\$ 175.186,79, utilizado na seguinte ação: 3.7.3.3 - Promoção da Publicidade Institucional e Material Gráfico em Geral:

Os desafios de 2020, que propuseram aumentar o número de matérias produzidas e números de seguidores em redes sociais, foram todos vencidos.

Para 2021, espera-se:

- Aumentar em 10% a produção de conteúdo – matérias publicadas no portal;
- Aumentar em 25% o número de seguidores nas redes *Instagram* e *Facebook*
- Aumentar em 15% o número de notícias externas, em outros veículos.

Os desafios de aumentar a produção de conteúdo, bem como o número de seguidores não têm sido fácil, porém o engajamento da equipe e a seriedade com a qual vem sendo conduzido todo o sistema de gestão informacional deixam claro o aumento da sua capilaridade.

Para 2021 há outros desafios, dentre eles, aumentar ainda mais a capilaridade da comunicação sistêmica da Instituição e propor a inserção de novas plataformas de conteúdo.

Diretriz 3.8 - Dimensionar Ações em Programas de apoio aos estudantes

A Política de Assistência Estudantil da UFT (Resolução Consuni nº 26, de 17 de outubro de 2017) constitui-se num conjunto de programas, ações e serviços que criam condições de permanência dos estudantes, em especial daqueles com vulnerabilidade socioeconômica, desde seu ingresso até a conclusão do curso de graduação, visando à melhoria do seu desempenho acadêmico e evitando as situações de retenção e evasão. Essa política é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e, excepcionalmente, com recursos próprios nas áreas de alimentação, saúde, moradia, inclusão digital, apoio pedagógico e apoio para participação em eventos.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Auxílios concedidos a estudantes, Índice de Satisfação quanto à Assistência Estudantil, Percentual de Vulnerabilidade Socioeconômica dos estudantes atendidos e Atendimento do Restaurante Universitário.**

Auxílios concedidos a estudantes: O indicador mede o quantitativo de auxílios concedidos aos estudantes de graduação.

Foram concedidos 50.305 auxílios nos Programas de alimentação, moradia, saúde, apoio pedagógico e nas ações de inclusão digital.

Índice de Satisfação quanto à Assistência Estudantil: O indicador mede o nível de satisfação dos alunos em relação às atividades de assistência estudantil.

O nível de satisfação dos estudantes atendidos alcançou o percentual de 72%.

Percentual de Vulnerabilidade Socioeconômica dos estudantes atendidos: O indicador mede o percentual de vulnerabilidade socioeconômica extrema e alta dos estudantes de graduação.

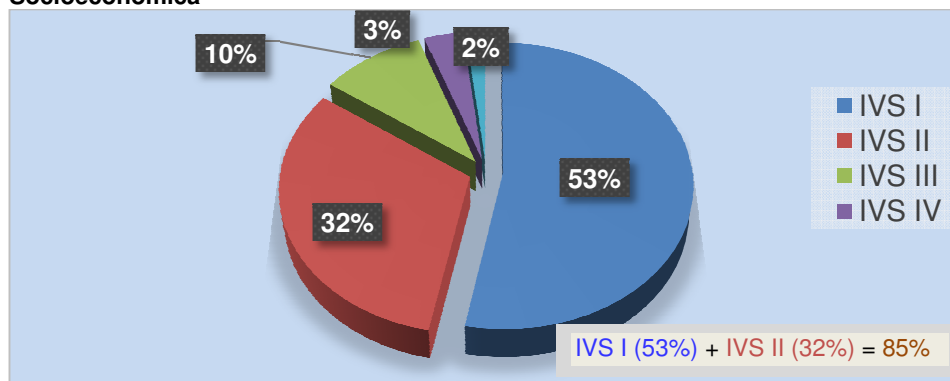
O percentual de estudantes com Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica I e II (IVS I e II), cuja renda média *per capita* familiar é inferior a 0,5 salário mínimo, atingiu 85%.

Quantidade de estudantes atendidos por IVS

Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica	Quantidade de estudantes
IVS I - vulnerabilidade extrema	1.820
IVS II - vulnerabilidade alta	1.091
IVS III - vulnerabilidade moderada	333
IVS IV - vulnerabilidade baixa	124
IVS V - vulnerabilidade muito baixa	62
Total	3.430

Fonte: Diretoria de Assistência Estudantil (DAE)/Proest.

Percentual de estudantes atendidos segundo o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica



Fonte: DAE/Proest e Diretoria de Acompanhamento dos Programas de Assistência Estudantil (DAP)/Proest. Para identificar os índices na legenda, verificar quadro “Quantidade de

estudantes atendidos por IVS”.

Atendimento do Restaurante Universitário: O indicador mede a quantidade de refeições servidas no Restaurante Universitário dos câmpus da UFT.

Foram servidas 48.797 refeições em 2020, conforme o quadro abaixo.

Indicadores da Diretriz 3.8

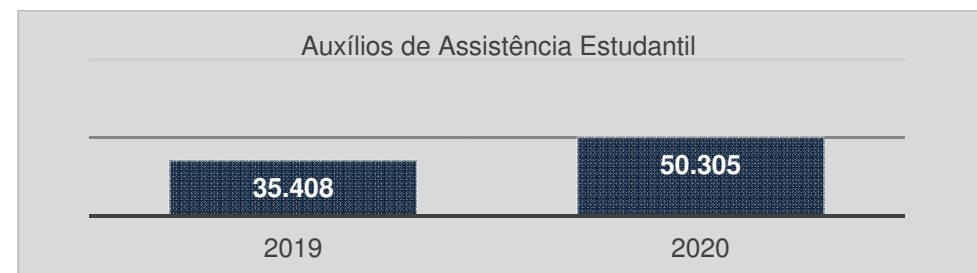
Indicador	Quantidade/Percentual Ano 2020
1. Auxílios concedidos (alimentação, moradia, apoio pedagógico, atenção à saúde e inclusão digital)*	50.305
2. Nível de satisfação dos estudantes quanto à Assistência Estudantil**	72%
3. Estudantes com IVS I e II*	85%
4. Refeições servidas no Restaurante Universitário*	48.797

Fonte: *DAE/Proest e **DAP/Proest.

Na comparação dos indicadores de 2020 com 2019, convém destacar:

Indicador 1 - o aumento do quantitativo de auxílios em 2020, passando de 35.408, em 2019, para 50.305, cujo percentual chegou a 42%, foi provocado pelas medidas adotadas pela Proest para enfrentamento da pandemia da Covid-19. Após o fechamento do Restaurante Universitário (RU) e da Casa do Estudante nos câmpus, a Proest ampliou a concessão do auxílio-alimentação para estudantes que ficaram sem acesso ao RU e concedeu auxílio-financeiro para estudantes retornarem para suas residências de origem. Além disso, foram implantadas ações de inclusão digital com pagamento de auxílio-financeiro para aquisição de equipamento computacional e contratação de pacote de dados de internet para os estudantes participarem das atividades de ensino remoto.

Quantidade de auxílios de assistência estudantil (alimentação, moradia, apoio pedagógico, saúde e inclusão digital) por ano.

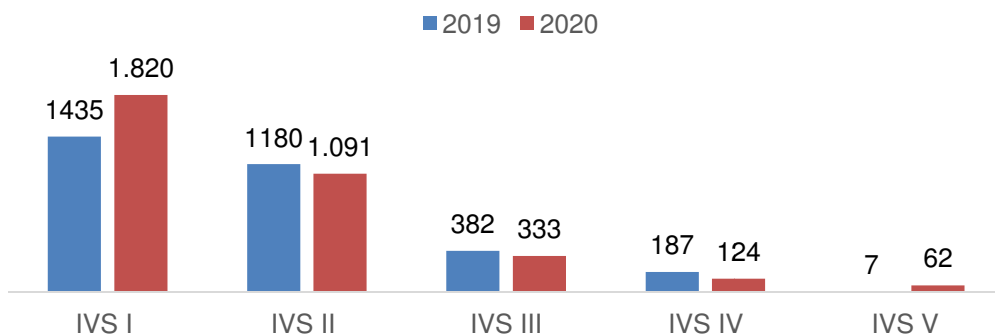


Fonte: DAE/Proest e DAP/Proest.

Indicador 2 - no ano de 2019, 82,28% dos estudantes diziam-se satisfeitos com os programas de assistência estudantil, já em 2020 foram 71,80%. Ocorreu uma queda do percentual de satisfação, sobretudo na avaliação do Programa de Moradia (48%), que foi impactado com o fechamento da Casa do Estudante nos Câmpus de Palmas (Casa do Estudante Indígena), Arraias e Porto Nacional.

Indicador 3 - em 2019, teve-se 3.191 estudantes classificados com IVS, distribuídos da seguinte forma: IVS I e II - 2.615 (81,9%), IVS III e IV - 569 (17,8%), IVS V - 7 (0,2%). Já em 2020, o IVS de 3.430 estudantes foi distribuído da seguinte maneira: IVS I e II - 2.911 (84,80%), IVS III e IV - 457 (13%), e IVS V - 62 (2%). Ocorreu um aumento de 3% de estudantes com IVS I e II, em 2020.

Comparativo do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica dos estudantes atendidos



Fonte: DAE/Proest e DAP/Proest.

Indicador 4 - em 2019, foram servidas 585.565 refeições nos Restaurantes universitários, ao passo que, em 2020, o quantitativo foi de apenas 48.797. A redução do quantitativo de refeições servidas foi causada pelo fechamento do RU nos câmpus como medida de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram: A 5.9.1.14. – Adequação de espaço para implantação de Casa do Estudante no Câmpus de Gurupi; A 3.8.7.2 – Implantação do Programa Auxílio-Apoio Pedagógico; A 3.8.2.11. Execução do Programa Auxílio-Saúde; A 3.8.3.4 – Execução do Programa Auxílio-Moradia; A 3.8.4.1 – Implantação do Painel de Transparência de usuários do Restaurante Universitário do Câmpus de Palmas (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/transparencia>); A 3.8.4.2. Ampliação da concessão do auxílio-alimentação para estudantes de todos os câmpus da UFT; A 3.8.2.12. Auxílio-inclusão digital para aquisição de equipamento (*notebook* e *tablet*). A 3.8.6.4 – Elaboração da Normativa dos Programas de Assistência Estudantil.

Ações emergenciais realizadas: concessão de auxílio financeiro para estudantes moradores da Casa do Estudante voltarem para sua residência de origem; fornecimento de marmitas para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica nos Câmpus de Araguaína e Porto

Nacional; auxílio financeiro para contratação de pacote de dados de internet; seleção de estudantes para o Projeto Alunos Conectados do MEC/Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para receber *chips* para acesso à internet; edital de seleção exclusivo para estudantes com deficiência e para estudantes indígenas e quilombolas receber auxílio financeiro para aquisição de equipamento computacional.

A Proest avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como positivo. Considerando o contexto da Pandemia da Covid-19 e as mudanças das atividades acadêmicas e administrativas com a implantação do trabalho remoto, que exigiu criatividade e esforço dobrado dos servidores da Proest, a atuação da Assistência Estudantil foi determinante para a continuidade das atividades acadêmicas, mediante a manutenção dos auxílios financeiros e implantação de ações de inclusão digital para estudantes adquirirem equipamento computacional (*notebook* e *tablet*) e ter acesso à internet para participar das atividades acadêmicas on-line.



Os eventos de risco mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são: redução ou contingenciamento do orçamento do Pnaes, redução da quantidade de auxílios, suspensão dos serviços do RU e evasão do curso.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: 1) A 3.8.4.1 – foi implantado o sistema de controle de usuário no RU do Câmpus de Palmas; nos demais câmpus a implantação foi suspensa devido à pandemia da Covid – 19; 2) A 3.8.6.1 e A 4.6.1.2 o acompanhamento e monitoramento da situação acadêmica dos estudantes foi realizada, mas não se considerou como exigência para participar dos programas de matrícula em disciplinas com somatória de carga horária de, pelo menos, 240h, uma vez que foi adotado o ensino remoto. 3) A 4.3.6.3 foram publicados editais para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica devidamente matriculados, inclusive para atender à demanda de alimentação nos câmpus que tiveram RU fechados e a demanda por equipamento computacional para participar das atividades acadêmicas on-line.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 19.726.156,00 que foram utilizados nas seguintes ações: A 3.8.4.2 - Promover a concessão de auxílio-alimentação para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica (R\$ 7.053.356,00); A 3.8.4.1 - Manutenção dos Serviços de Restaurantes Universitários (fornecimento de refeições) para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica - Não houve valor despendido para a execução dessa ação; A 3.8.7.2 - Desenvolver políticas de apoio pedagógico (R\$ 6.415.000,00); A 3.8.3.4 - Implementar Auxílio-Moradia – Estudantes (R\$ 1.356.400,00); 3.8.3.1 - Articular a manutenção da Casa do Estudante com a Universidade e o Estado - não houve valor despendido para a execução dessa ação; A 3.8.2.11 - Implementar ações de atenção à saúde dos estudantes -concessão de auxílio (R\$ 238.000,00); A 3.8.2.12 - Acompanhar ações voltadas à Inclusão Digital oferecida aos estudantes (R\$ 4.663.400,00), sendo (R\$ 2.123.400,00) de recurso do Pnaes e (R\$ 2.540.000,00) de recurso próprio;

Em relação ao desafio previsto para 2020 de “dar continuidade ao atendimento aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica num contexto de redução orçamentária”, a Proest conseguiu superar o desafio dando continuidade aos programas de alimentação, moradia, saúde, apoio pedagógico e ampliando o atendimento aos estudantes com ações de inclusão digital.

Os desafios para o próximo exercício consistem em: dar continuidade ao atendimento aos

estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica, não obstante a redução dos recursos do Pnaes prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021; implantar Casa do Estudante nos Câmpus de Miracema e Palmas e Restaurante Universitário nos Câmpus de Miracema e Arraias para reduzir a dependência de recursos do Pnaes aos Programas de Permanência; articular as ações e programas da Proest com a Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e com a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários para ampliar as condições de permanência dos estudantes.

Diretriz 3.9 - Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente

Uma das ações desta Diretriz é o Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos, gerido pela Proest, que concede auxílio financeiro para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica viajarem para apresentar trabalhos aprovados em eventos acadêmicos.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Auxílios concedidos a discentes para participação em eventos.**

O indicador mede o quantitativo de auxílios concedidos aos discentes.

Em 2020, foram concedidos 21 auxílios no Programa de Apoio à Participação em Eventos.

Quantidade de auxílios para participação em eventos

Indicador	Quantidade Ano 2020
Auxílios concedidos (Apoio à Participação em Eventos)	21

Fonte: Proest.

Quando comparado com os 214 auxílios concedidos em 2019, nota-se uma diminuição em 2020, decorrente da suspensão do programa durante o período da pandemia da Covid-19.

A ação desenvolvida e relacionada à Diretriz no ano de 2020 foi: 3.9.1.4 - Garantir auxílio à apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos (Pnaes). Devido à pandemia da Covid-19, o programa foi suspenso a partir de março.

Não é possível fazer a avaliação do programa uma vez que foi suspenso.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para essa diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução da ação desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 17.589,00, que foi utilizado na ação A 3.9.1.4 - Garantir auxílio à apresentação de trabalhos em eventos Pnaes para o fornecimento de alimentação na compra de marmitas para estudantes do Câmpus de Porto Nacional, após a

suspensão do programa.

Em relação ao desafio previsto para 2020, o programa foi suspenso em razão da pandemia da Covid-19, por essa razão o desafio não foi enfrentado.

O desafio para o próximo exercício consiste em: dar continuidade ao programa apesar da redução dos recursos orçamentários do Pnaes.

Diretriz 3.10 - Dimensionar Ações relacionadas à política de acompanhamento dos egressos

Esta diretriz se caracteriza por orientar as ações referentes à avaliação do egresso da graduação, presencial e EaD, à coleta e organização de dados de ex-alunos.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é o **número de ações realizadas com egressos.**

O indicador mensura o quantitativo de ações destinadas a egressos que são realizadas pelos cursos. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

O indicador apresentou os seguintes resultados: 5 ações realizadas em 2018, 6 ações realizadas em 2019 e 6 ações no ano de 2020.

Verificou-se a necessidade de implantação de 2 campanhas anuais de levantamento de dados dos egressos promovida pela Prograd com a multiplicação das ações realizadas por cada um dos cursos da UFT. No entanto, devido ao contexto de pandemia, as ações se concentraram na modernização do fluxo de processos e do sistema de coleta de informações, construção da política de egresso e desenvolvimento do plano de trabalho e comunicação para aplicação, a partir do retorno das atividades, para tornar os resultados das ações mais eficientes, efetivas e eficazes.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram:

Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 3 – Diretriz 3.10

D 3.10. Dimensionar ações relacionadas à política de acompanhamento dos egressos	
Meta: M 3.10.1. Implementar ações de acompanhamento dos egressos.	
Ação	Descrição
A 3.10.1.1. Desenvolver ações de apoio às coordenações dos cursos quanto ao acompanhamento dos egressos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da política de egressos, organizando as diretrizes necessárias para orientar o lançamento de programas e projetos especiais para essa finalidade. Estabelecimento de um plano de trabalho padronizado e detalhado para a execução eficiente, efetiva e eficaz das análises dos dados coletados por meio do questionário de egressos planejado, executado, monitorado e avaliado de forma integrada entre a Prograd e os cursos de graduação.

Continua

D 3.10. Dimensionar ações relacionadas à política de acompanhamento dos egressos	
Meta: M 3.10.1. Implementar ações de acompanhamento dos egressos.	
Ação	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de um plano de comunicação replicável para todos os cursos para buscar o engajamento dos egressos no preenchimento do questionário de egressos. ▪ Desenvolvimento de uma interface no sistema de gestão do questionário de egressos para permitir uma visualização mais amigável dos dados e informações obtidas a partir do questionário para acompanhamento da Prograd, coordenações de curso e Núcleos Docentes Estruturantes.
A 3.10.1.2. Realização de coleta e organização de dados de ex-alunos dos cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização contínua do questionário para coleta geral dos dados dos egressos disponibilizado por meio da mini-home para que os dados sejam coletados e compilados anualmente utilizando o Sistema de Formulários Eletrônicos Integrados (FEIO) para automatizar esse acompanhamento e visualização dos resultados. ▪ Reformulação da política de egressos para a implantação de orientações e diretrizes para a execução de ações mais eficientes, efetivas e eficazes de coleta, organização e análise dos dados dos egressos. ▪ Desenvolvimento de um sistema FEIO para a gestão de questionários de egressos integrada ao Sistema de Informação de Ensino para permitir uma análise detalhada da atuação profissional do egresso em relação ao seu perfil acadêmico. ▪ Implantação do mecanismo de visualização dos dados coletados pelo questionário do egresso no site de relatórios e transparência da Prograd, cuja primeira versão está disponível através do link: <u>https://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/relatorios/58-nao-categorizado/28805-bi-prograd-acompanhamento-egressos</u>

Fonte: Naus; Coleta/Prograd.

Em relação à avaliação do desempenho do percentual de cumprimento da diretriz, é importante ressaltar que as ações e metas propostas para o ano de 2020 não foram realizadas integralmente devido à desmobilização e adaptação das atividades no período de pandemia. Nos anos de 2018 e 2019, foram realizadas 5 e 6 ações, respectivamente, e, em 2020, as 6 atividades foram concentradas na modernização administrativa e tecnológica, buscando maior eficiência, efetividade e eficácia no processo de gestão e acompanhamento dos egressos.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a reformulação da política de egressos; a concepção do sistema de informação FEIO integrado com o Sistema de Informação de Ensino para geração de gráficos de visualização mais amigáveis para acompanhamento das informações pelos coordenadores de curso e presidentes de Núcleos Docentes Estruturantes; a definição de campanhas semestrais de contato para estimular o preenchimento do questionário dos egressos; a definição de um fluxo processual integrado de trabalho entre a Prograd e os Núcleos Docentes Estruturantes para buscar formas de estimular o preenchimento do questionário de acompanhamento com os egressos; e, por fim, a definição de um plano de comunicação para informar e solicitar o preenchimento do questionário de acompanhamento dos egressos, buscando pelo menos um preenchimento anual de 10% dos egressos.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em relação aos desafios previstos em 2020, estes foram parcialmente alcançados, tendo sido promovida a discussão em todos os câmpus da UFT a partir das ações dos grupos de trabalho iniciados no ano de 2019, fortalecendo a compreensão e importância da política de egressos numa Instituição educativa. No entanto, a coleta de informações não foi bem sucedida devido à falta de engajamento discente no preenchimento do questionário do egresso, em análise interna, sendo resultado da paralisação das atividades em decorrência da pandemia da Covid-19. Todavia, com a implantação de um Plano de Trabalho que prevê campanhas de preenchimento semestral dos questionários junto com um Plano de Comunicação bem detalhado, ambos previstos em um Plano de Trabalho bem definido, será possível obter o engajamento dos egressos para melhorar as análises e contribuir para o processo de avaliação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Os desafios para o próximo exercício consistem em:

- Implantar a política de acompanhamento dos egressos para nortear as ações de gestão e acompanhamento a partir de programas e projetos especiais em educação.
- Implantar um mecanismo de visualização das informações específico para a Pró-Reitoria de Graduação e para as coordenações e Núcleos Docentes Estruturantes a partir dos dados coletados via questionário do egresso do sistema FEIO integrado ao Sistema de Informação de Ensino.
- Implantar o Plano de Trabalho, organizando as ações no formato de campanha de levantamento de dados semestrais a partir do questionário do egresso.
- Formar uma comissão para avaliação da atuação dos egressos, incluindo os membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs);
- Implantar um Plano de Comunicação para estimular o engajamento dos egressos no preenchimento do questionário nas campanhas de levantamento de dados.
- Organizar um banco de dados sólido, científico, no intuito de subsidiar políticas públicas no âmbito da avaliação dos PPCs da UFT.

Diretriz 3.11 - Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico

Esta Diretriz está relacionada com a orientação, coleta e organização de dados de egressos quanto à sua inserção no mercado de trabalho.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é o **Índice (%) de Empregabilidade dos Egressos da Graduação**.

O Indicador mensura a taxa de empregabilidade estimada dos egressos da UFT após 2 anos de formados. O indicador varia no intervalo de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor.

Não foram concluídos os trabalhos para definição do índice total.

O questionário para coleta das informações foi aberto continuamente para preenchimento dos egressos. Diante dos dados obtidos e da pesquisa realizada, observou-se a falta de preenchimento do questionário neste período quando comparado aos anos anteriores.

Perfil do Egresso

Perfil do Egresso										
Ano	Qtde	Empregabilidade			Atua na área de formação		Tempo para inserção no mercado de trabalho após concluir a graduação			
		Pública	Privada	Autônomo	Sim	Não	Até 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	Mais de 2 anos
2017	192*	35%	26%**	7%	64%	36%	39%	6%	0% ¹	1%
2018	245*	27%	20%	4%	66%	34%	46%	3%	0% ¹	0% ¹
2019	121*	23%	28%	4%	63%	37%	37%	0% ¹	0% ¹	0% ¹
2020	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Número de respostas colhidas dos egressos dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.

** No item privada, foram considerados os empregados de empresa privada e empresário.

¹ Os egressos responderam a outros itens, além dos demonstrados no Quadro.

Fonte: Prograd.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 estão relacionadas no quadro seguinte:

Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 3 – Diretriz 3.11

D. 3.11. Atuação dos egressos no ambiente socioeconômico	
Meta: M 3.11.1. Elaboração/ Implantação/ Manutenção de mecanismos institucionais para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional	
Ação	Descrição
A 3.11.1.1. Realizar pesquisas com os egressos sobre atuação profissional e contribuição da UFT na sua formação.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização contínua do questionário para coleta dos dados dos egressos, disponibilizado por meio da mini-home para que os dados sejam coletados e compilados anualmente e registrar o histórico de atuação profissional dos egressos. Desenvolvimento de um módulo de análise da atuação profissional do egresso para a geração de índice de empregabilidade no sistema de gestão de questionários de egressos integrado ao Sistema de Informação de Ensino para associar a coleta de dados dos egressos às suas informações acadêmicas para uma análise detalhada da atuação profissional do egresso em relação ao seu perfil acadêmico. Estabelecimento de um modelo de relatório semestral para apresentação das informações geradas a partir da compilação dos dados obtidos do questionário de acompanhamento dos egressos para debater as informações coletadas sobre a atuação dos egressos da UFT. Implantação de mecanismos de visualização de índices de empregabilidade calculados a partir dos dados coletados pelo questionário do egresso no site de relatórios e transparência da Prograd, compartilhado amplamente para a comunidade, a partir da primeira versão disponibilizada por meio do link: https://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/relatorios/58-nao-categorizado/28805-bi-prograd-acompanhamento-egressos
A 3.11.1.2. Integrar uma comissão intersetorial que avalie a atuação dos egressos na sociedade tocantinense.	<ul style="list-style-type: none"> Criação de todos os e-mails institucionais dos Núcleos Docentes Estruturantes para a manutenção de um Plano de Trabalho que inclui o acompanhamento dos egressos, inclusive avaliando a atuação dos mesmos junto à sociedade. Desenvolvimento de Plano de Trabalho para a comissão com a orientação das atividades a serem realizadas anualmente e a programação de realização de reuniões anuais para debater os resultados obtidos com a pesquisa do egresso. Constituir uma comissão de avaliação da atuação dos egressos na sociedade composta pelas presidências dos NDEs ou membros dos NDEs indicados pelas presidências. Definir um Plano Anual de Trabalho para as atividades de levantamento de dados dos egressos.

Fonte: Naus; Coleta/Prograd.

Diretriz 3.12 - Dimensionar Ações relacionadas com inovação tecnológica e a propriedade intelectual

Esta diretriz visa a dimensionar as ações relacionadas com Inovação Tecnológica e Produção Intelectual.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de solicitações de registros de propriedade intelectual por ano**¹¹.

Este indicador mensura o quantitativo de solicitações no ano de registros de propriedade intelectual junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), como patentes (tecnicamente, o termo patente não abrange o programa de computador ou outras tecnologias), *softwares* e outros. O indicador não possui um intervalo de variação definido, entendendo-se que, quanto maior o resultado apurado, melhor.

Quando comparado aos anos anteriores, o desempenho do indicador apresenta uma tendência de crescimento. Considerando o levantamento dos depósitos efetuados entre 2017-2020, apresentou a evolução: 07 registros em 2017, 18 registros em 2018, 24* registros em 2019 e 21 registros em 2020. A tendência registrou uma pequena queda de 2019 para 2020, diante do advento da pandemia da Covid-19.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram: Manutenção do Sistema de Patentes da UFT junto ao INPI e demais interessados/envolvidos, promoção de eventos de divulgação de ações de inovação da UFT e formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para implantação do Programa Educação Empreendedora no Ensino Superior.

Vale destacar a promoção, organização e participação em diversas ações e eventos, mesmo com o advento das restrições impostas pela Pandemia e pelas normas de segurança e de isolamento social, tais como:

I. Coordenação da participação da UFT na **Agrotins 2020, intitulada “Agrotins 100% Digital”**, na qual o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) promoveu um trabalho de mapeamento e prospecção de tecnologias desenvolvidas no âmbito da UFT relacionados ao setor “agro”, tais quais tecnologias ambientais, de alimentos, de gestão, de energia, agrícolas e agropecuárias e outros conhecimentos produzido nas atividades que se encaixam na gama e escopo da Agrotins, que é o mundo do agronegócio. A Feira foi realizada entre os dias 27 e 29 de maio de 2020, tendo ocorrido de forma 100% digital – um feito inédito para uma feira desta modalidade – devido ao cenário da pandemia da Covid-19. A Agrotins é a maior feira do gênero na região Norte do país, onde a UFT participou com seu estande virtual apresentando:

- Laboratório de Cinética e Modelagem de Processos (LaCiMP);

¹¹ Foi retificado o valor apresentado no Relatório de Gestão 2019, de 38 para 24 (referente ao ano de 2019), em razão do uso de outra metodologia de cálculo. A retificação do número foi feita para que contemple apenas os processos que foram recebidos (depositados) pelo INPI, como metodologia de cálculo dos demais anos.

A Unidade avalia o desempenho referente ao cumprimento da diretriz como “satisfatório”, mesmo não tendo realizado a totalidade das metas estabelecidas para esta diretriz para o ano de 2020. Em relação à avaliação do desempenho do percentual de cumprimento da diretriz, destaca-se a falta de adesão dos egressos em responder ao questionário de acompanhamento, o que impactou nas atividades de coleta de dados, sendo adotada a estratégia de melhoria do fluxo de processos. Observou-se a desmobilização da comissão dado os desafios relacionados à adaptação do trabalho devido à pandemia, principalmente, dada a necessidade de adaptação dos ambientes de trabalho em *home office* dos servidores componentes do grupo de trabalho.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para essa diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em relação aos desafios previstos em 2020, estes foram alcançados, uma vez que foi dado início à concepção do sistema de informação FEIO, integrado com o Sistema de Informação de Ensino para geração de gráficos de visualização mais amigáveis para acompanhamento das informações pelos coordenadores de curso e presidentes de Núcleos Docentes Estruturantes; dado início ao desenvolvimento de um módulo de análise da atuação profissional do egresso para a geração de índice de empregabilidade no sistema de gestão de questionários de egressos, integrado ao Sistema de Informação de Ensino, para associar a coleta de dados dos egressos às suas informações acadêmicas para uma análise detalhada da atuação profissional do egresso em relação ao seu perfil acadêmico.

Os desafios para o próximo exercício consistem em:

- Manter o trabalho de análise e utilização de informações dos egressos para implementar novas ações que fortaleçam a qualidade da educação superior desenvolvida na UFT, com revisão de PPCs e eventos para maior interação da Universidade e outras instituições da sociedade.
- Implantar um mecanismo de visualização das informações de índices de empregabilidade no Portal do Egresso, a partir dos dados coletados via questionário do egresso integrado ao Sistema de Informação de Ensino.
- Implantar o Plano de Trabalho, organizando as ações no formato de campanha de levantamento de dados semestrais a partir do questionário do egresso.
- Formar uma comissão para avaliação da atuação dos egressos incluindo os membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs);
- Implantar um Plano de Comunicação para estimular o engajamento dos egressos no preenchimento do questionário nas campanhas de levantamento de dados.
- Organizar um banco de dados sólido, científico, no intuito de subsidiar políticas públicas no âmbito da avaliação dos PPCs da UFT.

- Empresas Juniores: AMB Jr Engenharia, ConstrUFT, Tesla e Caju (Consultoria Júnior Alimentar)
- 12 palestras no campo do conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Agroenergia (PPGA);
- 01 palestra no campo do conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde;
- 01 palestra no campo do conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBec);
- 02 palestras no campo do conhecimento do curso de Zootecnia;
- 01 palestra no campo do conhecimento do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental;
- 01 Paineis ao vivo com professor da Medicina;
- 01 *live* do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA).
- Apresentação de projetos do Curso de Turismo

II. **A 3ª Feira Tecnológica Universidade Empresa (Unitec)** ocorreu entre os dias 28 a 30 de outubro, também de forma 100% on-line e gratuita, adequando-se aos protocolos de segurança e saúde motivados pela pandemia da Covid-19. A III Unitec foi integrada à 6ª Semana Integrada de Ciência e Tecnologia (Sicteg) de Gurupi (TO). A Feira é uma realização da UFT, sob coordenação do NIT, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com outras Instituições de Ensino Superior, como Unitins, IFTO, Unirg e Unitpac. No total, a UFT contou com 29 tecnologias expostas em sua vitrine entre *softwares* registrados, tecnologias com depósito de patentes, pesquisas aplicadas, serviços de empresas juniores, entre outros.

III. A *Live*: “**Empreendedorismo Científico**”, promovida pelo NIT em parceria com a Universidade da Maturidade (UMA) e o Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (Profnit), ocorreu no dia 08 de julho e contou com a participação da cientista-empresária, Dra. Mariana Bottino, criadora do canal cientista empreendedor, transmitida pela página da @uftoficial, com a mediação dos professores Kleber Abreu e Luís Sinésio Neto.

IV. **Curso Digital de Implantação do Modelo Cerne: o Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (Cerne)** é um modelo de gestão de incubadoras de empresas que tem por objetivo promover melhoria dos resultados em termos quantitativos e qualitativos. O curso é promovido pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), e foi ofertado em uma turma customizada, 100% virtual, exclusiva para o estado do Tocantins em uma parceria com Sebrae e Fapto, realizado entre os dias 05 e 13 de novembro de 2020. O NIT foi parceiro da iniciativa, destinando 10 vagas para a UFT que foram distribuídas entre os gestores de incubadoras e demais organismos de Inovação da Universidade.

V. Promoção do **Editais CATALISA - Sebrae**: o NIT representou a UFT no evento on-line de lançamento do CATALISA ICT, dia 26 de novembro de 2020 e, em parceria com a Sucom, promoveu a divulgação e sensibilização ao público-alvo do Edital na Universidade, através das redes sociais e *mailing*. Trata-se de uma iniciativa articulada pelo Sebrae com a parceria de entidades do ecossistema nacional de inovação, com o objetivo de acelerar e fomentar

negócios inovadores de base tecnológica, para alavancar geração de riqueza e bem-estar para a sociedade por meio da:

- Criação de empresas de base tecnológica por mestres/mestrandos e doutores/doutorandos;
- Transferência de tecnologia de pesquisadores/universidades para empresas;
- Inserção de mestres/mestrandos e doutores/doutorandos, capital humano qualificado, em pequenos negócios.

VI. **Lançamento da Agenda Integrada 2021**: o NIT representou a UFT no evento on-line de lançamento da Agenda Integrada 2021, realizado no dia 27 de novembro de 2020. Trata-se de uma iniciativa do Sebrae em parceria com as instituições de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo do Tocantins, através da Plataforma Tocantins Digital (TODI) (todi.com.br). O objetivo foi catalogar através de um “Formulário de Intenções Institucionais” visando a construir um calendário integrado e colaborativo de eventos e ações, evitando conflitos de datas e redundância de temas, otimizando recursos e promovendo parcerias interinstitucionais.

Com relação ao cumprimento das ações propostas em 2020, foi considerado um excelente desempenho, dado que as atividades presenciais foram extremamente impactadas pela pandemia da Covid-19. Atualmente, em decorrência do sigilo das informações e ausência de sistema eletrônico de assinaturas na Instituição, os processos do NIT, em quase sua totalidade, são físicos.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para essa diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 43.000,00, utilizado na seguinte ação A 3.12.1.4 - Manutenção do Sistema de Patentes da UFT junto ao INPI e Demais Interessados/ Envolvidos, incluindo a manutenção de pedido de patente depositado nos Estados Unidos, China e Japão.

Os desafios propostos para 2019 e 2020 foram os mesmos: aumentar o número de depósitos de patentes e registros de programas de computador, considerando uma melhor divulgação dos procedimentos para solicitações do setor. Ambos foram alcançados com sucesso, visto o aumento do número de processos de solicitações junto ao setor.

Os desafios para o próximo exercício consistem em reestruturar o Núcleo de Inovação Tecnológica, com o acréscimo no número de servidores vinculados ao setor e construção do “Hub de Inovação e Empreendedorismo” no Câmpus de Palmas, nova sede do NIT, possibilitando o cumprimento satisfatório das competências mínimas dos NITs, previstas no Artigo 16, da Lei nº 10.973 de 2004. Ademais, vislumbra-se aumentar os números de depósitos de patentes e registros de programas de computador, bem como iniciar processo de proteção de cultivares e outras modalidades de ativos imateriais, considerando uma melhor divulgação dos procedimentos para as solicitações e consolidação da cultura de proteção de propriedade intelectual na UFT.

A aprovação da Política de Inovação é uma atividade prioritária para o ano de 2021 e se faz necessária para o cumprimento do Art. 15-A, da Lei nº 13.243 de 2016. Com sua aprovação, será possível gerir com maior segurança os processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as

prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional.

Diretriz 3.13 - Dimensionar Ações relacionadas com acessibilidade

O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Alguns exemplos são os prédios com rampas de acesso para cadeiras de roda e banheiros adaptados para deficientes.

A Universidade Federal do Tocantins instituiu em 2017 uma Comissão de Acessibilidade com o objetivo de discutir a acessibilidade nos 5 campi da Universidade. Nesta comissão, estão presentes representantes de Pró-reitorias e órgãos auxiliares da Instituição, da Prefeitura Universitária, Pró-Reitoria de Graduação, Superintendência de Comunicação, Coordenação do Sistema de Bibliotecas da UFT, Superintendência de Tecnologia da Informação, Universidade Aberta do Brasil e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Este comitê é responsável por analisar as demandas e necessidades de mudanças estruturais e de inclusão de pessoas com deficiências ao ambiente acadêmico e aos serviços oferecidos nele.

A Acessibilidade nos espaços públicos é um dever. Devem ser considerados, no planejamento da edificação, os cadeirantes, os idosos, obesos, gestantes, usuários de muletas, crianças, deficientes auditivos e visuais.

A Norma da ABNT nº 9050 esclarece que promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de adequação dos ambientes para a acessibilidade de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.**

Este indicador mensura a adequação dos ambientes da UFT para a acessibilidade de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, ano de 2016 (85%), 2017 (85%), 2018 (100%), 2019 (100%) e 2020 (100%). Este indicador é medido nas novas edificações e manteve o nível de desempenho alcançado no ano anterior.

No que se refere a projetos e execução de obras, a UFT tem buscado que estes sejam adaptados à acessibilidade de pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida desde a concepção dos projetos. Todos os ambientes entregues nas obras inauguradas em 2020 são acessíveis.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram a elaboração de projetos e execução de obras novas adaptadas conforme a Norma ABNT nº 9050 e as manutenções corretivas e preventivas dos elevadores e plataformas elevatórias instaladas nas edificações dos campi da Universidade.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como satisfatória, uma vez que as instalações mecânicas (elevadores e plataformas elevatórias) destinadas à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida estão em pleno funcionamento e com rotina de manutenção, garantindo a segurança dos equipamentos.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para essa diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Os desafios previstos em 2020 foram alcançados plenamente em relação às obras novas e adequação das instalações mecânicas de acessibilidade (elevadores e plataformas elevatórias).

O desafio para o próximo exercício consiste na continuidade dos trabalhos de manutenção corretiva e preventiva dos elevadores e plataformas elevatórias de todos os edifícios dos campi, além de adequação das instalações/ambientes das edificações antigas às exigências da NBR 9050.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - Desenvolver políticas de pessoal, da organização e gestão para garantir o pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Diretriz 4.1 - Promover ações de valorização, formação e capacitação docente; qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações para os docentes

Esta Diretriz está relacionada com ações de valorização, formação e capacitação dos docentes. Ações que visem a fomentar a formação, qualificação e capacitação dos docentes estão diretamente relacionadas ao seu desenvolvimento profissional enquanto ator principal de um sistema de ensino de qualidade. Valorizar a atuação do professor neste processo se torna fundamental, uma vez que o sentimento de valorização permanece ligado à motivação no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão junto à Universidade.

Neste contexto, a UFT tem buscado implementar diversas ações que oportunizem a valorização dos servidores docentes da Instituição por meio da melhoria nas condições de trabalho e, conseqüentemente, na qualidade de vida do docente no ambiente organizacional.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Índice de Satisfação Docente e Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)**

Índice de Satisfação dos Docentes: O indicador Índice de Satisfação dos Docentes mede o nível de satisfação dos docentes em relação à Instituição e ao trabalho realizado. Em relação ao desempenho deste indicador, está no planejamento de 2020 a identificação ou elaboração de um instrumento de pesquisa para ser aplicado para os docentes.

Este indicador não pode ser apresentado tendo em vista que a Progedep não possui uma ferramenta ou mesmo um instrumento para levantamento do dado satisfação do corpo docente.

Índice de Qualificação Corpo Docente: O indicador Índice de Qualificação Corpo Docente mensura o nível de qualificação do corpo docente por meio de ponderação do número de pessoas em cada nível de titulação: doutorado, mestrado, especialização e graduação. O indicador varia no intervalo contínuo de 1 a 5. Quanto mais próximo de 5, melhor.

Quanto ao índice de qualificação do Corpo Docente (IQCD), observa-se que, anualmente, vem apresentando crescimento, uma vez que a cada ano o índice se aproxima de 5. Em 2018, obteve-se 4,09, já em 2019 a média alcançada foi 4,16, e em 2020 chegou a 4,30. Ressalta-se que esse crescimento é fruto da política de desenvolvimento de pessoas da Universidade que incentiva os seus servidores por meio da concessão dos afastamentos para qualificação em nível pós-graduação *stricto sensu* e que os mesmos elevem o nível da educação formal, contribuindo para que a Instituição alcance os objetivos alinhados ao PDI.

Durante o ano de 2020, a Universidade Federal do Tocantins teve um grande desafio apresentado pela pandemia da Covid-19. Assim, foi necessário reformular o planejamento das ações de valorização, qualificação, formação e capacitação, programadas para o ano.

Em que pese a dificuldade encontrada no primeiro semestre, o segundo semestre do ano foi de reestruturação.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram:

Programa de Formação Docente Continuada - A partir do mês de agosto de 2020, o Programa de Formação Docente Continuada (Profor) passou a fazer parte da Progedep. Destaca-se realização do curso Contemporaneidade, Docência e comunicação digital, que teve como objetivo desenvolver a competência de utilizar tecnologias digitais da informação, comunicação e assistivas de forma crítica, criativa, significativa, reflexiva e ética no exercício da docência. Foram ofertadas duas turmas com 120 vagas cada.

Servidor Multiplicador: Para atender à necessidade da Instituição frente ao desafio de ministrar aulas apenas por meio de plataformas digitais, foram ofertados através do Projeto Servidor Multiplicador os cursos: Inovação no Ensino com *Google G Suite*; Avaliação, Controle e Acompanhamento de Cursos no *Moodle*, Potencializando a docência mediada por tecnologias com o uso de estratégias artísticas, Trabalho em equipe: flexibilidade, iniciativa e liderança: turmas 01 e 02, Avaliação, Controle e Acompanhamento de Cursos no *Moodle* - Turma I e II, Vida durante a Pandemia: Gerenciando Tempo e Emoções: turmas 01 e 02, Libras Básico, entre outros.



Fig: Inovação no Ensino



Fig: Divulgação do curso de Libras Básico

Projeto Reelaborando o Desamparo frente à Pandemia: O projeto objetivou ouvir e acolher a demanda de servidores durante o período de distanciamento social, como forma de acolhimento a possíveis angústias frente ao momento delicado da pandemia. Foram desenvolvidas ações visando a ouvir e acolher a demanda de servidores por meio de plataforma virtual, durante o período de distanciamento social. Este é um projeto temporário de acolhimento a servidores e possíveis angústias frente a esse momento delicado, é um espaço de escuta virtual com a garantia de total sigilo e ética de profissionais envolvidos no projeto.

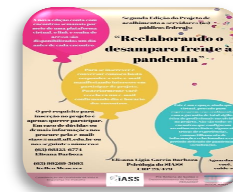


Fig: Divulgação do Projeto Reelaborando o Desamparo frente à Pandemia



Fig: Cartilha de Normas para laboratórios-UFT

Comissão Permanente de Prevenção e Segurança - Implementação das Normas Institucionais para Laboratórios: A Resolução Consuni nº 07, de 21 de agosto de 2019 aprovou as Normas Institucionais de Prevenção e Segurança para os Laboratórios da UFT. Em 15 de abril de 2020, foi publicada a Portaria nº 275, de 14 de abril de 2020, que institui no âmbito da UFT a Comissão Permanente de Prevenção e Segurança para Laboratórios (CPSLAB), vinculada à Progedep, esta comissão é responsável pela implantação e desenvolvimento do Manual de Prevenção e Segurança para Laboratórios da UFT.

As atividades da CPSLAB iniciaram no 2º semestre/2020 conforme planejamento do PAT 2020. As atividades da comissão são alinhadas com a CQVT/DGP/Progedep e ocorreram por meio das ações de solicitação aos câmpus sobre a observância da obrigatoriedade dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's) das atividades desenvolvidas nos laboratórios da UFT, em observância à Resolução Consuni nº 07/2019, de 21 de agosto de 2019, elaboração de um Guia Prático para Elaboração dos POP's, demandando para a Progedep a necessidade de publicação da Instrução Normativa para sanar casos omissos da Resolução Consuni nº 07/2019 no que tange ao assunto: Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's). Em resposta a essa demanda foi publicada a Instrução Normativa Progedep nº 004, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece orientações aos servidores da UFT quanto à elaboração dos POP's previsto na Resolução Consuni nº 07/2019. Foi elaborada ainda a Cartilha das

Ao todo, foram capacitados 500 docentes, em 2020, com oferta de cursos nas áreas: gerencial, prática pedagógica, técnico-operacional e transversal.



SAIBA MAIS

Link da matéria publicada para divulgação do curso:

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/es/ultimas-noticias/27809-profor2020>

VALE RESSALTAR

TOTAL DE DOCENTES EM 2020 CAPACITADOS: 500

Normas Institucionais de Prevenção e Segurança para os Laboratórios da Universidade Federal do Tocantins. Material elaborado em parceria com a Superintendência de Comunicação (Sucom). Será lançada oficialmente em janeiro de 2021.

UFT firmou convênio para realização dos Exames Médicos Periódicos dos Servidores:



No dia 06/05/2020, foi firmado o convênio entre UFT e Geap Autogestão em Saúde para realização dos Exames Médicos Periódicos dos Servidores da UFT, conforme extrato disponível no endereço eletrônico:

<http://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-convenio-n-1/2020-256153562>. Os procedimentos para formalização do processo de convênio visando à realização de Exames Médicos Periódicos (EMPs) nos servidores da UFT foram iniciados em 2019, porém a formalização do convênio se deu em maio de 2020. A realização de exames médicos periódicos está prevista no regime

[https://Portaldeservicos.Economia./](https://Portaldeservicos.Economia/)

jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais (art. 206-A, Lei 8112/1990) e regulamentada pelo Decreto Nº 6.856, de 25 de maio de 2009 e a previsão era que a realização dos EMPs iniciasse em 2020, porém, em razão do estado de pandemia, ficou definido pelo adiamento do início das convocações e realização dos exames. *Link da matéria publicada - Exames Médicos Periódicos:*

SAIBA MAIS

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/27191-firmado-convenio-com-a-geap-para-realizacao-de-exames-periodicos-dos-servidores-da-uft>

Plano institucional de adoção de proteção individual e coletiva: Foi pensado a partir das visitas técnicas em campo e avaliações quantitativas realizadas nos Câmpus de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Palmas nos anos de 2018, 2019 e 2020. A partir dessas visitas técnicas, avaliações de atividades e resultados das concentrações de exposição aos agentes químicos manuseados nas análises laboratoriais, buscou-se elencar os agentes mais



Fig: Cartilha de Normas para Laboratórios-UFT

agressivos e rotineiros durante as análises laboratoriais avaliadas e assim iniciar um estudo direcionado à especificação de proteções mais eficientes para cada ambiente/atividade, levando em conta o agente de maior risco. Primeiramente, buscou-se elencar os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que pudessem neutralizar/eliminar os riscos, não sendo esses eficientes, seguiu-se com a especificação de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs).

Após estudos, análises e discussões entre a equipe técnica de segurança do trabalho chegou - se a uma especificação de

proteção através da elaboração de uma planilha contendo todas as recomendações necessárias para aquisição das proteções tanto coletivas como individuais. Estas recomendações serão encaminhadas ao Câmpus de Gurupi, conforme planejamento de ações no PAT para o ano de 2020. Sendo que os demais câmpus deverão seguir o mesmo plano, uma vez que os estudos e análises dos ambientes do Câmpus de Palmas e Porto Nacional já foram iniciados.

Com esse primeiro plano sendo implantado e iniciando o plano de educação, será possível ter ambientes mais seguros e profissionais mais capacitados para desenvolver suas atividades de forma segura e responsável, principalmente dando maior conforto a cada câmpus no que se refere à proteção de servidores e atividades.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz 4.1 como positivo, pois se conseguiu executar quase a totalidade das ações. O principal motivo de não ter alcançado os 100% está relacionado com o contingenciamento orçamentário ocorrido em 2020 em decorrência do estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia, o que dificultou a realização de várias ações que estavam planejadas para ocorrer no ano.

Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são: a Desmotivação dos servidores, o Sentimento de desvalorização profissional.



As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 4.1.2.1 Implantação do Programa Viva Bem UFT, A 4.1.2.2. Realização dos Exames Periódicos, A 4.1.2.3 Programas Integrados Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde (DQVT) - Implantação do Programa de Saúde e Segurança no Trabalho, A 4.1.1.1 Implantar programa DGP Recepção, Informação e Integração de Servidores, A 4.1.1.2 Desenvolver plano de Qualificação de Técnicos e Programa Quali+, A 4.1.1.3 Desenvolver projetos voltados à melhoria do ambiente de trabalho, A 4.1.1.4. Promover a formação continuada dos docentes.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à Diretriz.

Em relação aos desafios previstos para 2020, foram alcançados em parte por meio da efetivação do convênio entre a UFT e a GEAP Autogestão em Saúde, para a realização dos exames médicos periódicos nos servidores.

Os desafios para o próximo exercício consistem na execução dos exames médicos periódicos, conforme planejamento realizado junto à GEAP.

Diretriz 4.2 - Promover ações de valorização, formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

Esta Diretriz se refere à execução de ações quanto à formação e capacitação do quadro técnico-administrativo. Isto se constitui como ação primordial para o seu desenvolvimento na carreira, porém, mais que uma ação exigida em lei, expressa-se na capacidade da Universidade em promover oportunidades de aperfeiçoamento e evolução profissional aos seus servidores.

Neste contexto, a UFT tem buscado implementar diversas ações que oportunizem a valorização dos servidores técnico-administrativos da instituição por meio da melhoria nas

condições de trabalho, e, conseqüentemente, na qualidade de vida destes servidores no ambiente organizacional em que atuam.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Índices de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo (ICCTA) e Qualificação do Corpo Técnico- Administrativo (IQCTA) e Índice de Satisfação dos servidores técnicos**¹².

Índices de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo (ICCTA): O indicador mede o nível de capacitação dos servidores técnicos

Quanto ao Índice de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo – ICCTA, nota-se que o trabalho voltado para a oferta das ações de capacitação ano a ano vem mostrando resultado positivo, pois vem apresentando um crescimento importante, se considerarmos o índice alcançado em 2018, de 2,96; em 2019, obteve-se 3,27; e, em 2020, chegou a 3,46.

Qualificação do Corpo Técnico- Administrativo (IQCTA): O indicador mede o nível de qualificação dos servidores técnicos

Também o Índice de Qualificação do Corpo Técnico-administrativo – IQCTA demonstra que a política de desenvolvimento de pessoas está indo ao encontro dos objetivos do PDI, tendo em vista que a elevação do índice de qualificação contribui para a valorização do servidor. Em que pese ainda não se ter alcançado um alto nível, verifica-se que paulatinamente o índice vem se elevando, tendo vista que saiu de 1,93 em 2018; 2,05 em 2019; para 2,14 em 2020.

Índice de Satisfação dos servidores técnicos: Mede o nível de satisfação dos servidores técnicos

Este indicador não pode ser apresentado tendo em vista que a Progedep não possui uma ferramenta ou mesmo um instrumento para levantamento do dado satisfação do corpo técnico-administrativo em relação à Instituição e ao trabalho realizado.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram:



Fig: Identidade visual do Projeto Transpor

Projeto Transpor: O Projeto “Transpor: Reconstruindo qualidade de vida e saúde em meio à pandemia” é uma proposta da CQVT/DGP/Progedep. O objetivo do projeto foi de ofertar ações que promovessem a qualidade de vida e melhoria da saúde do servidor no período de pandemia e pós-pandemia decorrente do Coronavírus, visando à qualidade de vida e bem-estar dos servidores da UFT e, desta maneira, mitigar os efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid -19).

Com este projeto, foram ofertados aos servidores da UFT acesso a conteúdos por meio de oficinas, apoio psicológico, cartilhas, *cards* e eventos em formato *on-line* com materiais

¹² O indicador Índice de Satisfação dos técnicos administrativos mede o nível de satisfação dos técnicos administrativos em relação à Instituição e ao trabalho realizado. Em relação ao desempenho do indicador **Índice de satisfação dos técnicos administrativos**, o resultado deste indicador ainda não foi informado pela unidade responsável.

estratégicos para enfrentamento da pandemia. Foram trabalhadas temáticas voltadas para a saúde de forma integrada, incluindo saúde mental e física, nutrição/hábitos alimentares na pandemia; ergonomia no *home office*; dicas para trabalho remoto; bem-estar em meio ao isolamento social; oficinas de música, poesia, literatura e artes visuais que exploraram a ressignificação do trabalho e do cotidiano em tempos da Covid -19.

O material referente ao projeto tem sido divulgado por e-mail institucional, site da UFT, intranet e redes sociais.

Ações Projeto Transpor:

Envio de infográficos semanais com dicas para proteger a saúde mental em tempos de Coronavírus:



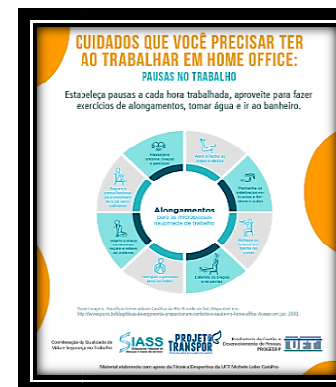
Fig: Saúde mental em tempo de pandemia.

A ação objetivou a promoção da saúde mental na pandemia e aconteceu entre os meses de abril a julho de 2020. Foram enviados *cards* semanalmente, por e-mail, a todos os servidores da UFT e das instituições atendidas pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)/UFT/Palmas.

O material gráfico consistia em textos visuais, explicativos e informativos associados com imagens que objetivavam oferecer conteúdo com dicas para auxiliá-los a protegerem a saúde mental em tempos de coronavírus. Para esta ação, foi elaborada uma série de 10 (dez) dicas.

Cards Educativos - Projeto Transpor

Foram elaborados *cards* com orientações de cuidados com a saúde de forma integrada, incluindo dicas sobre saúde mental e física, ergonomia no *home office*, etc. Estes foram enviados semanalmente aos servidores, entre os meses de abril a novembro de 2020.





Figs: Cards enviados aos servidores

Dia do Servidor Público Federal/ Dia do Professor



A comemoração do Dia do Servidor Público visou à integração dos servidores da Instituição, trabalhando a importância do servidor se reinventar no período de pandemia. O evento aconteceu de forma integrada com as equipes de gestão de pessoas da UFT.

Foram elaborados cards alusivos às datas comemorativas



Foi realizado o *Drive Thru* do Servidor. A ação foi realizada em todos os câmpus, com a formação de filas de carros, respeitando os protocolos de segurança e preservação à saúde, para que professores e técnicos administrativos recebessem uma camiseta comemorativa e o convite para a palestra virtual “Reinventar o novo jeito de fazer”.

SAIBA MAIS

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28175-evento-em-drive-thru-nos-campus-celebra-dia-do-servidor-publico-e-do-professor>

Foram confeccionadas camisetas para todos os servidores da UFT. Ainda, compondo a programação do Dia do Servidor, foi ofertado a Palestra “Reinventar o novo jeito de fazer” com os Caçadores de Bons Exemplos. O evento aconteceu em formato on-line pela plataforma virtual RPN.



SAIBA MAIS

Link da matéria publicada:

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28185-palestra-online-em-comemoracao-ao-dia-do-servidor-ocorre-nesta-segunda-26>

Ações de Capacitação:

Para promover a capacitação do corpo técnico administrativo, foram realizados vários cursos através do Projeto servidor multiplicador. Os cursos aconteceram na modalidade EaD via plataforma Moodle da Progedep, tendo sido realizados 25 cursos nas áreas: gerencial, prática pedagógica, técnico-operacional e transversal, capacitando 164 servidores.

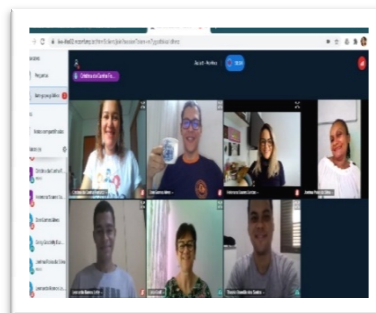


Fig: Curso Vida durante a pandemia

Outra ação de valorização do servidor que merece ser destacada é a oferta do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Análise de Dados para capacitar profissionais da área de gestão, engenharia e tecnologias da UFT. Resultado de uma parceria entre as Pró-reitorias de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, de Avaliação e Planejamento e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, o curso está previsto para iniciar em março de 2021.

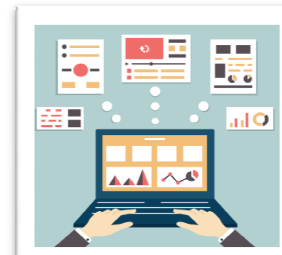


Fig: <https://asplan.com.br/>

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como positivo. A consecução da totalidade das ações propostas foi prejudicada em virtude das mudanças no regime de trabalho para *home office*, que demandou o planejamento e a execução de ações diversas do inicialmente proposto.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são: Alta rotatividade do corpo técnico, Alocação do corpo técnico de forma a não considerar perfil de trabalho, Desmotivação dos servidores, Sentimento de desvalorização

profissional, Deficiências na fiscalização de contratos de obras e serviços.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram A 4.2.1.1 Implantar programa DGP Recepção, Informação e Integração de Servidores, A 4.2.1.2 Desenvolver projetos voltados à melhoria do ambiente de trabalho, A 4.2.1.3 Fortalecimento do Programa de Práticas Exitosas da UFT, A 4.2.1.4 Institucionalizar que a escolha dos ocupantes de funções e cargos de índole gerencial seja fundamentada em perfis de competências e pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público, A 4.2.1.5 Criar política de inserção de técnicos administrativos em atividades de pesquisas, A 4.2.4.4. Realizar alocação e movimentação da força de trabalho, conforme mapeamento de perfil, A 4.2.2.1. Implantação do Programa Viva bem UFT, A 4.2.2.2. Realização dos Exames Periódicos, A 4.2.2.3. Programas Integrados DQVT (Siass, Saúde e Segurança do Trabalho), A 4.2.1.6 Implantação do Programa Progedep informa, a 4.2.5.5 Realizar treinamento na área.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante total empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 500.110,29, que foram utilizados nas seguintes ações e Projetos: A 4.2.2.3 - Programas Integrados DQVT – Siass, Saúde e Segurança no Trabalho cujo valor empenhado para execução foi de R\$ 7.027,80; A 4.2.5.4 – Realizar Capacitações na área: Desenvolvimento Institucional Servidor-DDP, valor empenhado R\$ 204.114,98 e A 4.2.5.4 Realizar capacitação na área: Desenvolvimento Institucional/Servidor – Capacitação de servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação no valor de R\$ 288.967,51.

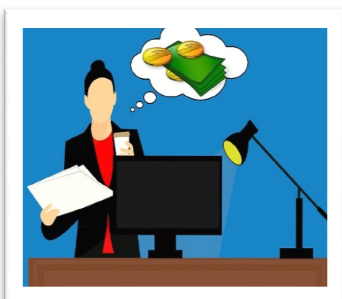


Fig:<https://pixabay.com/pt>

Em relação aos desafios previstos para 2020, ainda está em fase de construção a atualização das normativas que regem a capacitação, formação e qualificação dos servidores.

Os desafios para o próximo exercício consistem na institucionalização de uma política de qualidade de vida no trabalho e na implantação da Escola de Desenvolvimento de Servidores.

Diretriz 4.3 - Promover ações de melhoria da Gestão Institucional

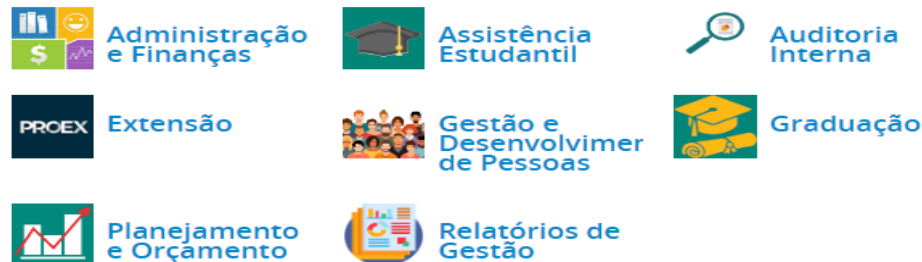
A gestão institucional está diretamente relacionada à governança e seus três mecanismos que postos em prática direcionam e monitoram a gestão a fim de garantir a execução de políticas públicas e a prestação de serviços de qualidade e interesse da sociedade.

Portanto, a melhoria da gestão diz respeito a todos os processos que se relacionam com liderança, estratégia e controle, ou seja, modernização da estrutura organizacional, mapeamento e melhoria de processos, gestão de bens patrimoniais, transparência e prestação de contas para a sociedade, ações de controle e mitigação de riscos, a gestão de frota, gestão de suprimentos, gestão dos contratos e a promoção de processos seletivos.

No decorrer do ano de 2020, a transparência teve um papel importante nos atos da gestão, principalmente devido à realização do trabalho remoto e à necessidade de apresentar à

sociedade a continuidade da prestação de serviços e, por isso, o Painel da transparência da

Painel da Transparência da UFT



UFT passou a demonstrar os resultados de mais unidades gestoras, legitimando a intenção de entregar serviços de qualidade e executar as políticas universitárias.

SAIBA MAIS

As informações podem ser conferidas no [link](https://ww2.uft.edu.br/index.php/transparencia)

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Índice de Risco da Instituição, Percentual de cumprimento das recomendações da CGU, Percentual de cumprimento das recomendações do TCU.**

Índice de Risco da Instituição

A partir da implementação da gestão de riscos na Universidade, foi possível mensurar o nível de risco na Instituição e utilizá-lo como ferramenta de gestão, auxiliando na definição de estratégias para o alcance da missão institucional.

Nos anos de execução do PDI, o nível de risco apresentou uma queda constante, motivada pelos esforços da gestão em garantir que os riscos permanecessem dentro dos níveis mais baixos. Assim, o nível de risco iniciou em 12,71 (ano 2016) e teve seguinte sequência: 11,69 (ano 2017), 9,03 (ano 2018), 8,0 (ano 2019) e 10,8 (ano 2020).

O aumento do nível de risco no último ano é facilmente explicado pelo fato de a visão dos gestores ter sido impactada por fatores externos, principalmente a situação de pandemia, fazendo com que a impressão quanto à probabilidade e impacto dos riscos fosse avaliada de maneira mais receosa frente às incertezas que a situação demonstra.

Percentual de cumprimento das recomendações da CGU: O indicador mensura o percentual de atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU). O indicador varia no intervalo de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor.

O cálculo do indicador para 2019 teve sua memória de cálculo corrigida, para considerar a série histórica da UFT, considerando a situação do estoque de recomendações como um todo. Dessa forma, entre os números de 2019 e 2020, percebe-se deslocamento em acréscimo do resultado obtido no último ano (25,58% para 38,27%). O indicador em questão apresenta ligeira melhora em relação ao ano anterior. Destaca-se a atuação do monitoramento contínuo e alinhado entre os trabalhos da CGU e Audin no acompanhamento do índice.


Percentual de cumprimento das recomendações do TCU: O indicador mensura a taxa de cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). O indicador varia no intervalo de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor.

O cálculo do indicador para 2019 teve sua memória de cálculo corrigida, para considerar a série histórica da UFT, considerando a situação do estoque de recomendações como um todo. O índice para o ano de 2019 ficou em 62,75%. Durante o ano de 2020, com a implantação do Conecta TCU e as informações encaminhadas para o Tribunal, as recomendações pendentes foram consideradas atendidas e o índice alcançado ao final do ano foi de 100% de atendimento junto ao Tribunal de contas.

Percentual de cumprimento das recomendações da Audin: O indicador Percentual mensura o percentual de atendimento às recomendações da Auditoria Interna. O indicador varia no intervalo de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor.

O cálculo do indicador para 2019 teve sua memória de cálculo corrigida, para considerar a série histórica da UFT, considerando a situação do estoque de recomendações como um todo. Em relação ao ano de 2019, em que o indicador teve considerável elevação durante o ano (segundo a série histórica mensal que a Audin mantém, iniciou 2019 em 25,23% e terminou com 52,72%). No entanto, em 2020, o indicador não obteve o mesmo desempenho, inclusive teve ligeira retração em seu resultado, finalizando o ano em 51,80% de recomendações atendidas. Em que pese a situação de calamidade pública enfrentada em 2020, o indicador aponta freada brusca em seu crescimento, qual deve ser analisada e tratada, visto que o PGMQ da Audin, Resolução nº 12/2019/Consuni/UFT, estabelece como meta o índice de 80%.

O desempenho da diretriz foi satisfatório, principalmente devido aos seus indicadores que obtiveram índices elevados, principalmente o atendimento às recomendações e determinações do TCU, que foram 100% atendidas, demonstrando a intenção da Universidade em adequar-se à estrutura de governança proposta pelos órgãos de controle. Além disso, houve um grande esforço da área de aquisições em implantar o modelo de governança com vistas a melhorar o planejamento e conseguir realizar compras cada vez mais eficientes e sustentáveis. Houve também ampliação da divulgação dos dados das unidades gestoras no portal da transparência, demonstrando o interesse da Instituição em promover a transparência ativa e apresentar seus resultados de forma clara à sociedade.

 Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz são: fragilização do processo de aquisições; ausência de formalização de procedimentos administrativos; ausência de definição de atribuição dos servidores/setores; deficiência no processo de recebimento de bens e serviços contratados e deficiência na prestação de contas.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 4.3.10.1. institucionalizar sistema de captação de demandas das UGs para planejamento das aquisições; A 4.3.10.2.

dimensionar estudo sobre aprimoramento da elaboração dos Termos de referência pelos grupos e gestão do fluxo de solicitação de compra; A 4.3.10.3. aperfeiçoar as informações disponíveis nas Atas vigentes na Intranet; A 4.3.10.4. desenvolver ações de conscientização para o planejamento de compras na Universidade; A 4.3.10.5. ampliar a divulgação das compras institucionais no site da Universidade; A 4.3.10.6. Atualizar o Manual de Procedimentos das Compras; A 4.3.10.7. elaborar Manual de Importação de compras; A 4.3.2.2. Elaborar instrução normativa para os setores administrativos de processos e fluxos institucionais; A 4.3.2.3. padronizar e informatizar os procedimentos e processos administrativos da UFT; A 4.3.2.4. elaborar manual para os setores administrativos, definindo atribuições, procedimentos e fluxos sobre os trabalhos de rotina; A 4.3.3.1. implementar um sistema de logística de transporte e gestão de suprimentos adequado a todos os câmpus; A 4.3.4.1. ampliar a publicidade do andamento dos processos administrativos de compras e serviços executados nos câmpus; A 4.3.4.3. Ampliar canais de publicização da prestação de contas da Universidade.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 3.203,74, que foi utilizado na seguinte ação 4.3.17.2 - Apoio à Gestão Superior.

Para o próximo exercício, são definidos como desafios induzir a governança e a gestão de riscos em todas as áreas e unidades da Instituição, promover a atualização dos fluxos e processos de trabalho, contribuir para a conscientização da comunidade acadêmica quanto à importância da transparência ativa e da prestação de contas à sociedade e demonstrar dados compreensíveis às comunidades interna e externa.

Diretriz 4.4 - Promover ações para uma contínua avaliação e modernização do Sistema de registro acadêmico conforme as necessidades institucionais e dos discentes

Esta diretriz consiste em identificar junto às coordenações de curso e Secretarias acadêmicas dos câmpus as principais dificuldades para o Registro no SIE e propor melhorias junto ao suporte técnico da STI. Tais melhorias se referem a atualizações e implementação de funcionalidades no módulo de registro acadêmico do SIE/Asten. Após o levantamento de informações, são propostas as diretrizes para as devidas alterações e aprimoramento do módulo acadêmico, tendo em vista as melhorias do processo no protocolo acadêmico e a disponibilização de procedimentos on-line, tais com o requerimento e acompanhamento da solicitação.

O módulo de Registro Acadêmico integra a plataforma Sistema de Informações para o Ensino (SIE/Asten) utilizada pela UFT para informatizar atividades acadêmicas e administrativas. O SIE também está presente em diversas universidades no País que, assim como a UFT, geram demandas por modificações e atualizações em toda a plataforma. A empresa AVMB é a responsável pela manutenção do sistema.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Número de atualizações realizadas junto ao Sistema Integrado de Ensino (SIE)**, em que se processa o registro acadêmico e é mensurado o quantitativo de

atualizações no módulo acadêmico do SIE que foram desenvolvidas conforme quadro seguinte:

Nº de atualizações realizadas no SIE Acadêmico

2016	2017	2018	2019	2020
36	49	75	39	23

Fonte: AVMB Consultoria e Assessoria em Informática Ltda.

A alteração anual do número de atualizações, modificações, correções ou implementações no módulo Acadêmico não implica melhora ou piora do indicador, uma vez que não há aqui uma meta a ser atingida. Os números refletem:

- Demandas originadas pela UFT e implantadas pela equipe especializada da STI
- Demandas originadas pela UFT e implantadas pela AVMB Consultoria e Assessoria em Informática
- Demandas originadas por outras IFES e implantadas pela AVMB Consultoria e Assessoria em Informática
- Ações implantadas por iniciativa da AVMB Consultoria e Assessoria em Informática

No âmbito da UFT, as demandas apresentadas pela Pró-reitoria de Graduação foram atendidas pela STI em sua totalidade, seja através de sua própria equipe ou de ação da AVMB.

Ao comparar o desempenho do indicador em relação aos anos anteriores, tem-se: Especificamente, o módulo de Registro Acadêmico recebeu 23 atualizações em 2020, em sua maioria no Asten Processos, 39 atualizações em 2019. Em 2016 – 36 atualizações; 2017 - 49 atualizações; e 2018 – 75 atualizações; respectivamente. Como pode ser observado, houve uma diminuição em relação aos anos anteriores.

Estas informações demonstram que se está conseguindo atingir, ao longo dos anos, o ponto de estabilidade e aprimoramento do sistema por meio de realização da ação contínua 4.4.1.1. Identificar as principais dificuldades para o Registros no SIE e propor melhoria junto ao suporte técnico, proposta no PDI.

Ressalta-se que está havendo uma busca constante para implementação de melhorias, juntamente com a STI, no sistema de acordo com as necessidades da Instituição e comunidade acadêmica.

Cumpra-se ainda informar que a Prograd desenvolveu, juntamente com a STI, em parceria com o setor de Desenvolvimento do Câmpus de Palmas, sistemas próprios que auxiliam durante a realização de atividades. Nesse sentido, o setor trabalha com o - Sistema de Gerenciamento de Processo Seletivo e Matrícula - <https://sistemas.uft.edu.br/sigrad>, emissão do Certificado Digital de Registro de Diplomas (SIGRAD) na *Intranet*, protocolo eletrônico para solicitação de Atividades Complementares e Aproveitamento de disciplinas em <https://palmas.uft.edu.br/sisma/seletivo/>

OUTROS INDICADORES RELACIONADOS

Nº de Registros de Ofertas de Disciplinas analisados: mensura o quantitativo de registro de ofertas que foram auditadas, conforme procedimentos de controle, e, ainda, quantitativo de turmas inativadas/canceladas e o percentual de encerramento de diários.

Nº de Registros de Ofertas de Disciplinas analisados

Nº de Registros de Ofertas de Disciplinas analisados ¹			
ANO	Total de Registros	Total de turmas inativadas	% de encerramento dos diários
2019	6086	142	98,97
2020	5595	672	98

Fonte: Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (Dirca)/Prograd - Relatório 16.11.38 - SIE/UFT.

¹ Dados de inativação e encerramento de diários até 2020/1. Frisa-se que as disciplinas de 2020/1 passaram por replanejamento quando da retomada das atividades, de forma remota, em outubro de 2020.

Os fluxos e rotinas de conferência são trabalhados a cada semestre e/ou registro de novas ofertas. Com o intuito de intensificar e otimizar a operação do controle, previsto na ação 4.4.1.3, constantemente, solicita-se à STI a disponibilização de mecanismos de bloqueio e se criam relatórios para facilitar a análise situacional.

Como parte dos trabalhos desta ação, foram analisadas cerca de 3.189 ofertas no semestre de 2020/1, sendo inativadas 672, em razão do replanejamento da oferta oriunda da suspensão das atividades presenciais e retorno remoto, cerca de 672 turmas (não inclusas turmas 2019/2 de Tocantinópolis). O Percentual de encerramento de diários: 98,73%.

Em 2020/2 foram analisadas 2406 turmas, sem inativações, até o presente momento. A redução se deu em razão de prática de articulação de disciplinas e da retomada das atividades de forma remota, com utilização de metodologias alternativas. (Algumas turmas de Tocantinópolis, em razão do calendário, estão no somatório de 2020/1).

Os números demonstram por si só a eficiência do trabalho realizado, uma vez que todos os registros de ofertas são auditados.

Ressalta-se que foi promovido, juntamente com as Secretarias Acadêmicas, o controle do registro de dados cadastrais e currículos dos acadêmicos e, para isso, são utilizados relatórios disponíveis no SIE e/ou SIGRAD. Dessa forma, analisam-se, constantemente, os relatórios disponíveis e, quando necessário, solicitam-se ajustes e ou novos relatórios à STI.

Nº de Relatórios de acompanhamento e monitoramento implementados: mensura o quantitativo de relatórios de acompanhamento e monitoramento implementados.

Nº de Relatórios de acompanhamento e monitoramento implementados

Nº de Relatórios de acompanhamento e monitoramento implementados	
ANO	Total de Registros
2019	17
2020	9

Fonte: SIE/STI/UFT.

Conforme o gráfico acima, eis que o indicador Nº de Relatórios de acompanhamento e monitoramento implementados demonstra que foram disponibilizados, em 2019, 17 relatórios e 9 em 2020.

Em parceria com a STI, setor de desenvolvimento do Câmpus de Palmas, Secretarias Acadêmicas, Coordenações e câmpus, conseguiu-se cumprir o objetivo das ações 4.4.1.8. e 4.4.1.10. Atualmente, o acadêmico tem disponível no Portal do Aluno com certificação eletrônica, além de documentos básicos, a Certidão de Conclusão de Curso e Declaração de Formando, sendo possível requerer, de forma eletrônica, os seguintes procedimentos: Trancamento Parcial, destrancamento, Análise de Pré-requisito e Carga Horária e Pedido de Emissão de Diploma, juntamente com o Nada Consta da Biblioteca e, ainda, protocolo eletrônico de atividades complementares e solicitação de aproveitamento de disciplinas.

Nº de Procedimentos e/ou processos acadêmicos automatizados: mensura o quantitativo de procedimentos e/ou processos automatizados no Portal do Aluno.

Nº de Procedimentos e/ou processos acadêmico automatizados

Nº de Procedimentos e/ou processos acadêmicos automatizados		
ANO	Total	Descrição
2017	1	Destrancamento de matrícula
2018	04	Trancamento Parcial; Trancamento Total; Inclusão e exclusão em substituição ao ajuste presencial; Histórico escolar com legenda e autenticação eletrônica
2019	06	Histórico escolar final, Declaração e Certidão de Conclusão de curso com autenticação eletrônica; Atestado de vínculo com autenticação eletrônica; Solicitação de Emissão de Diploma de Graduação e pós-graduação e Consulta pública do Diploma
2020	03	Certificado de Registro Digital de Diplomas, Atividades Complementares e Aproveitamento de Disciplinas
TOTAL		14

Fonte: Dirca/Prograd/UFT.

O indicador Nº de Procedimentos e/ou processos acadêmicos automatizados, que mensura o quantitativo de procedimentos e/ou processos automatizados no Portal do Aluno, demonstra a evolução, em 2019, da automação com a disponibilização de 6 novos procedimentos e/ou processos e mais 3 em 2020, Quadro “Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 4 – Diretriz 4.4”, desenvolvidos em parceria com a STI, incluindo a consulta pública dos diplomas expedidos, de graduação e pós-graduação em www.uft.edu.br/diplomas, garantindo a transparência e segurança do registro. Foi disponibilizada, ainda, atualização na Certidão de conclusão de curso para atender às normas de progressão e o Certificado Digital de Registro de Diplomas, além dos processos eletrônicos de solicitação de aproveitamento de disciplinas e atividades complementares e novo processo de ajuste de matrícula com análise de quebra de pré-requisitos, e melhorias nos demais.

As atividades presenciais da UFT foram suspensas em março de 2020, em razão da pandemia da Covid-19 (novo coronavírus). A situação ocasionou uma série de mudanças no atendimento da Universidade, criando novos serviços digitais, para atenderem às demandas da comunidade acadêmica.

SAIBA MAIS

Com a suspensão das atividades presenciais, todas as solicitações de Diplomas de Graduação e Pós-graduação foram realizadas de forma eletrônica por meio do Processo Eletrônico de Solicitação de Diplomas disponível no Portal do Aluno ou em <https://sistemas.uft.edu.br/processos>, conforme instrução normativa publicada em www.uft.edu.br/retomada, visando a garantir a continuidade do serviço e a segurança da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, foram registrados e expedidos cerca de 1.083 diplomas, sendo que 606 foram solicitados e registrados de forma 100% eletrônica e com a consequente emissão do Certificado Digital do Registro de Diploma.

O último serviço disponibilizado foi o Certificado Digital de Registro de Diploma, de graduação e pós-graduação, que está substituindo, temporariamente, o diploma impresso.

A verificação da validade jurídica do documento é feita com o uso de um código disponível no verso do certificado e ainda por meio de um *Qrcode* que redireciona para a consulta pública de diploma em www.uft.edu.br/diplomas. Esse mecanismo de segurança poderá ser utilizado, por exemplo, caso algum empregador queira checar se o documento é legítimo e se o Diploma foi, regularmente, expedido e registrado.

Nº de Chamados abertos, para STI, na intranet, para análise e/ou implementação de melhorias: mensura o quantitativo de atualização no módulo acadêmico do SIE que foram desenvolvidas.

Nº de Chamados abertos, para STI, na intranet, para análise e/ou implementação de melhorias

Nº de Chamados abertos, para STI, na intranet, para análise e/ou implementação de melhorias	
ANO	Total de Registros
2019	286
2020	235

Fonte: Intranet/UFT - ocorrências registradas na Intranet pela equipe Dirca, excluídos chamados de manutenção de rede, equipamentos e telefonia.

Por fim, é necessário promover avaliação constante das funcionalidades do portal e necessidades dos acadêmicos, proposta na ação 4.4.1.9. Além das análises internas e de rotina, são recebidas as demandas de Coordenações, secretarias, alunos e demais setores e realizadas análises prévias para verificar o procedimento a ser adotado. Não sendo possível a resolução, são abertos chamados via intranet à STI, incluindo propostas e sugestões para melhorias, o que está representado pelo indicador “**Nº de Chamados abertos para STI**”, na intranet, para análise e/ou implementação de melhorias: mensura o quantitativo de atualização no módulo acadêmico do SIE que foram desenvolvidas.

Ressalta-se que algumas demandas são tratadas diretamente com a STI, sem abertura de chamados.

Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 4 – Diretriz 4.4

AÇÃO	DESCRIÇÃO
4.4.1.1. Identificar as principais dificuldades para o Registro no SIE e propor melhoria junto ao suporte técnico	Promover análises internas e das demandas da comunidade acadêmica
4.4.1.3. Intensificar o Controle e o Registro Acadêmico	Desenhar fluxos, elaborar orientações, e executar procedimentos de rotinas de conferência, constantemente. Foram analisadas cerca de 3.000 ofertas no semestre de 2020/1 e, ainda, foram feitos novos procedimentos de ajustes e conferências em razão do retorno das atividades em formato remoto, tendo sido aberto novo período de planejamento e ajustes para as ofertas de 2020/1. Foi realizada a conferência nas ofertas de 2020/2, cujo semestre teve início em 20/01/21 em razão da suspensão

Continua

	das atividades presenciais, o que causou atraso no Calendário acadêmico. A redução se deu em razão de prática de articulação de disciplinas. (Algumas turmas de Tocantinópolis, em razão do calendário atrasado não foram computadas em 2020/1)
4.4.1.4. Implementar relatórios de acompanhamento e monitoramento do desempenho acadêmico	Elaborar e solicitar a execução e implementação de relatórios que busquem garantir o acompanhamento e monitoramento do desempenho acadêmico.
4.4.1.7. Automatizar o cadastro de alunos na apólice de seguro realizados por meio do SIE	Implementação da aplicação no SIE que permite o registro das apólices de seguro dos estudantes que realizam estágios, de forma mais célere
4.4.1.8. Melhorar os serviços do portal do Aluno	Ação não finalizada na sua totalidade em razão da não entrega pela AVMB do Processo de Segunda Oportunidade de avaliação; não sendo possível também finalizar os desenhos dos processos de Aproveitamento e Atividades complementares. No entanto, para possibilitar a oferta dos serviços, foram criadas, juntamente com o Desenvolvimento do Câmpus de Palmas, alternativas eletrônicas para os processos de Aproveitamento e Atividades Complementares.
4.4.1.9. Promover avaliação constante das funcionalidades do portal e necessidades dos acadêmicos	Não foi possível, também, realizar a campanha de avaliação dos serviços em razão da pandemia de Covid -19 que demandou replanejamento de todas as atividades, conforme disposto em www.uft.edu.br/retomada
4.4.1.10 Promover melhorias no protocolo com a disponibilização de procedimentos on-line, tais como requerimento e acompanhamento da solicitação	Não foi possível realizar a campanha de avaliação dos serviços em razão da pandemia da Covid-19 que demandou replanejamento de todas as atividades e criação de novos fluxos, conforme disposto em www.uft.edu.br/retomada . A avaliação será realizada em março de 2021

Fonte: Naus; Coleta/Prograd.

Nesta diretriz, as ações foram desenvolvidas de forma contínua, conforme as tabelas de indicadores apresentados.

No que compete à Prograd em relação à avaliação do desempenho do percentual de cumprimento da diretriz, tem-se que a maioria das ações foi executada em conjunto com a Superintendência da Tecnologia da Informação, de modo que se continue a modernizar o sistema de registro acadêmico, destacando-se como extremamente relevante em 2020, e contemplando as metas alcançadas para esta diretriz. Esta avaliação se faz pertinente, pois a automatização dos procedimentos acadêmicos está sendo continuada, intensificando-se o

controle, tendo criado novos indicadores de monitoramento das ações do PDI.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz, no que se refere à STI, no ano de 2020, foram 23 atualizações em 2020, contudo os pacotes Acadêmicos, pacotes Asten e Processos Delphi que podem se repetir em finalidade entre si, abaixo seguem as atualizações implementadas:

- Acadêmico: 23 pacotes
- Portais: 08 pacotes
- Asten Processos Java: 10 pacotes
- Asten Processos Delphi: 05 pacotes

Dentre as alterações, podem-se citar relatórios e formulários e grande número de correções e atualizações de códigos-fonte que imprimem maior celeridade, confiabilidade e disponibilidade do sistema como um todo.

A Superintendência de Tecnologia da Informação considera o número de atualizações satisfatório e pontua, ainda, que não existem, no momento, demandas da área de negócio não atendidas para o módulo de registro acadêmico.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à Diretriz.

Para a Prograd, um dos desafios estabelecidos para 2019 era disponibilizar ferramenta que permitisse o monitoramento do desempenho acadêmico, em tempo real, por partes dos gestores e do próprio aluno. Nesse sentido, surgiu o projeto do Portal de Monitoramento que, ainda, está em fase de análise pela STI, tendo sido realizada as etapas de implementação no Sistema Acadêmico dos relatórios necessários para a base de dados do referido portal.

Nesse sentido, a Prograd continua com os desafios para o ano de 2020 focados na modernização do sistema, a saber:

- Disponibilizar os processos definitivos de Aproveitamento de Disciplinas e Atividades complementares no Portal do Aluno. Nesse sentido, considerando o quantitativo de demanda da Dirca e da STI, fez-se parceria com os Câmpus de Gurupi e Palmas para ajudar no desenho dos novos fluxos de Aproveitamento e Atividades Complementares com a participação dos demais câmpus;
- Disponibilizar o processo de Segunda oportunidade de avaliação;
- Disponibilizar o Diploma Digital;
- Implementar o Dossiê Digital do aluno por meio do SIGRAD.
- Implementar o portal de monitoramento de desempenho acadêmico.
- Implementar o painel de indicadores de dados da graduação.

Para a STI, considerando que os desafios previstos em 2020 foram atingidos, sendo eles

atender às demandas de modernização do módulo de Registro Acadêmico, que foram demandados pela Pró-Reitoria de Graduação e a disponibilização de serviços para internet por meio da plataforma SIE/Asten, a STI estabelece novas metas para o próximo exercício:

- Buscar parcerias para criação de um novo passo na construção de soluções de TI na UFT, um setor que faria imersão nas atividades a serem informatizadas, liberando assim as equipes de desenvolvimento de TI da UFT para as demais etapas da construção das soluções e
- Padronizar tecnologias, processos e dados com os demais setores de criação de soluções de TI.

Diretriz 4.5 Promover ações voltadas à Sustentabilidade Financeira

Adotar ações de sustentabilidade financeira significa promover a utilização dos recursos disponíveis de maneira equilibrada a fim de garantir segurança financeira com a utilização eficiente dos recursos atendendo à visão de longo prazo. Assim, a sustentabilidade financeira é fator primordial para a longevidade das atividades desenvolvidas pela Universidade e por isso o PDI 2016-2020 tem registradas as ações e metas que precisam de financiamento para concluir sua execução.

O indicador de desempenho que contribui para mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de arrecadação de recursos próprios em relação ao custeio.**

Este indicador que mensura a arrecadação de recursos próprios em relação à execução de recursos destinados ao custeio discricionário.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, ano de 2016 (14,56%), 2017 (21,94%), 2018 (8,66%), 2019 (6,15%) e em 2020 (4,60%).

Durante o ano de 2020, este indicador teve queda em seu desempenho, mas se deve considerar que a análise e a coleta de dados para sua mensuração foram feitas dentro do contexto da pandemia, quando a Universidade teve atividades presenciais e processos seletivos de graduação e pós-graduação suspensos, o que impactou a arrecadação de recursos originada da prestação de serviços técnicos em laboratórios e locação de espaços físicos.

Apesar da queda registrada, o desempenho da diretriz é considerado satisfatório, tendo em vista que a arrecadação própria diminuiu, mas houve também conseqüente redução de gastos com algumas despesas continuadas, como energia e este fato deve-se não somente à suspensão das atividades presenciais, mas também à implantação do sistema de geração de energia fotovoltaica, visando à eficiência energética da Universidade.

A sustentabilidade financeira tem se desenvolvido na Universidade considerando o complexo de organização multicâmpus que, para atender às necessidades da comunidade acadêmica, respeitando a autonomia administrativa dos câmpus é imprescindível o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e estruturas de governança para a otimização dos processos e resultados.

Por tudo isso, a UFT tem como meta estratégica “buscar a redução das despesas de

manutenção da Universidade”, a fim de otimizar continuamente a gestão e garantir recursos para o desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição. Embora as universidades públicas sejam mantidas com recursos do governo federal, é crescente a necessidade de se implantar instrumentos e mecanismos eficazes que conduzam a um modelo de gestão eficiente e sustentável que possibilite sua manutenção.

Na UFT é utilizado o Plano de Distribuição Orçamentária (PDO), instrumento de planejamento que demonstra como são distribuídos e gastos os recursos orçamentários da Universidade (Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes - e Despesas de Capital - Investimentos). Tal previsão é realizada nos Planos Anuais de Trabalho de cada unidade gestora, que, por sua vez, são derivados do PDI e da matriz interna de distribuição de recursos. O objetivo é orientar os gastos de acordo com as prioridades definidas para obter índices cada vez mais eficientes dos indicadores das atividades-fim. A publicidade e transparência dos dados orçamentários tem sido essencial para garantir a credibilidade do processo orçamentário institucional.

SAIBA MAIS

O PDO pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:
<https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/QglqKp4rRXeThCMilHip8g/content/PDO%202020>



A UFT recebeu recursos para compor seu orçamento em duas Unidades Orçamentárias (UOs). Na UO 26251, foi autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020, o valor de R\$ 340.389.066,00 (Vide figura na próxima página), e na UO 93230, autorizada pelo Congresso Nacional como recurso suplementar, foram R\$ 31.954.434,00. Houve ainda autorização na Lei Orçamentária Anual 2020 de orçamento para a unidade 26457 (Universidade sob tutoria da UFT: Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT) no valor de R\$ 526.453,00. O Orçamento total foi de R\$ 372.869.743,00 entre despesas com pessoal, despesas correntes e investimento.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz são: contingenciamento orçamentário; incapacidade de identificar obrigações e necessidades futuras e incapacidade de obter potenciais fontes de recursos para a Instituição.

As ações selecionadas para a mitigação dos riscos foram: A 4.5.3.1. institucionalizar normas e procedimentos relativos à gestão das receitas institucionais; A 4.5.3.3. ampliar ações de suporte a projetos e captação de recursos; A 4.5.3.2. buscar a captação de recursos destinados à Universidade através de emendas parlamentares e arrecadação própria e A 4.5.4.1. buscar soluções que viabilizem a redução de despesas de manutenção da Universidade.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à Diretriz.

Para o próximo ano, o desafio é aprimorar a publicização dos dados com a demonstração de indicadores de eficiência orçamentária; elaborar e instituir a gestão de custos na Universidade; dar continuidade às medidas de redução de despesas e institucionalizar os valores de arrecadação do ressarcimento institucional.

Lei Orçamentária Anual 2020 / Universidade Federal do Tocantins.

Órgão: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Unidade: 26251 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Quadro Síntese

Código/Especificação		Empenhado 2018	PLO 2019	LOA 2019	PLO 2020	LOA 2020		
Total		355.551.555	355.111.327	377.645.978	353.955.289	340.389.066		
Programa								
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	0	0	0	304.276.586	289.885.365		
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	5.255.256	5.268.900	5.268.900	0	0		
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	0	0	1.000	1.000		
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	76.035	45.000	45.000	26.640	25.763		
2080	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	72.840.665	70.156.685	92.691.336	0	0		
2109	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	277.379.598	279.640.742	279.640.742	0	0		
5013	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	0	0	0	49.651.063	50.476.938		
Funcao								
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.255.256	5.268.900	5.268.900	5.232.713	5.232.713		
12	EDUCAÇÃO	350.220.263	349.797.427	372.332.078	348.694.936	335.129.590		
28	ENCARGOS ESPECIAIS	76.035	45.000	45.000	27.640	26.763		
Subfuncao								
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	10.000	10.000	5.920	5.625		
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	395.792	300.000	300.000	177.600	171.758		
272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	5.255.256	5.268.900	5.268.900	5.232.713	5.232.713		
301	ATENÇÃO BÁSICA	4.110.192	4.230.360	4.230.360	2.768.461	2.721.839		
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0	0	12.213.384	0	0		
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	13.108.052	12.979.718	12.979.718	8.736.281	8.589.159		
364	ENSINO SUPERIOR	292.555.468	291.574.349	301.895.616	293.479.411	280.113.946		
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	40.126.794	40.748.000	40.748.000	43.554.903	43.554.026		
GND								
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	265.020.818	267.389.564	267.389.564	292.589.324	278.397.984		
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.563.535	85.483.277	86.633.277	58.949.588	59.204.705		
4	INVESTIMENTOS	4.967.202	2.238.486	23.623.137	2.416.377	2.786.377		
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	273.165.271		43.741.950					316.907.221
108			2.614.391	2.238.485				4.852.876
151			2.721.839					2.721.839
156	5.232.713							5.232.713
188			1.600.000	370.000				1.970.000
250			8.526.525					8.526.525
263				177.892				177.892
Total	278.397.984	0	59.204.705	2.786.377	0	0	0	340.389.066

Fonte: Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/2020/tramitacao/texto-final>>. Valores em R\$; Recursos de todas as fontes e específicos da LOA UFT UO 26251.

Diretriz 4.6 - Realizar a execução dos recursos orçamentários de forma a atender ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão

A execução orçamentária pode ser definida como sendo a utilização dos créditos consignados na Lei Orçamentária Anual. Para uma boa execução desses recursos, a UFT utiliza-se do Plano de Distribuição Orçamentária para apresentar as ações do Plano de Desenvolvimento Institucional que necessitam de recursos para serem desenvolvidas durante o ano e distribuí-las conforme as necessidades e possibilidades. Além de compor uma parte fundamental na estrutura de distribuição de recursos, as ações do PDI também são utilizadas como instrumento de análise para avaliação do desempenho das metas construídas pela Universidade.

Os indicadores de desempenho que contribuem para mensuração dos resultados desta diretriz são: **Percentual de recursos orçamentários destinados às ações de manutenção da Universidade, Percentual de recursos destinados às ações de Livre Ordenação, Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT.**

Percentual de recursos orçamentários destinados às ações de manutenção da Universidade¹³: O indicador Percentual de recursos orçamentários destinados às ações de manutenção da Universidade mensura o percentual de recursos destinados às ações de manutenção da Universidade.

Também mede a eficiência da gestão em diminuir os custos correntes para manutenção das atividades-meio da Universidade, em relação ao valor total de recursos de custeio discricionários executados.

Em relação ao desempenho do indicador, seguem os resultados (este indicador começou a ser acompanhado a partir do ano de 2018): em 2018 o resultado foi (63,87%), em 2019 foi (62,11%) e em 2020 foi (54,60%).

O indicador revela um decréscimo de 7,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2019. A diferença em maior grau se deu sobretudo em razão da pandemia, que paralisou todas as atividades da Universidade, além das reduções em determinadas despesas terem sido mais evidentes neste exercício, por causa de investimentos em ações para redução de despesas correntes (energia elétrica, vigilância físico-patrimonial, etc).

Percentual de recursos destinados às ações de Livre Ordenação: O indicador Percentual de recursos destinados às ações de Livre Ordenação, por sua vez, mensura o percentual de recursos destinados às ações internas de livre ordenação da Universidade, em relação ao valor total de recursos de custeio discricionários executados.

Em relação ao desempenho do indicador, seguem os resultados (este indicador começou a ser acompanhado a partir do ano de 2018): em 2018 o resultado foi (1,33%), em 2019 foi (0,72%) e em 2020 foi (0,23%).

Considera-se, para a análise do indicador, os recursos orçamentários efetivamente disponibilizados às Unidades Gestoras de Orçamento, para custeio das ações discricionárias (excetuando recursos próprios), seja com atividades-meio e/ou finalísticas. Nota-se uma redução do percentual executado com esse tipo de recurso, embora não estejam sendo contabilizados os remanejamentos realizados para as despesas continuadas. A redução tem relação direta com a pandemia de 2020, que paralisou todas as atividades da Universidade, e, conseqüentemente, afetou a aplicação desses recursos pelos gestores.

Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT: O indicador Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT mensura o percentual de recursos destinados às ações de Programas Internos da Universidade em relação ao valor total de recursos de custeio executados de ações de governo discricionárias.

Este indicador mostra a aplicação de recursos para as atividades-fim da Universidade, tais como Programas de Monitoria, de Assistência Estudantil, Semanas Acadêmicas, Seminários e etc.

Em relação ao desempenho do indicador, seguem os resultados (este indicador começou a ser acompanhado a partir do ano de 2018): em 2018 o resultado foi (22,19%), em 2019 foi (25,70%) e em 2020 foi (37,74%).

Trata-se de indicador primordial, uma vez que mede a aplicação de recursos orçamentários destinados às atividades-fim da Universidade. O indicador apresenta resultado positivo, com aumento substancial de recursos investidos nas atividades-fim, com a aplicação quase integral de recursos da **Ação de Governo 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior**, em Programas Internos. O acréscimo se deu principalmente pela reprogramação dos recursos inicialmente destinados à manutenção dos Restaurantes universitários, que teve suas atividades suspensas, dado o cenário da pandemia.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram justamente a priorização de destinação de recursos destinados às atividades-fim, principalmente na manutenção dos discentes vinculados à Universidade, a despeito da pandemia da Covid-19.

Também se aprimorou *dashboards* para serem utilizadas como ferramentas de gestão no sentido de subsidiar os gestores a tomar as melhores decisões no cenário apresentado, bem como possibilitar ao cidadão e à comunidade acadêmica acompanhamento *just in time* da execução orçamentária da UFT.


SAIBA MAIS

Para acessar o detalhamento da execução de recursos de 2020, acesse www.uft.edu.br/transparencia.

¹³ Este mesmo indicador também é o utilizado na diretriz 5.9.

Destaca-se a pandemia da Covid-19, que paralisou quase que na totalidade as atividades da Universidade, pois diante do cenário totalmente novo, uma paralisação como a que a Universidade se submeteu poderia trazer prejuízos irrecuperáveis à comunidade acadêmica. Apesar disso, a gestão envidou grandes esforços para minimizar os impactos das paralisações de forma que fossem minimizados os prejuízos nas atividades principais da Universidade.

Quanto aos recursos utilizados para custeio desta diretriz, foi empenhado o valor de R\$ 2.798.953,39 com despesas do PASEP, ação PDI A 4.6.1.4 - Garantir orçamento para Despesas com o PASEP-UFT (complemento da previsão LOA).

 Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são: o contingenciamento de recursos por parte do Governo Federal como o mais evidente, pois diante do cenário em que maior parte das despesas é de manutenção e de assistência aos acadêmicos, um contingenciamento pode trazer prejuízos irrecuperáveis à comunidade acadêmica.

Para a mitigação de riscos, foram selecionadas as ações A 4.6.1.1 – Mapeamento das Obrigações orçamentárias e necessidades das UG's, e A 4.6.1.3 – Realizar previsão orçamentária de recursos orçamentários necessários à realização das atividades da UFT, de acordo com os limites estabelecidos na LOA.

Em relação aos desafios previstos para 2020, apesar do cenário do ano ter sido de absoluta adversidade e fora de todos os padrões de trabalho na Universidade, tentou-se manter a sustentabilidade na execução de recursos para que fossem fomentadas a manutenção dos acadêmicos vulneráveis, o apoio à possibilidade de acesso às atividades remotas e virtuais (com a publicação de edital para subsidiar a aquisição de aparelhos eletrônicos) e das atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão, além de ações de manutenção da Universidade. Ressalta-se que esta tarefa foi concluída a contento, pois, à medida do possível, foram aplicados recursos em programas internos e a execução total do recurso disponibilizado à Universidade.

Em relação aos desafios para o próximo exercício, destacam-se a necessidade de se manter e aprimorar a sustentabilidade de execução dos recursos no decorrer do exercício, diante do cenário macroeconômico, e estar resiliente às mudanças que forem apresentadas no decorrer do exercício, priorizando o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da Universidade. Também se apresenta como fator primordial o refinamento da transparência na execução de recursos, pois é fator essencial para que seja maximizada a eficiência e para que seja possibilitado cada vez mais o controle social.

Diretriz 4.7 - Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente

Com esta Diretriz, a Universidade Federal do Tocantins busca realizar a gestão de seu corpo docente de maneira integrada com a legislação que normatiza a matéria, a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, institui o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, assim a UFT busca realizar a gestão de seu corpo docente de maneira integrada com a legislação que normatiza a matéria. Tais ações visam a dar maior cumprimento e eficiência por meio da informatização dos processos de gestão de pessoas em conjunto com a carreira docente.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram:

Programa de informatização e sistematização em gestão de pessoas: Foi realizada a inclusão de estagiários da UFT no Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (Sisref) para acompanhamento de frequência on-line. A inclusão envolveu a atualização de lotações no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) por meio do qual cerca de 60 estagiários foram vinculados aos câmpus da Universidade. Elaborou-se ainda o Manual de Orientações e Instruções de

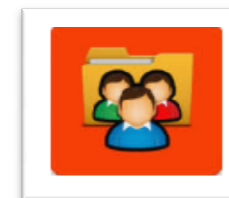


Fig: [portaldeservicos.economia](#).

acesso ao sistema para pagamento de substituição via Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe). A partir de 21/08/2020, as demandas de pagamentos de substituição de função (CD/FG/FUC) passaram a ser protocoladas apenas via requerimento pelo site [sigepe.gov.br/](#).



Figura: Logo UFNT

Apoio técnico ao processo de transição da Universidade Federal do Norte do Tocantins: Foram realizados treinamentos aos servidores da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT) por desmembramento dos Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis, nos processos relativos à folha de pagamento, como contribuição no processo de transição das atividades para a Instituição. O treinamento foi realizado de forma on-line durante 2 meses, para cerca de 6 servidores vinculados às Unidades de Gestão de Pessoas e objetivou desenvolver competência técnica para a análise e efetivação de pagamentos de substituições de funções comissionadas, dentre outros.

Modernização do sistema de progressão, promoção e avaliação docente: Foram realizadas reuniões virtuais junto aos representantes das Pró-reitorias e Superintendência de Tecnologia de Informação para tratar da criação do Sistema de Gestão das Carreiras-SIGIC. Verificou-se, junto à STI, a viabilidade da articulação entre os sistemas de gestão utilizados pela UFT, como exemplo: GPU, CUBO, para carga automática do SIGIC. Iniciou-se a elaboração das normas



Fig: <https://www.altenrecrute.fr/>

e fluxos relativos aos procedimentos de operacionalização; e, por fim, criou-se efetivamente o sistema.



A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como positivo, em especial na informatização de vários processos de gestão de pessoas, como a Implantação de frequência eletrônica dos estagiários da Universidade, que deixou de ser realizada em formato físico e passou a ser feita de forma totalmente on-line.

Não foi possível alcançar o cumprimento total desta diretriz em virtude da não participação de outras unidades que também possuem ingerência sobre o alcance da meta.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em relação aos desafios previstos para 2020, foi criado, em parceria com a STI, o Sistema de Gestão Institucional das Carreiras da UFT (SIGIC/UFT), e será integrado à automatização do Plano Individual de Trabalho/Relatório Individual de Trabalho (PIT/RIT) que está em andamento na Pró-reitoria de Graduação.

Os desafios para 2021 consistem na efetivação do projeto de preparação para aposentadoria regulamentado neste exercício, bem como na continuação das ações que visem à modernização do sistema de progressão, promoção e avaliação docente.

Diretriz 4.8 - Coerência entre o Plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo

Com esta diretriz, a Universidade Federal do Tocantins busca realizar a gestão de seu corpo técnico-administrativo de maneira integrada com a legislação que normatiza a matéria, a Lei n° 11.091, de 12 de janeiro de 2005. As ações vinculadas a esta diretriz buscam integrar os princípios constantes no plano de carreiras dos servidores com a gestão praticada no âmbito da Universidade, tais como: qualidade dos processos de trabalho, vinculação ao planejamento estratégico e desenvolvimento organizacional da UFT, dentre outros.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Relação Aluno de Tempo Integral / Funcionário Equivalente (RAF) e Índice de afastamento técnico por questões de saúde.**

Relação Aluno de Tempo Integral / Funcionário Equivalente (RAF): O indicador relação Aluno de Tempo Integral / Funcionário Equivalente mensura o quantitativo de alunos de tempo integral por funcionário equivalente.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, obtiveram-se os seguintes resultados: 2016 (7,29) 2017 (8,86), 2018 (8,05), 2019 (8,63) e em 2020 (8,89).

Houve um pequeno crescimento do indicador se comparado ao ano de 2019, com uma variação de 3%. Esta variação pode ser explicada pelo aumento do número dos Alunos em Tempo Integral (ATIs), já que o número de funcionários equivalentes teve um crescimento pequeno, mas que reduziu o impacto da variação positiva do ATI.

O crescimento do ATI é resultante do aumento do número de alunos matriculados de pós-graduação *Stricto sensu* (Apg) e de residência médica (Ar), bem como do aumento do número de alunos de graduação de tempo integral (AgTI), que são componentes primários do indicador mencionado.

Índice de afastamento técnico por questões de saúde: O indicador Índice de afastamento técnico por questões de saúde mensura o total de dias de afastamento do trabalho de técnicos administrativos por questões de saúde no exercício, do próprio servidor e para acompanhamento familiar.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, obtiveram-se os resultados nos anos: 2018 (5,89), 2019 (8,59), e em 2020 (5,30) (BASE DE DADOS – SIAPE/SIE), havendo uma redução do índice em comparação com os outros anos. O resultado pode ser justificado pelas suspensões parciais das perícias médicas que ocorreram no período em razão da pandemia da Covid-19, que refletiram na redução de licenças homologadas nos sistemas que serviram de base para o lavamento deste indicador.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram:

- **Elaboração do Projeto de Educação** para aposentadoria dos servidores técnicos e docentes: O projeto passou por discussões e regulamentação junto às áreas competentes, visando à integração entre os aspectos legais, de saúde e qualidade de vida, bem como a metodologia a ser utilizada. O objetivo foi elaborar uma proposta que proporcione a aplicação de pesquisa de demanda com o público-alvo, para que a partir daí possam ser definidos os temas de interesse a serem tratados. A proposta é que o projeto passe a ser efetivado no próximo exercício.
- **Implantação do Programa Descentralizar** para Otimizar: Foram realizados manuais e treinamentos com as unidades de gestão de pessoas dos 5 câmpus da Universidade para gerência do cadastro e pagamento dos estagiários da UFT, bem como o acompanhamento da frequência de forma totalmente on-line e otimizada por meio do Sisref.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como positivo, considerando o percentual de cumprimento de quase totalidade das tarefas propostas.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, foram utilizados recursos humanos da UFT sem gastos adicionais.

Em relação aos desafios previstos para 2020, alguns foram alcançados parcialmente como o Programa de Educação para Aposentadoria dos servidores da UFT, que foi elaborado apenas o projeto, em virtude das mudanças no regime de trabalho para *home office*, que demandaram a execução de ações inicialmente não propostas. Apesar disso, as demais

tarefas foram cumpridas em sua totalidade como o desenvolvimento do Sistema de Gestão Institucional das Carreiras da UFT- SIGIC/UFT, um instrumento que garante rapidez, facilidade e eficiência na gestão das carreiras, possibilitando acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, não descuidando da confidencialidade, autenticidade e a integridade das informações. Esse sistema compreenderá também a carreira técnica- administrativa no quesito estabilidade do servidor.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - Garantir condições para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Diretriz 5.1 - Dimensionar as necessidades de instalações administrativas, salas de aula, auditórios, salas de professores, espaços para atendimento aos alunos, infraestrutura da CPA, gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral – TI, instalações sanitárias, bibliotecas, de laboratórios de informática, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, dos espaços de convivência, de alimentação e de esporte e lazer;

O processo de formação de profissionais é influenciado pelas condições proporcionadas pela infraestrutura. Sendo assim, as condições podem ser um facilitador do processo de desenvolvimento do discente.

O ensino se desenvolve em espaços onde a infraestrutura é de suma importância para o bom desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, devendo, portanto, proporcionar qualidade, conforto e eficiência, para seus usuários. Desenvolver ações para valorização do ensino significa oferecer recursos técnicos que viabilizem a implantação e/ou a recuperação da infraestrutura de espaços como salas de aula, salas de vídeo, laboratórios, auditórios, ambientes para estudo, etc.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de espaços institucionais.**

Este indicador mensura a evolução do quantitativo de espaços institucionais em todos os câmpus da Universidade, considerando: N° de salas de aula, N° de bibliotecas, N° de salas administrativas, N° de salas de coordenações de curso, N° de salas de apoio acadêmico, N° de salas de docentes, N° de salas de reuniões, N° de gabinetes de trabalho, N° de auditórios, N° de instalações sanitárias, N° áreas de convivência, N° de vestiários, N° de laboratórios de informática, N° de laboratórios específicos, N° de áreas de lazer, N° de estações experimentais, N° de restaurante universitário, N° de cantinas.

O Indicador apresentou a seguinte evolução do número de espaços institucionais pelos anos: 2018, 1.547 espaços, ano de 2019, 1.893 espaços e, em 2020, 1.927 espaços institucionais.

Conforme a próxima tabela “Número de espaços institucionais por câmpus no ano de 2020”, o indicador cresceu ao longo dos anos e de 2019 para 2020 aumentou em 1,79%. Esta variação é decorrente da alteração da distribuição e crescimento dos espaços nos Câmpus de Palmas e Tocantinópolis. Houve crescimento do número de espaços para: salas de aula, salas de docentes, laboratórios de informática, laboratórios específicos, cantinas, vestuário e sanitários.

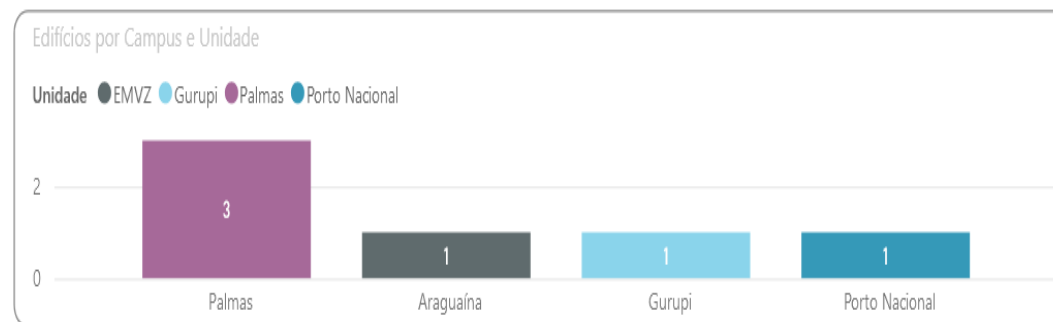
Os Câmpus de Arraias e Porto Nacional permaneceram com a mesma quantidade de espaços que havia no ano de 2019. Já os Câmpus de Araguaína, Gurupi e Miracema não informaram se houve alteração em seus espaços institucionais no ano de 2020, de modo que foi mantido aqueles referentes ao ano de 2019.

As alterações dos quantitativos ocorridas para o Câmpus de Palmas ocorreram em virtude do funcionamento do Complexo de Nutrição, prédio do Mestrado em Saúde, divisões de sala de aula visando à economicidade em virtude da redução do quantitativo de alunos no decorrer dos semestres letivos e readequações de infraestruturas, visando a atender às necessidades atuais da comunidade acadêmica e administrativa. Não foram considerados na contagem as edificações nas quais funcionam serviços da Reitoria. Já as alterações do Câmpus de Tocantinópolis estão ligadas à utilização/ocupação da Unidade Babaçú, o que produziu um redimensionamento na utilização dos espaços físicos da Instituição, com consequente alteração dos indicadores em relação aos anos anteriores.

O acréscimo no número de laboratórios e de espaços institucionais entre 2018 e 2020 ocorreu com o aproveitamento de ambientes já existentes, que tiveram sua finalidade/uso/área alterados conforme a necessidade de cada câmpus.

Não houve, em 2019, ampliações significativas das instalações voltadas a essas finalidades, uma vez que as limitações orçamentárias inviabilizaram a retomada das 6 obras paralisadas anteriormente. Também, no ano de 2020, não houve construção/entrega de novos ambientes voltados a essas finalidades, uma vez que as obras executadas nesse período ainda se encontram pendentes de conclusão, que ocorrerão apenas em 2021.

Distribuição de Obras Paralisadas



Fonte: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA em Relatório de áreas construídas/projetadas UFT (disponível em: bit.ly/relatorioareasconstruidasuft)

Indicação das Obras Paralisadas

Quadro de áreas por Câmpus

Câmpus	Edifício	Área Edificada - PROJETADA	Área Edificada - A CONSTRUIR	Edifícios
Araguaína	BL. S. AULA 3PAV. ALA 1	3.690,68	3.690,68	1
Gurupi	BIBLIOTECA	2.744,96	2.744,96	1
Palmas	COMP. LAB. 4 - ARTES FILOSOF.	969,52	969,52	1
Palmas	COMP. LAB. 5 - ENG. ELÉTRICA	969,52	969,52	1
Palmas	COMP. LAB. 6 - CAMPUS	969,52	969,52	1
Porto Nacional	BIBLIOTECA	2.744,96	2.744,96	1
TOTAL		12.089,16	12.089,16	6

Fonte: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA em Relatório de áreas construídas/projetadas UFT (disponível em: bit.ly/relatorioareasconstruidasuft)

Número de espaços institucionais por câmpus no ano de 2020

CÂMPUS	Araguaína	Arraias	Gurupi	Miracema	Palmas	Porto Nacional	Tocantinópolis	UFT
Áreas de Lazer	5	1	1	2		3	0	12
Auditórios	9	1	4	2	2	1	1	20
Biblioteca	3	1	1	1	1	1	1	9
Cantinas	3	1	1	1	14	1	0	21
Coordenações de curso	20	7	5	4	25	11	5	77
Estação Experimental	1	0	2	0	1	0	0	4
Instalações Sanitárias	57	24	47	12	112	44	42	338
Laboratórios de Informática	8	3	3	1	5	1	2	23
Laboratórios Específicos	96	12	72	8	175	58	6	427
Restaurante Universitário	2	0	1	0	1	1	0	5

Continua

Salas Administrativas	30	25	17	20	79	16	30	217
Salas de Apoio Acadêmico	7	8	10	1	27	1	5	59
Salas de Aula	76	27	30	19	161	38	20	371
Salas de Reunião	5	3	3	1	7	0	4	23
Salas para Docentes	53	20	74	23	63	44	20	297
Vestuário	3	2	0	1	14	2	2	24
TOTAL	378	135	271	96	687	222	138	1927

Fonte: Diplan / Direção de câmpus.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram: A 5.1.1.1- Definir padrões mínimos de qualidade e ocupação para os espaços administrativos; 5.1.1.2. Projetar e construir novo(s) prédio(s) visando a atender de forma adequada ao(s) setor(es) administrativo(s) da UFT e áreas para armazenamento de materiais e insumos da UFT; 5.1.1.3. Elaborar e implementar projetos de reforma e/ou ampliação e/ou adequações das estruturas físicas, de forma a atender adequadamente ao setor administrativo; 5.1.1.3. Elaborar e implementar projetos de reforma e/ou ampliação e/ou adequações das estruturas físicas, de forma a atender adequadamente ao setor administrativo; 5.1.10.4. Projetar e construir espaços visando a atender de forma adequada à necessidade de prática de esportes para o desenvolvimento das práticas esportivas, de cultura e de lazer nos câmpus universitários; 5.1.2.3. Definir padrões mínimos de qualidade e ocupação para as salas de aula; 5.1.2.4. Viabilizar reformas/ampliações /adequações de salas de aula de forma a atender aos padrões exigidos; 5.1.4.2. Projetar e construir espaços visando a atender de forma adequada à Casa para Estudantes Universitários nos câmpus da UFT; 5.1.4.3. Viabilizar reformas e/ou adequações dos espaços para funcionamento da Casa do Estudante; 5.1.5.1. Viabilizar adequações de espaços que permitam funcionar adequadamente a CPA; 5.1.7.1. Adequação das instalações sanitárias às pessoas com necessidades especiais de acordo com a NBR 9050; 5.1.8.1. Projetar e construir espaços visando a atender de forma adequada às bibliotecas dos Câmpus de Araguaína (Cimba e EMVZ), Tocantinópolis, Miracema, Gurupi, Porto Nacional e Arraias; 5.1.9.3. Projetar e construir espaços visando a atender de forma adequada aos Laboratórios de Pesquisa dos câmpus da UFT.

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como abaixo do esperado, uma vez que as execuções das ações no ano foram prejudicadas pela circunstância causadas pela pandemia da Covid-19, bem como pela limitação orçamentária para a retomada das obras paralisadas. Dessa forma, as ações desenvolvidas no período foram voltadas às melhorias/adequações de espaços já existentes na Universidade.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica é: Ausência de dimensionamento da capacidade física instalada.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 5.1.1.1- Definir padrões mínimos de qualidade e ocupação para os espaços administrativos; A 5.1.2.3. - Definir padrões mínimos de qualidade e ocupação para as salas de aula; A 5.1.3.1 - Definir padrões mínimos de qualidade e ocupação para as salas de professores; A 5.1.4.1 - Definir padrões mínimos de qualidade e ocupação para os espaços de atendimento aos alunos; e A 5.1.10.5 - Fazer estudo para redefinir e maximizar a utilização dos espaços físicos, visando a atender a demandas de espaços de convivência nos câmpus.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 5.736.441,72, que foram utilizados nas seguintes ações: A 5.1.1.2 – Projetar e construir prédios(s) a atender ao(s) setor(es) administrativo(s) da UFT (R\$ 1.697.460,12); A5.1.8.1 – Projetar e construir espaços visando a atender de forma adequada às bibliotecas dos câmpus (R\$ 1.115.492,33); A 5.1.9.3 – Projetar e construir espaços visando a atender de forma adequada a Laboratórios de Pesquisa dos câmpus da UFT (R\$ 2.923.489,27).

Em relação aos desafios previstos em 2020, foram desenvolvidas ações voltadas à racionalização de uso da estrutura instalada de forma a tornar a utilização dos espaços existentes mais compatíveis com a necessidade/dimensões das turmas em sala de aula.

Os desafios para o próximo exercício consistem em continuar a melhoria e ampliação da infraestrutura oferecida à comunidade acadêmica de todos os câmpus, apesar da grande restrição orçamentária. Esse cenário indica a necessidade de agir em duas frentes: I) retomada das obras paralisadas, com ampliação das instalações destinadas às atividades-fim; II) Ampliar as ações de racionalização de uso da estrutura instalada de forma a tornar a utilização dos espaços existentes mais compatível com a necessidade/dimensões das turmas em sala de aula.

Diretriz 5.2 - Dimensionamento de ações de modernização do sistema de biblioteca da UFT (serviços e informatização via internet, consulta e reserva), informatização do acervo, etc

Esta diretriz consiste em promover o acesso às informações por meio de seu acervo, e também pelo repositório institucional (RI/UFT), para inclusão de teses, dissertações artigos científicos, monografias de graduação e pós-graduação *lato sensu*, comunicações, conferências, livros, capítulos de livros, acervo fotográfico, produções culturais e projetos em geral, produzidos pelos membros da comunidade acadêmico científica da UFT.

Os indicadores de desempenho que contribuem com a mensuração dos resultados desta diretriz são: **Número de acessos ao sistema de Bibliotecas; Número de atualizações realizadas.**

Número de acessos ao sistema de Bibliotecas: O indicador mede o quantitativo de acessos ao sistema de Biblioteca da UFT.

O indicador apresentou os resultados:

Número de acessos ao sistema de Bibliotecas

Número de acessos ao sistema de biblioteca da UFT	
Ano	Quantidade
2017	187.370
2018	168.105
2019	169.283
2020	18.030

Fonte: SIE/Prograd/UFT.

No quadro acima, foi observada uma redução, em função da suspensão das atividades presenciais na Universidade, de 89% no acesso aos produtos informacionais do Sistema de Bibliotecas.

Ainda é preciso mensurar estimativamente em torno de 10% sobre os relatórios do SIE/Biblioteca de empréstimo, devolução, renovação do balcão de atendimento e via *Web* como forma de mensurar o acesso, pois não há ferramentas para gerar estatística de acesso e *downloads* do Repositório Institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Biblioteca Digital de Monografias, Sistema de elaboração de fichas catalográficas eletrônicas e acesso ao meu espaço no Portal de Biblioteca, já solicitado junto à Superintendência de Tecnologia da Informação.

Número de atualizações realizadas no Sistema de Biblioteca da UFT: O indicador mede o quantitativo de atualizações realizadas no sistema de Biblioteca da UFT

O indicador apresentou os resultados:

Número de atualizações realizadas no Sistema de Biblioteca da UFT

Número de atualizações realizadas no Sistema de Biblioteca da UFT	
Ano	Quantidade
2017	31
2018	47
2019	79
2020	42

Fonte: SIE/STI/UFT.

Foi observada uma redução significativa das atualizações realizadas nas ferramentas de tecnologias da Informação do Sistema de Biblioteca (Sisbib) na disponibilização de acesso à informação, por conta da suspensão das atividades presenciais e, conseqüentemente, redução do acesso ao Portal de Bibliotecas e a outras ferramentas de disponibilização da informação. No entanto, deve-se mencionar a disponibilização do SIE Web Bibliotecas, que permitiu a prestação de serviços como a emissão da certidão de nada consta de pendências de material bibliográfico nas bibliotecas que integram o Sisbib, do mesmo modo a emissão de relatório do sistema para atendimento a demandas como inventário, consulta à situação dos usuários e configuração do calendário, para não geração de multa enquanto durar a suspensão das atividades por conta da pandemia da Covid-19.

Outro serviço implantado que impactou diretamente no fluxo dos serviços das bibliotecas foi o processo eletrônico de Solicitação de Diplomas, implantado pela Pró-Reitoria de Graduação e viabilizado como ferramenta de tecnologia da Superintendência de Tecnologia da Informação. Nas Bibliotecas foram implementados o fluxo de emissão do Nada consta eletrônico, que passou a ser emitido no próprio processo, referente à pendências de material bibliográfico, e, ainda, o Nada Consta eletrônico de TCC/Tese/Dissertação, mediante anexo da última versão do trabalho com a folha de aprovação, termo de autorização para publicação no Repositório Institucional da UFT (RIUFT) e Ata de defesa, todos digitalizados e anexados ao processo. Neste sentido, foram emitidos aproximadamente 2.200 nada consta via Processo Eletrônico de Solicitação de diplomas.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 podem ser observadas no quadro a seguir:

Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 5 – Diretriz 5.2

Diretriz 5.2: Dimensionamento de ações de modernização do sistema de biblioteca	
Ação	Descrição
5.2.1.2. Alimentar as teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de fluxo para receber, remotamente e via e-mail, as teses e dissertações das bibliotecas e inseri-las no RIUFT entre outros esclarecimentos. Desde o início dos trabalhos em <i>home office</i>, o RIUFT recebeu 168 trabalhos por meio das bibliotecas locais ou diretamente pelos programas de mestrado/doutorado. Foram inseridos 156 trabalhos, ou 93% do que foi recebido. Há apenas 12 trabalhos com pendências e todos os programas estão cientes destas.
5.2.1.3. Melhoria nos relatórios estatísticos de acesso no Repositório Institucional da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT	<ul style="list-style-type: none"> Realização de abertura e acompanhamento das alterações visuais dos relatórios para que se tornem mais claros e interativos visualmente para os usuários do RIUFT, infelizmente não viabilizado na sua integridade.
5.2.1.1. Gerenciamento do	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação do acesso ao acervo é feita diretamente no site

Continua

Repositório Institucional da UFT – RIUFT e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	<p>do Repositório: <http://repositorio.uft.edu.br>. E por meio de participação em Palestras, seminário e outros eventos que possibilitem a divulgação das metodologias de trabalhos e ações desenvolvidas para consolidação do RIUFT.</p> <ul style="list-style-type: none"> Estamos indexados no Portal oasisbr - Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto - oasisbr é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a Universidades e Institutos de pesquisa brasileiros. Por meio do oasisbr, é possível também realizar buscas em fontes de informação portuguesas: <http://oasisbr.ibict.br/vufind/> e <http://oasisbr.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=uft&type=AllFields&filter%5B%5D=institution%3A%22UFT%22> Estamos indexados também: <i>La Red Federada de Repositorios Institucionales de Publicaciones Científica - LA Referencia da visibilidad a la producción científica de las instituciones de educación superior e investigación de América Latina, promueve el Acceso Abierto y gratuito al texto completo, con especial énfasis en los resultados financiados con fondos públicos:</i> <http://www.lareferencia.info/es/>
5.2.1.5. Contatar coordenações e secretarias de Pós- graduação para levantamento, seleção e coleta das teses e dissertações, defendidas na UFT	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de um fluxo on-line contínuo junto aos secretários e coordenadores de Programas de Pós-graduação para garantir agilidade e atendimento aos procedimentos de publicação no RIUFT.
5.2.1.6. Acompanhar a inclusão/alimentação do Repositório Institucional junto às Bibliotecas da UFT	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento, junto às bibliotecas que compõem o Sisbib, de um ponto focal para contato, recebimento e envio de documentos digitais para a inclusão no RIUFT, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Biblioteca Digital de Monografias (BDM), com produção de relatório semestral.

Fonte: Naus; Coleta/Prograd.

Em relação à avaliação do desempenho do percentual de cumprimento da diretriz, considerou-se que as ações realizadas alcançaram um percentual satisfatório em referência aos objetivos propostos para esta diretriz para o ano de 2020.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica foi a baixa adesão ao repositório institucional motivada pela falta de conhecimento da comunidade acadêmica sobre este serviço institucional.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram a criação de um plano de comunicação e divulgação do repositório institucional e o acesso aberto para toda a

comunidade. Além disso, os programas especiais em educação e os cursos de graduação e pós-graduação foram orientados a disponibilizar a produção técnica e científica dos docentes no repositório. Foi desenvolvido um plano de capacitação para a utilização do repositório institucional para toda a comunidade para que a mesma possa obter os benefícios da disponibilização desse material digital.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em referência aos desafios para o ano de 2020, considera-se que, com maior compreensão acerca da importância do Repositório Institucional, os indicadores de acesso e alimentação de dados serão ampliados desde que sejam atendidas às solicitações pendentes na STI que perpassam desde ferramentas de acessibilidades, melhorias no relatório estatístico, atualização na versão e melhoria e dinamização do *layout* de apresentação.

Os desafios para o próximo exercício consistem em: Implantar o Sistema de gestão dos serviços de produtos das bibliotecas, a integração do ecossistema de divulgação da produção científica da UFT com os acervos físicos e digitais, aquisição de acervo digital para atender aos cursos de graduação presenciais e EaD; licenciatura, bacharelado e tecnológico, a criação de uma biblioteca digital institucional de *e-books* adquiridos por compra de licença perpetua e *e-books* de acesso aberto, principalmente das editoras universitárias.

Diretriz 5.3 - Dimensionar ações para a atualização do acervo bibliográfico

Esta diretriz consiste em orientar a equipe da Coordenação do Sistema de Bibliotecas (CSISBIB), para a elaboração e acompanhamento do plano de atualização do acervo bibliográfico da UFT.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é pautado no **número de títulos adquiridos**.

O indicador mede o quantitativo de títulos adquiridos e incorporados ao sistema de Biblioteca da UFT.

O indicador apresentou os resultados:

Quantitativo do acervo e Número de títulos adquiridos por ano

ANO	ACERVO		AQUISIÇÃO	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
2017	90194	234.316	-	-
2018	92.022	242.810	1.315	8.882
2019	92.717	246.137	695	3.327
2020	92.835	246.657	118	520

Fonte: SIE/Prograd/UFT

A aquisição foi reduzida em 2020 devido à publicação de Instrução Normativa do Governo Federal cancelando os empenhos de restos a pagar (RAP), os quais foram liberados apenas no final do mês de setembro de 2020, não tendo tempo hábil para todas as aquisições previamente estabelecidas e empenhadas. De qualquer forma, as aquisições foram realizadas no ano de 2020 para pagamento no ano de 2021, seguindo as orientações da Portaria 02 de 02 de dezembro de 2020 (Capítulo II, parágrafo 3).

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 podem ser observadas no quadro seguinte.

Principais ações desenvolvidas – 2020 – Eixo 5 – Diretriz 5.3

Diretriz 3: Dimensionar ações para atualização do acervo	
Ação	Descrição
5.3.1.3. Aquisição de acervo impresso e digital	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de assinatura de <i>Target Gedweb</i> ABNT de acesso a livros técnicos, científicos, profissionais de qualidade e normas da ABNT reconhecidas nacionalmente, para atendimento a alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, presencial e EaD, professores e TAE's Treinamento de uso da plataforma digital de acesso aos livros técnicos, científicos e profissionais destinados ao atendimento aos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, presencial e EaD, professores e TAE's Aquisição emergencial de acervo físico destinado ao atendimento ao curso de Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis, que estava sob diligência do MEC.
5.3.3.3. Estabelecer o cronograma efetivo de reuniões do Comitê Gestor das Bibliotecas; conforme regimento que estabelece duas reuniões por ano.	<ul style="list-style-type: none"> Realizada reunião do Comitê Gestor do Sisbib com todos os bibliotecários por <i>web</i> videoconferência em junho e dezembro/2020.
5.3.1.4. Elaborar diretrizes para uma política institucional de preservação e conservação dos acervos	<ul style="list-style-type: none"> Criação de comissão de Bibliotecário para elaboração da Política de Preservação e Conservação das Coleções de acervos da UFT.
5.2.3.2. Implantar o Sistema de Bibliotecas (Sisbib) na sua integridade, fortalecendo os trabalhos dos setores especializados	<ul style="list-style-type: none"> Criação da comissão de Bibliotecários para elaboração da Política de Indexação dos acervos bibliográficos da UFT. Criação da comissão de Bibliotecários para atualização do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmico-Científicos da UFT de acordo com a atualização das normas da ABNT e os cenários institucionais de padronização do formato de apresentação de seus trabalhos acadêmicos.

Fonte: Naus; Coleta/Prograd.

Em relação à avaliação das ações, identificou-se que o processo de aquisição de acervo digital precisa ser mais bem instruído para efetivar a assinatura e disponibilizá-lo para a comunidade acadêmica.

Não existem eventos de risco mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

Em referência aos desafios propostos para o ano de 2020, consideram-se alcançados, ainda que parcialmente, aquisição por assinatura anual da *Target Gedweb* ABNT de acesso a livros técnicos, científicos, profissionais de qualidade e normas da ABNT reconhecida nacionalmente para disponibilização aos usuários nos câmpus da Instituição, com acesso por meio de faixa de Ips, que ficou comprometido em função da suspensão das atividades presenciais nos câmpus. No entanto, há consolidação de ações do trabalho realizado junto ao Comitê Gestor do Sisbib, treinamento e orientações para a comunidade acadêmica para acesso ao Portal de Periódicos da Capes, constituição de comissão especializada para elaboração da Política de preservação e conservação das coleções bibliográficas da UFT com a participação da Museóloga da Secretaria de Educação do Governo do Tocantins, a comissão especializada para elaboração da Política de Indexação das coleções de acervos bibliográficos da UFT. E, ainda, a criação da comissão especializada para atualização do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmico-Científicos da UFT de acordo com a atualização das normas da ABNT e os cenários institucionais de padronização do formato de apresentação de seus trabalhos acadêmicos.

Conforme as informações apresentadas no Quadro “Principais Ações desta Diretriz 5.3”, o desafio para o próximo exercício consiste na aquisição de acervo impresso e digital. Foi identificado que o processo de aquisição de acervo digital (*e-books*) se faz urgente e, precisa de melhor orientação na instrução dos processos nos setores responsáveis para efetivar a assinatura e disponibilização à comunidade acadêmica e a disponibilização de recursos orçamentários e financeiros para aquisição.

Diretriz 5.4 - Ampliar os recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

De acordo com o PDI 2016/2020, esta diretriz abrange a prestação de serviços continuados de telefonia, internet e sistema de gestão. Inclui também segurança de dados no âmbito da UFT e desenvolvimento de soluções de TI em software.

A STI atua na prestação de serviços à comunidade universitária. Oferece toda a infraestrutura em telefonia, internet e manutenção da plataforma SIE/Asten, gerindo os respectivos contratos. Desde 2017, a STI vem implantando solução em nuvem própria para armazenamento de dados dos setores da Reitoria e instruindo os câmpus a fazerem o mesmo.

Cabe também à STI promover a atualização do parque tecnológico (hardware e software), o que não tem sido realizado a contento devido a restrições orçamentárias.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de investimentos em TI.**

Este indicador mensura a porcentagem do valor total do orçamento de capital (investimento) da UFT que é aplicada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de investimentos em TI.**

Este indicador mensura a porcentagem do valor total do orçamento de capital (investimento) da UFT que é aplicada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, obteve-se os resultados: ano de 2016 (9,68%), ano de 2017 (4,67%), ano de 2018 (9,15%), ano de 2019 (0%) e no ano de 2020 (5,55%).

O indicador demonstra a aplicação de recursos na aquisição ou substituição de equipamentos que compõem o parque tecnológico da Universidade, em especial de equipamentos de informática e de comunicação.

Houve a aplicação de 5,55% dos recursos executados com investimento, além de outros recursos extraorçamentários que não compõem o presente indicador. A aplicação, apesar de insuficiente, mostra que há uma preocupação em atualizar o parque tecnológico, uma vez que em 2019 não houve esse tipo de investimento e que a obsolescência destes equipamentos carece de constantes recursos para mitigar os impactos da não atualização das máquinas.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz pela STI, no ano de 2020, foram:

- Melhorias realizadas nos processos do módulo de RH do SIE
- Aquisições de equipamentos de TI com eficiência
- Garantia da manutenção dos serviços de telefonia (Fixa)
- Garantia da manutenção dos serviços de telefonia (Móvel)
- Garantia da manutenção dos serviços continuados para o Sistema de Informações para o Ensino (SIE)
- Renovação de contrato STFC
- Renovação de contrato SMP
- Renovação de contrato de *link* de internet
- Garantia da manutenção dos serviços das Centrais Telefônicas

Todo o trabalho da STI é referenciado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), conforme previsto pelo Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto 7.579/2011.

O PDTI é aprovado pelo Comitê de Governança Digital (CGD), e tem periodicidade bianual.

A STI considera o resultado positivo considerando a pequena equipe disponível em seus setores e a alta demanda pelos serviços de TI, entre as tarefas não foram totalmente concluídas, pode-se elencar a falta de recursos financeiros, falta de demandas devidamente sólidas nos setores de origem e principalmente readequação das atividades devido à pandemia.



O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica é: Desastre em TI – perda de informação ou hardware central. A tecnologia é a parte integrante e indispensável de qualquer organização, pública ou privada, por permitir a gestão de dados e conhecimento de uma maneira nunca antes possível. O avanço, no entanto, não vem desacompanhado de desafios e perigos, dentre eles a perda de informação sendo dos mais importantes.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos são:

A. 5.4.1.2 – Garantir a segurança dos dados da Universidade

Para garantir a segurança de dados da UFT, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) começou pelo básico: propôs e obteve homologação do Comitê Gestor de TI (CGTI) de uma Política de Segurança da Informação (PSI).

A PSI prevê normativas e diretrizes relacionadas a: correio eletrônico institucional; gestão de senhas; gestão de sistemas; substituição e atualização tecnológica de computadores; uso de recursos de redes. Com a Política, a STI tem um *modus operandis* para lidar com diversos tipos de dados e situações.

Além de possuir a PSI, a STI conta com recursos para garantir a segurança física dos dados da Universidade:

- Gerência de dados gravados em um *storage* exclusivo para *backup*.
- Uso de sistema de *backup* redundante em fita magnética.
- Além das duas medidas anteriores, que estão localizadas nas instalações da STI, existe ainda um sistema de *backup* fora das instalações físicas da Superintendência, porém dentro da Universidade.
- Gerador de energia com sistema automatizado de inicialização para suprir possíveis falhas da rede elétrica, garantindo assim a disponibilidade de informações e integridade dos ativos de rede, pois o mesmo sistema que supre eletricamente os equipamentos também alimenta o sistema de arrefecimento.
- *Firewall* com a função de proteger o tráfego de dados na rede de serviços da UFT, identificando e limitando o acesso de internos e externos à Instituição.

Essas medidas visam a garantir que, na eventualidade de qualquer intercorrência na base de dados da UFT, haja fontes alternativas preservando os dados constantemente.

Os sistemas visam a garantir o banco de dados do SIE/Asten (maior base de dados da UFT), serviços como Alfresco, Portais do Aluno, da Biblioteca e do Professor e qualquer outro serviço hospedado em servidores da STI.

Novas legislações sobre os temas de proteção de dados e sua gestão irão entrar em vigor, necessitando rever como fazemos segurança da informação da UFT e as implantações de novas rotinas de gestão de dados irão demandar demasiadas horas de estudos e trabalhos em todas as áreas de TI da UFT.

A 5.4.1.12 – Migrar base de dados da Universidade para nuvem própria

Iniciando pela Reitoria, a STI, em 2017, passou a utilizar uma tecnologia diferente para lidar com a informação produzida pelos servidores da Instituição. Utiliza-se agora uma ferramenta capaz de suportar uma nuvem própria, acessada pelos servidores da UFT através do Sistema de *Login* Unificado (SLU). Apesar de um servidor poder acessar seus arquivos até mesmo a partir de sua residência, por uma conexão com a internet, os arquivos e dados não estão disponíveis numa nuvem pública, mas numa nuvem própria da UFT.

O processo de migração dos dados de uma para outra plataforma alcançou cerca de 75% da Reitoria em 2019. Além da Reitoria, o processo foi estabelecido nas Gerências de RH dos câmpus da UFT.

A STI tinha como meta em 2020 alcançar 100% da migração na Reitoria e iniciar a disponibilização para demais setores administrativos dos câmpus. Devido ao quadro de saúde mundial, a meta para 2020 não foi alcançada, porém também não foi paralisada, tendo um crescimento módico de 5% durante esse período, também foram continuadas as manutenções e atendimentos requisitados pelos setores que já foram contemplados. A nova meta para 2021 é concluir a Reitoria e ofertar a todos os setores dos câmpus UFT.

Entre os principais desafios da STI para 2021 estão:

- Buscar capacitar a equipe de TI da UFT para que ela possa atender melhor e mais efetivamente a toda a comunidade da UFT.
- Uniformização e implantação de indicativos do sistema Naus e seus novos módulos em desenvolvimento.
- Obtenção de recursos para a atualização do parque tecnológico da Universidade, que está começando a ter equipamentos fora da vida útil.
- Elaboração e proposições normativas relacionadas à TI para apreciação e aprovação do CGD, após indicações de possíveis alterações na legislação que rege a composição do CGD, pode-se ter reforços para os debates no comitê.
- Retomada da integração das estações de trabalho através de domínio interno.
- Continuar a implantação de Gestor centralizado de *Logs* de sistemas, para maior segurança dos usuários.

Desafios Realizados em 2020:

- Desenvolvido o Sistema de banco de horas docente.
- Incorporados relatórios do SIE na Intranet da UFT
- Atualizada plataforma dos Periódicos da UFT
- Atualizada plataforma do UFTDocs
- Atualizada plataforma do Sistema de *Login* Unificado da UFT - SLU
- Atualizada plataforma de avaliação da CPA
- Implantados novos módulos no portal da UFT

- Criado GPU – Extensão em testes finais para implantação em 2021 Disponibilizados serviços na internet através da plataforma SIE/Asten.
- Elaboração e proposição de normativas relacionadas à TI para apreciação e aprovação do CGD.
- Integração das estações de trabalho através de domínio interno – Reitoria e iniciado testes nos câmpus.
- Implantação de Gestor centralizado de *Logs* de sistemas, para maior segurança dos usuários.
- Seguindo com a evolução do Sistema de Controle Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO).
- Prosseguindo com a evolução do Sistema de Ingresso na Graduação (SIGRAD)

Diretriz 5.5 - Dimensionar ações para a manutenção de Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas

As ações de manutenção destes espaços são de responsabilidade de cada câmpus universitário. Estes espaços estão organizados de acordo com as necessidades de cada curso e também com a demanda das atividades, assegurando condições de qualidade em relação à iluminação, limpeza, mobiliário, ventilação adequada, almoxarifado, depósito de materiais e quantidade dos equipamentos.

Os serviços de conservação das instalações gerais e dos equipamentos são mantidos através da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento integrado de manutenção predial. Além disso, houve a manutenção dos extintores de incêndios que incluem os laboratórios e ambientes de prática didática, através de contratação de empresa especializada na Manutenção dos Serviços de Recarga e Manutenção de Extintores de Incêndio.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de laboratórios.**

Este indicador mensura o número de laboratórios específicos que a Universidade possui.

O Indicador apresentou a seguinte evolução do número de laboratórios pelos anos: ano de 2018, 327 laboratórios (14 Laboratórios de Informática e 313 Laboratórios Específicos); ano de 2019, 416 laboratórios; e em 2020, 450 laboratórios; conforme se demonstra na tabela a seguir:

Número de laboratórios da Universidade no ano de 2020

Câmpus	Araguaína	Arraias	Gurupi	Miracema	Palmas	Porto Nacional	Tocantinópolis	UFT
Laboratórios de Informática	8	3	3	1	5	1	2	23
Laboratórios Específicos	96	12	72	8	175	58	6	427
TOTAL	104	15	75	9	180	59	8	450

Fonte: Diplan / Direção de câmpus.

O indicador cresceu ao longo dos anos e de 2019 para 2020 aumentou em 8,17%. Esta variação é decorrente da alteração da distribuição e crescimento dos espaços nos Câmpus de Palmas e Tocantinópolis. Houve crescimento do número de espaços nesses câmpus, bem como para laboratórios de informática e específicos.

Os Câmpus de Arraias e Porto Nacional permaneceram com a mesma quantidade de espaços que havia no ano de 2019. Já os Câmpus de Araguaína, Gurupi e Miracema não informaram se houve alteração em seus espaços institucionais no ano de 2020, de modo que foram mantidos aqueles referentes ao ano de 2019.

As alterações dos quantitativos ocorridas para o Câmpus de Palmas ocorreram em virtude do funcionamento do Complexo de Nutrição, prédio do mestrado em saúde, divisões de sala de aula visando à economicidade em virtude da redução do quantitativo de alunos no decorrer dos semestres letivos, e readequações de infraestruturas, visando a atender às necessidades atuais da comunidade acadêmica e administrativa. Não foram consideradas na contagem as edificações nas quais funcionam serviços da Reitoria. Já as alterações do Campus de Tocantinópolis estão ligadas à utilização/ocupação da Unidade Babaçú, o que produziu um redimensionamento na utilização dos espaços físicos da Instituição, com consequente alteração dos indicadores em relação aos anos anteriores.

Considera-se o desempenho deste indicador como satisfatório, uma vez que houve a ampliação do indicador na ordem de 8,17% em relação ao ano anterior. Entretanto, cabe a ressalva de que este indicador pode ser melhorado significativamente nos próximos anos caso haja recursos de capital disponíveis para a retomada das obras paralisadas de complexos laboratoriais e salas de aula.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são: Ausência de Controle de acesso, condições de armazenamento de produtos perigosos/produtos químicos controlados, desvio de produtos perigosos/produtos químicos controlados para fins ilícitos e contingenciamento orçamentário.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 5.5.1.2. Elaborar regimento de controle, armazenagem de produtos perigosos e controlados, A 5.5.1.5. Viabilizar a certificação e credenciamento de laboratórios para prestação de serviços à comunidade.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz.

O desafio para o próximo exercício permanece ainda o mesmo de 2019, que é estabelecer exercício consistente na aprovação das normas institucionais de segurança, funcionamento e utilização dos laboratórios.

Diretriz 5.6 - Estabelecer as diretrizes quanto à elaboração de projetos, edificações e ambientes administrativos, de ensino, pesquisa, extensão e de convivência da UFT

Na busca pela melhoria do ensino através da readequação dos ambientes, a UFT fez no ano de 2016 uma adaptação do Manual de Ambientes Didáticos para Graduação, elaborado pela Universidade de São Paulo (USP), de autoria de Manoel Rodrigues Alves e colaboração de Karin Maria S. Chivatal e Paulo César Castral. Em 2019, foi elaborada uma revisão do documento e publicação no portal da UFT.

SAIBA MAIS

Manual de Ambientes Didáticos para Graduação. Maiores informações no *link*:

<https://docs.uft.edu.br/share/s/NQN3-RMKQv68BXtRNF6Wqw>

O manual apresenta de maneira direta e sucinta recomendações e diretrizes que devem estar presentes na qualificação dos espaços didáticos, além de exemplificar formas de aplicá-las. Sendo assim possível a transformação dos espaços até mesmo por pequenas ações voltadas à requalificação dos espaços didáticos da Universidade.

O documento introduz conceitos que deverão ser adotados como ponto de partida na definição dos ambientes didáticos, auxiliando na concepção e execução dos projetos de engenharia e arquitetura, apresenta-se, portanto, como uma ferramenta que deve ser usada em conjunto com os parâmetros já definidos pelos órgãos regulamentadores, compilando recomendações próprias, procedimentos e normas existentes, de forma a se constituir como um guia referencial para a readequação dos espaços de ensino, salas de aula, laboratórios, auditórios e outros ambientes de ensino são aqui abordados observando aspectos da configuração espacial, em relação à adequação ao tipo de uso e atividades didáticas propostas e do conforto ambiental dos usuários.

Também como forma de complementação destas normatizações, a UFT está em elaboração do caderno de encargos que tem como objetivo a uniformização dos procedimentos para execução de obras e serviços de Engenharia na Universidade Federal do Tocantins.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Metros quadrados projetados e em andamento.**

Este indicador mensura o quantitativo em M² projetados e em andamento dentro das diretrizes quanto à elaboração de projetos, edificações e ambientes.


Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, ano de 2016 (4.340 m²), 2017 (7.350,17 m²), 2018 (9.778,70m²), 2019 (360 m²) e 2020 (1.383,52). Percebe-se uma significativa redução de novas áreas projetadas nos últimos anos (2017-2020), com sinais de retomada de crescimento desse indicador no ano de 2020.

Essa redução é explicada, em parte, pelo fato de que não houve demanda por obras novas nesse período, mas, também, por redirecionar as ações da Coordenação de Engenharia e Arquitetura para atender a demandas de projetos de reformas/adequações e regularizações de edificações às normas de combate a Incêndio de edificações já existentes, portanto não computadas no indicador desta diretriz.

Entretanto, a ampliação do indicador no ano de 2020 diz respeito à elaboração dos projetos de Laboratório de Gastronomia do Câmpus de Arraias (76,50 m²); Reforma para adequação do RU/Cantina do Câmpus de Miracema (160,87 m²); Laboratório de Fabricação Digital (FABLAB) no Câmpus de Palmas (225,00 m²); NIT Câmpus de Palmas (225,00 m²); Reforma da UFT Centro do Câmpus de Porto Nacional (696,15 m²).

Considera-se o desempenho deste indicador como satisfatório na medida em que o esforço da equipe foi redirecionado para outras demandas necessárias de regularização de edificações já existentes, podendo ser melhorado nos próximos anos, havendo recursos de capital disponíveis.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram: A 5.6.1.1. Implementar em todos os projetos os padrões de acessibilidade definidos nas NBR 9050/2004 e NBR 15575-1; A 5.6.1.3. Elaborar Manual de Ambientes Didáticos da Universidade com diretrizes para *layout*, equipamentos, conforto térmico e acústico dos ambientes da universidade, estabelecer, entre outras questões, o espaço mínimo necessário de circulação entre as carteiras.

 O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica é: Inadequações dos projetos de infraestrutura com as diretrizes legais para acessibilidade universal.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 5.6.1.1 – Implementar em todos os projetos os padrões de acessibilidade definidos nas NBR 9050/2004 e NBR 15575-1; A 5.6.1.2 - Elaborar e implementar Plano Institucional de Ações para cumprimento das exigências da Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e A 5.6.1.5 - Estabelecer políticas que visem a definir as diretrizes quanto à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação e manutenção de edificações da UFT, considerando a sustentabilidade financeira e ambiental.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à Diretriz.

O desafio em 2020 consistiu em continuar a melhoria e ampliação da infraestrutura oferecida à comunidade acadêmica de todos os câmpus, apesar da grande restrição orçamentária.

Dessa forma, os esforços desta ação foram direcionados a melhorias em edifícios/prédio já existentes na Universidade.

Em relação aos desafios previstos para 2020, foram alcançados: a Revisão do Manual de Ambientes Didáticos da Universidade com diretrizes para *layout*, equipamentos, conforto térmico e acústico dos ambientes da Universidade, estabelecer, entre outras questões, o espaço mínimo necessário de circulação entre as carteiras.

O desafio para o próximo exercício consiste em finalizar o caderno de encargos, possibilitando o aprimoramento na qualidade de novos projetos elaborados pela UFT, em consonância com a melhoria e ampliação da infraestrutura oferecida à comunidade acadêmica de todos os câmpus.

Diretriz 5.7 - Planejar de forma racional a ocupação dos câmpus, e viabilizar a concessão de área, avaliação e regularização de imóveis

As ações referentes a esta diretriz visam a buscar a organização dos espaços da Instituição e o planejamento para a ocupação racional, preconizando o conceito de sustentabilidade.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de ocupação dos câmpus e percentual de imóveis regularizados.**

Percentual de ocupação dos câmpus: Este indicador mede o percentual de ocupação da área total edificada dos câmpus acumulada até o exercício.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, ano de 2016 (0,815%) 2017 (0,901 %), 2018 (1,015 %), 2019 (1,032%) e 2020 (1,063%). O indicador tem apresentado uma evolução gradativa, tendo como instrumento básico do processo de planejamento o Plano Diretor de cada câmpus.

Percentual de imóveis regularizados: O indicador mede o percentual de imóveis da Universidade que estão com a concessão de área, avaliação e regularização de imóveis.

Não houve regularização de imóveis no período de 2016 ao ano de 2020.

O crescimento da ocupação dos câmpus deve ser elaborado em conformidade com a legislação vigente e de acordo com parâmetros de plena sustentabilidade para orientar a implantação da política de desenvolvimento, de ordenação, de expansão e de infraestrutura urbana de toda a Universidade. Neste sentido, é uma ação de desenvolvimento plurianual.

Ao buscar a execução da ação da referida diretriz para o Câmpus de Palmas foi detectado que este se encontra instalado em uma área cujo parcelamento urbano ainda não foi efetivado, sendo a área considerada uma gleba. Em razão disso, os técnicos da Prefeitura Municipal orientaram inicialmente para elaboração de um Plano de Ocupação, estabelecendo diretrizes de expansão, arruamento, áreas verdes, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, de modo a aprová-lo no Instituto de Planejamento.

Em seguida, este Plano deverá ser transformado em lei junto à Câmara Municipal e, somente após essa etapa, será possível entrar com os processos de Alvará de Aceite para os edifícios anteriores ao ano de 2012. E aprovação de projeto, seguido de habite-se, para as construções mais recentes.

A estrutura física do Câmpus de Palmas e dos demais câmpus é semelhante à organização espacial de uma cidade, com arruamentos, calçadas, passeios de pedestre, edifícios concentrados por atividades afins (salas de aula, laboratórios, blocos administrativos e de serviços) e áreas verdes.

O Plano Diretor visa a assegurar as condições para o desenvolvimento e a plena realização das atividades relacionadas às missões e à produção da Universidade através de infraestrutura, segurança, informação, qualidade ambiental e demais questões necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades da Universidade.

Em 2019, foram feitas ainda as avaliações dos imóveis de todos os câmpus da Universidade (PDI 5.7.1.2.) e encaminhadas à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para atualização bianual dos registros naquele órgão. Portanto, não houve a necessidade de realizá-las em 2020.

Considera-se o desempenho deste indicador como satisfatório à medida em que, mesmo com as restrições orçamentárias impostas pelo cenário atual, ainda houve uma tímida ampliação da taxa de ocupação dos câmpus.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2020 foram a continuação da Elaboração do Plano Diretor socioambiental em todos os câmpus (PDI A 5.7.1.4) que vem sendo executado/implementado no decorrer dos últimos anos.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 12.516,54, que foram utilizados na seguinte ação: A 5.7.1.1 - Viabilizar o processo de regularização dos imóveis da UFT para regularização do terreno/registro cartorial do terreno destinado à construção do Hospital Universitário de Palmas

Em relação aos desafios previstos para 2020, não foi alcançada a criação da Comissão para elaboração do novo Plano Diretor do Câmpus de Palmas, composta por membros da equipe técnica da Prefeitura Universitária, do curso de Arquitetura e Urbanismo (pelo menos um docente da área de Urbanismo) da Universidade, um representante de cada câmpus e um representante da Reitoria, com o intuito de apresentar uma proposta de ordenamento espacial, traduzida no Plano Diretor Urbanístico, para que seja dado início aos trâmites de regularização que se fizerem necessários.

O processo de construção de um Plano Diretor Urbanístico tradicional já carrega em seu arcabouço um processo participativo entre equipe técnica, comunidade e equipe de gestão, a fim de se planejar um cenário de ampliação de médio/longo prazo dentro das intenções e desejos de todos os grupos envolvidos na construção/ocupação da Universidade. Dessa forma, trata-se de um processo que não se limita às ações de um ano, estendendo-se por um

período maior. Além disso, as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 dificultaram a implantação da Comissão, bem como a utilização das estratégias convencionais de participação e construção do Plano Diretor junto à comunidade.

Os desafios para o próximo exercício consistem em retomar a criação da Comissão, visando a realizar os trâmites de regularização que não foram executados no ano anterior.

Diretriz 5.8 - Promover ações voltadas à Sustentabilidade Ambiental

A UFT, através da Resolução do Conselho Universitário nº 06, de 14 de março de 2018, aprovou a atualização do seu Plano de Logística Sustentável (PLS). O PLS/UFT propõe projetos e ações que visam a construir um meio ambiente sustentável do ponto de vista dos recursos naturais, dos recursos humanos, dos recursos materiais, e da promoção da qualidade de vida entre aqueles que convivem nos câmpus da UFT, distribuídos pelo Estado do Tocantins.

Os PLSs são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

O PLS/UFT organiza suas gestões e ações em três eixos, a saber: a) Gestão Energética; b) Gestão de Arquitetura de Paisagem; c) Gestão de Saneamento Ambiental.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de ações do PLS desenvolvidas.**

Este indicador mensura a quantidade de ações do PLS que foram desenvolvidas durante o ano.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores: no ano de 2018 foram executadas 2 ações, em 2019 foram executadas 4 ações e em 2020 foram executadas 5 ações.

Os dados apontam numa perspectiva histórica de curto prazo e um crescimento, no período, das ações desenvolvidas para a promoção de sustentabilidade ambiental.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram a Construção de 5 usinas fotovoltaicas nos câmpus distribuídas da seguinte forma:

- a) Araguaína/CIMBA (92,2 kWp);
- b) Araguaína/EMVZ (51,83 kWp);
- c) Arraias/Buritizinho (110,88 kWp);
- d) Porto Nacional (92,4 kWp);
- e) Tocantinópolis/Babaçu (55,44kWp).

A Unidade avalia o desempenho do percentual de cumprimento da diretriz como satisfatório e compatível com os planos da Universidade de mudar sua matriz energética gradualmente para uma alternativa mais sustentável ambiental-economicamente.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 194.990,00 oriundos de Emenda Parlamentar destinada à Universidade, que foram utilizados no pagamento dos reajustes contratuais do fornecimento e instalação dos equipamentos das usinas fotovoltaicas. Cabe a ressalva que no orçamento de 2019 foram empenhados e investidos cerca de R\$ 4.262.774,58 com essas benfeitorias. Também foi empenhado em 2020, o valor de R\$ 737,28 (Custeio) destinado à ação A 5.8.1.10 – Viabilizar licenciamento ambiental para a Universidade e, o valor de R\$ R\$ 122.076,98 (Capital) destinado à ação A 5.8.1.9 - Implantação de energia solar do câmpus – Equipamentos.

Em relação aos desafios previstos para 2020, foram alcançadas a implementação/conclusão de 5 usinas fotovoltaicas nos câmpus do interior. Foram iniciadas, em 2020, mas se encontram ainda em fase de finalização as Usinas de Miracema e Gurupi. A ampliação da Usina instalada e em funcionamento no Câmpus de Palmas também foi iniciada em 2020, com previsão de conclusão em 2021.

Os desafios para o próximo exercício consistem em concluir a instalação das usinas fotovoltaicas de Miracema, Gurupi e a ampliação da Usina de Palmas.

Diretriz 5.9 - Planejar e implementar os serviços continuados para a manutenção das atividades

A implementação dos serviços continuados na Universidade busca melhorar o controle, a eficiência, qualidade, sustentabilidade ambiental e redução de gastos, considerando o Plano de Gestão e Logística Sustentável da UFT.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Percentual de recursos orçamentários destinados às ações de manutenção da Universidade¹⁴.**

O indicador Percentual de recursos orçamentários destinados às ações de manutenção da Universidade mensura o percentual de recursos destinados às ações de manutenção da Universidade.

Também mede a eficiência da gestão em diminuir os custos correntes para manutenção das atividades-meio da Universidade, em relação ao valor total de recursos de custeio discricionários executados.

¹⁴ Este mesmo indicador também é o utilizado na diretriz 4.6.

Em relação ao desempenho do indicador, seguem os resultados (este indicador começou a ser acompanhado a partir do ano de 2018): em 2018 o resultado foi (63,87%), em 2019 foi (62,11%) e em 2020 foi (54,60%).

O indicador revela um decréscimo de 7,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2019. A diferença em maior grau, deu-se, sobretudo, em razão da pandemia, que paralisou todas as atividades da Universidade, além das reduções em determinadas despesas terem sido mais evidentes neste exercício, por causa de investimentos em ações para redução de despesas correntes (energia elétrica, vigilância físico-patrimonial, etc).

Considera-se o desempenho deste indicador como insatisfatório. Apesar de haver a manutenção de todos os contratos continuados em funcionamento, para tal, houve a necessidade de adequar a prestação de serviços/números de postos de cada contrato aquém do necessário para manter os padrões de qualidade e manutenção necessários para evitar a degradação da estrutura física instalada. O efeito dessa redução expressiva nos recursos de manutenção em 2020 foi atenuado pela condição de funcionamento das atividades devido à pandemia da Covid-19, havendo, portanto, uma demanda menor nas rotinas dos contratos (que já se encontram deficitários em relação ao adequado para o funcionamento mínimo planejado).

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à diretriz no ano de 2019 foram: a manutenção de todas as ações planejadas no EIXO nº 5 - Infraestrutura Físicas do PDI 2016-2020 com os devidos ajustes ao orçamento disponibilizado no PDO de 2020.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica são: Deterioração dos imóveis, Falta de segurança nos edifícios levando a roubos.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram: A 5.9.1.14 Garantir a manutenção predial - Promover a manutenção permanente das Instalações Físicas, A 5.9.1.6 Garantir o Serviço Continuado de Vigilância Físico-Patrimonial e Humana (armada e desarmada).

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante de recursos de custeio utilizado por parte da Prefeitura foi de R\$ 24.625.127,39 utilizados nas seguintes ações: A 5.9.1.11 Garantir a Manutenção dos Serviços de Fornecimento de Água e Esgoto – câmpus e Casas dos Estudantes (R\$ 641.169,38); A 5.9.1.13 - Serviço de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva de Elevadores e Plataformas Elevatórias para pessoas com deficiência (R\$ 366.329,40); A 5.9.1.14 - Promover a manutenção permanente das Instalações Físicas - Manutenção Predial (R\$ 5.544.395,86); A 5.9.1.2 - Garantir o Fornecimento de Energia Elétrica para os câmpus da UFT (R\$ 3.812.033,20); A 5.9.1.23 - Garantir a Manutenção dos Serviços de Apoio Administrativo por meio de contratação de Recepcionistas para a Reitoria e câmpus da UFT (R\$ 1.011.890,41); A 5.9.1.5 - Garantia de serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação (R\$ 6.701.568,52); A 5.9.1.6 - Garantia de serviços continuados de Vigilância Físico-Patrimonial e Humana, armada e desarmada, (R\$ 4.071.717,92); A 5.9.1.8 - Garantia de serviços continuados de Mão de obra especializada em Apoio Técnico-Operacional terceirizado com fornecimento de materiais (R\$ 2.307.864,80); A 5.9.1.9 - Garantir a Manutenção de Serviços de Vigilância Eletrônica (R\$ 65.839,90); A 5.9.1.16 Garantir a manutenção dos serviços de dedetização (R\$ 102.318,00).

Outros valores empenhados na Diretriz 5.9 para ações de Custeio, destinados à STI, foram: A 5.9.1.18 - Garantir a Manutenção dos Serviços de Conexão à Internet: Valor autorizado PDO2020 R\$148.515,91. Despesas Empenhadas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) R\$134.650,00 (Despesas em Arraias e Araguaína); A 5.9.1.19 - Garantir a Manutenção dos Serviços de Telefonia Fixa: Valor Autorizado PDO2020 R\$215.229,27. Despesas Empenhadas SIAFI R\$118.770,00; A 5.9.1.20 - Garantir a Manutenção dos Serviços de Telefonia Móvel: Valor Autorizado PDO2020 R\$ 210.558,72. Despesas Empenhadas SIAFI R\$ 166.195,00; A 5.9.1.21 - Garantir a Manutenção dos Serviços Continuados do Sistema Integrado para o Ensino (SIE): Valor Autorizado PDO2020 R\$ 426.060,48. Despesas Empenhadas SIAFI R\$ 405.280,00; Total inicial do PDO (Autorizado): R\$ 1.000.364,38; Total empenhado: R\$ 824.895,00.

Em relação aos desafios previstos para 2020, foi alcançada a garantia da prestação de serviços continuados com qualidade à comunidade acadêmica em face da necessidade de constante redução de gastos.

O desafio para o próximo exercício, como proposto em 2020, consiste em garantir a manutenção da prestação de serviços continuados com qualidade à comunidade acadêmica em face da necessidade de constante redução de gastos.

Diretriz 5. 10 - Dimensionar e fortalecer a infraestrutura externa

As ações referentes a esta diretriz visam à melhoria da infraestrutura da área externa da Universidade e compreendem ações para a melhoria da iluminação externa, saneamento, sistema de drenagem, cabeamento dos prédios, trânsito e a urbanização dos câmpus.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **m² Construídos no Ano.**

O indicador mede o quantitativo em metros quadrados que foram construídos durante o ano, sendo a somatória dos M² construídos em todas as obras da Universidade.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, enquanto em 2018 foram construídos 14.701,32 m², em 2019 esse número foi reduzido para 1.816,76 m². Em 2020, o indicador foi a 0,00 m², uma vez que não houve conclusão de nenhuma obra nova.

A obra da Reitoria, única retomada em 2019/2020, encontra-se com sua segunda etapa licitada e em fase de assinatura de contrato, com previsão de conclusão apenas para 2021.

As principais ações desenvolvidas e relacionadas à Diretriz no ano de 2020 foram a realização dos processos licitatórios para as seguintes obras que deverão ser concluídas em 2021: 2ª Etapa da Reitoria; Construção de Galpão de Máquinas no Câmpus de Gurupi; Construção da Biblioteca do Câmpus de Gurupi; Construção do espaço para implantação do Núcleo de Inovação e Tecnologia no Câmpus de Palmas; Construção do Laboratório de Gastronomia no Câmpus de Arraias; Construção do Complexo Laboratorial do Curso de Teatro no Câmpus de Palmas; Construção do espaço para implantação do Laboratório de Fabricação Digital (FABLAB) no Câmpus de Palmas.



Os eventos de riscos mapeados relacionados a esta diretriz estratégica é a interrupção das obras por falta de orçamento para sua conclusão e o vencimento de contratos das obras interrompidas e que serão retomadas.

As ações selecionadas para a mitigação de riscos foram a realização dos processos licitatórios e assinatura de novos contratos para a retomada das obras interrompidas e/ou retomadas.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à diretriz, uma vez que houve apenas os processos licitatórios para a retomada das obras no ano de 2020.

Os desafios para o próximo exercício permanecem os mesmos do exercício anterior: consistem na ampliação de melhorias na infraestrutura externa dos câmpus em um cenário de limitação orçamentária.

Diretriz 5.11 - Dimensionar e fortalecer a infraestrutura na área de saúde

As ações referentes a esta diretriz visam a promover ações para viabilizar a melhoria da infraestrutura do hospital e de espaços de ensino e de pesquisa na área das Ciências da Saúde.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Metros quadrados construídos na área da saúde.**

Este indicador mensura o quantitativo acumulado, até o exercício, em metros quadrados construídos destinados a área de saúde.

Soma-se ainda as áreas relativas às reformas dos edifícios do Centro de Ciências da Saúde do Câmpus de Araguaína, proveniente da incorporação da estrutura da antiga Fundação de Medicina Tropical do Tocantins (Funtrop), que foi doada pelo Governo Estadual à UFT e faz parte da estrutura física ligada ao curso de Medicina daquele câmpus.

Em relação ao desempenho do indicador, comparado aos anos anteriores, em 2018 a área construída destinada à área da saúde foi de 16.972,63 m², em 2019 passou a 20.898,35m², devido ao acréscimo de áreas do CCS de Araguaína. Já em 2020 não houve ampliação de novas áreas destinadas à área da saúde, permanecendo os mesmos patamares do ano anterior.

Considera-se o desempenho deste indicador como insatisfatório, uma vez que não houve nenhum acréscimo de área construída destinada à área de Saúde no período.

Não existem eventos de riscos mapeados nesta diretriz.

Não há ações de mitigação de riscos previstas para esta Diretriz.

Relativo aos valores despendidos na execução desta diretriz, o montante¹⁵ empenhado de recursos de custeio foi de R\$ 246.091,25, que foram utilizados nas seguintes ações: A 5.11.2.1 – Garantir a Manutenção dos hospitais (R\$ 144.000,00), e A 5.11.2.1 – Garantir a Manutenção do hospital veterinário (R\$ 102.091,25).

O desafio para o próximo exercício permanece o mesmo do exercício anterior, que consiste na constante ampliação de melhorias na infraestrutura em todos os câmpus que dispõem de cursos na área da saúde.

Diretriz 5.12 - Dimensionar as necessidades de fiscalização da execução de contratos de obras e serviços

Nas obras e serviços públicos, a fiscalização reveste-se de grande importância social, pois os recursos públicos devem ser utilizados seguindo os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

A gestão e a fiscalização eficiente e eficaz dos contratos constituem fator primordial para o alcance dos melhores resultados da contratação. Os agentes públicos envolvidos, especialmente o fiscal e o gestor do contrato, devem ter conhecimento aprimorado das regras jurídicas e procedimentais que regulam a execução contratual, bem como ter clareza sobre as suas responsabilidades e competências.

Na Administração Pública, os contratos mais comuns que são firmados com particulares são os contratos de obras públicas, contratos de prestação de serviço e os que envolvem fornecimento.

O indicador de desempenho que contribui com a mensuração dos resultados desta diretriz é: **Número de contratos de serviços continuados e número de obras em execução.**

Número de contratos de serviços continuados: O indicador Número de contratos de serviços continuados mensura o quantitativo de contratos de serviços continuados que a Universidade possui, a fim de mensurar as necessidades de fiscalização destes contratos.

Em relação ao desempenho do indicador comparado aos anos anteriores, ano de 2017 (22 contratos), 2018 (32 contratos), 2019 (32 contratos) e 2020 (31 contratos), reduzindo o nº de contratos em relação ao ano anterior.

Número de obras em execução: O indicador Número de obras em execução mensura o quantitativo de obras em andamento na Universidade.

¹⁵ As informações foram extraídas do painel do PDO disponibilizado pela Diretoria de Orçamento. Elas não aparecem diretamente ligadas à Prefeitura Universitária porque são conduzidas diretamente pelos Câmpus Universitários de Palmas e Araguaína.

Em relação ao desempenho do indicador, comparado aos anos anteriores, o número de obras em andamento por ano foram: no ano de 2016 (13 obras), 2017 (07 obras), 2018 (02 obras), 2019 (03 obras) e em 2020 (07 obras).

A distribuição das obras em execução no ano de 2020, distribuídas entre obras novas e de reformas, foi da seguinte forma:

Obras Novas:

- Fiscalização do contrato de obra referente à Reitoria no Câmpus de Palmas (OBRA NOVA);

Reformas:

- 3P, Arraias-TO: Readequação de Fossa e Sumidouro (Sem área);
- Biblioteca, Palmas-TO: Reforma do Telhado, Área: (3.158,23 m²).
- Anfiteatro Bloco G, Palmas-TO: Adequação de cobertura Área: (1.700,00 m²).
- Casa do Estudante, Tocantinópolis-TO: Readequação do Espaço e Construção, Área: (862,47 m²)

- Campo e Quadra poliesportiva, Tocantinópolis-TO: Revitalização do espaço e construção, Área: (2.952,00 m²);
- Casa do estudante, Arraias: Readequação de Fossa (sem área).

Considera-se o desempenho deste indicador como satisfatório, uma vez que houve a constância da prestação de serviços e fiscalização dos contratos continuados em relação ao ano anterior, bem como a ampliação da fiscalização de obras, advinda dos novos contratos firmados com essa finalidade.

O evento de risco mapeado relacionado a esta diretriz estratégica é: Baixo desempenho nos serviços de manutenção predial.



A ação selecionada para a mitigação do risco foi: A 5.12.1.2. Fiscalizar serviços executados nos câmpus.

Não houve valor despendido para a execução das ações vinculadas à Diretriz

Os desafios para o próximo exercício permanecem os mesmos do exercício anterior: consistem na manutenção da fiscalização dos contratos de serviços continuados, finalizar a fiscalização das obras que encerrarem em 2020/2021.



3.3 Desempenho das áreas especiais da gestão

3.3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento da Universidade Federal do Tocantins em 2020 foi inicialmente aprovado em duas Unidades Orçamentárias (UOs). O Orçamento autorizado na UO 26251 – Fundação Universidade Federal do Tocantins foi de R\$ 340.389.066,00, e na UO 93230 – Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa o valor de R\$ 31.954.434,00. Houve ainda destinação de recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual 2020 para a unidade 26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins, proveniente de divisão da UFT e sob tutoria da Universidade, no valor de R\$ 526.243,00. Assim, o orçamento total foi de R\$ 372.869.743,00, conforme apresentado na coluna dotação inicial total da tabela a seguir.



No decorrer do ano, foram realizadas suplementações e remanejamentos orçamentários entre Grupos de Natureza de Despesas (GNDs), assim, o valor efetivamente disponibilizado totalizou R\$ 401.307.716,00, conforme mostra a coluna dotação atualizada total no quadro abaixo. O valor empenhado foi de R\$ 388.473.664,92, ou seja, execução de 96,80%, em relação ao valor atualizado. Das despesas empenhadas, 93,64% foram liquidadas, e do valor liquidado 94,04% foram efetivamente pagos. Quanto às despesas executadas em Restos a Pagar, essas serão abordadas no subtítulo “Execução de Restos a Pagar”.

Cabe destacar que os valores apresentados neste capítulo se referem a créditos orçamentários da UFT, excetuando-se, os recursos provenientes de descentralizações para execução na UFT.

Crédito Orçamentário - LOA 2020+RAP

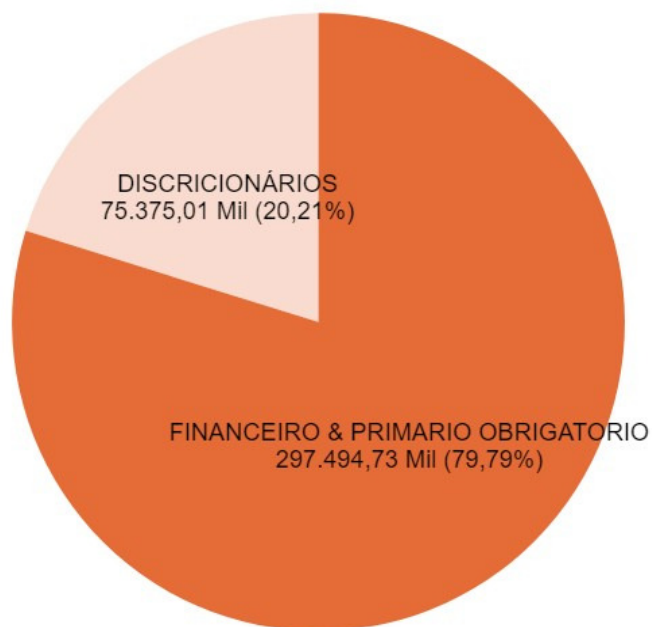
Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS
4 INVESTIMENTOS	3.036.377,00	8.636.377,00	7.963.944,40	592.962,42	397.972,42	1.449.724,66	1.449.724,66
3 OUTRAS DESPEAS CORRENTES	89.220.723,00	85.562.783,00	79.594.599,02	62.245.065,29	59.391.164,01	14.284.229,53	14.256.851,11
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	280.612.643,00	307.108.556,00	300.915.121,50	300.915.121,50	282.279.143,86		
Total	372.869.743,00	401.307.716,00	388.473.664,92	363.753.149,21	342.068.280,29	15.733.954,19	15.706.575,77

Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021).

3.3.1.1 Dotação Inicial por Grupo de Despesa (Em milhões)

O gráfico abaixo mostra a dotação orçamentária, conforme sancionada na LOA (2020), separada por Resultado Lei. Em destaque, estão os recursos que compõem os recursos para pagamento de despesas com pessoal, em que estão inseridas as despesas obrigatórias de pessoal (Resultado Lei Primário Obrigatório e Financeiro) e demais despesas que são despesas com pessoal, mas não são incluídas no grupo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Mais detalhes no item “Despesas Obrigatórias com Pessoal”.

DOTACAO INICIAL POR TIPO DE RECURSO (Resultado Lei)

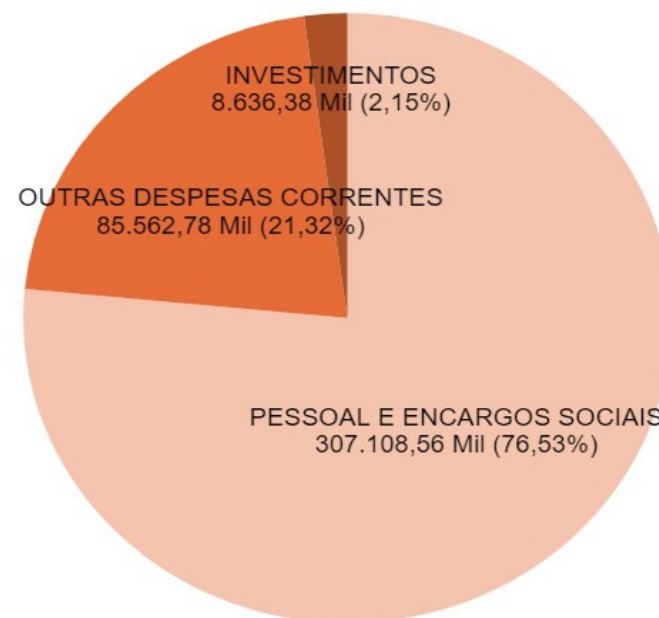


Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021)

3.3.1.2 Dotação Atualizada por Grupo de Despesa 2020(Em milhões)

O gráfico seguinte mostra a dotação após suplementações e alterações orçamentárias entre os GNDs. Entre as movimentações mais relevantes, destaca-se a alteração orçamentária de 5,6 milhões do crédito orçamentário relativo a despesas com custeio para aplicação na área de investimento. Houve também acréscimo de 9,1% do valor inicial do grupo de despesas obrigatórias (Pessoal e Encargos Sociais), necessários ao pagamento da folha do exercício de 2020.

DOTACAO ATUALIZADA por Desc Grupo Despesa

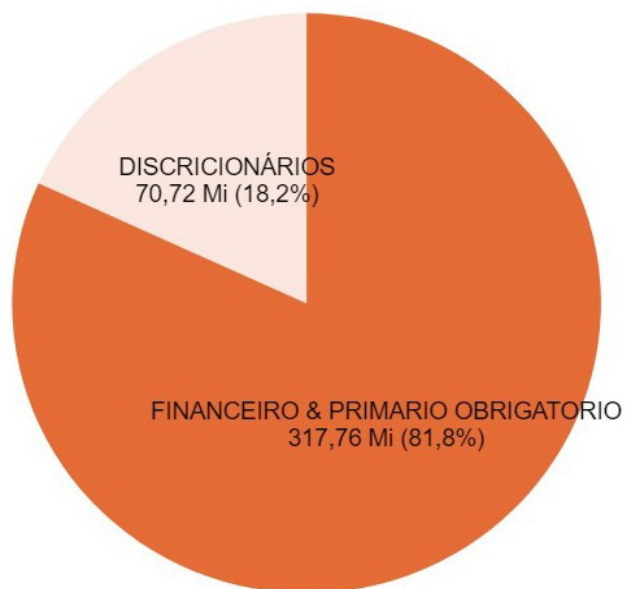


Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2020).

3.3.1.3 Despesas obrigatórias com Pessoal

No grupo de despesas obrigatórias com Pessoal, que se engloba tanto despesas com o Grupo de Despesas 1 (Pessoal e Encargos Sociais) quanto no Grupo de Despesas de Outras Despesas Correntes, totalizou-se o valor de R\$ 317.755.641,48 de despesas empenhadas ao final do exercício, o que representa 81,8% de todo o valor empenhado em LOA.

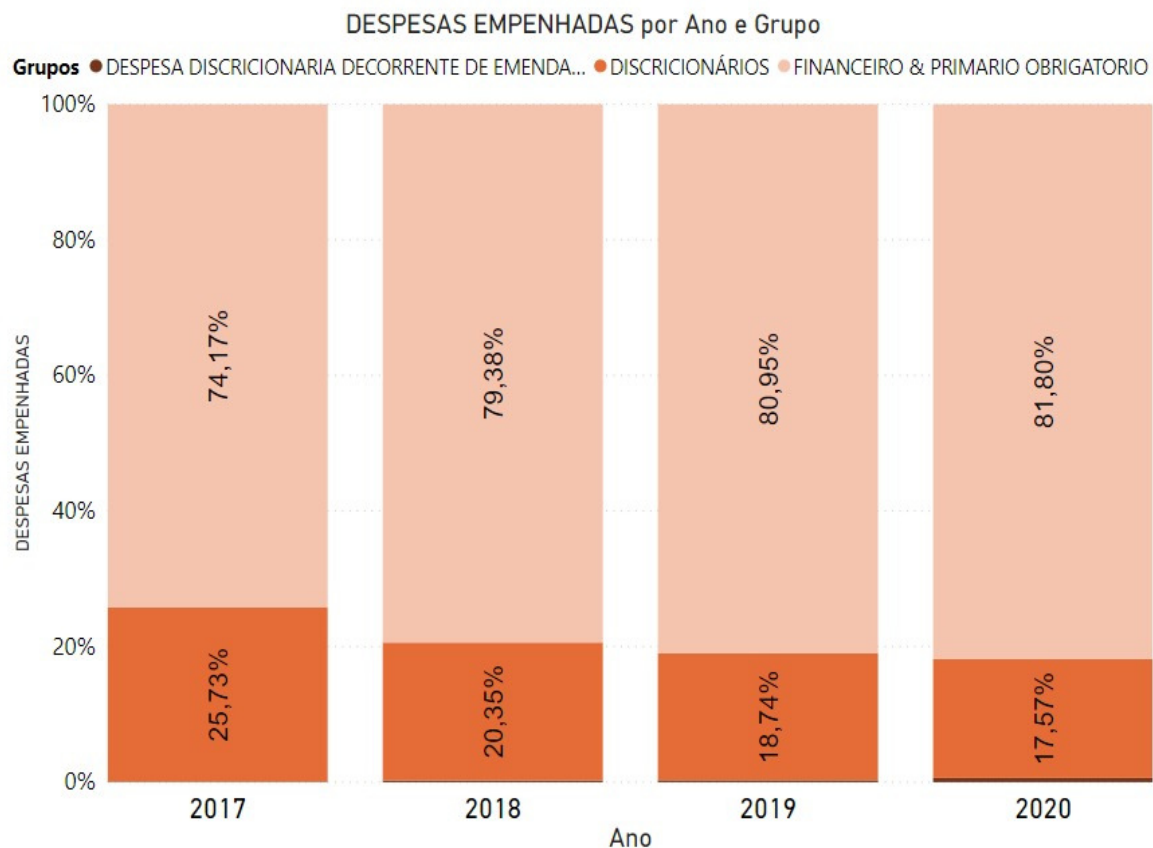
DESPESAS EMPENHADAS 2020



Despesas Empenhadas 2020 por Resultado Lei.

Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021).

Em comparação com os anos anteriores, tem havido um aumento percentual de representatividade de valores empenhados com despesas obrigatórias em relação ao valor efetivamente disponibilizado na LOA, conforme se observa na figura abaixo.



Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021)

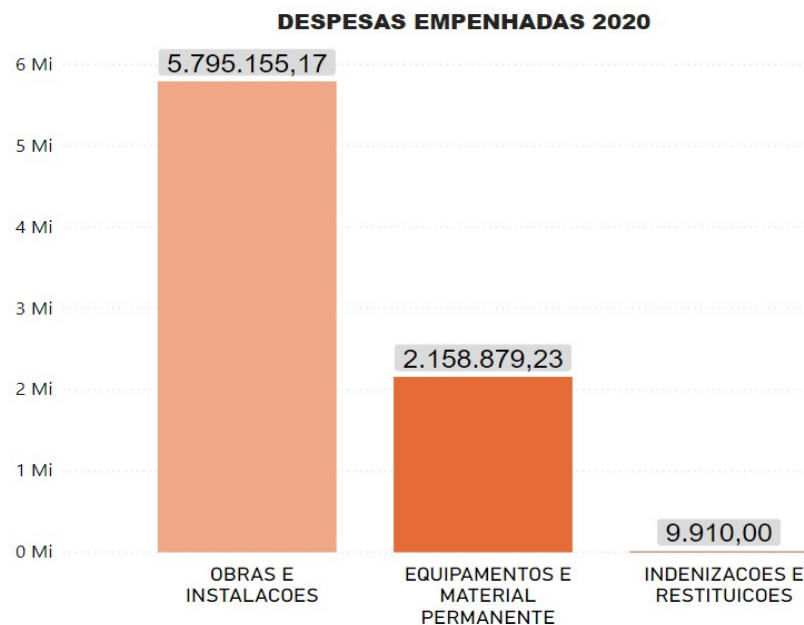
3.3.1.4 Despesas com Investimentos

A LOA 2020 disponibilizou inicialmente R\$ 3.036.377,00 para a UFT em crédito orçamentário no grupo de despesas com investimentos, entre ações discricionárias e emendas parlamentares. O aporte maior foi na ação discricionária Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, que representa 79,6% do valor inicial. Os 20,4% restantes (R\$ 620.000,00) foram disponibilizados por meio de emendas parlamentares, entre as ações 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior e 20GK- Fomento das Ações de Graduação, Pós- Graduação, Ensino e Pesquisa.

Além da redução de custos correntes com investimentos realizados com aquisição de painéis fotovoltaicos e equipamentos de vigilância físico-patrimonial nos anos anteriores, a deflagração da pandemia do coronavírus em 2020 ocasionou o fechamento quase total da Universidade, resultando em uma redução nos custos correntes para manutenção de suas atividades-meio. Dessa forma, foi possível a realocação de 7,68% do recurso inicialmente autorizado no grupo de outras despesas correntes para o grupo de investimentos com o intuito de atender a demandas represadas por falta de recursos de investimento em anos anteriores.

Após a realocação, o valor efetivamente disponibilizado para o grupo de investimento foi de R\$ 8.636.377,00, o que representa um aumento de 184% do valor inicial. Conforme o gráfico ao lado, em relação ao total empenhado, o valor foi de R\$ 7.963.944,40, representando 92,21% de execução. Em relação aos anos anteriores, houve um acréscimo de 60,3% em relação ao empenhado em 2018, (R\$ 4.967.202,17), e 91% em relação a 2019 (R\$ 2.736.583,32). Com relação à natureza de despesa obras e instalações, foram executados R\$ 5.795.155,17, um percentual de 72,77% do total empenhado no grupo de despesa de capital, que correspondem a edificações com prédios administrativos,

laboratórios para atender aos cursos com aulas práticas e construção de novas bibliotecas. Quanto à natureza de despesa equipamentos e material permanente, o valor empenhado foi de R\$ 2.158.879,23, um valor percentual de 30,48% referentes à inovação do parque tecnológico, equipamentos para laboratórios, equipamentos diversos, condicionadores de ar, HDs externos, mobiliários, energia fotovoltaica e equipamentos de radiodifusão. Já na natureza de Despesa Indenizações e restituições, foram gastos R\$ 9.910,00, um percentual de 0,12% com regularização de despesas de exercícios anteriores. Além disso, houve descentralização de recursos por parte do MEC para atender a demandas específicas da Universidade, tais como a aquisição de equipamentos de simulação realística para o curso de Medicina do Câmpus de Araguaína, que até o ano de 2020 pertencia à UFT.



Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021). Despesas empenhadas por natureza de despesa 2020 (Em Milhões de R\$).

A Ação de Governo 20RK foi responsável por 69,30% do total de recurso empenhado, um total de R\$ 5.795.853,64. Desse valor, R\$5.000.000,00 foram

oriundos da matriz e fonte de arrecadação própria, dos quais R\$ 1.697.460,12 foram destinados à edificação predial (Reitoria), R\$ 1.863.825,83 para construção de Laboratórios (Câmpus de Arraias e Câmpus de Palmas), R\$ 266.553,60 para construção de biblioteca (Câmpus de Gurupi), R\$ 363.615 para aquisição de condicionadores de ar (Prefeitura Universitária e Câmpus de Palmas), R\$ 662.302,00 para inovação do parque tecnológico (Reitoria), R\$ 2.475,00 para compra de HDs Externos (Câmpus de Porto Nacional), R\$ 58.713,45 de repasse convênio para edificação predial (Câmpus de Palmas), e R\$ 85.055,00 para aquisição de equipamentos de transmissão de sinais de radiodifusão (Rádio Universitária). O valor de 8.243,08 da fonte de recursos próprios foi destinado à aquisição de condicionadores de ar (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente) e HDs Externos (Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Câmpus de Miracema). Oriundos de emendas parlamentares foram R\$ 518.740,26, tendo sido empenhados em equipamentos condicionadores de ar o total de R\$ 323.750,26 (Prefeitura Universitária e Câmpus de Araguaína) e, R\$ 194.990,00 com implantação de energia fotovoltaica (Câmpus de Araguaína).

A ação 8282 respondeu por 28,11% do executado, um valor de R\$ 2.238.484,98. Desse total, foram aplicados em equipamentos diversos R\$ 135.092,02 (Câmpus de Arraias, Palmas, Porto Nacional, Tocantinópolis e Pró-reitoria de Graduação, Copese), em equipamentos para Laboratórios R\$ 62.803,81 (Câmpus de Araguaína e Palmas), em despesas de exercícios anteriores R\$ 9.910,00, e com energia fotovoltaica R\$122.076,98 (Prefeitura Universitária). Na construção de biblioteca, foram executados R\$ 848.938,73 (Câmpus de Gurupi) e em edificação de laboratórios R\$1.059.663,44 (Câmpus de Gurupi).

Na ação 20GK, o percentual foi de 1,25%. Oriundo de emenda parlamentar, o valor executado foi de R\$ 99.528,00 em aquisição de condicionadores de ar (Prefeitura Universitária). Com recurso do Pnaes, foi executado o valor de R\$98.948,08, um percentual de 1,24%, com aquisição de mobiliário para a Casa dos Estudantes.

3.3.1.5 Despesas de Custeio

Neste grupo de despesas, estão demonstradas todas as ações discricionárias do grupo de despesas 3 - Outras Despesas Correntes, com exceção dos créditos relativos à arrecadação própria, que serão tratados no subtítulo a seguir.

Após sanção da LOA, de acordo com do Plano de Distribuição Orçamentária (PDO) da Universidade, os recursos, tanto das atividades-meio quanto das finalísticas, são utilizados conforme planejamento estabelecido pelo Plano Anual de Trabalho, seguindo as metas e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020.

A dotação atualizada referente ao grupo de despesa de custeio discricionário foi de R\$ 58.207.111,00. Um percentual de 14,5% destinados ao custeio de atividades da Universidade em relação ao valor total da dotação atualizada LOA R\$ 401.307.716,00.

Dotação Atualizada LOA por Ações de Custeio Discricionário

Ações de Custeio Discricionário	Dotação Atualizada (R\$)
Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica- 00OQ	9.665,00
Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - 00PW	83.881,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos- 216H	9.496,00
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior- 20RK	36.054.462,00
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - 20GK	96.502,00
Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus - 21CO	1.345.000,00
Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - 8282	2.614.391,00
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572	289.969,00
Assistência ao Estudante de Ensino Superior - 4002	17.703.745,00
Total	58.207.111,00

Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021).

VALE RESSALTAR

Do total disponibilizado foi empenhado o valor de R\$ 58.111.113,39, como mostra a tabela, o que representa uma execução de 99,84%.

Execução Despesas de Custeio por Tipo de Despesa e por Ação de Governo

Empenhado por Ação de Governo e Tipo de Despesa (R\$)					
Ações de Custeio Discricionário	Despesas Gerais	Despesas de Livre Ordenação	Despesas Continuadas	Programas Internos	Subtotal
00OQ					0,00
00PW	79.797,97				79.797,97
216H					0,00
20RK	3.148.403,25	609.120,98	27.299.195,35	4.925.990,33	35.982.709,91
20GK			96.502,00		96.502,00
21CO		1.345.000,00			1.345.000,00
8282		1.695.830,51	483.598,09	434.962,40	2.614.391,00
4572				288.967,51	288.967,51
4002			451.000,00	17.252.745,00	17.703.745,00
Total	3.228.201,22	3.649.951,49	28.330.295,44	22.902.665,24	58.111.113,39

Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021).



3.3.1.6 Arrecadação Própria

Para o exercício de 2020, havia sido autorizado na Lei Orçamentária Anual 2020 o total de R\$ 8.704.417,00 para arrecadação de recursos próprios durante o ano. Essas arrecadações podem ocorrer com prestação de serviços à sociedade (realização de processos seletivos, serviços laboratoriais), locação de espaço físico e/ou com o recolhimento de taxas, multas e etc. Esses créditos ficam disponibilizados na LOA, porém só podem ser efetivamente empenhados após a efetiva arrecadação.

Em virtude da pandemia da Covid-19 e da consequente paralisação das atividades, a UFT arrecadou e empenhou o montante de R\$ 2.801.208,73, que representa 32,2% do limite inicialmente autorizado.

VALE RESSALTAR

Do valor autorizado na LOA 2020, R\$ 8.526.525,00 são referentes a receitas próprias provenientes de prestação de serviços, aluguéis, taxas e multas, além de outras receitas. Houve também autorização para captação de recursos no valor de R\$ 177.892,00 referentes a receitas próprias decorrentes de alienações e direito do patrimônio público (leilões, etc).

DESPESAS COM EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

No exercício de 2020, foi disponibilizado um total de R\$1.850.000,00 por meio de Emendas Parlamentares Individuais, relativas ao grupo de despesas de custeio. Sendo R\$ 700.000,00 para Manutenção de atividades relacionadas à Universidade da Maturidade (UMA). O valor de R\$ 500.000,00 para iniciativas de ampliação do Ensino Superior Público direcionados às Unidades de Miracema e Palmas, e R\$ 400.000,00 para as Ações de Extensão e o valor de R\$ 250.000,00 para o Câmpus de Araguaína. O valor disponibilizado foi integralmente empenhado, conforme descrito no subtópico Despesas com Custeio.

Quanto às emendas de capital, o valor disponibilizado foi de R\$ 620.000,00, tendo sido empenhados o valor de R\$ 618.268,26, conforme detalhado no subtópico Despesas com Investimentos.

A tabela seguinte “**Despesas empenhadas por ano e por tipo de despesa**” mostra um comparativo de despesas empenhadas por ano. Comparando o exercício de 2020 ao ano de 2019, houve redução de 35,29% empenhados em despesas continuadas, e de 35,97% em despesas de livre ordenação. A Redução nesses tipos de despesa pode ser explicada pelos investimentos realizados visando à redução dos custos correntes e pelo fechamento da Universidade em decorrência da pandemia.

Quanto à destinação de recursos para manutenção de Programas Internos, em 2020, houve um aumento de 26,42% em relação a 2019. O que reafirma o compromisso da Gestão Superior com o Ensino, Pesquisa e Extensão, e com ações de permanência dos acadêmicos na Universidade, mesmo que implique um aumento expressivo nos custos de manutenção. Também houve aumento nas despesas gerais de 35,26% em relação a 2019. Esse tipo de despesa é composto entre outras, por ações como Pasesp, ações de publicidade institucional, e ações de fornecimento de materiais para realização de aulas práticas e pesquisas.

Despesas empenhadas por ano e por tipo de despesa (R\$)

Empenhado por ano e Tipo de Despesa					
Ano	Despesas Gerais	Despesas Continuadas	Programa Interno	Livre Ordenação	TOTAL
2020	3.228.201,22	28.330.295,44	22.902.665,24	3.649.951,49	58.111.113,39
2019	2.386.679,70	43.781.503,36	18.116.757,54	5.700.014,70	69.984.955,30

Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021).





3.3.1.7 Execução de Restos a Pagar

Além da execução orçamentária de recursos disponibilizados na LOA 2020, houve a liquidação e pagamento de Restos a Pagar (processados e não processados) no exercício, totalizando R\$ 38,1 milhões. Em comparação com o ano anterior, houve uma redução no total de Restos a Pagar Pagos (R\$ 12,4mi), principalmente em virtude de liberação tardia nos limites orçamentários no exercício anterior. O montante de Restos a Pagar pago representou 11,15% do total pago em 2020, enquanto em 2019 o percentual foi de 15,08%. Tais informações podem ser observadas na tabela abaixo:

Execução Restos a Pagar

Ano Lançamento		2020				2019			
Grupo Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos*	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos *
4	Investimento	7.714.074,40	397.972,42	397.972,42	1.763.712,40	2.736.583,32	1.201.385,18	1.111.507,93	8.931.851,20
3	Outras Despesas Correntes	79.344.599,02	62.070.065,29	59.216.164,01	16.803.453,99	87.139.900,14	69.767.591,01	67.348.642,98	24.379.232,35
1	Pessoal e Encargos Sociais	300.915.121,50	300.915.121,50	282.279.143,86	19.559.838,00	286.196.630,01	286.186.451,17	266.626.613,17	17.234.246,22
Total		387.973.794,92	363.383.159,21	341.893.280,29	38.127.004,39	376.073.113,47	357.155.427,36	335.086.764,08	50.545.329,77

Fonte: Tesouro Gerencial (08.02.2021).

VALE RESSALTAR

Do total efetivamente disponibilizado na LOA, foram empenhados 96,80%. Desse total, 81,80% foram destinados a despesas com pessoal, 15,68% com custeio (discricionário), 1,89% em investimento (discricionário) e 0,64% em Emenda Parlamentar Individual entre custeio e capital.

Em comparação ao ano anterior, houve um aumento no percentual aplicado em despesas de pessoal (de 80,9% para 81,8%), aumento de recursos de emendas parlamentares individuais (de 0,3% para 0,6%) e de aplicação em investimentos (de 0,6% para 0,7%) e decréscimo em despesas de custeio discricionárias (de 18% para 15,7%).

3.3.1.8 Principais Desafios e Ações Futuras (setor de Orçamento)

Desafios

- ✓ Manter e aprimorar a boa execução orçamentária no âmbito da UFT;
- ✓ Aperfeiçoar os controles de execução para dar suporte ao processo de Planejamento.
- ✓ Rever fluxos e processos de forma a alcançar a máxima eficiência e agilidade na execução de processos.
- ✓ Aprimorar plataforma de dados para subsidiar análises qualitativas e construção de cenários.

Ações

- ✓ Continuar a oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade a transparência no gasto público, trazendo suporte ao processo de Planejamento e controle social;
- ✓ Buscar melhoria nos processos de execução orçamentária através de informatização de ferramentas de gestão, controle e análise de dados.
- ✓ Trabalhar conjuntamente com outros setores em ações de simplificação de fluxos e processos, na redução de despesas de manutenção das atividades e priorização de investimento nas atividades-fins.



3.3.1.9

Desempenho Financeiro e

Informações Contábeis

3.3.1.9.1 Desempenho Financeiro

A Emenda Constitucional 95/2016 – EC 95/2016 estabeleceu limites para o crescimento de gastos no setor público por um período de vinte anos. Como resultado dessa medida, os órgãos públicos vêm enfrentando reduções e contingenciamento dos seus orçamentos, uma vez que há uma margem estreita para crescimento da despesa.

Com o cenário da situação de calamidade nacional decorrente da Pandemia da Covid-19 e a necessidade de desembolsar muitos recursos para seu enfrentamento, foi preparada a Proposta de Emenda Constitucional 106/2020 (A PEC 106/2020 também é conhecida como “Orçamento de Guerra”) que instituiu o regime extraordinário fiscal financeiro e de contratações para o enfrentamento de calamidade nacional decorrente da Pandemia Covid-19, permitindo ao governo central aumentar gastos e endividamento acima dos limites estabelecidos no regramento geral (Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, etc.).

No quadro abaixo, apresenta-se a dotação orçamentária da UFT dos últimos três anos.

Evolução da Dotação Orçamentária (inicial, atualizada e empenhada)

Anos	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Empenhada
2018	360.184.591,00	358.416.821,00	355.551.554,70
2019	377.645.978,00	381.346.007,00	376.073.113,47
2020	372.869.743,00	401.307.716,00	388.473.664,92

Fonte: Tesouro Gerencial.

Além dos recursos obtidos diretamente da LOA, a UFT ainda recebeu orçamento descentralizado por outros órgãos. E executou, isto é, comprometeu recursos orçamentários da ordem de R\$ 422 milhões, empenhados em 2020 e distribuídos da seguinte forma:

Origem das despesas empenhadas

Origem dos Recursos Orçamentários	Valor R\$
Lei Orçamentária Anual (UFT)	383.092.686,19
Receitas Próprias	2.801.206,73
Emendas Parlamentares	2.468.268,26
Descentralizações de Recursos	33.823.725,26
Total Empenhado	422.185.886,44

Fonte: SIAFI 2020.

Houve um crescimento de mais de 100% na obtenção de recursos descentralizados por outros Órgãos, passando de cerca de R\$ 13 milhões em 2019 para mais de R\$ 33 milhões em 2020. São recursos para execução de projetos de interesse mútuo de outros Órgãos e da UFT e também recursos obtidos diretamente nas Secretarias do MEC para aquisição de bens de capital.

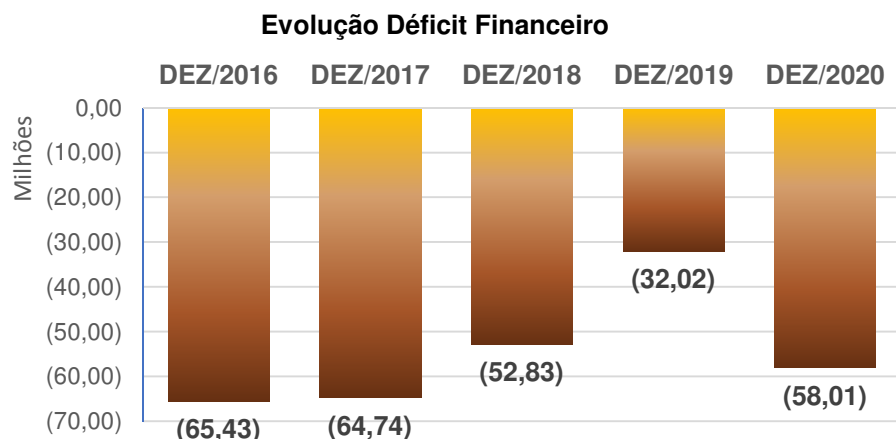
Origem Recursos Descentralizados

Órgão Concedente	Valor Empenhado R\$
Ministério da Economia - Me	4.000,00
Inst. do Patrim. Hist. e Artístico Nacional	109.748,95
Ministério da Cidadania	140.231,22
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	200.000,00
Ministério dos Direitos Humanos (MDH)	510.820,80
Ministério do Turismo	1.117.680,00
Fund.Coord.de Aperf.de Pessoal Nível Superior	1.218.118,31
Fundo Nacional de Saúde	1.468.120,00
Agencia Nacional de Águas - Ana	1.510.870,25
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.950.883,84
Inst. Nacional de Coloniz. e Reforma Agrária	3.791.784,32
Ministério da Agric.Pecuária e Abastecimento	7.821.048,80
Ministério da Educação	13.980.418,77
Total	33.823.725,26

Fonte: SIAFI 2020.

As IFES em geral são órgãos deficitários, pois sua sustentabilidade financeira advém principalmente do Orçamento da União. Com arrecadação própria insuficiente para o custeio total da Instituição, tem-se sempre um déficit apurado no Balanço Patrimonial. No gráfico abaixo, apresenta-se a evolução dos últimos cinco anos em que havia uma tendência de diminuição dos déficits ano a ano. Contudo, em 2020, o déficit voltou a crescer, ficando na ordem de 58 milhões.

Evolução Déficit/Superávit

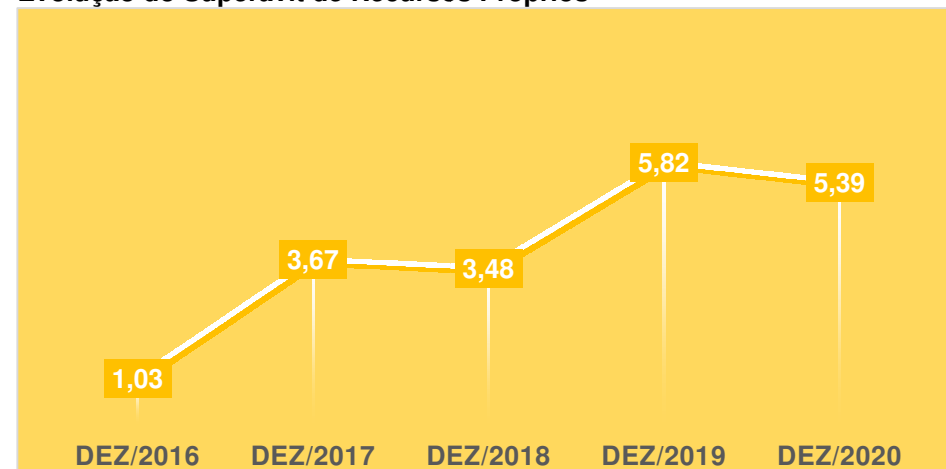


Fonte: Balanço Patrimonial 2017 a 2020.

A pandemia da Covid-19 trouxe uma nova realidade em que as instituições tiveram que cancelar atividades presenciais, impactando significativamente na prestação dos serviços da UFT, e, por consequência, reduzindo sua arrecadação própria. No caso da UFT, esse fato fica evidente pela frustração de receita própria observada no exercício (R\$ - 6.292.814,59), impactando no superávit de receitas próprias conforme gráfico seguinte:

O resultado financeiro do exercício é um indicador de fluxo de recursos financeiros, assim um resultado positivo não significa necessariamente que a situação está em boas condições, pois pode ter havido um resultado negativo expressivo em períodos anteriores.

Evolução do Superávit de Recursos Próprios



Fonte: Tesouro Gerencial.

Apesar dessas reduções apontadas, o resultado da geração de caixa teve uma leve variação positiva, apresentando uma geração líquida de caixa após as atividades operacionais e de investimento da ordem de 903 mil (2% a mais que no ano anterior).

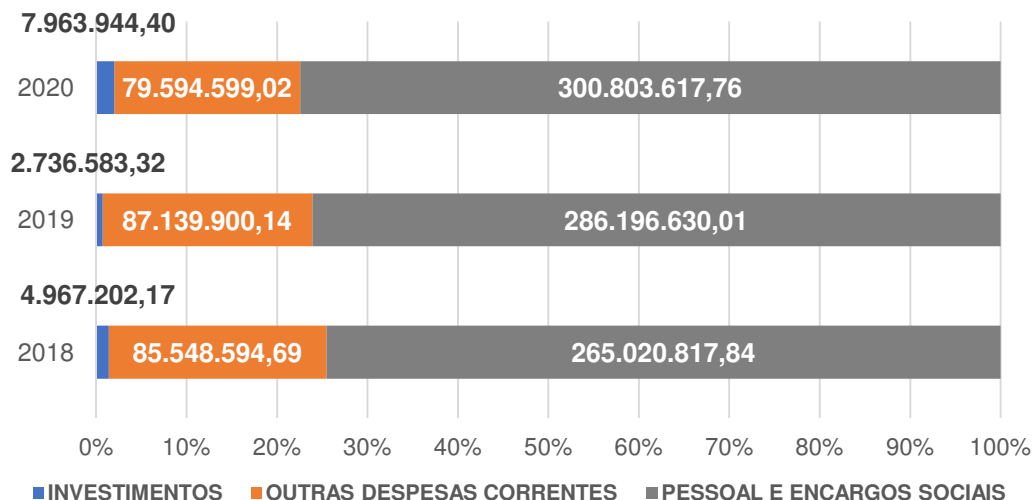
Variação do Resultado Financeiro



Fonte: Tesouro Gerencial.

No gráfico seguinte, são demonstradas as despesas empenhadas exclusivamente nas Unidades Orçamentárias da UFT e UFNT que, em 2020, foram executadas sob a gestão da UFT. Analisando a composição dos principais grupos de despesas, pode-se notar que houve uma redução das despesas de custeio de 8%, enquanto o grupo de pessoal e encargos apresentou um aumento de 5%, o que pode ser explicado pelo crescimento vegetativo da folha e pelo envelhecimento da força de trabalho da Instituição.

Evolução da despesa empenhada por grupo de despesa (Em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

3.3.1.9.2 Gestão de Custos

A UFT ainda não possui metodologia própria para apuração de custos, assim, faz uso das informações constantes no Portal de Custos do Governo Federal (Tesouro Transparente) e de relatórios, utilizando a métrica Detacustos desenvolvida pela Coordenação de Informações de Custos (STN). Tem a vantagem de computar os itens de custos de depreciação e também de dados do Siapenet integrados ao SIAFI por meio do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG).

A Metodologia de Apuração em questão pode ser consultada no Manual disponível no portal de custos. <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-do-portal-de-custos-do-governo-federal/2019/26>

Para o exercício de 2020, o Relatório aponta custos da ordem de R\$ 215.191.253,96 distribuídos entre os seguintes itens de custos:

Item de Custo	Custo do Ano Selecionado
Água E Esgoto	314.117,17
Apoio Administrativo	3.209.439,54
Copa E Cozinha	11.443,90
Demais Custos Controláveis	42.000,00
Demais Serviços De Terceiros	1.193.995,93
Demais Serviços Prediais	3.159.764,79
Despesas De Exercícios Anteriores	2.619,19
Diárias	39.503,94
Encargos Patronais	32.836.923,61
Energia Elétrica	2.442.849,51
Limpeza	3.660.045,70
Material De Consumo	395.676,99
Nc - Demais Custos Não Controláveis	2.212.407,49
Nc - Depreciação/Amortização/Exaustão	5.334.212,01
Nc - Pessoal Inativo / Pensionistas	3.396.907,30
Passagens	17.623,52
Pessoal Ativo	129.143.154,26
Serviços De Saúde	2.276.626,37
Serviços Técnicos Especializados	8.454.899,58
Subvenções, Subsídios E Outros Auxílios	16.178.961,92
Tecnologia Da Informação	340.386,95
Telefonia	158.019,60
Transferências Não Obrigatórias	9.801,44
Vigilância	2.604.930,72
Total	217.436.311,43

Fonte: Portal de Custos (Tesouro Transparente).

3.3.1.9.2.1 Custo por Programa e Ação

Para se obter os custos por programas de governo, é utilizada outra métrica desenvolvida pela STN, Custo das variações patrimoniais diminutivas (Custo VPD), que consiste na captura dos lançamentos em contas a pagar com base no SIAFI WEB e nos saldos das contas de Variações Patrimoniais Diminutivas. Esta métrica possui a desvantagem de não computar o item de custo Depreciação, portanto não traduz o custo total da Instituição.

Principais Custos VPD por Programas de Governo R\$

Programa de Governo	2020
Educação de Qualidade para todos	10.588.442,45
Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa	30.733.409,79
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	2.584.256,00
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	56.617.444,77
Demais Programas	1.941.073,51
Total	102.464.626,52

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

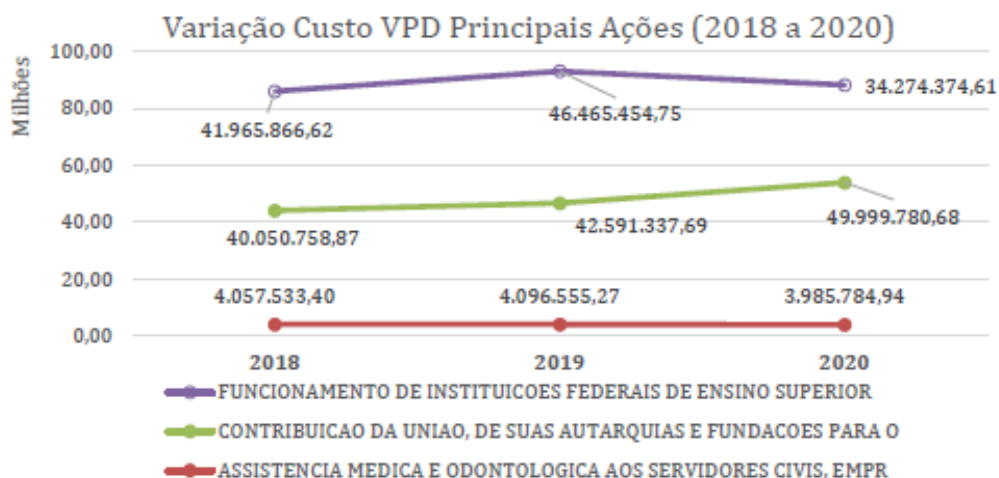
Os maiores custos estão dentro do programa responsável por ações da área de pessoal, benefícios e assistência, seguido pelo Programa Educação Superior, que é formado por ações gerais de caráter discricionário no funcionamento da unidade.

Custo VPD das Principais Ações de Governo R\$

Ação de Governo	2020
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empr	3.985.784,94
Contribuição da União, de Suas Autarquias E Fundações para o	49.999.780,68
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	34.274.374,61
Demais Ações	14.204.686,29
Total	102.464.626,52

Fonte: Tesouro Gerencial 2020.

Novamente, os maiores custos são das ações relacionadas ao custeio da força de trabalho e os custos para o funcionamento das Instituições Federais.



Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação aos Programas Internos da UFT, apresenta-se os custos VPD com base nos Planos Internos (PI) da execução orçamentária.

Custo VPD por Plano Interno R\$

Plano Interno	2020
Reest IFES Apoio Adm Desenv e Gestão	1.250.000,00
Gerenciamento Desenvolvimento Fapto/ Covid-19	1.345.000,00
Buscar Captação de Recursos Emendas	1.645.000,00
Apoio Técnico Operacional	2.118.057,58
E4d6 - A 4.6.3.2. Folha Pessoal Ativo 088033	2.130.189,07
Serviço Motoristas, Trat, Motoboy	2.321.422,43
Garantir Orçamento Despesas com Pasep-UFT	2.798.953,39
Vigilância Físico-Patrimonial e Humana	3.935.654,36
E4d6 - A 4.6.3.7 Assist. Med e Odont. Servidor	3.985.784,94
Energia elétrica para os câmpus UFT	4.742.449,53
Manutenção predial	5.610.591,62
Limpeza Asseio e Conservação	6.167.009,40
E4d6 - A 4.6.3.5 Contr. UFT Prev. Serv. Público	49.999.780,68
Demais Programas	14.414.733,52
Total	102.464.626,52

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.3.1.9.3 Principais Desafios e Ações Futuras (Setor Financeiro e Contábil)

Desafios

- ✓ Trabalho remoto durante a pandemia sem utilização de sistema de processo eletrônico;
- ✓ Desmembramento da UFT/UFNT;
- ✓ Adoção Plena do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis.
- ✓ Força de trabalho insuficiente;
- ✓ Pandemia (CORONAVIRUS), orientação Conselho Federal de Contabilidade

Ações

- ✓ Conciliação visando à adoção do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS);
- ✓ Conciliação da Conta de Contratos;
- ✓ Conciliação da conta de Obras em Andamento;
- ✓ Análise das prestações de contas de Projetos executados na Fundação de apoio.

3.3.2 Gestão De Pessoas



3.3.2.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Universidade Federal do Tocantins observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo governo federal e órgãos de controle. Nesse contexto, a UFT, levando em consideração a vinculação técnica existente entre os órgãos do executivo federal e o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), preza pela observância dos entendimentos emanados por este, bem como aos precedentes e súmulas emanadas pelo TCU.



No ano de 2020, a Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas prestou subsídios à Procuradoria Federal junto à UFT em 41 ações judiciais, possibilitando a defesa, em âmbito judicial, do interesse público e institucional, cabendo enfatizar que nas demandas judiciais relacionadas a provimento de cargos, a UFT já obteve resultado favorável em 60% desses processos. Esse resultado é fruto de uma atuação preventiva da Instituição, por meio de orientações técnicas repassadas aos setores envolvidos nos trâmites de provimento de cargos. Essa melhor difusão das regras legais atinentes a Concurso Público mitiga vícios que possam ser questionados judicialmente.

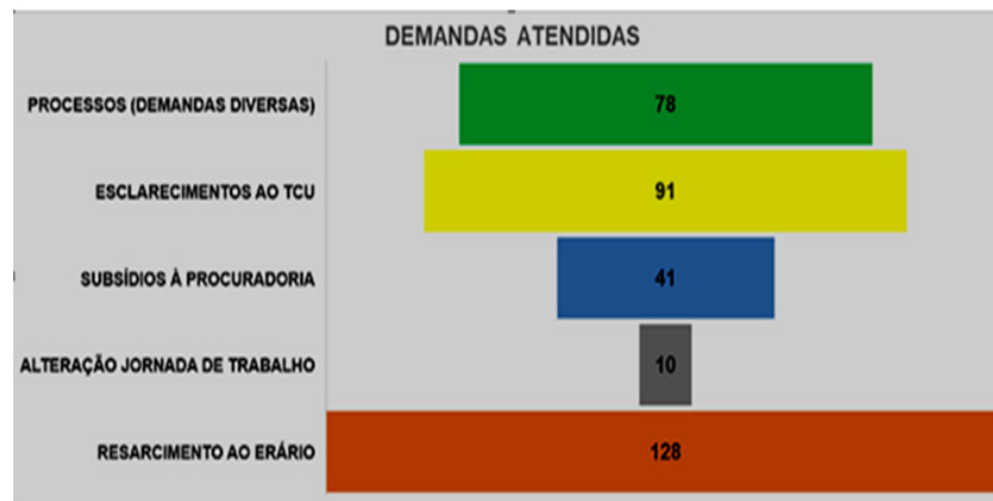
Ademais, com o intuito de verificar a conformidade legal das atividades realizadas pelos servidores fora da Instituição, a UFT analisou, durante o ano de 2020, as situações de acumulação de cargos verificadas na última atualização cadastral, o que possibilita a verificação de eventual acúmulo ilegal de cargos,



descumprimento de jornada ou descumprimento do regime de dedicação exclusiva. Aliado a isso, por meio do sistema e-Pessoal, a UFT averiguou todos os indícios até então cadastrados pelo TCU no que se refere a acúmulo de cargos, descumprimento de jornada, exercício irregular de atividade privada e descumprimento do regime de dedicação exclusiva.



Em acréscimo, no que tange aos procedimentos para a reposição de importâncias recebidas indevidamente pelos servidores ativos, inativos e pensionistas, ou a serem pagas para reparar déficits financeiros causados à Instituição, tem-se que foi efetivamente devolvida aos cofres públicos, no ano de 2020, a importância de R\$ 30.175,53, um acréscimo de mais de 40% em relação ao ano anterior. Isso é resultado da análise de 128 processos, no exercício de 2020, conforme mostra o gráfico a seguir. Processos estes atuados, em virtude da verificação da necessidade de ressarcimento, quando do processamento da folha de pagamento, bem como de situações advindas de processos administrativos disciplinares.



Coordenação de Legislação e Normas

Fonte: Coordenação de Legislação e Normas.

3.3.2.2 Avaliação da força de trabalho



2014 SERVIDORES

50% Feminino

50% Masculino



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

O Quadro de Pessoal da UFT é constituído pelos servidores ocupantes de cargos efetivos, compostos pelas carreiras de Magistério Superior e de Técnicos administrativos em Educação (TAE). Temos ainda, os servidores sob regime de contratação: professores substitutos, temporários e os profissionais técnicos especializados em linguagem de sinais.

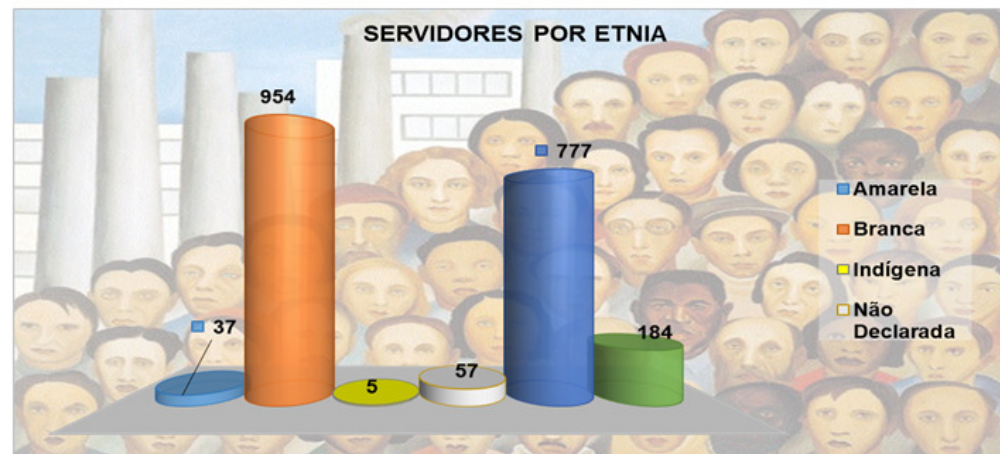
Destacam-se, a seguir, alguns dados referentes ao quadro de servidores da UFT.

Servidores Sem Deficiência e Portadores de Necessidades Especiais



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Servidores por Etnia



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

3.3.2.2.1 Avaliação da Força de Trabalho por Situação Funcional

Em relação à situação funcional dos servidores da UFT, observa-se no quadro ao lado que 97,4% é composto por servidores estatutários, e 2,5 % são contratados sob regime temporário	SITUAÇÃO FUNCIONAL	Contagem de SERVIDOR	Porcentagem de SERVIDOR
	ESTATUTÁRIO	1962	97,42%
	ATIVO EM OUTRO ÓRGÃO	33	1,64%
	ATIVO PERMANENTE	1927	95,68%
	EXCEDENTE A LOTAÇÃO	2	0,10%
	TEMPORÁRIO	52	2,58%
	CONT. PROF. SUBSTITUTO	49	2,43%
	CONT. PROF. TEMPORÁRIO	2	0,10%
	CONTRATO TEMPORÁRIO	1	0,05%
	Total Geral	2014	100,00%

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

3.3.2.2 Avaliação da Força de Trabalho por Carreira

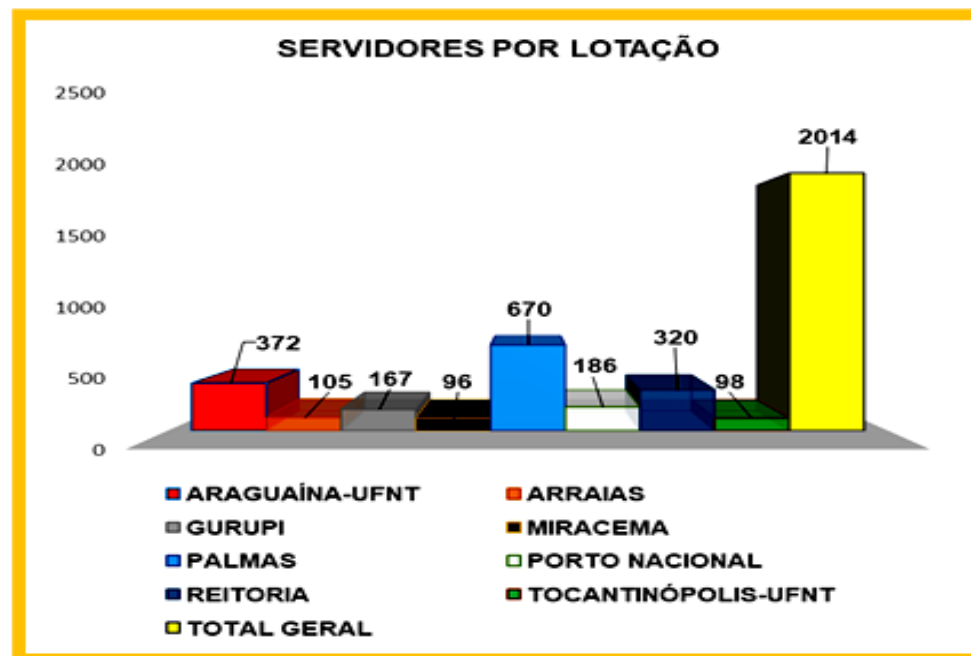
A UFT possui ainda servidores estatutários vinculados a outros órgãos da esfera federal, é o caso dos servidores de carreira em exercício descentralizado, como os procuradores federais vinculados ao Ministério da Justiça, e servidores em exercício na Universidade sob duas modalidades distintas: exercício provisório e movimentação.

O quadro seguinte demonstra como está distribuída a força de trabalho da Universidade, incluídos estes servidores.

TIPOLOGIAS DE CARGOS	Lotação Efetiva
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1967
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0
1.2 Servidores de Carreira	1967
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	1962
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	2
1.2.3 Servidores de Carreira em exercício provisório	2
1.2.4 Servidores movimentado de outros órgãos	1
2. Servidores com Contrato Temporário	52
2.1 Técnico Especializado em Língua de Sinais	1
2.2 Professor Substituto	49
2.3 Professor Temporário	2
3. Total de Servidores (1 + 2)	2019

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

3.3.2.3 Composição da Força de Trabalho por Unidade de Exercício



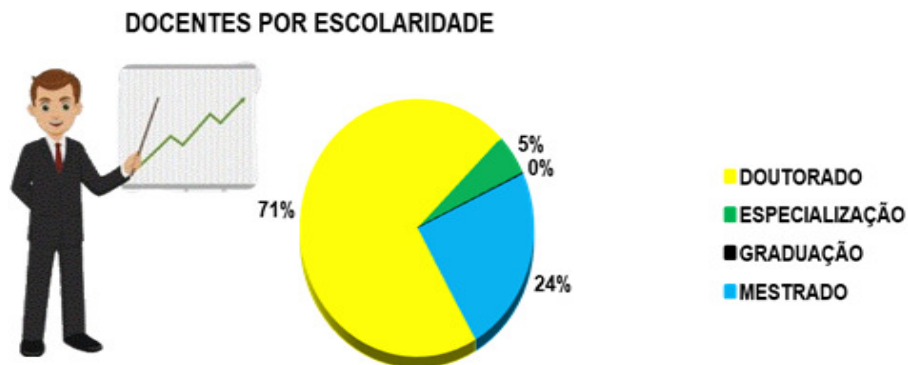
Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

VALE RESSALTAR

O quadro de pessoal da UFT encontra-se distribuído entre os cinco câmpus e Reitoria da Universidade. Em vista da criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), por desmembramento dos Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis, porém estando pendente a sua efetivação administrativa, a UFT, como entidade tutora, continua a realizar a gerência de pessoal desses dois câmpus.

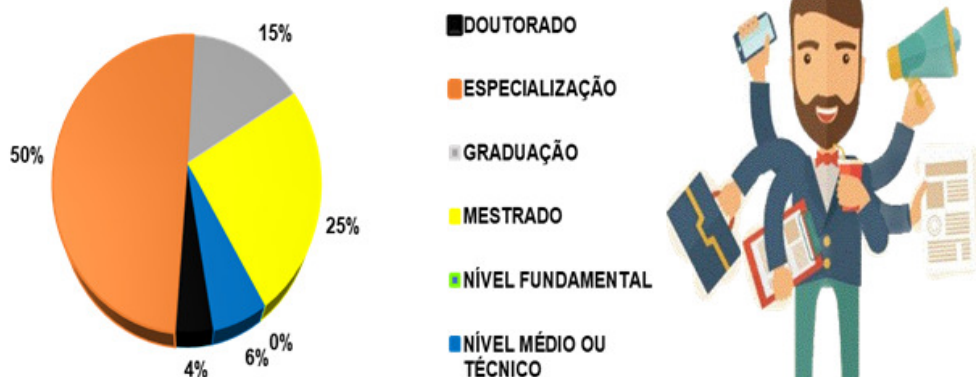
3.3.2.2.4 Nível de Escolaridade do Quadro de Pessoal

Destaca-se que o quadro de pessoal da UFT é formado por 71% de docentes doutores e 24% mestres. Já em relação ao nível de escolaridade dos servidores técnicos administrativos, têm-se que 50% são especialistas e 25% são mestres, conforme ilustrado nos gráficos a seguir.



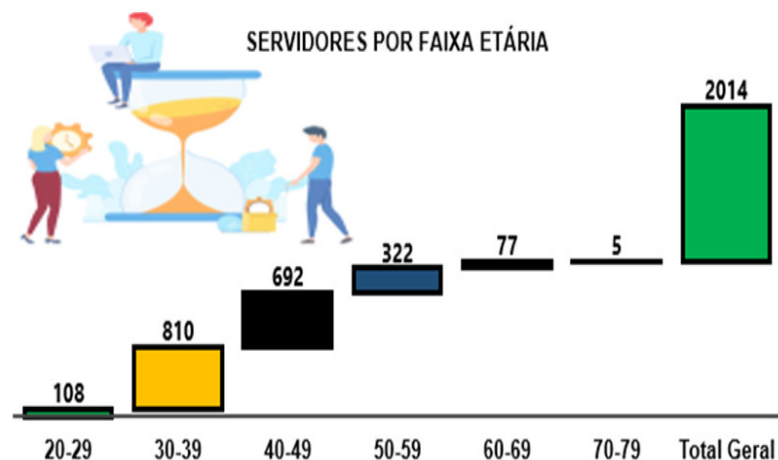
Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS POR ESCOLARIDADE



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

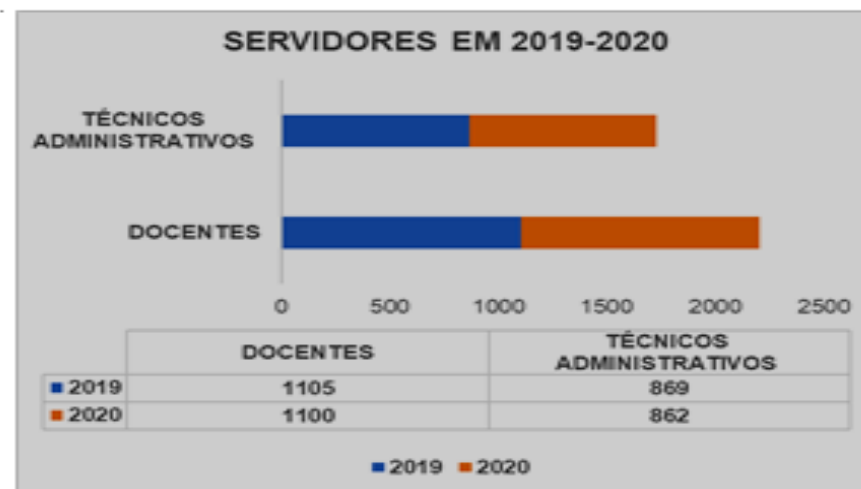
3.3.2.2.5 Composição da Força de Trabalho por Faixa Etária



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Em relação à avaliação da força de trabalho por faixa etária, observa-se que o quadro de pessoal da Universidade compõe-se, majoritariamente, de servidores na faixa de 30 a 49 anos de idade, correspondendo ao número total de 1507 servidores, perfazendo 74%.

3.3.2.3 Evolução do quadro de pessoal efetivo



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Conforme mostrado no gráfico anterior, durante o exercício de 2020, houve um decréscimo da força de trabalho da UFT em 5 docentes e 7 TAEs. Tal ocorrência se deu em virtude do regime fiscal adotado pelo Governo Federal no Executivo, o que suspendeu a contratação e provimento de servidores durante grande parte do ano.

3.3.2.4 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas



Fig: <https://santabiblioteconomia.com.br/>

Para o provimento de cargos públicos, normalmente a UFT realiza a previsão de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, visando à sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), referente ao Banco de Professor Equivalente e ao Quadro de Referência dos Servidores Técnico- Administrativos (QRSTA).

Porém, vale destacar que 2020 foi um ano atípico em razão da pandemia de saúde pública ocasionada pelo vírus Covid-19, assim, em virtude da publicação da Lei Complementar N° 173, de 27 de maio de 2020, a realização de concursos públicos e a admissão de servidores foram restringidas apenas para casos específicos de vacância e demais disposições expressas na norma.



<https://munemassa.adv.br/>

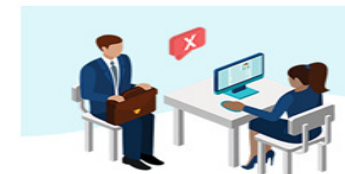
Dessa forma, além da previsão específica na PLOA do ano seguinte, desde 2020, o Ministério da Educação passou a estabelecer limites de provimentos anuais a serem observados pelas Instituições Federais de Ensino, sob a observância de orçamento disponível.

Em relação aos concursos públicos e processos seletivos, foi dada continuidade a 2 certames iniciados em 2019, sendo 1 para ingresso de servidores da Carreira do Magistério Superior e 1 para contratação de professores substitutos, bem como iniciou-se 2 novos certames de mesma categoria que serão finalizados em 2021.



www.caminhosdoemprego.com

Para alocação dos novos servidores, realizam-se entrevistas no momento da posse, visando a identificar a área de formação e experiência profissional. Tais ações têm como objetivo analisar os perfis dos servidores para uma melhor alocação nas unidades administrativas da universidade. Esse procedimento procura diminuir a possibilidade de conflitos internos e desmotivação.



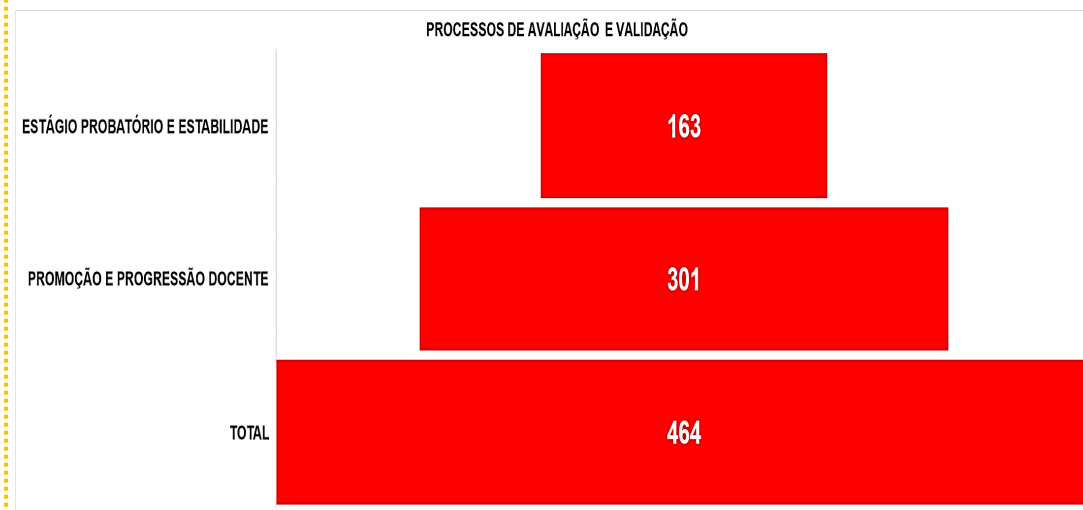
<https://luandre.com.br/>

O processo de socialização desses servidores é realizado por meio do Curso de Integração do Servidor na UFT. Com a utilização da plataforma EaD, são apresentadas informações sobre a Universidade e a carreira do servidor, além disso, o curso proporciona interação com os demais colegas da Instituição.



<https://fazenda.niteroi.rj.gov>

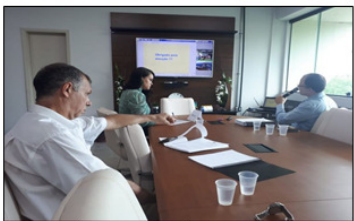
3.3.2.5 Processos de avaliação e validação



Fonte: Progedep.

Com a pandemia, a metodologia avaliativa dos processos foi ajustada na UFT. Assim, foi feita a readequação de rotinas e fluxos de processos para melhor atender aos usuários, assegurando acesso amplo e irrestrito, principalmente aos servidores do grupo de risco, em isolamento total. Nessa nova rotina, foram analisados na UFT o montante de 464 processos. Sendo 163 relativos a estágio probatório, estabilidade de docentes e Técnicos Administrativos e 301 de promoção e progressão docente, conforme ilustrado no gráfico anterior.

Dos processos de promoção e progressão docente avaliados na UFT em 2020; 60,41% foram pleitos para a classe de Professor Associado, que demanda um processo mais elaborado em função da nomeação de uma comissão especial interna, específica da área de conhecimento ou área-afim do candidato; e, 16,66% foram demandas efetivadas para a classe de Professor Titular, com nomeação de banca externa à Instituição.



Webconferências - progressão docente - professores titulares



<https://www.netclipart.com/>

Informação a viabilidade de articulação entre os sistemas de gestão utilizados pela Instituição, como GPU e CUBO, para carga automática do SIGIC e funcionamento do sistema de forma integrada.

Para modernização e desburocratização da rotina de processos de progressão e promoção docente, agilizou-se a conclusão e lançamento iminente do Sistema de Gerenciamento das Carreiras (SIGIC).

Para isso, foi realizada a elaboração das normas e fluxos relativos aos procedimentos de operacionalização, verificando-se junto à Superintendência de Tecnologia da



<https://uaulives.com/>

3.3.2.6 Qualificação e capacitação dos servidores

A valorização do servidor se dá por meio da política de desenvolvimento da carreira que envolve qualificação e a avaliação de desempenho, devendo ser orientada para responder às necessidades de qualificar os serviços e aos anseios de crescimento profissional.



<https://www.netclipart.com/>

Atualmente, a Política de Capacitação e Qualificação de Docentes e dos Técnicos Administrativos é regida pelas Leis Nº 12.772/12, Nº 11.091/05 e Decreto 9.991/19. No âmbito da Universidade, existem normativas que instituem e regulamentam os processos de afastamentos, o

que garante o direito dos servidores meio ou fim.

3.3.2.6.1 Afastamentos para Pós-graduação *Stricto sensu* e Pós-doutorado

Durante o ano de 2020, apesar da pandemia, os afastamentos para cursar Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado foram deferidos atendendo a todas as orientações do Comitê

Extraordinário de Covid-19 da UFT, garantindo assim a continuidade dos afastamentos.



Fig: <https://pt.pngtree.com>



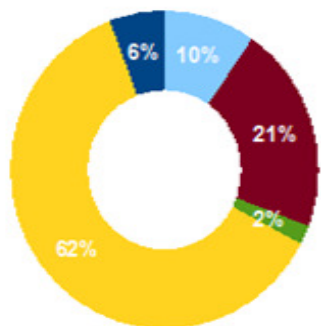
<https://www.netclipart.com/>

As ações de Qualificação compreendem o processo baseado na experiência e ações de ensino-aprendizagem relativas à educação formal, através do qual o trabalhador, tendo em vista o planejamento institucional e, o seu desenvolvimento na carreira, adquire conhecimentos e habilidades que contribuam para o desenvolvimento das atividades em que está em exercício.

3.3.2.6.2 Afastamentos *Stricto sensu* e Pós-doutorados

A UFT autorizou 84 afastamentos, divididos em 52 afastamentos para docentes e 32 para Técnicos Administrativos.

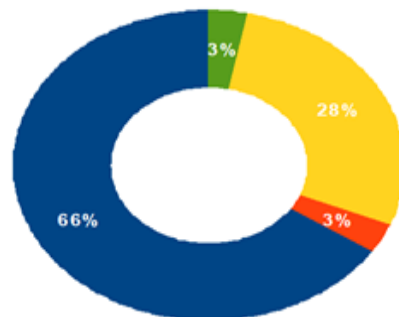
AFASTAMENTO DOCENTE



■ Mestrado ■ Mestrado no Exterior
 ■ Doutorado ■ Doutorado no Exterior
 ■ Pós-doutorado ■ Pós-doutorado no Exterior

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

AFASTAMENTO TECNICO ADMINISTRATIVO



■ Mestrado ■ Mestrado no Exterior
 ■ Doutorado ■ Doutorado no Exterior

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas



Figura: <https://pngtree.com>

A maior parte dos afastamentos docentes é para Doutorado no Brasil e no Exterior, perfazendo um total de 62% dos afastamentos concedidos a essa categoria. Os afastamentos dos Técnicos Administrativos consistem, na grande maioria, em afastamentos para Mestrado (66%) e Doutorado (28%) no País.

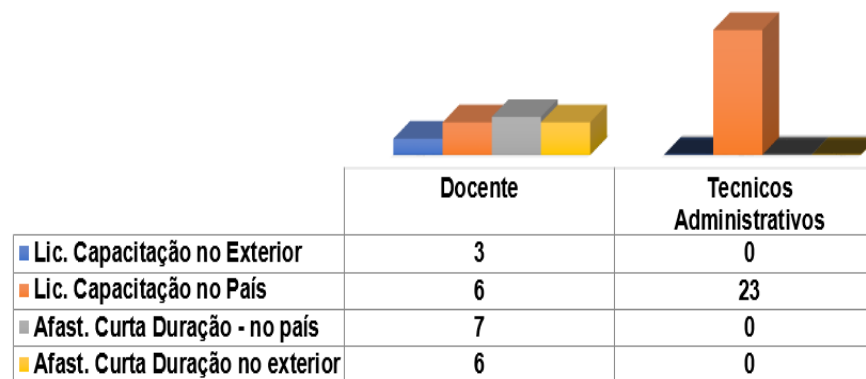


3.3.2.6.3 Licença para Capacitação

Em razão das medidas de saúde pública, e com o objetivo de possibilitar os afastamentos para Licença capacitação, a Universidade adequou os processos e adotou as medidas necessárias para conceder 45 autorizações aos servidores para se afastar do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar de curso de capacitação profissional e cursos de curta duração no país e no exterior. Assim, foram concedidas 23 licenças no país para Técnicos Administrativos.

Importante mencionar que, conforme quantitativo apresentado no gráfico, mesmo em pequena quantidade, tendo em vista a excepcionalidade que limitou a locomoção, foram analisados e deferidos 13 afastamentos de curta duração, sendo 7 para realizar cursos no país e 6 para realização de cursos fora do país.

LICENÇAS E AFASTAMENTOS -BRASIL E EXTERIOR



Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

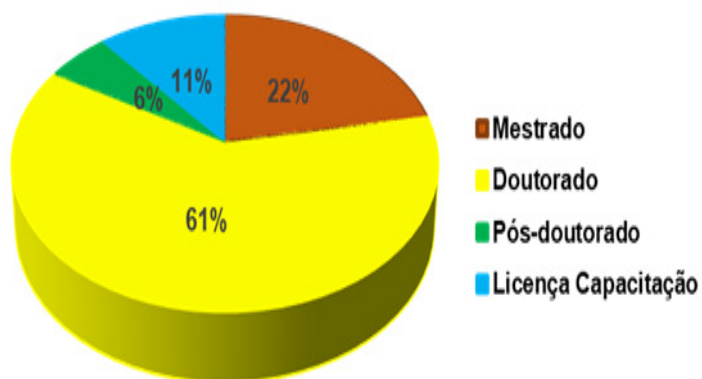
3.3.2.6.4 Interrupção e Suspensão de Afastamento

Ao concluir o estudo em prazo menor que do afastamento, o servidor solicita a interrupção do mesmo e retorna às suas atividades, liberando, assim, vaga para que outro servidor seja atendido.



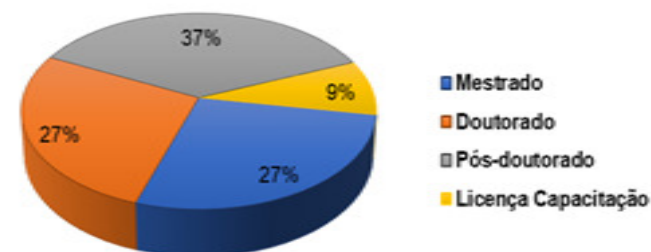
A suspensão, no entanto, pode acontecer por diversos motivos. No ano de 2020, foram analisados casos de suspensão por motivos de: tratamento de saúde, licença-maternidade, licença-paternidade e em virtude da pandemia da Covid-19.

INTERRUPÇÃO DE LICENÇAS E AFASTAMENTO



Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

SUSPENSÃO DE AFASTAMENTO



Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

Ao todo foram analisadas, em 2020, 18 solicitações de interrupção e 11 de suspensão de afastamentos. Sendo que 61% das licenças interrompidas eram para doutorado e 37% das suspensões de afastamento eram para pós-doutoramento, conforme detalhado nos gráficos anteriores.

3.3.2.7 Desenvolvimento da Carreira do Técnico Administrativo.

O desenvolvimento do servidor técnico administrativo na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

No ano de 2020 foram analisadas e deferidas 799 progressões sendo: 104 progressões por capacitação e 695 progressões por mérito.

A seguir são apresentadas as despesas de pessoal:

3.3.2.8 Detalhamento da Despesa de Pessoal

Despesas de Pessoal no exercício de 2020 – Servidores ativos (Valores em R\$)

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores de carreira vinculados ao órgão na unidade jurisdicionada - - Servidores da UFT em exercício na instituição + servidores cedidos sem ônus											
Exercícios	2020	117.219.367,26	4.379.725,89	18.277.109,58	97.425.158,48	13.042.147,67	4.606.555,76	649.789,36	7.291,50	22.636,08	R\$ 255.629.781,58
	2019	113.689.510,70	4.307.609,32	18.630.157,91	92.276.089,11	13.083.980,68	4.536.743,36	840.179,81	77.148,21	22.636,08	R\$ 247.464.055,18
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada - Servidores em exercício na UFT, vinculados a outro órgão											
Exercícios	2020	0,00	109.898,28	9.158,19	1.768,47	0,00	0,00	581,07	0,00	0,00	R\$ 121.406,01
	2019	0,00	109.898,28	9.158,19	4.336,97	0,00	0,00	823,17	0,00	0,00	R\$ 124.216,61
Servidores cedidos com ônus - Servidores cedidos a outras esferas (estadual e municipal)											
Exercícios	2020	209.929,54	0,00	29.878,94	148.116,97	14.364,55	0,00	8.349,90	0,00	0,00	R\$ 410.639,90
	2019	231.422,27	0,00	32.750,96	155.095,82	16.488,00	0,00	16.766,30	0,00	0,00	R\$ 452.523,35
Servidores com contrato temporário - Servidores regidos pela Lei 8.745\1993											
Exercícios	2020	3.522.712,52	0,00	300.363,42	111.433,66	517.868,88	0,00	282.551,45	0,00	0,00	R\$ 4.734.929,93
	2019	4.556.337,38	0,00	381.798,45	125.110,78	679.922,81	0,00	336.050,56	0,00	0,00	R\$ 6.079.219,98

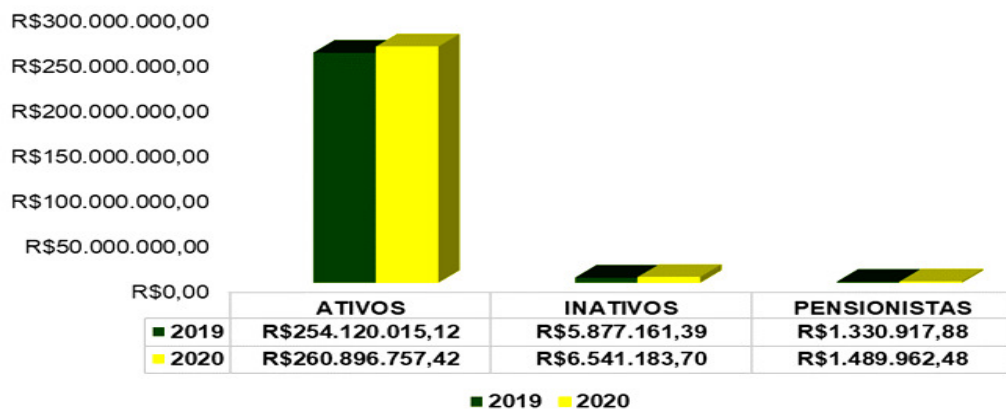
Fonte: Informações extraídas pelo DW – Jan/2021.



3.3.2.8.1 Evolução dos Gastos com Pessoal



EVOLUÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

VALE RESSALTAR

Destaca-se do gráfico acima que, em 2020, obteve-se crescimento de 30% no quadro de inativos e pensionistas, o que gera um aumento usual aos gastos com a folha de pagamento, tendo em vista que esses servidores são também substituídos.

3.3.2.8.2 Ocupação dos Cargos Gerenciais

Remuneração



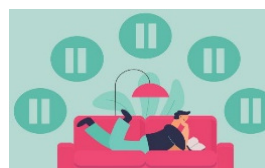
Além do vencimento básico, os servidores TAEs contam com o Incentivo à Qualificação e demais benefícios de acordo com a legislação em vigor.

A remuneração inicial dos servidores pertencentes à carreira do Magistério Superior é composta do Vencimento Básico, conforme *link* abaixo. Soma-se ao vencimento básico a Retribuição por Titulação (RT).

SAIBA MAIS

Maiores informações sobre as Tabelas de Remunerações dos servidores Técnicos Administrativos e Docentes podem ser encontradas no *link*: <https://ww2.uft.edu.br/PROGEDEP/TabelaSalarial>

3.3.2.9 Política de qualidade de vida no trabalho



A institucionalização de uma política de qualidade de vida dos servidores no âmbito da Universidade constitui ação fundamental a ser implementada no decorrer desse exercício. A Universidade vem promovendo ações relacionadas ao bem-estar e à atenção à saúde do servidor por meio do desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da saúde.

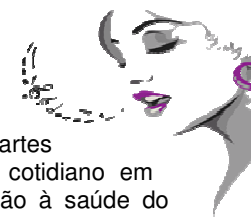
Destacam-se atuações direcionadas para o calendário de saúde, tais como: junho vermelho, setembro amarelo, outubro rosa, oficinas, dentre outras.

No ano de 2020, em razão da pandemia de saúde pública, foram efetivadas diversas ações buscando ofertar conteúdos voltados ao enfrentamento da pandemia pela comunidade de servidores. Nesse sentido,



destaca-se o Projeto Traspór, por meio do qual foram efetivadas práticas de atenção à saúde do servidor como oficinas, apoio psicológico, cartilhas, *cards* e eventos em formato on-line com materiais estratégicos para a saúde e bem-estar laboral nesse

contexto. Foram trabalhadas temáticas voltadas para a saúde de forma integrada, incluindo saúde mental e física, nutrição/hábitos alimentares na pandemia; ergonomia no *home office*; dicas para trabalho remoto; bem-estar em meio ao isolamento social; oficinas de música, poesia, literatura e artes visuais que exploraram a ressignificação do trabalho e do cotidiano em tempos da Covid -19. O objetivo é trabalhar com a prevenção à saúde do servidor, e, para isso, envidam-se esforços para a realização dos exames médicos periódicos previstos para de 2021.





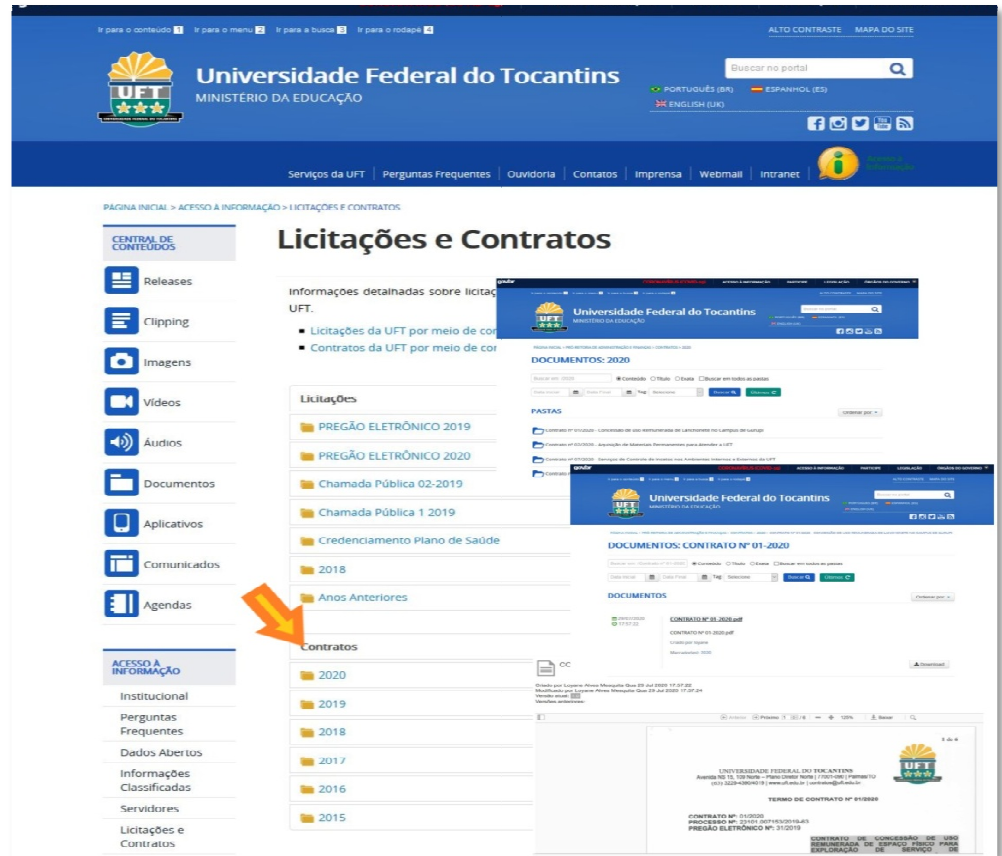
3.3.3 Gestão de Licitações e Contratos

VALE RESSALTAR

No ano de 2020, a UFT, por intermédio da Coordenação de Contratos (Dirad/Proad), como meio de assegurar e priorizar a transparência, tanto ao público externo quanto ao interno, inovou com a disponibilização de seu acervo digitalizado em integralidade de seus instrumentos legais de Termos de contratos e Termos aditivos formalizados nos últimos 5 exercícios (2015-2020), além de manter o acervo atualizado em tempo real, podendo ser acessado através do link: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos>



Após clicar em Acesso à Informação, na página principal do site da UFT, o visitante será direcionado à página que conta com todos os dados de transparência da Universidade. Deve então clicar em “Licitações e Contratos”, onde então encontrará o cadastro, listado por ano de formalização, dos contratos da Universidade (Figura 1). Para ter acesso aos instrumentos, o visitante deve clicar no ano a que o instrumento buscado se refere e será direcionado a uma página com a lista dos contratos por número e sua descrição. O botão “download” dará acesso ao documento na íntegra, que poderá ser consultado por todos que tiverem interesse.



Fonte: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos>

3.3.3.1 Conformidade legal

A Universidade Federal do Tocantins, buscando assegurar o princípio constitucional da legalidade na gestão das licitações e contratos públicos, observa e aplica vasto conjunto de legislação, regulamentos e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia, além de cumprir todos os normativos internos fixados pelo Conselho Universitário e áreas afins. Todos os procedimentos administrativos relativos às licitações e gestão contratual são previamente analisados pelo órgão da AGU dentro da UFT (Procuradoria

Federal), que garante a conformidade das contratações com as normas vigentes aplicáveis, sendo as principais:

- Lei 8.666/93 (Lei Geral de Licitações);
- Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005 (Pregão Eletrônico);
- Lei 13.979/2020 (Artigo 4º que trata sobre alterações em procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos necessários no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus);
- Instrução Normativa n. 05/2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);

SAIBA MAIS

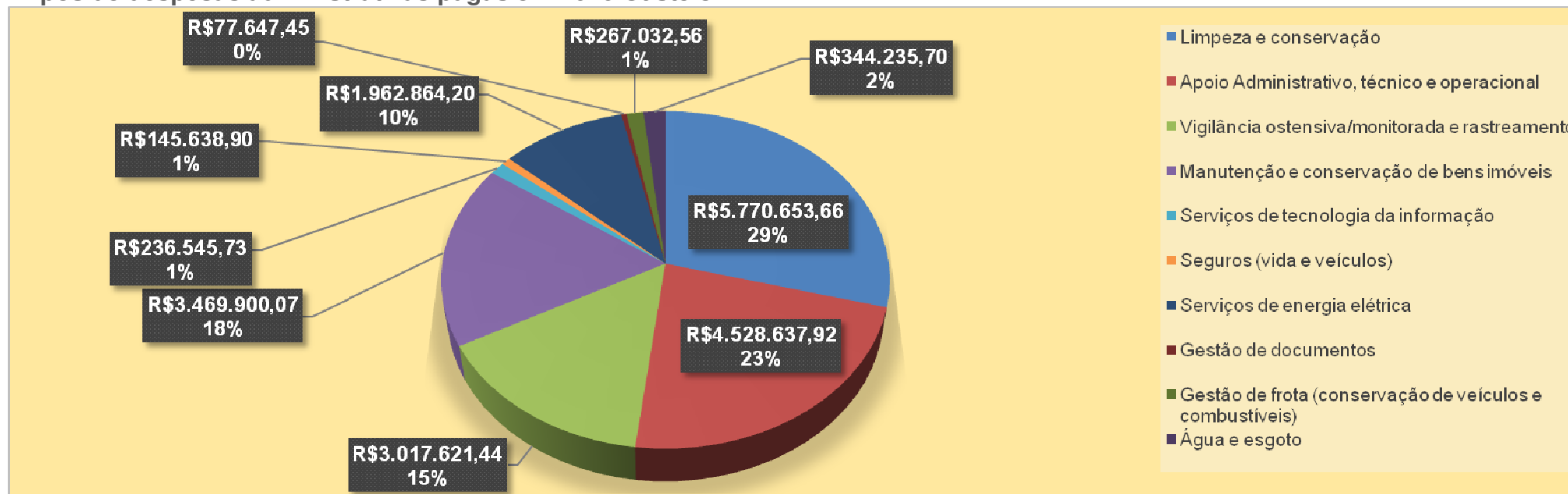
O referido Manual encontra-se disponível no site da UFT, através do link: <https://docs.uft.edu.br/share/s/QQi5jKhPT8CK7viTWhPXCA>, onde pode ser baixado na íntegra para consulta.



Além disso, foi aprovado e publicado pela Coordenação de Recursos Materiais, ligada à Diretoria Administrativa (Pró-Reitoria de Administração e Finanças), no ano de 2020, o **Manual de Instrução Processual para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da UFT**, com o objetivo principal de orientar os solicitantes internos acerca dos procedimentos a serem adotados nas aquisições de bens e contratações de serviços, de forma a padronizar os procedimentos de licitação e contratação, a fim de reduzir o retrabalho e formar uma linguagem comum entre os demandantes e o setor de licitações da Universidade.

3.3.3.2 Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Tipos de despesas administrativas pagas em 2020 Custeio



Fonte: Site UFT: <https://ww2.uft.edu.br/transparencia>.



3.3.3.3 Contratações mais relevantes

Assim como nos anos anteriores, em 2020, as contratações com maiores gastos para a UFT foram as pertinentes a serviços de limpeza e conservação dos imóveis, assim como a manutenção predial destes. Destaca-se, também, o despendido com apoio administrativo, técnico e operacional, assim como o serviço de vigilância patrimonial da Universidade. No gráfico anterior, pode-se perceber o volume de valores pagos no ano de 2020, classificado por “**TIPOS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PAGAS EM 2020 - CUSTEIO**”.

Justificam-se os gastos com as contratações mais relevantes da Universidade pela necessidade de:

- Dar a infraestrutura física e de pessoal para o funcionamento das atividades institucionais;
- Dar suporte às atividades administrativas da Universidade;
- Garantir o pleno desenvolvimento das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão da UFT;
- Atendimento aos pressupostos legais requeridos pela gestão pública.



3.3.3.4 Contratações mais relevantes e objetivos estratégicos

Em busca da excelência acadêmica, a Universidade Federal do Tocantins alinha as contratações para o alcance desse resultado. Dessa forma, a gestão de licitações e contratos através das contratações visa a garantir as condições para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sempre priorizando:

- Responsabilidade social;
- Comprometimento com a transparência;
- Eficiência econômica;
- Aprimoramento da gestão.

3.3.3.5 Contratações Diretas

Principais tipos de contratações diretas (Dispensa)

- Serviços e compras pontuais (materiais de jardinagem, ração para animais, equipamentos diversos);
- Manutenção de equipamentos diversos;
- Pagamento de taxas públicas.

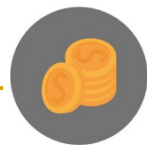
Principais tipos de contratações diretas (Inexigibilidade de Licitação)

- Assinatura de jornais;
- Contratações com fornecedores exclusivos (energia, água e esgoto, correios);
- Inscrição em cursos especializados;
- Pagamento de anuidades para manutenção dos serviços administrativos e finalísticos da UFT.

Principais tipos de contratações Carona (Adesão à Ata de Registro de Preços)

- Serviços de dedetização, confecção de carimbos e confecção de móveis planejados;
- Destaque para compra do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica;
- Aquisições de equipamentos diversos (cabos HDMI, suporte projetor, material esportivo, etc).

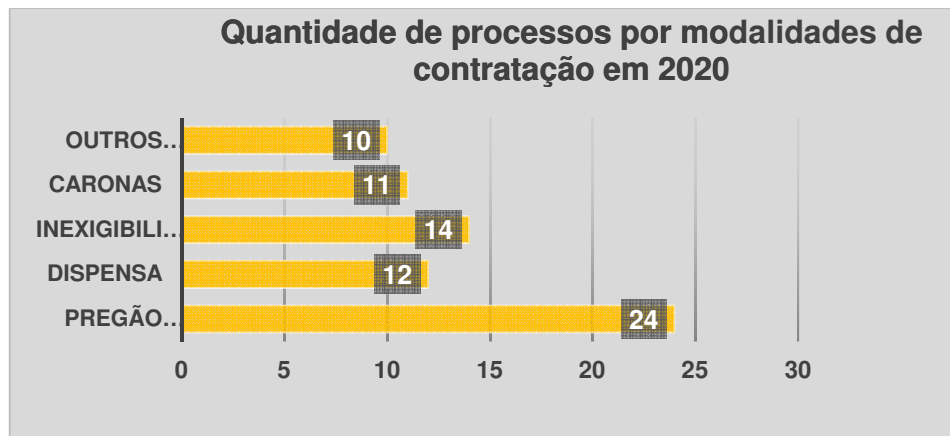
Justificam-se os gastos com contratações diretas através de dispensa e inexigibilidade ou por Carona (Adesão à Ata de Registro de Preços) pela necessidade de manutenção dos serviços essenciais da administração da Universidade Federal do Tocantins.



3.3.3.6 Destaque de gastos



Também foram realizados 12 processos de caronas, com gasto de R\$ 2.259.481,78, que tiveram variadas justificativas para contratação. Realizaram-se ainda 24 Pregões eletrônicos no ano de 2020, sendo que a maioria foram por Sistema de Registro de Preços (SRP), que há somente preços registrados para futuras aquisições.



Fonte: Coordenação de Recursos Materiais/Dirad/Proad, Comissão Permanente de Licitação/UFT e Relatório SIE (sie@uft.edu.br). Gastos com dispensas (R\$ 167.047,98); Gastos com processos de inexigibilidade de licitação (R\$ 142.466,41); Gastos com caronas (adesão a Atas de Registro de Preços R\$ 2.259.481,78).

3.3.3.7 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

A tabela ao lado mostra os valores utilizados pela UFT no exercício de 2020 referentes às despesas com Publicidade e Propaganda:

Despesas com publicidade e propaganda (Em R\$)

Observação Doc CCor	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	PAGO (EXERCÍCIO+ RAP)
C/C: Proad - Ref.: Contratação de serviço para Publicação de aviso de Licitação em Material Legal, em Jornal Impresso. Proc. Origem: 2015di13993			705,60	705,60
C/C: Proad - Ref.: Valor para pagamento de publicação legal de Atos Institucionais - SIE N. 656/2020. Proc. Origem: 2015di13993	3.000,00			
C/C: Proad - Ref.: Valor para pagamento de publicação legal de Atos Institucionais - SIE N. 656/2020. Proc. Origem: 2015di13993	3.292,80			
C/C: Proad, Ref. à publicação de Aviso de Licitação. Emp. SIE 1242/2020. Inexigibilidade 3928/2020. Proc. Origem: 2020IN03928	36.000,00			
C/C: Gabinete - REF.: Contratação de serviço de publicação no Diário Oficial da União - SIE N.237/2019. Proc. Origem: 2018in00780			57.874,96	57.874,96
Total	42.292,80		58.580,56	58.580,56

Fonte: Diretoria de Gestão Orçamentária. A Despesa foi executada na Ação de Governo: Funcionamento das Instituições de Federais de Ensino Superior - 20RK e se referem apenas à Publicidade Legal.

3.3.3.8 Principais desafios e ações futuras

- O ano de 2020 foi atípico para a Gestão de Licitações e Contratos da UFT, haja vista a pandemia do novo coronavírus que comprometeu a forma de trabalho e as ações para atendimento às atividades administrativas e acadêmicas, que ficaram sendo realizadas de forma remota.
- Além disso, a Universidade Federal do Tocantins tem particularidades e necessidades específicas de uma Instituição de Ensino Superior, que deve adaptar sua função em múltiplos locais (cinco câmpus), o que transforma as compras e contratações no âmbito da Universidade em um verdadeiro desafio na realização da integração das unidades.
- Entende-se que a integração de compras entre os câmpus resultaria em consideráveis ganhos de escala. Para isso, o ano de 2020 foi primordial para a consolidação do Plano Anual de Contratações, que trata de ferramenta instituída para operacionalização do Sistema de Planejamento de Gerenciamento de Contratações (PGC) – utilizado nas aquisições de bens e serviços do Governo Federal.
- As ações futuras na área de Gestão de licitações e contratos estão fundamentadas na modernização dos sistemas utilizados para que haja maior acompanhamento das atividades e avaliação dos resultados, como, por exemplo, a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), o SEI (Processo Eletrônico) e o Sistema Comprasnet Contratos (Gerenciamento de Contratos).





3.3.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

3.3.4.1 Conformidade Legal

De forma a garantir a conformidade legal da gestão de patrimônio, a Fundação Universidade Federal do Tocantins observa e aplica vasto conjunto de legislação e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

Entre eles a Instrução Normativa nº 205/88, da Secretaria de Administração Pública, que é o principal instrumento que normatiza os processos de movimentação e controle de materiais de consumo e permanente, na Administração Pública Federal, descrevendo as principais atividades a serem desenvolvidas pelos órgãos componentes da Administração Pública Federal.

Ampara-se também na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007; Decreto 99.658, de 30 de outubro de 1990; na Instrução

Normativa SEDAP nº 142/83; na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; na Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002; no Manual SIAFI – Assunto: 020330 – Reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações; no Manual de Despesa Nacional; no Plano de Contas; e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

3.3.4.2 Desfazimento de ativos

A Fundação Universidade Federal do Tocantins realizou em 2020 03 processos de desfazimento de ativos, na modalidade de Leilão.



Os ativos desfeitos totalizam o valor de cerca de R\$198.006,22. Entre eles destacam-se o procedimento de Leilão (alienação) de semoventes e equipamentos de montaria, conforme planilha seguinte. Foram favorecidos com os bens desfeitos particulares arrematantes nos processos.



VALE RESSALTAR

Em relação aos principais investimentos de capitais (infraestrutura e equipamentos), segundo a Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços e Manutenção, em 2020 seguiu-se a tendência presente nos anos anteriores de baixos investimentos de capital na Universidade, sendo este o motivo da manutenção da paralisação de algumas obras. Houve apenas o investimento para a retomada da obra do edifício destinado à Reitoria, que teve sua 2ª fase licitada no final do ano de 2020, com previsão de conclusão em 2021. O investimento mais significativo de infraestrutura da Universidade foi na área de geração de energia solar (apresentado no Relatório de Gestão de 2019), que teve abundante investimento feito com recursos do ano de 2019.



Desfazimento de ativos em 2020

Quant.	Classificação	Plano de contas	Valor (R\$)	Motivo	Beneficiário	Processos
158	Semoventes e equip. de montaria	1.2.3.1.1.10.00	198.006,22	Alienação (Leilão)	Arrematantes	03

Fonte: Coordenação de Patrimônio/Dirad/Proad/UFT.

3.3.4.3 Incorporação patrimonial

No ano de 2020, a UFT teve significativa incorporação de veículos automotivos através de doações recebidas de diversos órgãos federais, que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento de suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, assim como nas atividades-meio (área administrativa), pois existia um déficit de veículos em todos os câmpus da Universidade, haja vista a suspensão de aquisição veículos de representação e de serviços comuns pela Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

Veículos recebidos por doação 2020/2021

Descrição	Placa Antiga/Nova		Doador
FORD RANGER XL 13P	JHN-5743	JHN-5H43	TRT 10
FORD RANGER XL 13P	JHN-5713	JHN-5H13	TRT 10
FORD RANGER XL 13P	JHN-5763	JHN-5H63	TRT 10
S10 PICK-UP LT 2.8	JKK-4168		PRF/TO
FRONTIER LE CD	MWJ-5082	MWJ-5A82	PRF/TO
FRONTIER LE CD	MWS-3666	MWS-3G66	PRF/TO
FRONTIER LE CD	MXB-7006	MXB-7A06	PRF/TO
CAMINHÃO BAÚ M. BENZ/915C	ALV-2716	ALV-2H16	RECEITA FEDERAL/ PARANÁ
CAMINHÃO IVECO DAILY4912	JFP-6434		PRF/CE
FRONTIER LE	OCC-4090		PRF/CE
FRONTIER XE	OHX-3456	OHX-3E56	PRF/CE
RENAULT FLUENCE DYN20M	JKO-0520		PRF/CE
RENAULT FLUENCE DYN20M	OVS-7229		PRF/CE

Fonte: Coordenação de Patrimônio e Coordenação Operacional/Dirad.





3.3.4.4 Locação de imóveis e equipamentos



A Fundação Universidade Federal do Tocantins não realizou contratação de locação de imóveis ou equipamentos no ano de 2020, tendo como fonte da informação a Coordenação de Contratos da UFT.

VALE RESSALTAR

MUDANÇAS E DESMOBILIAÇÃO RELEVANTES

Conforme a Coordenação de Patrimônio e Coordenação de Contratos (Dirad/Proad), não ocorreram mudanças ou desmobilizações relevantes na UFT no ano de 2020.

3.3.4.5 Principais desafios e ações futuras

Em 2021, tem-se como principal desafio a implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Esse sistema é uma ferramenta instituída pelo Ministério da Economia para gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos. A implantação deve ser concluída em 2021 e terá desafios frente à necessidade de capacitação dos gestores da área de patrimônio em todos os câmpus da UFT.

Além disso, há necessidade de intensificar as orientações sobre a utilização dos bens móveis da Universidade, assim como o fluxo de transferência e desfazimento dos mesmos, haja vista que, apesar das inúmeras orientações normativas, tanto interna quanto externa, ainda ocorrem procedimentos inadequados quanto aos bens móveis permanentes da UFT. Para tanto, serão buscados meios adequados para treinamento dos servidores sobre os procedimentos apropriados e legais no recebimento, controle, armazenamento, movimentação e até mesmo desfazimento de bens dentro da Universidade.





3.3.5 Gestão da Tecnologia da Informação

3.3.5.1 Conformidade Legal

Tendo em vista assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação (TI), a Superintendência de Tecnologia da Informação observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia (ME), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

O principal referencial legal em matéria de TI se dá pelo Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto 7.579/2011, que tem poder vinculativo e normativo sobre os setores de TI dos órgãos da Administração Federal.

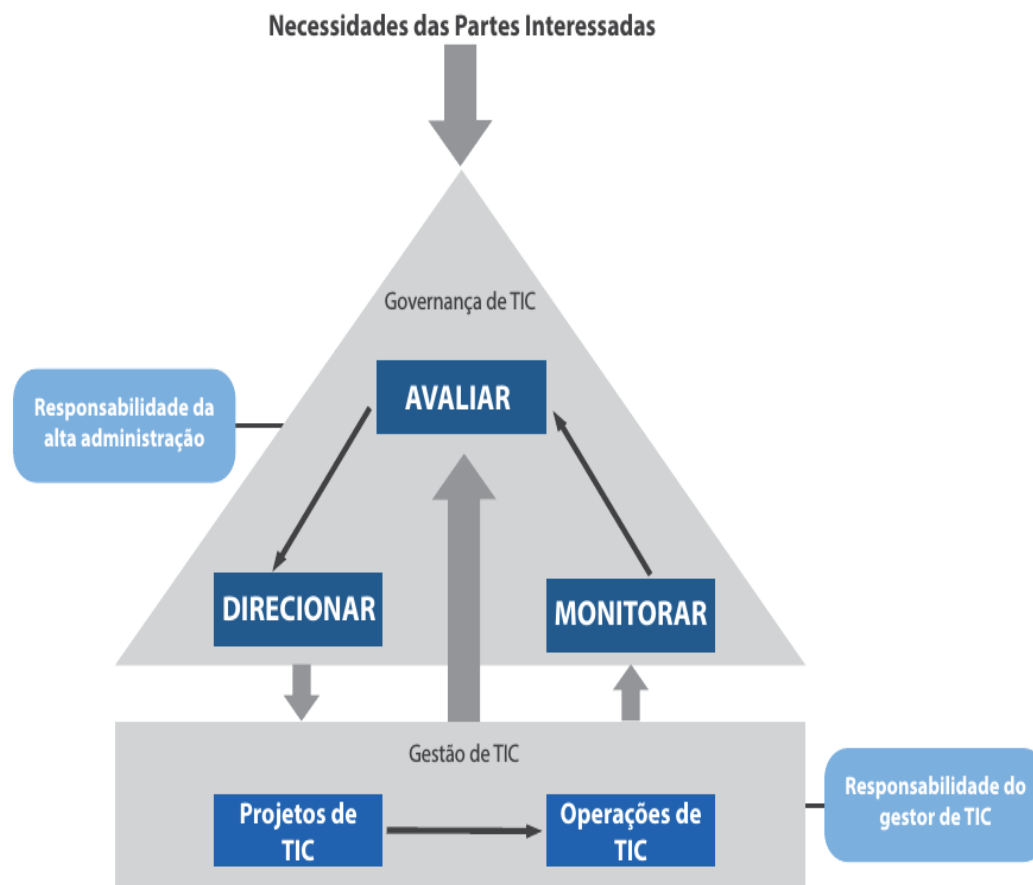
3.3.5.2 Modelo de Governança de TI

O modelo de governança de TI segue os padrões SISP, o qual prevê uma instância de gestão de TI na UFT, papel desempenhado pela Superintendência de Tecnologia da Informação, e outra instância incumbida da governança, no caso o Comitê de Governança Digital (CGD).

A STI é composta por servidores técnicos da Universidade. O CGD é presidido pelo Reitor e congrega representantes da STI, Pró-reitorias da área-meio e da área-finalística.

Na função de governança, ao CGD cabe a elaboração e aprovação de normas aplicáveis à área de TI, monitoramento do cumprimento do planejamento em TI, garantia de que os investimentos em TI estejam em consonância com a missão institucional.

Esquema de governança de TI, previsto pelo SISP



Fonte: STI.

3.3.5.3 Montante de Recursos Aplicados em TI



Recursos Aplicados em TI em 2020

Tipo de aplicação	Montante
Bens de capital	R\$ 1.668.553,33
Material de custeio	R\$ 33.425,70
Serviços Continuados	R\$ 866.400,00
TOTAL	R\$ 2.568.379,03

Fonte: STI / * Valores empenhados.

3.3.5.4 Contratações mais relevantes de Recursos de TI



Contratações mais relevantes de Recursos de TI

Tipo	Montante
Telefonia Fixa	R\$ 118.770,00
Telefonia Móvel	R\$ 196.450,00
SIE/Asten	R\$ 405.280,00
Link de Internet Câmpus de Arraias	R\$ 128.000,00
Link de Internet Unidade Funtrop	R\$ 17.900,00
TOTAL	R\$866.400,00

*Fonte: SIAFI – valores empenhados



3.3.5.5 Principais sistemas, projetos e Resultados da Área de TI

Principais Iniciativas (sistemas e projetos) e Resultados da Área de TI em 2020

Projeto/sistema	Características funções implementadas
SISGRAD	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manifestação de interesse ✓ Comprovante de matrícula ✓ Semestre de ingresso na vaga ✓ Consulta de vínculo ao efetuar matrícula
CUBO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Importação de dados
Intranet	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relatórios SIE
GPU	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reformulação para o <i>Symphony 3.4</i> ✓ Adição das novas pró-reitorias
Periódicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicação de atualização
UFTDocs	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicação de atualização
CPA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mudança na forma de avaliar ✓ Travamento/bloqueio de sistema se não houver avaliação preenchida
Portal UFT	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Novos módulos
SLU	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Versão 2.0 ✓ Manutenção
Agenda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Versão 2.0
Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de indicadores

Fonte: STI.



3.3.5.6 Segurança da Informação



Para garantir a segurança de dados da UFT, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) começou pelo básico: propôs e obteve homologação do Comitê Gestor de TI (CGTI) de uma Política de Segurança da Informação (PSI).

A PSI prevê normativas e diretrizes relacionadas a: correio eletrônico institucional; gestão de senhas; gestão de sistemas; substituição e atualização tecnológica de computadores; uso de recursos de redes. Com a Política, a STI tem um *modus operandis* para lidar com diversos tipos de dados e situações.



Além de possuir a PSI, a STI conta com recursos para garantir a segurança física dos dados da Universidade:

- Gerência de dados gravados em um *storage* exclusivo para *backup*.
- Uso de sistema de *backup* redundante em fita magnética.
- Além das duas medidas anteriores, que estão localizadas nas instalações da STI, existe ainda um sistema de *backup* fora das instalações físicas da Superintendência, porém dentro da Universidade.
- Gerador de energia com sistema automatizado de inicialização para suprir possíveis falhas da rede elétrica, garantindo assim a disponibilidade de informações e integridade dos ativos de rede, pois o mesmo sistema que supre eletricamente os equipamentos também alimenta o sistema de arrefecimento.
- *Firewall* com a função de proteger o tráfego de dados na rede de serviços da UFT, identificando e limitando o acesso de internos e externos à Instituição.

Essas medidas visam a garantir que, na eventualidade de qualquer intercorrência na base de dados da UFT, haja fontes alternativas preservando os dados constantemente.

Os sistemas visam a garantir o banco de dados do SIE/Asten (maior base de dados da UFT), serviços como Alfresco, Portais do Aluno, da Biblioteca e do Professor e qualquer outro serviço hospedado em servidores da STI.

Iniciando pela Reitoria, a STI, em 2017, passou a utilizar uma tecnologia diferente para lidar com a informação produzida pelos servidores da Instituição. Utiliza-se agora uma ferramenta capaz de suportar uma nuvem própria, acessada pelos servidores da UFT, através do Sistema de *Login* Unificado (SLU). Apesar de um servidor poder acessar seus arquivos até mesmo a partir de sua residência, por uma conexão com a internet, os arquivos e dados não estão disponíveis numa nuvem pública, mas numa nuvem própria da UFT. O processo de migração dos dados de uma para outra plataforma alcançou cerca de 75% da Reitoria em 2019. Além da Reitoria, o processo foi estabelecido nas Gerências de RH dos câmpus da UFT.

A STI tinha como meta em 2020 alcançar 100% da migração da Reitoria e iniciar a disponibilização para demais setores administrativos dos câmpus. Devido ao quadro de saúde mundial, a meta 2020 não foi alcançada, porém também não foi paralisada, tendo um crescimento módico de 5%. Durante esse período, também foram continuadas as manutenções e atendimentos requisitados pelos setores que já foram contemplados. A nova meta para 2021 é concluir a Reitoria e ofertar a todos os setores dos câmpus da UFT.

O governo federal vem aprimorando a gestão de tecnologia da informação com uma série de novas legislações, sejam decretos/Instruções Normativas (IN) e uma série de artefatos de gestão de TI (indicadores, padrões de governança, etc), compras de TI, em que, além da legislação de compras gerais, há também itens específicos para compras e contratações para área de Tecnologia da Informação. Este arcabouço legal acaba sobrecarregando os setores administrativos de TI para adequação e caberá, no próximo exercício de 2021, conseguir atender a tais instrumentos legais e montar os processos de compra em tempo hábil.

Além destes, há também uma nova demanda mundial de proteção aos dados pessoais que, no Brasil, tomou a forma da Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD). Este novo instrumento legal levará a implantações de novas rotinas de gestão de dados e segurança e irá demandar demasiadas horas de estudos e trabalhos em todas as áreas de TI da UFT, uma vez que há prazos legais a serem cumpridos.

3.3.5.7 Principais Desafios e Ações Futuras

Os principais projetos da STI para 2021 são:

- Novas funcionalidades no Naus e apoiar no desenvolvimento de seus novos módulos.
- Disponibilização de nova intranet para agrupar os serviços disponibilizados para toda a comunidade da UFT.
- Buscar capacitar a equipe de TI da UFT, para que ela possa atender melhor e mais efetivamente a toda a comunidade da UFT.
- Obtenção de recursos para a atualização do parque tecnológico da Universidade.
- Elaboração e proposição de normativas relacionadas à TI para apreciação e aprovação do CGD.
- Integração das estações de trabalho através de domínio interno.
- Continuar a implantação de Gestor centralizado de *Logs* de sistemas para maior segurança dos usuários.
- Implementando ferramentas para informatizar o PIT/RIT.
- Integrar Portal de Indicadores de Serviços com demais sistemas da UFT.
- Instituir o Diploma eletrônico.
- Dar continuidade à evolução do Sistema de Gestão de Projetos Universitários (GPU).
- Dar sequência à evolução do Naus.
- Dar seguimento à evolução do Sistema de Controle Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO).
- Prosseguir com a evolução do Sistema de Ingresso na Graduação (SIGRAD).
- Dar continuidade à implantação do sistema de nuvem própria que abranja todos os setores administrativos.
- Customização, disponibilização e operacionalização de um sistema de Consulta Pública.
- API para interoperabilidade entre sistemas internos e externos.



3.3.6

Sustentabilidade Ambiental

As políticas de sustentabilidade da Universidade foram desenvolvidas e compiladas no Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), atualizado e aprovado pela Resolução Consuni nº 06/2018.

No PLS/UFT, foi compreendido que a sustentabilidade buscada pela Instituição deveria contemplar 4 dimensões básicas que, integradas, poderiam contribuir para a formação de um pensamento sustentável na UFT. São elas as quatro dimensões: ambiental, cultural, econômica e social.

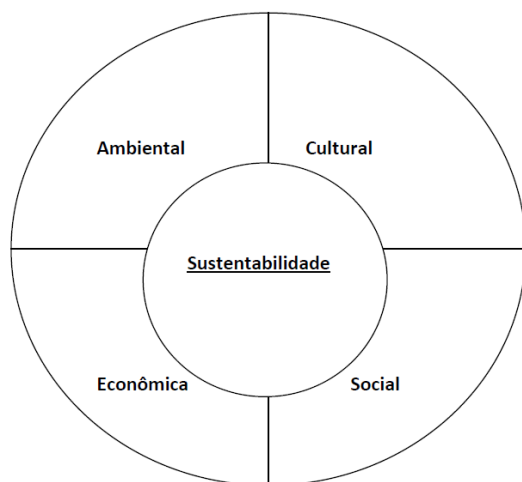


Diagrama da Sustentabilidade - PLS/UFT

Fonte: Resolução Consuni nº 06, de 14 de março de 2018.

O PLS/UFT organizou suas gestões e ações em três eixos:



VALE RESSALTAR

Em cada um desses eixos, o PLS/UFT propõe projetos e ações que visam a construir um meio ambiente sustentável do ponto de vista dos recursos naturais, dos recursos humanos, dos recursos materiais, e da promoção da qualidade de vida entre aqueles que convivem nos campi da UFT distribuídos pelo Estado do Tocantins.

O PLS/UFT foi construído conceitualmente sobre o modelo de “A3P”, compreendido como “[...] um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho” (BRASIL, 2009)¹⁶.

¹⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília: 5. ed., revisada e atualizada, 2009.

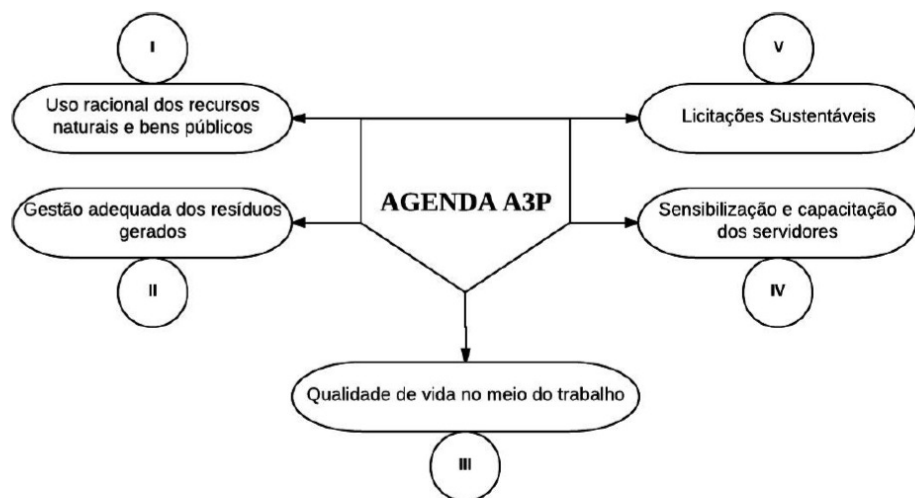


Figura 1– Os cinco eixos temáticos da A3P (A autora, 2017 – adaptado de BRASIL, 2009)

Fonte: Ver referência¹⁷

O PSL/UFT traz como alguns de seus objetivos específicos:

- Sensibilizar a comunidade universitária para melhorar a qualidade dos gastos públicos por meio do consumo consciente com uma gestão adequada dos processos de compras e licitações sustentáveis;
- Incentivar a capacitação da comunidade acadêmica da UFT quantos aos processos sustentáveis;
- Promover a qualidade de vida no âmbito dos espaços públicos da UFT; melhorar o conforto ambiental, psicológico e social;
- Aprimorar o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, considerando o desenvolvimento sustentável no âmbito da UFT;
- Aprimorar as ações de gerenciamento e de redução dos resíduos perigosos;
- Monitorar a adoção de critérios de sustentabilidade de todos os planos, projetos e ações apresentados no PLS;
- Implantar as ações do PLS baseada nas áreas de Gestão energética eficiente, Gestão da arquitetura da paisagem e Gestão de saneamento ambiental.
- Para melhor controlar as ações do PLS, dividiu-se em três grandes eixos norteadores que são: Gestão energética eficiente, Gestão da arquitetura da paisagem e Gestão de saneamento ambiental. Todas as ações, programas e projetos serão incluídos nesses grandes eixos.

No ano de 2020, as ações voltadas às políticas do PLS se voltaram mais para o Eixo de Gestão Energética.

A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal – estabelece que as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaborados visando à redução do consumo de energia, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como: uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica apenas nos ambientes onde for indispensável; automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença; uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; sistema de medição individualizado de consumo de água e energia.

Nesse sentido, as principais ações desenvolvidas foram as de implantação de sistemas alternativos de geração de energia (Fotovoltaica), levando à instalação de usinas solares em todos os câmpus da Universidade, visando à redução dos gastos com energia elétrica e promoção da educação da comunidade com consumo consciente de recursos. Essa meta, segundo o cronograma de implantação do PLS/UFT, era uma ação de médio prazo, que começou a ser desenvolvida no Câmpus de Palmas em 2018 e foi ampliada a todos os câmpus em 2020/2021.



Outra ação adotada foi a substituição paulatina das lâmpadas, reatores e luminárias existentes por outras com maior eficiência energética, buscando a redução dos gastos e melhorias na qualidade dos espaços construídos da Universidade. Essa ação foi incorporada às rotinas de manutenção predial, onde as lâmpadas fluorescentes antigas foram substituídas por lâmpadas/luminárias LED, conforme a necessidade de substituição. Ainda em 2020, a Universidade Federal do Tocantins submeteu projeto para concorrer ao Edital do Programa de Eficiência Energética da Concessionária Energisa. O projeto da Universidade foi aprovado com o valor de R\$796.596,99 a ser investido pela Energisa para adoção de estratégias para melhorar a eficiência energética, através da substituição das lâmpadas fluorescentes por LED na iluminação de todos os edifícios e da iluminação externa do Câmpus de Palmas.

Outra ação conduzida no sentido de melhorias na gestão energética foi a especificação/aquisição de equipamentos de ar condicionado que serão instalados no edifício da Reitoria (em fase de conclusão), com modelos de baixo consumo energético e selo IMMETR/PROCEL.

¹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília: 5. ed., revisada e atualizada, 2009.

SAIBA MAIS

Plano de Gestão de Logística Sustentável: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/EGUB6C4fT8-vxIfazNFNhq/content/06-2018%20-%20Plano%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel%20-%20PLS%20da%20UFT.pdf>

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS





4.1 Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

R\$

Ativo	Nota Explicativa	2020	2019
Ativo Circulante		33.283.051,10	32.256.979,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	32.059.032,60	31.155.210,51
Créditos a Curto Prazo	02	474.175,63	
Demais Créditos e Valores a Curto			377.961,07
Estoques	03	749.842,87	723.808,06
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) pagas antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		33.283.051,10	32.256.976,64
Ativo Não Circulante		503.891.127,15	480.988.009,03
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			
Investimentos Imobilizado		501.448.161,72	478.545.043,60
Bens Móveis	04	74.545.950,03	76.368.101,74
Bens Móveis		135.798.113,78	127.804.250,19
(-)		-61.252.163,75	-51.436.148,45
(-) Redução ao Valor Recuperável			
Bens Imóveis	05	426.902.211,69	402.176.941,86
Bens Imóveis		429.273.892,57	404.267.900,00
(-)		-2.371.680,88	-2.090.958,14
(-) Redução ao Valor Recuperável			
Intangível	06	2.442.965,43	2.442.965,43
Softwares		2.439.927,43	2.439.927,43
Marcas, Direitos e Patentes		3.038,00	3.038,00
Direitos de Uso de Imóveis			
Total do Ativo Não Circulante		503.891.127,15	480.988.009,03
Total do Ativo		537.174.178,25	513.244.988,67

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2020	2019
Passivo Circulante		84.918.836,54	75.332.767,88
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar	07	32.239.793,70	26.733.011,37
Empréstimos e Financiamentos a Pagar			
Fornecedores e Contas a Pagar		4.626.200,69	1.989.038,69
Obrigações Fiscais a Pagar em curto prazo		226,50	226,50
Provisões de Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		48.052.615,65	46.610.491,32
Total do Passivo Circulante		84.918.836,54	75.332.767,88
Passivo Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalhista, Previd, e Assist. a Pagar Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões de Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Total do Passivo Não Circulante	-	-	-
Total do Passivo Exigível	-	-	-
Patrimônio Social e Capital Social	09		
Reserva de Capital		13.618.075,52	13.618.075,52
Demais Reservas			
Resultados Acumulados		438.637.266,19	424.294.145,27
Resultado do Exercício		12.122.085,05	-44.171.916,41
Resultados de Exercícios Anteriores	09	424.294.145,27	468.466.052,70
Ajustes de Exercício anteriores		2.221.035,87	8,98
Total do Patrimônio Líquido		452.255.341,71	437.912.220,79
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		537.174.178,25	513.244.988,67

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020

continua

VALE RESSALTAR

- ❖ 93,80% do patrimônio da entidade pertencem ao grupo ativo não circulante, classificados como Bens Móveis e Imóveis.

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$

Ativo			Passivo		
Especificação	2020	2019	Especificação	2020	2019
Ativo Financeiro	32.070.351,73	31.166.529,64	Passivo Financeiro	90.082.630,92	63.186.920,98
Ativo Permanente	505.103.826,52	482.078.459,03	Passivo Permanente	59.394.180,63	51.782.280,86
			Saldo Patrimonial*	387.697.366,70	398.275.786,83

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. *Formula de cálculo= AT+AP-PF-PP= Saldo Patrimonial.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

R\$

Destinação de recursos	Nota explicativa	Superávit/déficit financeiro
Recursos Ordinários		-9.558.627,56
Recursos Vinculados		-48.453.651,63
Educação		-9.659.333,34
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-12.589.890,70
Dívida Pública		-23.880.029,07
Alienação de Bens e Direitos		210.963,14
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.196.225,12
Outros Recursos Vinculados		-3.731.586,78
Total		-58.012.279,19

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.



Contas de Compensação

R\$

Especificação	Nota explicativa	2020	2019
Atos Potenciais Ativos	08	47.385.033,33	31.378.293,21
Execução dos Atos Potenciais Ativos		47.385.033,33	31.378.293,21
Garantias e Contra garantias Recebidas a Executar		47.385.033,33	31.378.293,21
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos		47.381.552,33	31.374.812,21
Direitos Contratuais a Executar		3.481,00	3.481,00
Outros Atos Potenciais			
Total dos Atos Potenciais Ativos		47.385.033,33	31.378.293,21
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos		98.066.944,30	94.916.419,30
Garantias e Contra garantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		194.360,00	194.360,00
Obrigações Contratuais a Executar		97.872.584,30	94.722.059,30
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Passivos		98.066.944,30	94.916.419,30

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.



Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$

Especificação	Nota explicativa	2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas		438.849.218,99	446.374.315,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11		
Contribuições			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.111.275,62	6.400.536,05
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		7.194,53	746,40
Transferências e Delegações Recebidas		396.233.802,11	398.978.956,80
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos		40.319.779,01	40.744.896,96
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		177.167,72	249.179,17
Variações Patrimoniais Diminutivas	12	426.727.133,94	490.546.231,79
Pessoal e Encargos	13	315.734.369,85	308.276.681,43
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		11.916.340,10	7.040.111,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14	53.193.008,40	68.300.728,93
Variações Patrimoniais Diminutivas		268.852,74	165.718,11
Transferências e Delegações Concedidas		2.544.613,28	2.142.879,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		18.883.522,71	84.499.789,74
Tributárias		15.266,90	27.667,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		24.171.159,96	20.092.655,17
Resultado Patrimonial do Período	10	12.122.085,05	-44.171.916,41

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

VALE RESSALTAR

- ❖ O Resultado Patrimonial do período apresentou saldo positivo de R\$ 12.122.085,05,= lucro. Essa variação é resultante, dentre os fatores, da Reavaliação dos Bens Imóveis no exercício de 2020.

Balanco orçamentário

R\$

Receitas orçamentárias	Nota explicativa	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	14	8.526.525,00	8.526.525,00	2.233.710,41	-6.292.814,59
Receitas Tributárias	15				
Receitas de Contribuições	16				
Receita Patrimonial		139.746,00	139.746,00	15.839,60	-123.906,40
Receita Agropecuária				212.144,66	212.144,66
Receita Industrial					
Receitas de Serviços		8.179.319,00	8.179.319,00	1.883.248,46	-6.296.070,54
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes		207.460,00	207.460,00	122.477,69	-84.982,31
Receitas De Capital	15	32.132.326,00	32.132.326,00		-32.132.326,00
Operações de Crédito		31.954.434,00	31.954.434,00		-31.954.434,00
Alienação de Bens		177.892,00	177.892,00		-177.892,00
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
Subtotal das Receitas		40.658.851,00	40.658.851,00	2.233.710,41	-38.425.140,59
Refinanciamento					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Subtotal com Refinanciamento		40.658.851,00	40.658.851,00	2.233.710,41	-38.425.140,59
Déficit				419.952.176,03	419.952.176,03
Total		40.658.851,00	40.658.851,00	422.185.886,44	381.527.035,44
Detalhamento Dos Ajustes Na Previsão Atualizada					
Créditos Adicionais					
Abertos com Superávit Financeiro					
Créditos Adicionais Abertos com Execução de Arrecadação					

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

VALE RESSALTAR

- ❖ O Resultado Orçamentário do período apresentou déficit de R\$ 419.952.176,03.
- ❖ Arrecadou 5,49% do valor previsto para o exercício de 2020, havendo déficit de arrecadação de R\$ 38.425,59, em função do cancelamento do vestibular devido à pandemia da Covid-19.
- ❖ Empenhou 105,20% do orçamento previsto para 2020, sendo que o excedente advém de recursos de descentralização.



Balço orçamentário

R\$

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	16	369.833.366,00	392.671.339,00	408.143.177,88	370.084.645,71	348.082.846,15	-15.471.838,88
Pessoal e Encargos Sociais	17	280.612.643,00	307.108.556,00	300.803.617,76	300.803.617,76	282.167.640,12	6.304.938,24
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	17	89.220.723,00	85.562.783,00	107.339.560,12	69.281.027,95	65.915.206,03	-21.776.777,12
Despesas de Capital		3.036.377,00	8.636.377,00	14.042.708,56	592.962,42	397.972,42	-5.406.331,56
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Reserva de Contingência							
Reserva do RPPS							
Subtotal das Despesas		372.869.743,00	401.307.716,00	422.185.886,44	370.677.608,13	348.480.818,57	-20.878.170,44
Amortização da Dívida/Refin.							
Amort. da Dívida Interna							
Amort. da Dívida Externa							
Subtotal com Refinanciamento		372.869.743,00	401.307.716,00	422.185.886,44	370.677.608,13	348.480.818,57	-20.878.170,44
Superávit		-	-	-	-	-	-
Total		372.869.743,00	401.307.716,00	422.185.886,44	370.677.608,13	348.480.818,57	-20.878.170,44

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Execução de Restos a Pagar não Processados

R\$

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas	18	12.195.549,86	20.481.480,69	18.816.784,76	15.578.368,82	2.432.506,18	14.666.155,55
Pessoal e Encargos Sociais			10.178,84			10.178,84	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		12.195.549,86	20.471.301,85	18.816.784,76	15.578.368,82	2.422.327,34	14.666.155,55
Despesas de Capital		941.507,67	6.017.895,74	5.040.012,70	5.040.012,70	297.433,62	1.621.957,09
Investimentos		941.507,67	6.017.895,74	5.040.012,70	5.040.012,70	297.433,62	1.621.957,09
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Total	17	13.137.057,53	26.499.376,43	23.856.797,46	20.618.381,52	2.729.939,80	16.288.112,64

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

R\$

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	19	50.370,93	22.995.088,06	22.897.073,29	97.635,29	50.750,41
Pessoal e Encargos Sociais			19.559.838,00	19.559.838,00		
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		50.370,93	3.435.250,06	3.337.235,29	97.635,29	50.750,41
Despesas de Capital			504.903,03	504.903,03		
Investimentos			504.903,03	504.903,03		
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Total	17	50.370,93	23.499.991,09	23.401.976,32	97.635,29	50.750,41

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.



Balanço financeiro

R\$

Especificação	Nota explicativa	2020	2019
Ingressos			
Receitas Orçamentárias	20	2.233.710,41	6.689.267,24
Ordinárias			
Vinculadas	21	2.884.575,82	6.721.635,49
Educação			169.750,00
Seguridade Social (Exceto RGPS)			
Alienação de Bens e Direitos			169.750,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.884.575,82	6.551.885,49
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-650.865,41	-32.368,25
Transferências Financeiras Recebidas		393.470.084,59	398.722.831,34
Repasse da Execução Orçamentária		371.588.300,29	371.359.444,08
Repasse Recebido		371.588.300,29	359.531.444,08
Independentes de Execução Orçamentária		21.881.784,30	39.191.387,26
Transferência Recebida para Pagamento RP		20.093.390,12	36.726.670,20
Demais Transferências Recebidas		29.900,00	
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.758.494,18	2.464.717,06
Recebimento Extraorçamentários		74.529.054,21	50.831.955,35

Continua

Inscrição dos Restos a Pagar Processados		22.196.789,56	22.859.295,69
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		51.508.278,31	26.499.376,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		751.472,66	1.345.588,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários		72.513,68	127.695,18
Restituições a pagar		10.655,00	
Arrecadação de Outra Unidade		61.858,68	127.695,18
Saldo do Exercício Anterior		31.155.210,51	30.271.293,93
Caixa e Equivalentes de Caixa		31.155.210,51	30.271.293,93
Total		501.388.059,72	486.515.347,86

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Especificação	Nota explicativa	R\$	
		2020	2019
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias	22	422.185.886,44	389.468.084,11
Ordinárias		344.924.979,96	368.557.828,61
Vinculadas		77.260.904,48	20.910.255,50
Educação		13.575.018,41	3.650.105,28
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.306.400,00	1000.000,00
Previdência Social (RPPS)		5.232.713,00	5.251.968,30
Receitas Financeiras			1.150.000,00
Dívida Pública		40.298.459,56	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		10.116.728,73	9.858.181,92
Outros Recursos Vinculados		3.731.586,78	
Transferências Financeiras Concedidas		2.156.937,15	1.611.366,11
Resultante da Execução Orçamentária			970.000,00
Repasse Devolvido			970.000,00
Independentes da Execução Orçamentária		2.156.937,15	641.366,11
Transferências Concedidas para Pagamento RP		1.416.717,07	475.397,69
Demais Transferências Concedidas		17.101,40	26.400,00
Movimento de Saldos Patrimoniais		723.118,68	139.568,42
Pagamentos Extraorçamentários		44.986.203,53	64.280.687,13
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		23.401.976,32	21.663.036,02
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		20.618.381,52	41.271.913,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		723.552,66	1.345.738,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários		242.293,03	
Saldo para o Exercício Seguinte		32.059.032,60	31.155.210,51
Caixa e Equivalentes de Caixa		32.059.032,60	31.155.210,51
Total		501.388.059,72	486.515.347,86

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

VALE RESSALTAR

- ❖ Saldo de R\$ 51.508.278,31, a título de Restos a Pagar não processados no final do exercício de 2019.
- ❖ Saldo de R\$ 22.196.789,56, a título de Restos a Pagar processados no final do exercício de 2019.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

		R\$	
Especificação	Nota explicativa	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos	23	396.527.781,34	406.715.631,81
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Receita Patrimonial		15.839,60	133.576,88
Receita Agropecuária		212.144,66	38.266,69
Receita de Serviços		1.883.248,46	6.226.102,74
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias		122.477,69	121.570,93
Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações		394.294.070,93	400.196.114,57
Ingressos extraorçamentários		751.472,66	1.345.588,05
Restituições a Pagar		10.655,00	
Transferências Financeiras Recebidas		393.470.084,59	398.722.831,34
Outras Transferências recebidas		61.858,68	127.695,18
Desembolsos	24	-389.681.071,10	-388-023.843,87
Pessoal e Demais Despesas		-332.138.581,77	-337.022.761,10
Legislativo			
Judiciário		-200.000,00	-162.900,00
Administração		-4000,00	-3.770,00
Previdência Social		-7.778.487,53	-6.622.126,18
Saúde		-600.000,00	-2.874.360,00
Educação		-322.815.007,68	-327.085.375,16
Cultura		-78.350,85	-22.220,81
Direitos da Cidadania		-1.129,92	-100.384,95
Gestão Ambiental		-510.870,25	
Organização Agrária		-150.735,54	-131.624,00
Juros e Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-54.419.706,49	-48.063.978,61
Intragovernamentais		-54.374.899,84	-48026.938,61
Outras Transferências Concedidas		-44.806,65	-37.040,00
Outros Desembolsos das Operações		-3.122.782,84	-2.957.104,16
Dispêndios Extraorçamentários		-723.552,66	-1345.738,05
Transferências Financeiras Concedidas		-2.156.937,15	-1.611.366,11
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior			
Valores Compensados			
Demais Pagamentos		-242.293,03	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	25	6.846.710,24	18.691.787,94
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-5.942.888,15	-17.807.871,36

Continua

Ingressos			169.750,00
Alienação de Bens			169.750,00
Desembolsos		-5.942.888,15	-17.977.621,36
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.932.778,15	-17.767.117,29
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-10.110,00	-210.504,07
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
Desembolsos			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento			
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		903.822,09	883.916,58
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		31.155.210,51	30.271.293,93
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		32.059.032,60	31.155.210,51

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

VALE RESSALTAR

- ❖ O fluxo de caixa da UFT no exercício de 2020, em relação a 2019, obteve geração de R\$ 903.822,09.

4.2 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis



As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e

demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);

- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O escopo das demonstrações contábeis é no nível consolidada no nível de órgão, conforme estrutura evidenciada no Contexto Operacional.



4.3 Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tenha mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).
- **Ativo Realizável a Longo Prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas

especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** - a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa foi a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.
- **Intangível** - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. Conforme quadro seguinte, a taxa de depreciação e o valor residual utilizados foram:

Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis

Bem	Taxa de Depreciação (%)	Valor Residual (%)
Móveis e Utensílios	6%	10%
Máquinas e Equipamentos	9%	10%
Bens de Informática	18%	10%
Material Cultural e Educacionais	9%	10%
Veículos	6%	10%
Demais Bens Móveis	6%	10%

Fonte: Coordenação de Contabilidade e Finanças/UFT.

- **Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- **Passivos Circulantes e não Circulantes**- As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.
- **Empréstimos e Financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.
- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.
- **Benefícios a Empregados** - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o **Resultado Patrimonial**, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo, tem-se o Superávit Patrimonial, caso contrário, será Déficit Patrimonial.
- No Balanço Orçamentário, é apurado o **Resultado Orçamentário com** o valor da coluna Receitas realizadas menos a Despesa empenhada, se for positivo, teremos o Superávit Orçamentário e, caso contrário, será Déficit Orçamentário.

- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o **Resultado Financeiro**, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo, será um Superávit Financeiro, caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, nesta, se for superávit, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

4.4 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais



A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria, foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No quadro abaixo, são apresentados os procedimentos aplicáveis da implantação de cada procedimento, e se há ocorrência ou não.

Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Procedimento Contábil Patrimonial	Sim	Não
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Sim, exceto encargos, multas, ajustes para perdas	
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Sim, exceto encargos, multas, ajustes para perdas	
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Sim, exceto respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	
PCP 4 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.		Não
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação	Sim	

Continua

das provisões por competência.		
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.		Não
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Sim, exceto exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Sim, exceto amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).		Não
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Sim	
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Sim	
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Sim	
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Sim	
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Sim, exceto, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Sim, exceto respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Sim	

Fonte: Coordenação de Contabilidade e Finanças/UFT.



4.5 Notas do Balanço Patrimonial



O Balanço Patrimonial da UFT é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

O balanço apresenta a seguinte divisão **Ativo circulante e não circulante**: (i) Caixa e equivalentes de caixa, (ii) Créditos a Curto Prazo, (iii) Estoques, (iv) Imobilizado e (v) Intangível, Passivo **Circulante e Não circulante e Patrimônio Líquido**: (i) fornecedores e contas a pagar a curto prazo; (ii) obrigações fiscais a curto prazo (iii) demais obrigações a curto prazo, (iv) valores restituíveis, (v) reserva de capital, (vi) resultado do exercício, (vii) Resultados de Exercícios anteriores e (viii) Ajustes de exercícios anteriores.

✓ Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores disponíveis para a UFT são relativos a recursos na Conta Única do Tesouro Nacional para fazer frente a sua execução orçamentária e financeira, tendo uma pequena parte em aplicação financeira.

Em 31/12/2020, A UFT apresentou um saldo de R\$ 32.059.032,60 no grupo caixa e equivalência de caixa, segundo a tabela a seguir.

Caixa e Equivalentes de Caixa				R\$	
Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%	
Recursos da conta única aplicados	11.590.386,79	9.697.246,01	19,52%	36,15%	
Recursos conta única tesouro nacional	20.468.645,81	21.457.964,50	-4,61%	63,85%	
	32.059.032,60	31.155.210,51	2,90%	100,00%	

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Verifica-se, pelos dados acima, que os recursos de caixa e equivalentes de caixa apresentaram decréscimo de 2,90% no período dos recursos da UFT na Conta Única, em consequência da programação financeira do exercício de 2020.

Fontes de Recursos

R\$

Recursos por fonte	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Recursos primários de livre aplicação	19.745.837,85	23.307.392,34	-15,28%	61,59%
Fundo social-parc.dest.educação pule saúde	268.653,28	32.259,90	732,77%	0,84%
Recursos desta Manutenção des.do ensino	11.858,53	47.721,25	-75,15%	0,04%
Receitas de concursos de prognósticos	365.642,30	365.642,30	-	1,14%
Compensação financ.p/expl.de petróleo ou gás Natural	0,00	83.149,73	-100%	0,00%
Títulos de responsabilidade do Tesouro nacional	2.682.788,41		-	8,37%
Rec. Próprios primários de livre aplicação	7.647.283,05	6.692.782,28	14,26%	23,85%
Recursos livres da seguridade social	4.000,00	104.000,00	-96,15%	0,01%
Contribuição plano seguridade social servidor	0,00	47.140,09	-100%	0,00%
Rec.prop.decor.alien.bens e dir.do patr.pub.	210.963,14	210.963,14	0%	0,66%
Tx/mul.p/poder de polícia e mul. prov. proc. jud	140,00	140,00	0%	0,00%
Outras contribuições sociais	212,00	212,00	0%	0,00%
Recursos de convênios	6.809,80	6.809,80	0%	0,02%
Pagamento pelo uso de recursos hídricos	1.000.000,00		-	3,12%
Rec. vinc. aplic. políticas públicas específicas	86.924,24	206.597,68	-57,92%	0,27%
Recursos financeiros de livre aplicação	0,00	50.400,00	-100%	0,00%
Recursos diversos	27.920,00	0,00	-	0,09%
	32.059.032,60	31.155.210,51	2,90%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Conforme tabela acima, dos recursos disponíveis, 61,59% são na fonte de recursos ordinários livres e 23,85% em recursos fonte própria. No total, ocorreu uma redução de 2,90% de 2020 em relação a 2019.

✓ **Nota 02 – Créditos a Receber Curto Prazo**

Os créditos a receber de curto prazo são aqueles realizáveis até 12 meses e, conforme evidenciado na tabela abaixo, têm a seguinte composição:

Créditos a Receber Curto Prazo

R\$

Conta Contábil	30/12/2020	30/12/2019	AH%	AV%
Crédito a Receber por Cessão de Pessoal	470.125,63	373.911,07	25,73%	99,14%
Adiantamento Termo de Exec	4.050,00	4.050,00	-	0,85%
Total	474.175,63	377.961,07	25,45%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nos créditos em curto prazo, houve acréscimo de 25,45% no exercício de 2020, fato decorrente da cessão de pessoal a outros órgãos da Administração.

✓ **Nota 03 – Estoques**

O estoque é relativo aos materiais em almoxarifado que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Almoxarifado – composição

R\$

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Gêneros de alimentação	34.977,43	42.262,27	-17,24%	4,66%
Material farmacológico	7.607,20	7.607,20	-	1,01%
Material químico	179.320,12	179.320,12	-	23,91%
Material de expediente	212.224,26	187.519,87	13,17%	28,3%
Material de Tic	8.284,97	8.367,89	-0,991%	1,10%
Material de copa e cozinha	26.421,26	28.301,63	-6,644%	3,52%
Material elétrico e eletrônico	4.667,00	1.358,24	243,6%	0,62%
Material de proteção e segurança	17,98	17,98	-	0,002%
Material p/ áudio, vídeo e foto	104,80	104,80	-	0,014%
Material laboratorial	255.787,49	248.517,70	2,9%	34,11%
Material hospitalar	20.430,36	20.430,36	-	2,725%
Total	749.842,87	723.808,06	3,59%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Conforme evidenciado na tabela anterior, no ano de 2020, houve uma variação aumentativa de 3,59% no período, com destaque principalmente para o item Material de Expediente, que teve acréscimo de 13,17%. O aumento foi decorrente da aquisição de material.

✓ **Nota 04 – Imobilizado - Bens móveis – composição**

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciada na tabela abaixo:

Os Bens Móveis da Universidade Federal do Tocantins, em 31/12/2020, totalizavam R\$ 74.545.950,03. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado.

Bens móveis – composição

R\$

Bens móveis	31/12/2020	31/12/2020	AH%	AV%
Aparelhos de medição e orientação	2.578.849,12	2.505.949,13	2,90%	1,89%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	9.675.259,93	9.621.839,78	0,55%	7,12%
Equipam/utensílios médicos odonto, lab e hosp.	17.745.927,82	17.110.180,36	3,71%	13,06%
Aparelho e equipamento p/esportes e diversos	220.893,62	220.893,62	0	0,16%
Equipamento de proteção, segurança e socorro.	1.508.937,77	1.501.702,07	0,48%	1,11%
Máquinas e equipamentos industriais	6.227.369,62	2.981.570,86	108,86%	4,58%
Máquinas e equipamentos energéticos	5.493.719,33	5.271.636,58	4,21%	4,04%
Máquinas e equipamentos gráficos	174.379,92	174.379,92	0%	0,12%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	108.772,86	108.473,86	0,27%	0,08%
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis.	22.883,00	8.738,00	161,87%	0,01%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos.	50.593,01	50.593,01	0%	0,03%
Equipamentos de manobras e patrulhamento	4.302,00	4.302,00	0%	0,003%
Equipamento de proteção e vigilância ambiental	1.050,00	1.050,00	0%	0,0008%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	1.311.772,89	1.311.772,89	0%	0,96%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	430.460,72	430.460,72	0%	0,317%
Máquinas e equipamentos - construção civil	9.775,00	9.775,00	0%	0,007%
Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	752.254,03	752.254,03	0%	0,55%

Continua

Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	782.895,03	772.853,14	1,29%	0,57%
Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	19.855,00	11.955,00	66,08%	0,014%
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	23.955.064,93	23.905.774,05	0,20%	17,64%
Aparelhos e utensílios domésticos	11.435.987,64	10.960.091,85	4,34%	8,42%
Máquinas e utensílios de escritório	86.365,62	86.365,62	0%	0,063%
Mobiliário em geral	27.063.479,12	26.912.017,20	0,56%	19,92%
Utensílios em geral	62.515,00	62.515,00	0%	0,046%
Coleções e materiais bibliográficos	4.699.582,86	4.646.710,70	1,13%	3,46%
Instrumentos musicais e artísticos	198.301,47	180.328,08	9,96%	0,146%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	6.360.413,73	5.942.214,94	7,037%	4,68%
Máquinas e equipamentos para fins didáticos	153.787,98	153.787,98	0%	0,11%
Outros materiais culturais, educac e de comum	31.716,88	31.716,88	0%	0,02%
Veículos em geral	225.064,20	225.064,20	0%	0,16%
Veículos de tração mecânica	8.067.115,82	7.740.455,98	4,22%	5,94%
Aeronaves	20.075,56	20.075,56	0%	0,014%
Embarcações	50.247,00	50.247,00	0%	0,037%
Importações em andamento - bens móveis	3.890.287,84	3.890.287,84	0%	2,86%
Semoventes	117.432,37	107.682,37	9,05%	0,08%
'= Bens em poder de outra unidade ou terceiros	0,00	14.424,45	-	-
Bens móveis a classificar	2.235.460,32	0,00	-	1,64%
Peças não incorporáveis a imóveis	23.221,77	23.087,52	0,58%	0,017%
Material de uso duradouro	1.220,00	200,00	510%	0,0009%
Outros bens móveis	823,00	823,00	0%	0,0006%
Valor Contábil dos Bens	135.798.113,78	127.804.250,19	6,25%	100%
* = Depreciação acumulada - bens moveis	(61.252.163,75)	(51.436.148,45)	19,08%	-45,11%
Total	74.545.950,03	76.368.101,74	-2,38%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Dos bens móveis registrados no órgão, Máquinas e equipamentos industriais, Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis e Outras máquinas e ferramentas tiveram uma variação positiva de 108,86%, 161,87% e 66,08% ao analisarmos 2019 em comparação ao exercício de 2020. A variação é resultante de aquisições e incorporação de bens móveis. Cabe destacar que as máquinas e equipamentos industriais foram investimentos em energia solar para a unidade.

VALE RESSALTAR

- ❖ A conta Semoventes apresentou um acréscimo de 9,05% decorrente de registro de nascimento de animais, registrado através da 2020NS000573. A conta Bens móveis a classificar apresentou variação positiva devido ao registro do saldo das contas 89721100 e 897211400, em 17/01/2020, NS0000102 e 104.
- ❖ O saldo da conta depreciação, amortização e exaustão acumulada de bens móveis teve acréscimo de 19,08% decorrente de apropriação da depreciação mensal dos bens da Universidade Federal do Tocantins. conforme 2019NS003290.

✓ Nota 05 – Imobilizado - bens Imóveis

Os Bens imóveis da Universidade Federal do Tocantins, em 31/12/2020, totalizavam R\$ 426.902.211,69 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Bens Imóveis	R\$			
Bens Imóveis	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	297.741.829,66	273.200.629,17	8,98%	69,74%
Bens Imóveis em Andamento	125.547.579,93	125.082.787,85	0,37%	29,40%
Instalações	5.984.482,98	5.984.482,98	0%	1,40%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.371.680,88)	(2.090.958,14)	13,42%	-0,55%
Total	426.902.211,69	402.176.941,86	6,14%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

De acordo com a tabela acima, os Bens de Uso Educacional correspondem a 69,74% do ativo total reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Universidade Federal do Tocantins em 31/12/2020. Esses bens de Uso Educacional tiveram um acréscimo de

8,98%, sendo a variação decorrente do registro de reavaliação de Bens Imóveis da entidade.

A conta de depreciação, amortização e exaustão acumulada dos bens imóveis também apresentou acréscimo em 13,42% em 31/12/2020, em termo percentual em comparação com o mesmo período de 2019, essa variação positiva decorre do registro da depreciação acumulada mensal dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET2019NL008538 e 2019NL023248.

Bens Imóveis de Uso Especial R\$

Bens Imóveis de Uso Especial	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Terrenos, Glebas	2.000.000,00		100%	0,671%
Imóveis de Uso Educacional	295.741.828,66	273.200.628,17	8,25%	99,32%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1,00	1,00	-	3,3%
Total	297.741.829,66	273.200.629,17	8,98%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Os bens de uso especial, que correspondem às unidades de funcionamento da UFT que estão distribuídas conforme tabela acima, sendo os imóveis de uso educacional os mais representativos com o percentual de 99,32% dos bens da unidade.

✓ Nota 06 – Ativo Intangível

O ativo intangível é composto pelos direitos de uso de *software* que são utilizados na prestação de serviços e das marcas e patentes, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Ativo Intangível – composição R\$

Conta Contábil	30/12/2019	30/09/2020	AH%	AV%
Software vida útil definida	111.540,14	111.540,14	0%	4,57%
Software vida útil indefinida	2.328.387,29	2.328.387,29	0%	95,31%
Marca, direitos e patentes	3.038,00	3.038,00	0%	012%
Exaustão e amortização				
Total	2.442.965,43	2.442.965,43	0%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Os bens do grupo intangível não tiveram variação no exercício de 2020 em comparação ao exercício de 2019.

✓ Nota 07 – Passivo circulante

As obrigações em curto prazo da Universidade Federal do Tocantins, em 31/12/2020, tem saldo de R\$ 84.918.836,54 e estão distribuídas em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Composição obrigações em curto prazo

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Fornecedores	4.626.200,69	1.989.038,69	132,58%	5,45%
Fornecedores nacionais a pagar	4.626.200,69	1.989.038,69	132,58%	5,45%
Obrigações fiscais a curto prazo	226,50	226,50	0%	0,00%
Obrigações trabalhistas e prev. a pagar	32.239.793,70	26.733.011,37	20,59%	37,97%
Salários, remuneração e benefícios.	17.209.674,19	18.543.188,51	-7,19%	20,27%
Férias	14.646.766,14	8.078.669,09	81,30%	17,25%
Benefícios previdenciários	268.558,82	3.296,25	8047,40%	0,32%
Encargos sociais a pagar	114.794,55	107.857,52	6,43%	0,14%
Demais obrig. a curto prazo	48.052.615,65	46.610.491,32	3,09%	56,59%
Valores a restituíveis	2.808.039,97	2.676.550,68	4,91%	3,31%
Outras obrigações a curt.	45.244.575,68	43.933.940,64	2,98%	53,28%
Transf. Financ a comprovar	44.584.380,79	43.933.940,64	1,48%	52,50%
Total	84.918.836,54	75.332.767,88	12,72%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

O Subgrupo de obrigações trabalhistas a pagar no exercício de 2020 teve acréscimo de 20,59%, citados na Nota 13 - pessoal e encargos patronais.

As Obrigações com Fornecedores Nacionais aumentaram em 132,58% com relação ao mesmo período do ano passado, o fato demonstra que não foi efetivada a quitação dos maiores fornecedores nacionais no encerramento do exercício de 2020.

Demais obrigações em curto prazo apresentaram acréscimo de 3,09%, em comparação com 2019.

As obrigações contratuais da Universidade Federal do Tocantins com empresas, em 31/12/2020, totalizavam R\$ 97.872.584,30 e estão distribuídas conforme detalhado na tabela a seguir:

✓ Nota 08 – obrigações contratuais

Obrigações contratuais

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Aluguéis	195.157,26	195.157,26	0%	0,20%
Fornecimento de Bens	1.177.408,12	1.177.408,12	0%	1,20%
Serviços	96.500.018,92	93.349.493,92	3,37%	98,60%
Total	97.872.584,30	94.722.059,30	3,32%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

De acordo com a tabela acima, o saldo da conta obrigações contratuais no exercício de 2020 apresentou um acréscimo de 3,32%.

Embora alguns ajustes tenham sido feitos no exercício de 2020, a conta de obrigações contratuais ainda necessita de ajustes, que está previsto para ser realizado no decorrer do exercício de 2021.



✓ Nota 09 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Universidade Federal do Tocantins, em 31/12/2020, totalizava R\$ 452.255.341,71, distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela seguinte.

Composição Patrimônio Líquido

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Reserva de capital	13.618.075,52	13.618.075,52	0,00%	3,01%
Resultados acumulados	438.637.266,19	424.294.145,27	3,38%	93,82%
Resultados do exercício	12.122.085,05	-44.171.916,41	-127,44%	-9,77%
Resultados de exercício Anterior	424.294.145,27	468.466.052,70	-9,43%	103,58%
Ajustes de exerc. Anteriores	2.221.035,87	8,98	2.473.30%	0,00%
Total	452.255.341,71	437.912.220,79	3,28%	96,83%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A tabela acima evidencia um acréscimo percentual no resultado de 3,28% no exercício de 2020, em comparação com o período de 2019. Um dos fatores que resultaram na variação positiva foi o registro de reavaliação de Bens Imóveis da entidade, conforme 2020NL800010.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

R\$

Conta contábil	Fatos que Originaram	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Bens em poder de outra unidade	Conta 12.311.99.02 12321.99.02 devido a implantação da rotina de cessão de bens	(14.424,45)		100%
Superávits ou déficits exercícios anteriores	Reclassificação dos saldos da cta 237110300 - ajuste de exercícios anteriores para a conta 237110201superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura).	(8,98)	(84.857,41)	-99,98%
Bens móveis a classificar	Registro de saldo na conta 123119908 com base no saldo das contas 897210900, 897211000 e	2.235.460,32		100%

Continua

	897211400.			
	NAO SE APLICA	8,98	84.857,41	-99,98%
Ajustes de estoques	Baixa de estoque por consumo, conforme rma do mês jul./2019, recebido por meio do memo./amo/n.057/2019.		8,98	-
Total		2.221.035,87	8,98	2.473.03%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Conforme a tabela acima, no exercício de 2020, foi contabilizado a título de ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 2.221.035,87 que tratam de despesas e receitas de anos anteriores que foram reconhecidos no exercício atual, por mudança de práticas contábeis e/ou ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos, conforme evidenciado na tabela acima.



4.6 Notas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Essa demonstração apresenta a seguinte divisão: variação patrimonial aumentativa e variação patrimonial diminutiva.

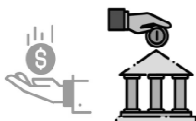
Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFT e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFT, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

✓ Nota 10 – Resultado Patrimonial



Em 31/12/2020, A Universidade Federal do Tocantins apresentou resultado patrimonial do período positivo no valor de R\$ 12.122.085,05.

Observa-se, na tabela abaixo, a demonstração das variações patrimoniais para os exercícios de 2019 e 2020.

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Varição Patrimonial Aumentativa	438.849.218,99	446.374.315,38	-1,69%
Varição Patrimonial diminutiva	426.727.133,94	490.546.231,79	-13,01%
Resultado Patrimonial do Período	12.122.085,05	-44.171.916,41	-127,44%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Conforme os dados apresentados acima, o resultado patrimonial no exercício de 2020 apresentou variação positiva de R\$ 12.122.85,05, comparando com mesmo período de 2019. Essa variação é resultante dentre outros fatores da Reavaliação dos Bens Imóveis no exercício de 2020.

✓ Nota 11 – Variação Patrimonial Aumentativa



Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Variação Patrimonial Aumentativa para os exercícios de 2019 e 2020.

Variação Patrimonial Aumentativa

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Exploração e venda de Bens, serv. direitos.	2.111.275,62	6.400.563,05	-67,01%	0,48%
Vendas de mercadorias	212.144,66	38.266,69	454,38%	0,05%
Exploração e venda de Bens, serv. direitos.	1.899.130,96	6.362.269,36	-70,15%	0,43%
Variações patr. aumentativas financeiras	7.194,53	746,40	863,89%	0,00%
Transferência e delegações recebidas	396.233.802,11	398.978.956,80	-0,69%	90,29%
Outras transferências e delegações	2.763.717,52	256.125,46	979,04%	0,63%
Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação Passivos.	40.319.779,01	40.744.896,96	-1,04%	9,19%
Reavaliação de ativos			-	0,00%
Ganhos na alienação		1.700,00	-100,00%	0,00%
Ganhos com Incorporação ativo	15.900,00	30.040,00	-47,07%	0,00%
Ganhos com desincorporação de passivos	12.632.288,89	40.713.156,96	-68,97%	2,88%
Outras variações patrimoniais aumentativas	177.167,72	249.179,17	-28,90%	0,04%
Total	438.849.218,99	446.374.315,38	-1,69%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

De acordo com a tabela, a receita com exploração e venda de bens, serviços e direitos apresenta uma redução de 67,01% ao analisarmos o período de 2019 em comparação ao exercício de 2020.

As receitas auferidas de juros, encargos, mora, remuneração de depósitos bancários e aplicações teve um acréscimo de 863,89%.

As Transferências e delegações recebidas apresentam decréscimo de 0,69% no período. As transferências recebidas representam 90,29% do total das receitas da unidade.

As receitas de ganhos com valorização e ganhos com ativos e desincorporação de Passivos apresentaram um saldo de R\$ 40.319.779,01, resultando em um percentual de decréscimo de 1,04% no exercício de 2020. O aumento decorre do registro de reavaliação de Bens Imóveis da entidade, conforme 2020NL800010.

As receitas derivadas de diversas variações patrimoniais aumentativas como multas indenizações e restituições tiveram uma redução de 28,90% no exercício 2020.

✓ **Nota 12 – Variação Patrimonial diminutiva**

Em 31/12/2020, a Universidade Federal do Tocantins apresentou um saldo de R\$ 426.727.133,94 relacionado ao grupo Variação Patrimonial Aumentativa.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Variação Patrimonial Aumentativa para os exercícios de 2019 e 2020.

Variação Patrimonial diminutiva

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Pessoal e encargos sociais	315.734.369,85	308.276.681,43	2,42%	73,99%
Benefícios previdenciários e assistências	11.916.340,10	7.040.111,25	69,26%	2,79%
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.	53.193.008,40	68.300.728,93	-22,12%	12,47%
Uso de material de consumo	675.565,42	1.412.620,08	-52,18%	0,16%
Serviços	42.520.985,42	57.335.652,92	-25,84%	9,96%
Depreciação amortização	9.996.457,67	9.552.455,93	4,65%	2,34%
Variações patrimoniais financeiras	268.852,74	165.718,11	62,23%	0,06%
Juros e encargos de mora	258.073,85	159.459,82	61,84%	0,06%
Variações monetárias	10.710,11	3.009,09	255,93%	0,00%
Descontos financeiros	68,78	3.249,20	-97,88%	0,00%

Continua

concedidos				
Transferência e delegações concedidas	2.544.613,28	2.142.879,35	18,75%	0,60%
Desvalorização e perda de ativos e incorp. Passiv	18.883.522,71	84.499.789,74	-77,65%	4,43%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável.	5.299.212,47	-	100%	1,24%
Perdas com alienação		370.543,45	100%	0,00%
Perdas involuntárias		29.414,65	100%	0,00%
Incorporação de passivos	13.578.456,32	84.084.891,64	-83,85%	3,18%
Desincorporação Ativo	5.853,92	14.940,00	-60,82%	0,00%
Tributárias	15.266,90	27.667,81	-44,82%	0,00%
Outras variações patrimoniais	24.171.159,96	20.092.655,17	20,30%	5,66%
Premiação	45.000,00	2.000,00	2150,00%	0,01%
Incentivos	24.125.359,14	20.081.373,77	20,14%	5,65%
Diversas variações	800,82	9.281,40	-91,37%	0,00%
Total	426.727.133,94	490.546.231,79	-13,01%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Pelos dados apresentados acima, as despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais da UFT apresentaram acréscimo de 2,42%, e nos benefícios previdenciários e assistenciais acréscimo de 69,26%.

A variação patrimonial decorrente de juros e encargos sobre mora teve um acréscimo de 62,23% em relação a 31/12/2019. Esse aumento foi decorrente dos atrasos de repasse financeiro e dificuldades financeiras encontradas pela Unidade diante do cenário nacional, isso gerou atraso nos pagamentos de contratos continuados.

Observou-se que houve decréscimo de 77,65% na conta desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos, resultando em redução no total das despesas no exercício de 2020.

VALE RESSALTAR

- ❖ As despesas da UFT tiveram um decréscimo de 13,01%. A variação negativa é decorrente do trabalho remoto devido à pandemia da Covid-19.

✓ **Nota 13 – Pessoal e encargos patronais**

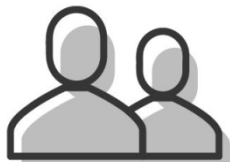
Pessoal e encargos patronais

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Vencimentos e salários	99.419.840,60	112.814.528,58	-11,87%
Abonos	590.890,60	406.922,18	45,21%
Adicionais	1.918.436,07	2.062.318,68	-6,98%
Gratificações	92.288.843,04	86.843.336,76	6,27%
Férias – RGPS	31.183.873,09	17.346.810,12	79,77%
13. Salário – RGPS	17.674.402,73	17.738.047,36	-0,36%
Sentenças judiciais - pessoal ativo RGPS	87.567,43	37.154,28	135,69%
Vencimentos e salários	3.277.175,54	4.810.305,69	-31,87%
Adicionais	56,22	1.127,29	-95,01%
Férias – RGPS	373.351,30	446.900,13	-16,46%
13. Salário – RGPS	439.494,22	-	-
Indenizações – RGPS	54.127,13	33.132,51	63,37%
Contribuição patronal para o RGPS – intra	49.999.780,68	42.591.337,69	17,39%
Pasep s/ folha pagamento	2.798.953,39	2.729.140,64	2,56%
Contribuições previdenciárias – INSS	1.506.763,81	1.712.737,28	-12,03%
Complementação de previdência	1.359.161,59	1.221.446,30	11,27%
	302.972.717,44	290.795.245,49	4,19%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Conforme evidenciado na tabela acima, as VPDs com Pessoal e Encargos apresentaram em 2020 um crescimento de 4,19% em relação a 2019. Essa variação se observou, em especial, pelo crescimento de pagamentos de abonos em 45,21%, Férias em 79,77%, sentenças judiciais em 135,69%, indenizações em 63,37%, contribuição patronal PSSS em 17,39%. A ocorrência foi devido ao reajuste da alíquota do INSS dos servidores da Instituição em março de 2020 e pelo crescimento da folha.



✓ **Nota 14 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

As VPDs com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo totalizaram em 2020 o montante de R\$ 53.193.008,40, o que representa uma redução de 22,11% em relação ao exercício de 2019, conforme evidenciada de forma detalhada na tabela abaixo:

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

R\$

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Consumo de combustíveis e lubrificantes	242.441,05	601.464,20	-59,69%	0,45%
Consumo de gêneros de alimentação		51.987,07	-	-
Consumo de material farmacológico	8.739,00	5.347,66	63,41%	0,01%
Consumo de material hospitalar	12.289,08	40.532,02	-69,68%	0,02%
Material de consumo imediato	408.448,29	713.289,13	-42,73%	0,76%
Consumo de outros materiais	3.648,00	-	-	0,006%
Diárias	74.533,28	656.415,93	-88,64%	0,14%
Serviços técnicos profissionais – pf	370.126,72	1.315.701,62	-71,86%	0,69%
Serv. de apoio adm., técnico e operacional-pf	242.293,03	-	-	0,45%
Serviços educacionais e culturais – pf	669.372,88	922.481,71	-27,43%	1,25%
Serviços técnicos profissionais	490.818,70	583.270,87	-15,85%	0,92%
Serviços de apoio adm., técnico e operacional	19.329.995,62	22.050.770,44	-12,33%	36,33%
Serviços comunicação, gráfico e audiovisual	974.299,24	829.148,96	17,50%	1,83%
Serv. Transp.,passagem, locomoção e hosped.-pj	69.853,53	534.880,89	-86,94%	0,1313209
Serviços administrativos – pj		24,00	-	-
Serviços de confecções – pj	2.866,01	123.866,40	-97,68%	0,005%
Serv. água e esgoto, ener. eletr., gás e outr.-pj	5.330.668,08	9.046.127,15	-41,07%	10,02137
Locação e arrendamento mercantil operacional		30.540,00	-	-
Serviços educacionais e culturais – pj	11.402.706,67	8.653.363,41	31,77%	21,43%
Sentenças judiciais - serviços terceiros – pj	108,22	-	-	0,00020%

Continua



✓ **Nota 14 – Receitas Orçamentárias**

A Universidade Federal do Tocantins fez uma previsão de arrecadar R\$ 40.658.851,00, mas arrecadou R\$ 2.233.710,41, perfazendo 5,49% do previsto para o exercício de 2020.

Na tabela a seguir, é apresentado o Balanço Orçamentário referente à receita para o exercício de 2020.

Receitas				R\$
Receitas	Previsão	Realizada	Realização%	AV%
Receitas Correntes	8.526.525,00	2.233.710,41	26,20%	100
Receita patrimonial	139.746,00	15.839,60	11,33%	0,71%
Receita agropecuária		212.144,66		9,50%
Receita de Serviços	8.179.319,00	1.883.248,46	23,02%	84,31%
Outras Receitas	207.460,00	122.477,69	59,04%	5,48%
Receitas de Capital	32.132.326,00		-	0,00%
Operações de Crédito	31.954.434,00			
Alienação de bens	177.892,00			
Total	40.658.851,00	2.233.710,41	5,49%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. RPNP.

Verifica-se, pelos dados apresentados acima, que, em relação à Receita Orçamentária, do total previsto de R\$ 40.658.851,00 foi arrecadado R\$ 2.233.710,41, o que representa 5,49%, gerando uma insuficiência de arrecadação de R\$38.425.140,59.

O grupo das receitas correntes gerou uma arrecadação de R\$ 2.233.710,41 no exercício de 2020. Estas receitas são responsáveis por 100% do total das receitas arrecadadas no período.

VALE RESSALTAR

- ❖ O balanço Orçamentário da Universidade Federal do Tocantins apresentou uma arrecadação de receita, em 31/12/2020, no valor de R\$ 2.233.710,41 e execução de despesas no valor de R\$ 422.185.886,44.

Fornecimento de alimentação	503.893,09	4.701.706,55	-89,28%	0,947%
Seguros em geral	154.112,01	153.828,65	0,184%	0,289%
Conservação/manutenção ativos infraestrutura	2.818.011,27	6.420.891,88	-56,11%	5,29%
Serviços prestados diversos – pj	16.900,00	293.353,06	-94,23%	0,031%
Serv. apoio adm, técnico e operacional-pj-intra	1.025,00	634.675,00	-99,83%	0,0019269
Serv. comunicac., gráficos e audiovis.-pj-intra	62.578,96	344.071,00	-81,81%	0,117%
serviços educacionais e culturais-pj-intra		5.000,00	-	-
serviços prestados diversos - pj – intra	6.823,00	9.977,00	-31,61%	0,012%
serviços administrativos - pj – estado		25.558,40	-	-
Depreciação de bens móveis	9.715.734,93	8.081.588,07	20,22%	18,26%
Depreciação de bens imóveis	280.722,74	1.470.867,86	-80,91%	0,527%
	53.193.008,40	68.300.728,93	-22,12%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

De acordo com a tabela acima, nas despesas com uso de material de consumo e serviços, houve uma redução de forma geral ao analisarmos o exercício de 2020; as despesas com diárias apresentaram redução de 88,64%; passagens e locomoções 86,94%; fornecimento de alimentos 89,28%. A redução do consumo foi decorrente do trabalho remoto no período da pandemia da Covid-19.

A depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis apresentou um acréscimo de 20,22% em 2020.



4.7 Notas do Balanço Orçamentário



Regulamentado pela lei brasileira 4.320/64, o **Balanço Orçamentário** é a demonstração contábil pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas. Essa demonstração apresenta a seguinte divisão de Receitas e Despesas: (i) receitas e despesas correntes e (ii) receitas e despesas de capital.

✓ **Nota 15 – Arrecadação da Receita – Por Natureza de Receita**

Arrecadação da Receita – Por Natureza de Receita R\$

Natureza Receita	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Aluguéis e arrendamentos-principal	15.839,60	133.575,42	-88,14%	0,71%
Aluguéis e arrendamentos-multas e juros		1,46	-	0,00%
Receita agropecuária-principal	212.144,66	38.266,69	454,38%	9,50%
Serv. Administrativo e comercial geral.	86.881,57	1.005.628,75	-91,36%	3,89%
Serv. Administrativo e comerciais gerais-multas e juros.	25,88	658,00	-96,06%	0,00%
Inscrição em concursos e proc. seletivos-principal	1.795.901,01	5.219.753,99	-65,59%	80,40%
Serviços de informação e tecnologia-principal	440,00	62,00	609,67%	0,02%
Multas previstas em legisl. específica-princ.	3.754,59		-	0,17%
Multas e juros previstos em contratos-princ.	29.873,72	48.392,47	-38,26%	1,34%
Indenização p/danos causados ao patr. pub.-princ.	1.384,40		-	0,06%
Indenização por sinistro-principal	27.921,31		-	1,25%
Outras indenizações-principal	150,00	7.690,22	-98,04%	0,01%
Outras receitas-primárias-principal	59.393,67	65.488,24	-9,30%	2,66%
Alienação de bens móveis e semoventes		169.750,00	-	0,00%
Total	2.233.710,41	6.689.267,24	-66,60%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. RPNP.

Comparando a arrecadação da receita orçamentária de 2020 com a de 2019, verifica-se uma variação negativa de R\$ 4.455.556,83, que representa redução de 66,60%. Esta variação ocorreu em especial pelas seguintes receitas: inscrição em concursos, serviços administrativos, aluguéis e arrendamentos, outras indenizações, houve redução em

65,59%, 96,06%, 88,14% e 98,04, em função do cancelamento do vestibular devido à pandemia da Covid-19.

A Receita de concursos e processos seletivos foi responsável por 80,40% do total das receitas arrecadas no exercício, seguida da receita de Serviços Agropecuários - com 9,50%, juntas essas 02 receitas representam 89,90%.

✓ **Nota 16 – Despesas Orçamentárias**



A Universidade Federal do Tocantins fez uma previsão atualizada de execução de despesas no valor de R\$ 401.307.716,00. No exercício de 2020, a Despesa executada foi de R\$ 422.185.886,44.

Despesas orçamentárias R\$

Despesas	Previsão atualizada	Executada	execução%	AV%
Despesas Correntes	392.671.339,00	408.143.177,88	103,94%	96,67%
Pessoal e encargos sociais	307.108.556,00	300.803.617,76	97,95%	71,25%
Outras despesas correntes	85.562.783,00	107.339.560,12	125,45%	25,42%
Despesas de capital	8.636.377,00	14.042.708,56	162,60%	1,85%
Investimentos	8.636.377,00	14.042.708,56	162,60%	3,33%
Total	401.307.716,00	422.185.886,44	105,20%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. RPNP – restos a pagar não processados.

A Universidade Federal do Tocantins empenhou, no decorrer do exercício, 97,95% das despesas previstas para pagamento de pessoal e encargos sociais. Foram empenhadas 100% do valor orçado para o exercício de 2020 para outras despesas correntes e despesas de capital.

Conforme demonstrado na tabela acima, as Outras Despesas Correntes tiveram 125,45% de execução.

Observou-se que, no exercício de 2020, ocorreram movimentações orçamentárias descentralizadas por outros órgãos, conforme o quadro seguinte.

Movimentação Orçamentária Por Órgão

R\$

		Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS	3		200.000,00		200.000,00	
MINISTÉRIO DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	3		7.821.048,80		7.821.048,80	
INST. NACIONAL DE COLONIZ. E REFORMA AGRÁRIA	3		3.791.784,32		3.791.784,32	
FUNDO NACIONAL DE DESENV. CIENT. E TECNOLÓGICO	1		0,00			
MINISTÉRIO DA ECONOMIA (ME)	3		4.000,00		4.000,00	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	3		7.932.563,96		7.901.654,61	
	3		6.078.764,16		6.078.764,16	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	1	304.354.344,00		111.504,00	300.803.617,76	14.000,00
	3	85.312.783,00			79.344.599,02	0,85
	4	389.667.127,00		111.504,00	380.148.216,78	14.000,85
	4	8.386.377,00			7.714.074,40	0,00
	4	8.386.377,00			7.714.074,40	0,00
	=	398.053.504,00		111.504,00	387.862.291,18	14.000,85
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	3		1.218.122,31		1.218.118,31	
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	3		1.950.883,84		1.950.883,84	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS	3	2.754.212,00				0,00
	4	250.000,00			250.000,00	0,00
	=	3.004.212,00			250.000,00	0,00
	1	250.000,00			249.870,00	0,00
	1	250.000,00			249.870,00	0,00
	=	3.254.212,00			499.870,00	0,00
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	1		1.468.120,00		1.468.120,00	
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS ± ANA	1		1.510.870,25		1.510.870,25	
MINISTÉRIO DO TURISMO	1		1.117.680,00		1.117.680,00	
INST. DO PATRIM. HIST. E ARTISTICO NACIONAL	1		109.748,95		109.748,95	
MINISTÉRIO DA CIDADANIA	1		140.231,22		140.231,22	
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH	1		510.820,80		510.820,80	
REC. SOB. SUPERV. FUND. UNIV. FED. TOCANTINS		0,00				0,00
	1	0,00				0,00
		0,00				0,00
		0,00				0,00
Total		401.307.716,00	33.854.638,61	111.504,00	422.185.886,44	14.000,85

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. DESPESA PESSOAL=1, DESPESAS CORRENTE =3, DESPESA CAPITAL 1.

Ao analisar o período, constata-se que a unidade executou o total de R\$ 33.854.638,61, recebidos por descentralização de outros órgãos.

Conforme demonstrado na tabela 20, nas Outras Despesas Correntes, observou-se que foram empenhados 125,45% do valor previsto para exercício de 2020. A variação positiva decorre da execução de 100% do orçamento destinado à UFT + as descentralizações recebidas de outros órgãos (convênios/acordos).

✓ **Nota 17 – Detalhamento da Execução de Outras Despesas Correntes**

Em 31/12/2020, A UFT apresentou um saldo de R\$ 107.339.560,12 no grupo Execução de outras Despesas Correntes, conforme a tabela a seguir.

Detalhamento da Execução de Outras Despesas Correntes R\$

Elemento de Despesa	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Contratação por tempo determinado – P. civil	419.111,38	620.837,91	-32,49%	0,39%
Outros benef. assist. do servidor e do militar	1.977.478,67	1.974.276,04	0,16%	1,84%
Diárias - pessoal civil	71.988,36	634.816,24	-88,65%	0,067%
Auxílio financeiro a estudantes	21.440.189,28	16.147.564,72	32,77%	19,97%
Auxílio financeiro a pesquisadores	794.003,53	293.273,61	170,73%	0,73%
Material de consumo	213.111,98	1.739.176,17	-87,74%	0,19%
Premiação cultural, artística, científica.	69.800,00	114.000,00	-38,77%	0,06%
Passagens e despesas com locomoção	126.953,09	776.463,44	-83,64%	0,11%
Outros serviços de terceiros – PF	1.117.715,09	2.750.471,75	-59,36%	1,04%
Locação de mão de obra	16.572.944,31	16.270.706,52	1,85%	15,43%
Outros serviços de terceiros PJ	41.960.402,38	31.412.963,56	33,57%	39,09%
Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ	570.139,00	732.231,94	-22,13%	Continua
Contribuições	44.806,65	37.175,00	20,52%	0,041%
Auxílio-alimentação	10.272.609,24	10.297.956,84	-0,24%	9,57%

Continua

Obrigação tributária e contributivas	3.553.550,19	3.510.566,10	1,22%	3,310%
Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	3.918.794,96	4.017.932,19	-2,46%	3,65%
Auxílio-transporte	185.535,75	558.163,04	-66,75%	0,17%
Despesas de exercícios anteriores	51.282,82	28.139,76	82,24%	0,047%
Indenizações e restituições	3.979.143,44	4.135.458,35	-3,77%	3,70%
	107.339.560,12	96.052.173,18	11,75%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

De acordo com os dados apresentados anteriormente, a Execução de Outras Despesas Correntes de 2020, em relação a 2019, apresenta uma variação positiva que representa acréscimo de 11,75%. Esta variação ocorreu em especial pelas seguintes despesas: auxílio financeiro a pesquisadores e despesas de exercício anteriores, que tiveram aumento de 170,73% e 82,24%.

Observou-se, também, que houve variação negativa significativa nas despesas a seguir: Diárias-pessoal civil com redução de 88,65%, material de consumo de 87,74%, e passagens aéreas e despesas com locomoção, 83,64%. A redução do consumo de material de expediente foi devido ao trabalho remoto e diárias e passagens em decorrência da pandemia da Covid-19.

✓ **Nota 18 – Restos a Pagar**

Os Restos a Pagar não processados (RPNP) são todas aquelas despesas que passaram apenas pela fase de Empenho da Despesa, restando ainda a Liquidação e Pagamento.

A UFT iniciou o exercício de 2020 com a inscrição em RPNP de R\$ 51.508.278,31, a título de Restos a Pagar não processados.

A seguir são apresentadas as Tabelas que demonstram a segregação dos RPNP processados e não processados.



Despesas Restos a pagar não processados

R\$

Execução RP não processados	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Inscrito no final do exercício	51.508.278,31	26.499.376,43	94,38%	30,25%
RP a liquidar	13.049.696,70	13.137.057,53	-0,66%	15,00%
RP liquidados a pagar	3.238.415,94	640.695,40	405,45%	0,73%
Pago	20.618.381,52	41.271.913,06	-50,04%	47,12%
Cancelados	2.729.939,80	6.042.278,93	-54,82%	6,90%
RP bloqueados			-	-
Total	91.144.712,27	87.591.321,35	4,06%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. RPNP.

Do montante total inscrito e reinscrito no período de 2019, em comparação com o exercício de 2020, observou-se pela tabela acima que houve acréscimo de 94,38% na inscrição e 4,06% na execução total dos Restos a Pagar não processados no período de 2020.

✓ Nota 19 – Restos a pagar processados

Os Restos a Pagar Processados são todos aqueles que já passaram pela fase de Empenho e Liquidação (RPP).

Restos a pagar processados

R\$

Execução RP Processados	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
RP a pagar	50.750,41	50.370,93	0,75%	0,11%
RP pagos	23.401.976,32	21.663.036,02	8,03%	48,27%
RP inscrição exercício	22.196.789,56	22.859.295,69	-2,90%	50,94%
RP cancelados	97.635,29	304.684,59	-67,96%	0,68%
Subtotal	45.747.151,58	44.877.387,23	1,94%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018. RPNP.

Do montante total inscrito e reinscrito, observou-se que houve acréscimo na execução dos Restos a Pagar Processados (RPP) no exercício de 2020.

O saldo de RP não processados a liquidar elevado e saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados.

4.8 Balanço Financeiro

Conforme o artigo 103, da Lei 4.320/64, "o **Balanço Financeiro** demonstrará a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte". O modelo desse Balanço Financeiro está previsto no Anexo 13 da Lei 4.320-64.



✓ Nota 20 – Balanço Financeiro Ingressos

Em 31/12/2020, a Universidade Federal do Tocantins apresentou um saldo de R\$ 501.388.059,72, relacionado ao grupo ingressos no balanço financeiro, conforme a tabela seguinte.

Balanço Financeiro Ingressos

R\$

Ingressos	2020	2019	AH%	AV%
Receitas orçamentárias	2.233.710,41	6.689.267,24	-66,61%	1,37%
Ordinárias			-	0,00%
Vinculadas	2.233.710,41	6.689.267,24	-66,61%	1,37%
Transferências Financeiras recebidas	393.470.084,59	398.722.831,34	-01,32%	81,95%
Recebimento extraorçamentário	74.529.054,21	50.831.955,35	46,62%	10,45%
Saldo do Exercício anterior	31.155.210,51	30.271.293,93	2,92%	6,22%
Total	501.388.059,72	486.515.347,86	3,06%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

VALE RESSALTAR

- ❖ Da tabela anterior, as receitas orçamentárias representam apenas 1,37% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes de transferências do Ministério da Educação e recebimentos extraorçamentários, que representam mais de 98,63% dos ingressos.
- ❖ No exercício de 2020, não foram registradas receitas ordinárias. Já as Receitas Vinculadas, apresentaram uma variação negativa de 66,61% no comparativo do período de 2019 x 2020, enquanto nos recebimentos extraorçamentários houve acréscimo de 46,62%.

A seguir é apresentada a tabela demonstrando a arrecadação das receitas orçamentárias em 2019.

✓ Nota 21 – Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza de Receita

Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza de Receita R\$

Natureza Receita	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Aluguéis e arrendamentos-principal	15.839,60	133.575,42	-88,14%	0,71%
Aluguéis e arrendamentos-multas e juros		1,46	-	0,00%
Receita agropecuária-principal	212.144,66	38.266,69	454,38%	9,50%
Serv. Administrativo e comercial geral.	86.881,57	1.005.628,75	-91,36%	3,89%
Serv. Administrativo e comerciais gerais-multas e juros.	25,88	658,00	-96,06%	0,00%
Inscrição em concursos e proc. seletivos-principal	1.795.901,01	5.219.753,99	-65,59%	80,40%
Serviços de informação e tecnologia-principal	440,00	62,00	609,67%	0,02%
Multas previstas em legisl. Especifica-princ.	3.754,59		-	0,17%
Multas e juros previstos em contratos-princ.	29.873,72	48.392,47	-38,26%	1,34%
Indenização p/danos causados ao patr.pub.-princ.	1.384,40		-	0,06%

Continua

Indenização por sinistro-principal	27.921,31		-	1,25%
Outras indenizações-principal	150,00	7.690,22	-98,04%	0,01%
Outras receitas-primárias-principal	59.393,67	65.488,24	-9,30%	2,66%
Alienação de bens móveis e semoventes		169.750,00	-	0,00%
Total	2.233.710,41	6.689.267,24	-66,60%	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. RPNP.

Conforme os dados apresentados acima, houve uma variação negativa de 66% nas Receitas Orçamentárias Ordinárias previstas para o exercício de 2020, e as receitas provenientes de concursos e processo seletivo foram responsáveis por 80,40% do total das receitas arrecadas no exercício.

✓ Nota 22 - Balanço Financeiro Dispêndios

No exercício, a UFT apresentou um saldo de R\$ 501.388.059,72 relacionado ao grupo dispêndios no balanço financeiro.

Balanço Financeiro Dispêndios R\$

Dispêndios	2020	2019	AH%	AV%
Despesas orçamentárias	422.185.886,44	389.468.084,11	8,40%	80,05%
Ordinárias	344.924.979,96	368.557.828,61	-6,41%	75,75%
Vinculadas	77.260.906,48	20.910.255,50	269,49%	4,30%
Transferências Financeiras concedidas	2.156.937,15	1.611.366,11	33,86%	0,33%
Despesas extraorçamentárias	44.986.203,53	64.280.687,13	-30,02%	13,21%
Saldo para o Exercício seguinte	32.059.032,60	31.155.210,51	2,90%	6,40%
Total	501.388.059,72	486.515.347,86	3,06%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. RPNP.

Pela tabela anterior, no exercício de 2020, as despesas orçamentárias representaram 80,05% de todos os gastos com a unidade, sendo quase que 75,75% de despesas são na modalidade ordinárias.

VALE RESSALTAR

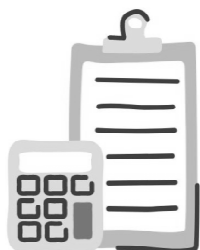
- ❖ No Balanço Financeiro, houve um acréscimo de 269,49% nas Despesas Vinculadas em comparação ao exercício de 2019. Essa despesa corresponde a 4,30 % do total das despesas orçamentárias. A variação é decorrente da dívida pública contraída para financiar as despesas com a pandemia da Covid-19.

Dívida pública é a dívida contraída pelo Governo para financiar o déficit orçamentário, inclusive o refinanciamento da própria dívida pública, que é a contratação de um novo empréstimo.

As despesas vinculadas são apresentadas pela sua classificação funcional, ou seja, segregam as dotações orçamentárias em funções e subjunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

No tocante às transferências concedidas, a UFT repassou a outras unidades R\$ 2.156.937,15, o que apresentou um acréscimo de 33,86% em comparação com o exercício de 2019.

A despesa extraorçamentária que corresponde a pagamentos de restos a pagar processados e não processados, depósitos restituíveis e outros pagamentos extraorçamentários representam 13,21% de todos os dispêndios.



4.9 Demonstrações fluxo de caixa (DCF)

Demonstração do Fluxo de Caixa é um termo utilizado na Contabilidade para designar uma peça contábil (relatório fundamental para análise da empresa) que evidencia a posição financeira da empresa. Permite saber quais foram as mudanças relacionadas com as entradas e saídas de dinheiro que ocorreram em um período específico, no caixa, no banco e nas aplicações

financeiras de liquidez imediata da empresa. Permite ainda averiguar qual o resultado dessas movimentações financeiras.

A UFT concentra o saldo da demonstração de fluxo de caixa nas atividades das Operações e atividades de Investimento. O órgão não possui valores nas atividades de financiamento.

✓ Nota 23 – Composição dos Ingressos

O fluxo de caixa das atividades das operações é formado pelos grupos de ingressos e desembolsos.

Composição dos Ingressos

R\$

Atividades das Operações – Ingressos	2020	2019	AH%	AV%
Receitas Derivadas e Originárias	2.233.710,41	6.519.517,24	-65,74%	1,60%
Transferências correntes Recebidas			-	0,00%
Outros Ingressos das Operações	394.294.070,93	400.196.114,57	-1,47%	98,40%
Total	396.527.781,34	406.715.631,81	-2,50%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Conforme a tabela acima, no fluxo de caixa das atividades das operações no grupo Ingressos de recursos destacou o subgrupo mais representativo “Outros Ingressos das Operações”, com saldo de R\$ 394.294.070,93 em 31/12/2020, que equivale a 98,40% do total dos ingressos. Neste grupo constam transferências correntes recebidas.

Quanto à evolução do grupo “outros ingressos das operações”, houve um decréscimo de -1,47% comparado com exercício de 2019.

As receitas derivadas e originárias de tributos, patrimonial e prestação de serviços apresentaram um decréscimo de -65,74% em comparação com exercício de 2019.



✓ **Nota 24 – Composição dos Dispêndios**

Composição dos Dispêndios R\$

Atividades das Operações Dispêndios	2020	2019	AH%	AV%
Pessoal e Demais Despesas	332.138.581,77	337.002.761,10	-0,44%	86,85%
Transferências Concedidas	54.419.706,49	48.063.978,61	13,22%	12,39%
Outros desembolsos Operacionais	3.122.782,84	2.957.104,16	5,60%	0,76%
Total	389.681.071,10	388.023.843,87	0,43%	100,00%
Total fluxo de caixa das atividades operacionais	6.846.710,24	18.691.787,94	-63,37%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Pelos dados apresentados na tabela acima, quanto ao dispêndio, o grupo com maior montante é o “Pessoal e Demais Despesas”, com saldo de R\$ 332.138.581,77 em 31/12/2020, representando 86,85% do total dos dispêndios, sofrendo uma queda de 0,44% comparando com o exercício de 2019.

“Outros desembolsos Operacionais” apresentou acréscimo de 5,60%, e “Transferências concedidas” acréscimo de 13,22% em 31/12/2020. O aumento do subgrupo decorre da conta Transferências recebidas e Dispêndios extraorçamentários.

✓ **Nota 25 – Composição das Atividades de Investimento**

Composição das Atividades de Investimento R\$

Atividades de Investimento Dispêndios	2020	2019	AH%	AV%
Ingressos	0,00	169.750,00	0,00%	0,95%
Alienação de Bens		169.750,00	0,00%	0,95%
Desembolsos	5.942.888,15	17.977.621,36	-66,94%	100,95%
Aquisição de ativo circulante	5.932.778,15	17.767.117,29	-66,61%	98,83%
Outros desembolsos de Investimentos	10.110,00	210.504,07	-95,20%	1,18%
Total	5.942.888,15	17.807.871,36	-66,63%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Conforme a tabela apresentada, não houve ingressos de atividades de investimento da unidade no exercício 2020, e os desembolsos foram aquisição de bens e outros desembolsos de investimentos. A aquisição de ativo não circulante representa 98,83% dos desembolsos com atividades de investimentos.



SAIBA MAIS

Demonstrações Contábeis:

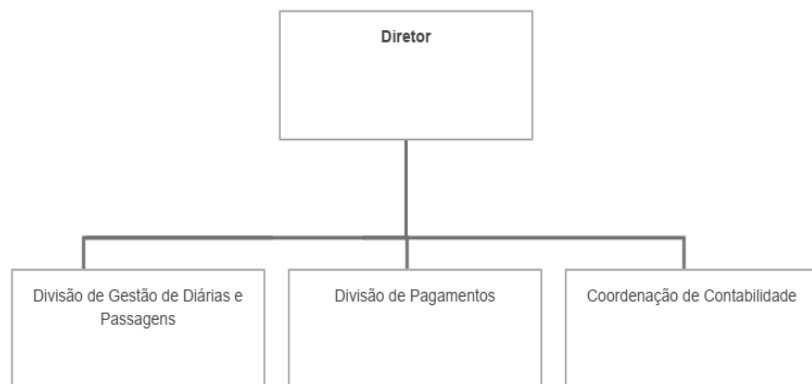
https://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=208&id=adaaf550-8dcb-4f67-a48b-17653ba6393f&folder_name=Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Cont%C3%A1beis

Conclusões de auditorias independentes e/ou Órgãos de Controle

Não houve recebimento de outros Relatórios de auditoria seja interno ou externo. As demais recomendações consolidadas pela Audin poderão ser consultadas em <https://ww2.uft.edu.br/index.php/audin/acompanhamento-de-recomendacoes>.

Estrutura do Setor de Contabilidade

Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF



18/03/2020 09:59:01 Organograma gerado pelo sistema Siorg

Os serviços de contabilidade e finanças estão inseridos na estrutura da Diretoria de Contabilidade e Finanças e fazem parte da Pró-Reitoria de Administração e Finanças.

Compete à Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades contábeis e financeiras da UFT. A força de trabalho atualmente conta com oito servidores e três estagiários e é subdividida nos setores a seguir, relacionados juntamente com as respectivas atribuições.

Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável: ROGÉRIO PEREIRA MARINHO, Contador, (Portaria n.º 80/2017, de 13 de janeiro de 2017)

- Dirigir e orientar atividades de contabilidade e finanças;
- Manutenção da ordem cronológica de pagamentos;
- Efetivar pagamentos no SIAFI (emissão de ordens bancárias);
- Gestão de saldos de limites de saques da Instituição;

- Emissão de contratos de câmbio;
- Atualizações financeiras de contratos, certidões de dívidas ativas, etc;
- Cadastrar e manter conformidade de usuários do SIASG e SIAFI;
- Elaboração e transmissão da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Manutenção de registros no Cadastro informativo de débitos não quitados do setor público (CADIN);
- Gestão de suprimento de fundos;
- Prestar informações acerca da execução contábil e financeira;

Divisão de Gestão de Diárias e Passagens

Responsável: MIRLENE ALVES DA SILVA, Administradora (Portaria Nº 1.094/2018 de 6 de julho de 2018)

- Orientar, normatizar internamente a legislação para diárias e passagens no âmbito da UFT. Gestão setorial do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);
- Assessoria técnica à Ordenação de Despesa e Gestão Financeira;
- Contratação e fiscalização de contrato para emissão de passagens;
- Emissão de Passagens Nacionais e Internacionais;
- Elaborar e fornecer relatórios acerca da execução de diárias e passagens.

Divisão de Pagamentos

Responsável: WITECLAN NEVES DA SILVA, Contador (Portaria Nº 1.095/2018 de 6 de julho de 2018)

- Liquidação de despesas em geral;
- Liquidação da folha de pagamentos;
- Efetuar retenções de impostos e fornecer comprovantes às empresas;

Coordenação de Contabilidade

Responsável: IRACY MARTINS DE AMORIM, Contadora (Portaria Nº 1.092/2018 de 6 de julho de 2018)

- Registrar os fatos e atos contábeis;
- Gerir emissão de notas de empenho;
- Conciliação entre o sistema de controle gerencial e registros contábeis;
- Atender a obrigações acessórias (GFIP, ITR etc);
- Conformidade contábil.
- Elaboração de Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas;
- Prestar informações acerca da execução contábil e financeira;

5. OUTRAS INFORMAÇÕES



5.1 Relato Integrado

Processo de Definição da Materialidade:

Cumprindo o compromisso de alavancar os mecanismos de governança pública, a UFT apresenta os produtos resultantes das ações realizadas no exercício de 2020 para atingir sua missão institucional.

Para esta apresentação, foram utilizados os dados qualitativos mais relevantes das diretrizes definidas no PDI e apresentados os pontos que mais contribuíram para o atingimento da sua missão, relacionando-os ao que foi planejado e executado, demonstrando como os planos de ação são definidos para que os impactos positivos sejam potencializados e os negativos mitigados.

Todas as informações disponibilizadas foram analisadas e coletadas nos mais diversos documentos e publicações que fazem referência à Instituição. Os tópicos apresentados neste Relatório foram validados pela alta gestão e estão refletidos no PDI 2016-2020. Os mesmos estão relacionados com o mecanismo de estratégia, deixando disponível a maneira como a Universidade discute os temas relevantes para a sociedade no seu Comitê de Governança e como as ações ali definidas têm relação com o mapeamento dos riscos estratégicos.

Ainda visando ao fortalecimento dos mecanismos de governança na Universidade, o modelo tradicional de apresentação dos resultados foi substituído pelo modelo de Relato Integrado, no qual as informações sobre a realização das políticas universitárias e a entrega de valor à sociedade são dispostas de maneira mais compreensível, atendendo aos requisitos da transparência ativa, além de apresentar como as ações da Universidade impactam positivamente a sociedade em que está inserida.



5.2 TRATAMENTOS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Durante o exercício de 2020, não foi emitido Acórdão tratando do julgamento de contas da Universidade e as demandas do TCU são acompanhadas pela Auditoria Interna, uma vez que no Painel existe uma ação permanente de acompanhamento de recomendações e determinações dos órgãos de controle. A partir de 2020, foi implementado o Sistema Conecta TCU, pelo qual a Audin, com perfil próprio para acesso, acompanha e monitora as recomendações, bem como as comunicações entre a UFT e o controle externo.

Através da nova ferramenta, a Audin pôde atualizar seu estoque de recomendações da UFT, junto ao TCU, e verificar que os Acórdãos com cumprimento pendente, em 2019, tiveram suas recomendações consideradas implementadas em 2020: Acórdãos nº 55/2015 e 99/2015, ambos emitidos pelo TCU Plenário.

SAIBA MAIS

A Audin-UFT mantém registro das recomendações do TCU e disponibiliza a publicação e Painel de transparência sobre o andamento do cumprimento por meio do endereço www.uft.edu.br/transparencia na seção Auditoria Interna, menu Painel Tribunal de Contas da União.

5.3 TRATAMENTOS E RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

No exercício de referência, não foram emitidas recomendações para a Universidade, havendo o acompanhamento daquelas que foram expedidas nos exercícios anteriores.

O acompanhamento das recomendações oriundas das auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) é realizado através de sistema informatizado da CGU, de nome e-Aud, ao qual esta unidade de auditoria possui acesso para acompanhamento e interlocução da UFT com o órgão de controle interno.

SAIBA MAIS

A Audin-UFT mantém registro das recomendações da CGU e disponibiliza a publicação e Painel de transparência sobre o andamento do cumprimento por meio do endereço www.uft.edu.br/transparencia na seção Auditoria Interna, menu Painel Controladoria-Geral da União.

Dilson Pereira dos Santos Júnior
Coordenador de Auditoria Interna

ANEXO I: Declarações

Declaração do Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento,

Eduardo A. Lemus Erasmo



A UFT tem buscado cada vez mais alternativas que contribuam para o aprimoramento da gestão com a implementação de práticas, alinhadas à utilização de ferramentas capazes de contribuir para a demonstração dos resultados alcançados pela gestão, como resultado de todo o investimento que é realizado.

O ano de 2020 já seria um marco na história da UFT, pois, mesmo antes do surgimento da pandemia, os trabalhos de construção daquele que seria o planejamento mais inovador da Instituição até o momento já haviam sido iniciados.

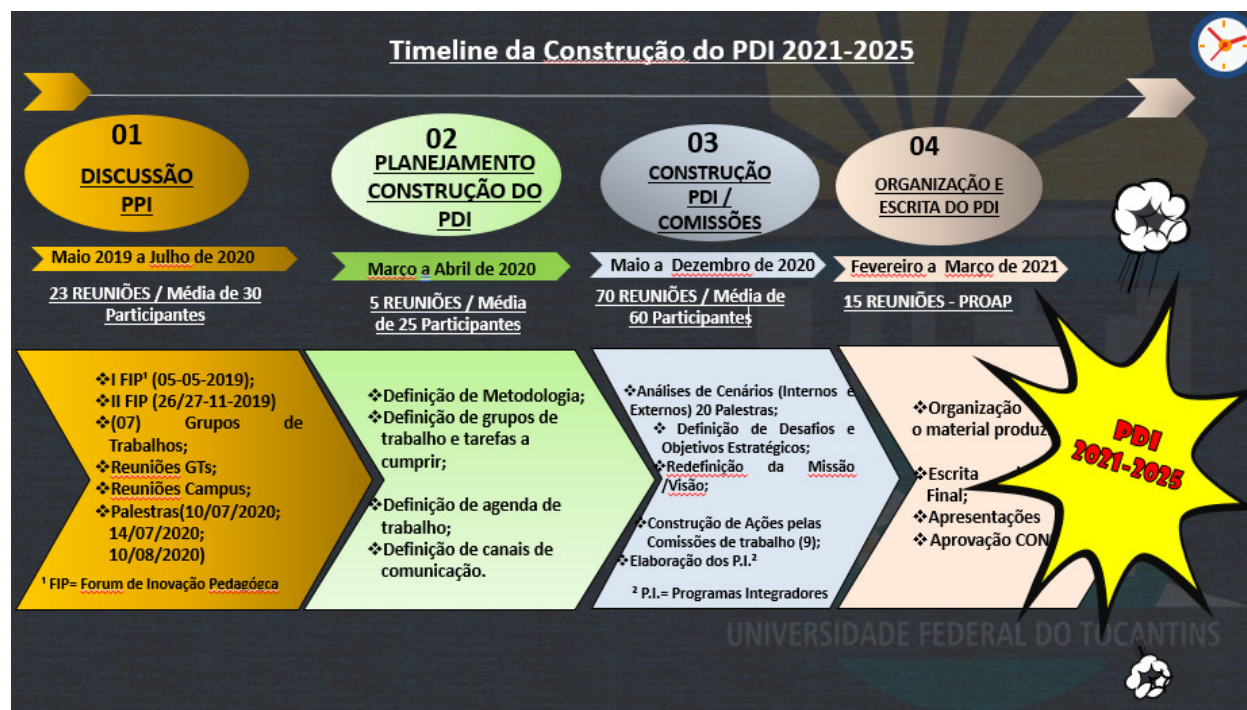
Com o cronograma das atividades em andamento, surgiu o surto de Covid-19 e a consequente mudança na rotina de todos que estavam envolvidos no processo. Assim, obedecendo às medidas de higiene e segurança, as adaptações necessárias foram feitas e todas as discussões passaram a ter sua realização on-line, o que de certa forma favoreceu o processo, pois se observou uma média de 30 participantes nas discussões iniciais e 60 na segunda etapa, quando foi feita a divisão por área em nove comissões específicas, conforme demonstrado na figura ao lado.

Todos os documentos que deram suporte ao processo de construção do PDI, bem como as gravações das reuniões estão disponíveis no site da Universidade e na página oficial da UFT no *YouTube*, nos links: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/pdi/construcao-do-pdi-2021-2025> e <https://www.youtube.com/playlist?list=PLwxt0oTpScIjfqXBv-O6UzBpx10us9vF2>

Em paralelo à situação pandêmica, durante o ano de 2020 também ocorreu a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFNT) e a UFT tornou-se tutora no processo de transição, prestando apoio e suporte técnico para o estabelecimento da nova Universidade no Estado. Com isso, houve o desmembramento dos câmpus mais ao norte – Araguaína e Tocantinópolis – da estrutura da UFT, apesar de toda a execução financeira, orçamentária, contábil, de

pessoal e de atos de gestão ainda serem executados pela Universidade tutora e, por isso, os dados estão incluídos nas demonstrações dos resultados do subcapítulo “3.2 Resultados Estratégicos da Gestão”, que pertence ao capítulo 3.

Assim, mesmo com todas as adversidades, mudanças, adaptações e medidas de restrição impostas durante o ano de 2020, pode-se dizer que a Universidade alcançou resultados significativos que serão demonstrados neste capítulo, juntamente com a demonstração do cumprimento das ações planejadas para o período de 2016-2020, quando foi trabalhado o PDI e houve a inserção e o monitoramento das ações no Sistema Naus, o início do gerenciamento dos riscos institucionais, a demonstração dos resultados de algumas áreas por meio de painéis no Portal da Transparência da UFT, o avanço dos mecanismos de governança, colocando a Universidade entre as 20 melhores do país, segundo resultado apresentado pelo TCU, e o aprimoramento constante das técnicas de gestão baseadas na transparência dos atos, na entrega de valor à sociedade e no *accountability*.



Eduardo A. Lemus Erasmo
Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Declaração do Pró-Reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima



A Pró-reitoria de Administração e Finanças (Proad) tem como missão proporcionar condições para que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) desenvolva, de maneira humana e eficaz, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme os preceitos legais. A Proad é uma Pró-Reitoria-meio e sua atuação faz com que a Universidade se mantenha funcionando e realizando na consecução de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária. Destarte, compete à Proad coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas da UFT, além de zelar pela execução financeira e orçamentária.

Na estrutura da Pró-reitoria estão presentes duas grandes Diretorias e uma Coordenação ligada diretamente ao Gabinete do Pró-reitor, a saber:

a) Diretoria Administrativa (Dirad): órgão responsável pelas compras de recursos materiais, licitações, gestão de contratos, gestão operacional (frotas, protocolo), gestão de almoxarifado central e patrimônio;

b) Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF): órgão responsável pela conformidade contábil, execução financeira, gestão de diárias e passagens, apropriação e pagamento da folha de pessoal da UFT e;

c) Coordenação de Projetos (CCP): Setor responsável para fazer a interação e atuar com instituições públicas e privadas com vistas à celebração de parcerias, acordos de cooperação, convênios e contratos referentes a projetos, observando o cumprimento das normas internas da Instituição e das legislações pertinentes. Tem ainda como função, assessorar as unidades da Universidade na elaboração e execução de projetos e convênios com recursos captados via órgãos Federais, Estaduais e Municipais com base na legislação vigente, assim como gerenciar, acompanhar e controlar os ajustes e parcerias firmados pela UFT, de modo a assegurar o cumprimento do objeto proposto e a aplicação devida dos recursos alocados, em conformidade com a legislação vigente, e, por fim, analisar e aprovar como gestor orçamentário os Termos de Execução Descentralizadas (TEDs) junto ao referido módulo no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

Atualmente, a Proad conta com a colaboração de 39 pessoas, sendo 20 estagiários e 37 servidores técnico-administrativos, que efetuam todas as rotinas inerentes às atividades da Pró-reitoria. É importante ressaltar que temos servidores afastados para especialização e também cedidos para outras instituições, de modo que, mesmo com o retorno dos servidores afastados, o número ideal deles está abaixo do necessário para atender a todas as demandas.

No que diz respeito à Meta M.4.3.3 - Melhorar gestão de bens patrimoniais, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização de inventário anual a fim de localizar bens cadastrados como permanentes, porém com características de materiais de consumo ou de aplicação em obras e instalações.
- Foi implantada a parametrização do sistema para o tombamento dos bens conforme o plano de contas.
- Realização mensal da conciliação contábil.
- Liquidação das notas fiscais no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) feita tempestivamente, isto é, logo após o tombamento dos bens.
- Incorporação de 13 veículos automotivos através de doações recebidas de diversos órgãos federais, aumentando e revitalizando a frota da UFT;
- Início da implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços para gestão patrimonial (SIADS).
- Verificação periódica do estoque.
- Realização de 4 leilões, sendo 3 de semoventes, com arrecadação de R\$ 198.006,22, e 1 de leite com previsão de arrecadação no leilão de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- Tombamento de 2067 bens, sendo 19 bens de terceiros, 1740 adquiridos por compra, 197 por doação, 111 por produção própria.
- Baixa de 158. Todos por Alienação, via leilão.

Quanto à Meta M 4.3.4 - Ampliar a transparência na prestação de contas da Universidade para a comunidade e para a Sociedade, teve-se os seguintes avanços:

- Criação do Manual de Fiscalização de Contratos, Instrução Normativa para orientação aos fiscais de contrato (em andamento).
- Ajuste do Manual de Procedimentos de Contratos (Andamento).
- Implantação do módulo Contratos no SIE (realizado).
- Elaboração do fluxograma para os procedimentos da Coordenação de contratos em relação à Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) e à Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap).
- Aprimoramento da transparência através da disponibilização, no site da UFT, dos documentos referentes à formalização dos Contratos e Convênios celebrados em 2020, por intermédio da CCP.
- Aprimoramento da transparência através da disponibilização do acervo digitalizado, com integralidade dos instrumentos legais de Termos de Contrato e Termos Aditivos formalizados nos últimos 5 exercícios (2015-2020). Ainda se coloca como destaque a apresentação de informações quanto à execução financeira e orçamentária, demonstrações contábeis e

demais atos inerentes à gestão administrativa que estão todos presentes no Portal da transparência da UFT.

Na Meta M 4.3.11. Melhorar a Gestão de Frota, em 2020, foi dada continuidade às ações:

- Manutenção de serviço terceirizado de motoristas, tratorista, motoboy e encarregados nos câmpus da UFT.
- Prestação de serviço de fretamento turístico eventual aos câmpus da UFT.
- Manutenção de serviço de mudança e transferência em geral de bens móveis, como mobiliário, bagagens, veículos automotores (ligados às mudanças) e demais objetos de propriedade e interesse da UFT.
- Manutenção dos serviços de locação de meios de transporte para a UFT (terrestre, aquático etc.);

Sobre a Meta M 5.9.3. Atender às necessidades de manutenção e renovação da frota de veículos, destacam-se:

- Garantia da manutenção de mecânica para veículos oficiais e cedidos.
- Manutenção do serviço de seguro de veículo para assegurar os veículos oficiais pertencentes aos câmpus da UFT.
- Fornecimento de combustível para veículos oficiais e cedidos nos câmpus da UFT.
- Licenciamento anual, incluindo taxas do Detran e DPVAT dos veículos oficiais pertencentes à UFT.

Outras ações de destaque não presentes como meta do PDI que carecem ser mencionadas:

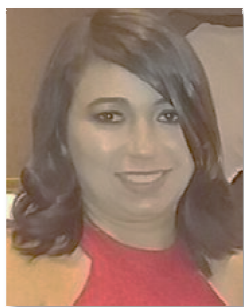
- Início da transição da Federal do Norte do Tocantins com registro do CNPJ e UG Executora, cadastros no SIAFI e SIASG.
- Desenvolvimento de planilha para carga de Lista de Credores via processo BATCH (SIAFI), reduzindo tempo de lançamento das bolsas.
- Montagem de processo de compra com as demandas dos câmpus e da Reitoria para aquisição de material de expediente, gêneros alimentícios, copa e cozinha e gás.
- Processamentos e despacho das solicitações de empenho dos câmpus e Reitoria.
- Acompanhamento das solicitações de empenho a fim de verificar se a empresa requisitada efetuou a entrega.
- Elaboração do fluxograma para todos os procedimentos da Coordenação de Contratos.

Por fim, DECLARE-SE que os padrões da gestão administrativa da UFT atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Jaasiel Nascimento Lima
Pró-reitor de Administração e Finanças.

Declaração da Contadora, *Tracy Martins de*

Amorim



A Coordenação de Contabilidade e Finanças (CCF) faz parte da estrutura da Pró-reitoria de Administração e Finanças e Diretoria de Contabilidade e Finanças da UFT.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis da Universidade Federal do Tocantins é realizada de acordo com os procedimentos descritos no manual SIAFI. Este processo consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As demonstrações Contábeis da Universidade Federal do Tocantins são as seguintes:

- Balanço patrimonial - demonstra os ativos e passivos da entidade
- Balanço Orçamentário - evidencia o orçamento aprovado em confronto com sua execução, comparativo entre a receita e despesa prevista versus realizada.
- Balanço Financeiro – demonstra o fluxo financeiro do período, entradas e saídas de recursos.
- Demonstração das variações Patrimoniais – Apuração do resultado patrimonial do período, com o confronto das variações aumentativas (receitas) com as variações diminutivas (despesas).
- Demonstração dos fluxos de caixa - evidencia as entradas e saídas de dinheiro que ocorreram em um período específico.

As Demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI, NBCASP / NBC – T 16 / TSP e qualquer outra orientação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como órgão central de Contabilidade Federal.

Avancos

No exercício de 2020, destacam-se alguns avanços na melhoria da qualidade das informações das demonstrações contábeis;

- **Obrigações contratuais por Empresa** - ajustes no saldo da conta de contrato de anos anteriores.
- **Registro da depreciação mensal** dos bens móveis do patrimônio da UFT.

Ressalvas

Devido à complexidade e dificuldades de alguns processos, têm-se ainda desafios a serem superados, destacando-se:

- **Falta de Registro da amortização e da exaustão** de itens do patrimônio da UFT e procedimento de reavaliação ou redução ao valor recuperável.

Justificativa: O sistema informatizado (SIE) que a Instituição dispõe não faz o cálculo de amortização, exaustão e reavaliação dos bens. Atualmente, está sendo adaptado para realização do cálculo.

Providências: Regularizar no exercício de 2021 com implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

- **Falta do Relatório Mensal do Almoxarifado (RMA) para ajustes de saída mensal.**
- **Justificativa:** Falta do Relatório Mensal do Almoxarifado compromete o adequado conhecimento do patrimônio, quando confrontado SIE X SIAFI.
- **Providências:** Regularizar no exercício de 2021 com implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).
- **A falta ou inconsistência no registro de contrato.**
- **Justificativa:** As distorções no saldo da conta comprometem o acompanhamento da execução dos contratos celebrados no âmbito da unidade.
- **Providências:** Fazer as análises das contas de contratos e registrar as baixas e ajustes no decorrer do exercício de 2021.
- **A incompatibilidade entre o saldo contábil de bens móveis com o Relatório de Movimentação de Bens móveis (RMB).**
- **Justificativa:** saldo incompatível entre o SIAFI e o sistema de controle de Patrimônio SIE.
- **Providências:** Regularizar no exercício de 2021 com implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).
- **Falta a implantação do Painel de informações** de custo que visa a subsidiar os gestores na tomada de decisão.

Justificativa: Não houve a implantação devido à complexidade de integração dos diversos tipos de sistema que integram a gestão de custo do governo federal.

Providências: Criação de Comissão para implantação do sistema de custos, no exercício de 2021, na UFT.

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: Lei 4.320/64, Lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição – MCASP e **refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 2020, exceto no tocante às ressalvas acima.**

Palmas, 19 de fevereiro de 2021.

Contadora responsável

Tracy Martins de Amorim - CRC/TO 002464/O

ANEXOII: INDICADORES DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2019 / UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Indicadores de Gestão conforme Decisão nº 408/2002 – Plenário e Acórdãos nº 1.043 /2006 e nº 2167/2006-Plenário Tribunal de Contas da União

INDICADORES DE GESTÃO TCU - EXERCÍCIO 2020	VALORES (R\$)
Custo Corrente com HU por Aluno Equivalente = Custo / AE (R\$)	22.982,53
Custo Corrente sem HU por Aluno Equivalente = Custo / AE (R\$)	22.982,53
Aluno Tempo Integral por Professor Equivalente - RAP	9,63
Aluno Tempo Integral por Funcionário Equivalente com HU - RAF	8,89
Aluno Tempo Integral por Funcionário Equivalente sem HU	8,89
Funcionário Equivalente com HU por Professor Equivalente	1,08
Funcionário Equivalente sem HU por Professor Equivalente	1,08
Grau de Participação Estudantil - GPE= AgTI /Ag	0,69
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação - GEPG = Apg / (Ag + Apg)	0,07
Conceito Capes / MEC para Pós-graduação = \sum Conceito de todos os programas de pós-graduação/ número de programas de pós-graduação	3,32
Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD = $(5D+3M+2E+G) / (D+M+E+G)$	4,30
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) (%) = Número de diplomados/ Número total de alunos ingressantes	35,27
COMPONENTES	VALORES (R\$)
Custo corrente com HU (R\$)	395.341.754,79
Custo corrente sem HU (R\$)	395.341.754,79
Aluno Tempo Integral - ATI	10.438,35
Aluno Equivalente - AE	17.201,84
Professor Equivalente	1.083,50
Funcionário Equivalente com HU	1.174,35
Funcionário Equivalente sem HU	1.174,35
Aluno Equivalente de Graduação - AgE	15.275,84
Aluno de Graduação em Tempo Integral - AgTI	8.512,35
Aluno de Pós-Graduação em Tempo Integral - ApgTI	1.722,00
Alunos Matriculados na Graduação - Ag	12.353,50
Alunos Matriculados em Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> - Apg	861,00
Alunos Matriculados em Residência Médica - Ar	102,00
Aluno de Residência Médica - ArTI	204,00

Fonte: Indicadores de Gestão 2020 - Proap



Expediente

Colaboraram com a construção deste Relatório de Gestão todas as unidades relacionadas, a equipe de elaboração, de revisão textual e de diagramação.

Colaboração

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice - Reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró - Reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima

Pró - Reitor de Assuntos Estudantis:

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró - Reitor de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró - Reitor de Graduação

Eduardo Cezari

Pró - Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró - Reitor de Pesquisa, Pós - Graduação e Inovação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró - Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Vânia Maria de Araújo Passos

Prefeito Universitário

João Batista Martins Teixeira

Superintendente de Comunicação

Kleber Abreu Sousa

Superintendente da Tecnologia da Informação

Juliano Alves Rios

Diretor do Câmpus de Araguaína

José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro

Diretor do Câmpus de Arraias

Antonivaldo de Jesus

Diretor do Câmpus de Gurupi

Rodrigo de Castro Tavares

Diretor do Câmpus de Miracema

André Luiz Augusto da Silva

Diretor do Câmpus de Palmas

Marcelo Leineker Costa

Diretora do Câmpus de Porto Nacional

Etiene Fabbrin Pires

Diretor do Câmpus de Tocantinópolis

Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo

Realização

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Deylon Gomes de Moraes

Diretor de Orçamento

Karina Mosel Paixão Balestra

Diretora de Avaliação e Planejamento

Doriete Macedo Santos

Administradora

Idelma de Melo Rodrigues Abreu

Economista

Joienita da Silva Carvalho Santos

Administradora

Jordana Teixeira de Melo Dias

Economista

Rayenne Neres Montelo Mendes

Administradora

Equipe Técnica de Elaboração

Karina Mosel Paixão Balestra

Jordana Teixeira de Melo Dias

Joienita da Silva Carvalho Santos

Idelma de Melo Rodrigues Abreu

E os membros da Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão (COERG), conforme Portaria Normativa UFT nº 03 /2020.

Link:

<http://docs.uft.edu.br/share/s/er2vR28oTOaQtI QgzVIsyg>

Revisão Textual

Tatyane Alves das Neves Mendes Rodrigues

Diagramação

Jordana Teixeira de Melo Dias /Diretoria de Planejamento

Sucom



RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



Universidade Federal do Tocantins

